



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS**  
**DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

**BRUNA DAYANE XAVIER DE ARAÚJO**

**A AGROECOLOGIA TEM ROSTO DE MULHER:  
AS EXPERIÊNCIAS DAS MULHERES CAMPONESAS DO MUNICÍPIO DO  
CRATO - CEARÁ E SUAS ESTRATÉGIAS PARA ENFRENTAR A FOME**

**FORTALEZA**

**2022**

BRUNA DAYANE XAVIER DE ARAÚJO

A AGROECOLOGIA TEM ROSTO DE MULHER:  
AS EXPERIÊNCIAS DAS MULHERES CAMPONESAS DO MUNICÍPIO DO CRATO -  
CEARÁ E SUAS ESTRATÉGIAS PARA ENFRENTAR A FOME

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, da Universidade Federal do Ceará, como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutora em Geografia. Área de concentração: Dinâmica territorial e ambiental.

Orientador: Prof. Dr. Francisco Amaro Gomes de Alencar.

Coorientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Camila Dutra dos Santos.

FORTALEZA

2022

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação  
Universidade Federal do Ceará  
Sistema de Bibliotecas  
Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

---

- A687a Araújo, Bruna Dayane Xavier de.  
A agroecologia tem rosto de mulher : As experiências das mulheres camponesas do município do Crato - Ceará e suas estratégias para enfrentar a fome / Bruna Dayane Xavier de Araújo. – 2022.  
227 f. : il. color.
- Tese (doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Ciências, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Fortaleza, 2022.  
Orientação: Prof. Dr. Francisco Amaro Gomes de Alencar.  
Coorientação: Profa. Dra. Camila Dutra de Sousa.
1. Fome. 2. Agroecologia. 3. Soberania alimentar. 4. Território. 5. Mulheres camponesas. I. Título.  
CDD 910
-

BRUNA DAYANE XAVIER DE ARAÚJO

AGROECOLOGIA TEM ROSTO DE MULHER:  
AS EXPERIÊNCIAS DAS MULHERES CAMPONESAS DO MUNICÍPIO DO CRATO -  
CEARÁ E SUAS ESTRATÉGIAS PARA ENFRENTAR A FOME

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, da Universidade Federal do Ceará, como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutora em Geografia. Área de concentração: Dinâmica territorial e ambiental.

Aprovada em: 29/07/2022.

BANCA EXAMINADORA

---

Prof. Dr. Francisco Amaro de Alencar (Orientador)  
Universidade Federal do Ceará (UFC)

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Camila Dutra dos Santos (Coorientadora)  
Universidade Estadual do Ceará (UECE)

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Gema Galgani Silveira Leite  
Universidade Federal do Ceará (UFC)

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Lia Pinheiro Barbosa  
Universidade Estadual do Ceará (UECE)

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup> Aldiva Sales Diniz  
Universidade Estadual do Vale do Acaraú (URCA)

---

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup>. Helena Selma de Azevedo  
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Dedico este trabalho às mulheres da minha família, que me inspiram e contribuem para que eu possa ir mais além: minha mãe, Sandra; minha mãe-tia, Vânia; minha tia Tânia (in memoriam), ela que nos deixou no período da primeira onda da pandemia; minha irmã-prima, Janaina, e a minha sobrinha, Maria Júlia, que nasceu no auge da caótica terceira onda da pandemia, trazendo-nos um pouco de esperança e alimentando nossa fé e admiração pela vida.

## AGRADECIMENTOS

Amarração na torre, dá pra ir pro mundo inteiro  
E onde quer que eu vá no mundo, vejo a minha torre  
É só balançar (é só balançar)  
Que a corda me leva de volta pra ela  
(Sandra - Gilberto Gil)

Certamente uma das minhas maiores conquistas na vida foi acessar o ensino superior. Sou a primeira pessoa do meu núcleo familiar a ingressar em uma universidade pública, isso tem um peso e um significado bastante forte. No espaço acadêmico, fiquei encantada com a possibilidade de participar de laboratórios e realizar pesquisas científicas que possuíam um engajamento social.

De certo modo, é bom olhar para trás e admirar o caminho que eu consegui trilhar. As conquistas colhidas nesse percurso não são um mérito só meu, consiste em êxito de várias pessoas que colaboraram com a minha formação, são das mulheres da minha família, que não tiveram acesso aos estudos e representam, ainda, diversas mulheres negras e periféricas que não conseguiram, foram impedidas de dar continuidade à vida acadêmica.

Nesse sentido, tenho muitas pessoas para agradecer. Não só do período do doutorado, mas de boa parte do meu percurso acadêmico e que colaboraram para a materialização desta pesquisa. Além disso, compreendo que este é um trabalho tecido coletivamente.

Agradeço à minha mãe, Sandra, pelo seu amor e carinho. Sandra é uma mulher batalhadora, resiliente e de uma fé inabalável. Agradeço à minha mãe, tia e madrinha, Vânia, a matriarca da família, por ser uma pessoa tão amorosa, acolhedora e solidária com todas e todos. Vânia é uma mulher que estudou até o ensino fundamental, mas que possui uma sabedoria imensa. À minha querida avó materna Terezinha (in memoriam).

À minha tia Tânia (in memoriam), por me ensinar que cada festa e cada encontro com as pessoas queridas em datas comemorativas valem a pena. E que a vida deve ser celebrada constantemente. À minha irmã-prima, Janaina, por sua sensibilidade e empatia. Agradeço à minha sobrinha Maria Júlia. É muito divertido vê-la se aventurando e se empolgando com cada novidade que ela descobre. Júlia, sem dúvida, tornou este mundo mais fofo.

Ao meu irmão George Harrison, por todo carinho e amizade. À minha tia Sicília Sophia, pelas nossas conversas sempre tão edificantes. Ao meu tio-pai, Francisco, por todo apoio, carinho e afeto. Agradeço ao meu pai, George Gomes (in memoriam).

Às pessoas que contribuíram na minha formação acadêmica: aos integrantes do Laboratório de Estudos Agrários e Territoriais (LEATE). Aos educandos e educadores da Escola Família Agrícola Dom Fragoso, em Independência - CE. Foi nesse espaço que eu realizei minha pesquisa de iniciação científica e iniciei os meus conhecimentos sobre Educação do Campo e Agroecologia.

Agradeço à orientação, as conversas leves e profícuas com o professor Levi Sampaio, no período do mestrado, e também por tanta generosidade e parceria. Foi bastante gratificante estudar sobre os saberes populares referente às plantas medicinais, utilizadas pelas camponesas do Cariri cearense.

Aos professores e estudantes do curso de Licenciatura de Educação do Campo - PROCAMPO, da URCA. Foi uma experiência muito rica ser professora nesse curso, eu aprendi muito com todas e todos.

Agradeço aos meus amigos da região do Cariri cearense. Vocês têm um espaço reservado no meu coração. Especialmente, à Samia e à Aline, com quem dividi a casa quando morei no Crato. À Áurea por toda amizade e pela companhia nos eventos culturais nesse "mundão", que é o Cariri. À Roberta Piancó, por toda acolhida, apoio, parceria e amizade. Aos integrantes do Grupo de Geografia Agrária (GEA), da URCA e ao pessoal do Grupo Ninho de Teatro, por promover tanta beleza e arte no CRAJUBAR.

Aos meus amigos da minha organização social Resistência, vinculada ao Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), pelos debates, mobilizações, atos e compromisso social. São pessoas que eu admiro profundamente. Agradeço, especialmente, às mulheres socialistas desta organização: Neri, Artemis, Zuleide, Raquel, Santana e Natália.

Às minhas amigas do grupo de estudos Lélia Gonzalez, que realizamos no período da pandemia. Foram vários encontros virtuais para estudar a obra de Lélia e também para compartilharmos as alegrias e as dores da vida nesse período tão delicado em que estávamos isoladas. Assim, agradeço à minha querida Giany, à Rafaella, à Nise, à Gizelle e à Ivaneide.

Aos meus amigos que compartilham a vida comigo, que me ajudam a superar momentos de angústia e inquietações. São também pessoas que me inspiram e me estimulam a seguir na caminhada (I get by with a little help from my friends): Ao meu querido amigo

Fred, por me fazer sorrir, assistir filmes de gosto duvidoso e ter as melhores conversas sobre política. Obrigada pelo carinho, companheirismo e por me apoiar desde o dia que eu ingressei no doutorado até o dia da minha defesa.

À Bianca, ao Evaldo, à Olga, à Jullyana, à Micheline e à Geórgia, obrigada pelo carinho e a escuta generosa. À Terezinha, cearense que vive no Rio de Janeiro, pelos inúmeros incentivos, pela torcida e pelas conversas inspiradoras.

Agradeço, especialmente, à Carol e ao Seu Naldo, os meus queridos vizinhos e amigos, obrigada pelo apoio, companhia e parceria de vocês. E por compartilharem comigo a casa de vocês no período de escrita da tese, esta casinha que é repleta de ruralidade contrastado com a urbanidade do bairro Joaquim Távora.

À Lara, por compartilhar comigo o mesmo lar (minha room mate), durante mais de um ano, pela parceria, amizade, pelas comidas, poesias, músicas e passeios de bicicleta compartilhados juntas. Aos colegas de pós-graduação, obrigada pelas discussões dos textos e das conversas tomando café com tapioca no CH e no campus do Pici.

Agradeço à minha psicóloga, Mariana, por me ajudar a elaborar sobre a minha história de vida e a ressignificar várias "coisinhas". Também por me ajudar a confiar mais em mim mesma, muitíssimo obrigada.

Às professoras Helena Selma e Aldiva por aceitarem participar da minha banca de defesa, pelo incentivo e confiança no meu trabalho. Ao professor Peter Rosset pelas importantes contribuições à minha pesquisa e por seu engajamento social.

À professora Gema Esmeraldo, pela parceria, pela amizade e por me ensinar a ser pesquisadora. Obrigada pelas contribuições científicas desde o período do mestrado. Tenho um grande carinho e admiração por você, Gema. À professora Lia Barbosa, por sua dedicação e compromisso com a educação popular e com os movimentos sociais e pela atenção, contribuições e escuta acolhedora nestes anos de pesquisa.

Ao professor Amaro de Alencar, o meu orientador, um professor e ser humano sensível e comprometido com os movimentos sociais do campo e que possui uma trajetória importante na Geografia Agrária Cearense. À professora Camila Dutra, por aceitar o desafio da coorientação, embarcar comigo nesse aprendizado sobre agroecologia e gênero. E por sua sensibilidade, empatia e compromisso com a pesquisa e a Educação Pública.

Agradeço ao núcleo gestor, professores, funcionários e estudantes da Escola de Tempo Integral CAIC Maria Alves Carioca, localizada no Bom Jardim, em Fortaleza. Escola



onde eu lecionei por dois anos, concomitantemente ao doutorado. Nessa instituição de ensino, aprendi sobre cultura de paz, relação escola-comunidade e a ser professora. O CAIC do Bom Jardim representa uma fase muito importante na minha história. Carrego comigo o carinho, a alegria e a energia que existe nessa escola pública.

Agradeço também aos meus colegas de trabalho e aos estudantes do curso de Geografia da Universidade Estadual do Ceará (UECE), no qual eu estou como professora substituta. É um lugar que eu me sinto acolhida e é impossível não ter carinho pela UECE.

Às técnicas da ONG Cetra, principalmente, Suyane e Neila, por suas disponibilidades em colaborar nos estudos sobre mulheres do campo. Aos integrantes da feira da Reforma Agrária do Centro de Formação Frei Humberto, do MST, em Fortaleza.

Aos integrantes da Associação Cristã de Base (ACB), no Crato, instituição que foi fundamental para o desenvolvimento desta tese. Além disso, pelo compromisso social e apoio que a ACB presta aos camponeses caririenses. Agradeço ao Sindicato das trabalhadoras e trabalhadores rurais do Crato (STTR), à Cáritas Diocesana do Crato e à FETRAECE.

Aos militantes dos movimentos sociais do campo, da luta lgbtqi+, da causa indígena, aos ambientalistas e ativistas do Brasil e da América Latina, que dedicam suas vidas por um mundo socialmente justo. Às mulheres negras intelectuais que me ensinaram tanto: Angela Davis, bell hooks, Lélia Gonzalez, Sueli Carneiro, Grada Kilomba e Conceição Evaristo.

Aos camponeses e camponesas das feirinhas agroecológicas do Crato, as camponesas que contribuíram indiretamente para esta pesquisa, Maria do Tiê e Joanice, mulheres quilombolas e de luta no Cariri, muito obrigada por me ensinar tanto.

Às camponesas Dona Ana, Celiane, Aliny, Cícera, Dona Bia, Dona Lusa e Dona Fátima, por compartilhar tanta experiência, por ceder o tempo de vocês para as entrevistas, pela paciência e por sempre me receber tão bem no "Cratinho de Açúcar".

O presente trabalho foi realizado com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES).

Por fim, agradeço à minha gatinha super-heroína, Lince, por tanta fofura e por me fazer companhia noite adentro, na escrita da tese.

Você pode me riscar da História  
Com mentiras lançadas ao ar.  
Pode me jogar contra o chão de terra,  
Mas ainda assim, como a poeira, eu vou me levantar.  
Minha presença o incomoda?  
Por que meu brilho o intimida?  
Porque eu caminho como quem possui  
Riquezas dignas do grego Midas.  
Como a lua e como o sol no céu,  
Com a certeza da onda no mar,  
Como a esperança emergindo na desgraça,  
Assim eu vou me levantar.  
Você não queria me ver quebrada?  
Cabeça curvada e olhos para o chão?  
Ombros caídos como as lágrimas,  
Minh'alma enfraquecida pela solidão?  
Meu orgulho o ofende?  
Tenho certeza que sim  
Porque eu rio como quem possui  
Ouros escondidos em mim.  
Pode me atirar palavras afiadas,  
Dilacerar-me com seu olhar,  
Você pode me matar em nome do ódio,  
Mas ainda assim, como o ar, eu vou me levantar.  
Minha sensualidade incomoda?  
Será que você se pergunta  
Por que eu danço como se tivesse  
Um diamante onde as coxas se juntam?  
Da favela, da humilhação imposta pela cor  
Eu me levanto de um passado  
enraizado na dor  
Eu me levanto. Sou um oceano negro,  
profundo na fé,  
Crescendo e expandindo-se como a maré.  
Deixando para trás noites de terror e atrocidade  
Eu me levanto em direção a um novo dia de  
intensa claridade  
Eu me levanto trazendo comigo o dom de  
meus antepassados,  
Eu carrego o sonho e a esperança do ser humano escravizado.  
E assim, eu me levanto  
Eu me levanto  
(ANGELOU, 1978, p. 116).

## RESUMO

O alimento é fonte vital para os seres humanos. A alimentação é um eixo central para entendermos as redes de sociabilidade e é um dos pilares primordiais na construção da nossa humanidade. Neste âmbito sobre alimentação, o objetivo desta tese foi investigar o papel político e a práxis agroecológica desenvolvida pelas mulheres camponesas do município do Crato, localizado no sul do estado do Ceará. No intuito de analisar o processo em que elas desenvolvem a agroecologia e, ao mesmo tempo, são transformadas pela mesma. Estas mulheres têm, em suas histórias de vida, a luta pelo direito à terra, iniciativas de criação de agroecossistemas, implementação de feiras agroecológicas, participação em sindicatos e vínculo com a cultura popular. Elas vêm construindo experiências de autonomia e reinvenção do modo de conviver com o território, com capacidades de interferir e transformar o sistema agroalimentar a nível local. As categorias analíticas que embasam este estudo são: Fome, Território, Mulheres Camponesas, Agroecologia e Soberania Alimentar. O que possibilitou uma compreensão mais aprofundada sobre a totalidade em que se constrói a questão da alimentação. A fome é vista, nesta pesquisa, como um fenômeno social e coletivo, que atinge determinados grupos sociais em um território, caracterizando-se como fome endêmica, epidêmica, oculta e parcial. O alimento compreendido como fragmento do território é também fruto das relações sociais, por exemplo, das resistências camponesas em seus recortes espaciais. Para a análise desse processo foi realizado levantamento bibliográfico, pesquisa documental e trabalho de campo, por meio de registros fotográficos, de áudio, vídeo e entrevistas que tiveram o intuito de captar narrativas de vida dessas camponesas. A cidade do Crato, lócus da pesquisa, localiza-se na região do Cariri cearense. Essa região possui diversos conflitos resultantes de projetos de desenvolvimento e cosmovisões distintas para o território, mostrando-nos que a relação luta de classe – território é indissociável. Essa região convive, de forma dialética e contraditória, com a fartura, a fome, a abundância e a normalização das desigualdades sociais. É nesse contexto que as camponesas vêm desenvolvendo experiências agroecológicas relevantes. Em paralelo, ao modelo agrícola hegemônico, as mulheres camponesas produzem uma agricultura mais diversificada, livre de agrotóxicos, com qualidade e mais acessibilidade à população. Além disso, essas experiências fortalecem os saberes populares, as relações de equidade de gênero e trazem elementos para o debate sobre autonomia e soberania alimentar.

**Palavras-chave:** fome; agroecologia; soberania alimentar; território; mulheres camponesas.

## ABSTRACT

Food is a vital source for human beings. Food is a central axis to understand the networks of sociability and is one of the primary pillars in the construction of our humanity. In this context of food, the objective of this thesis was to investigate the political role and agroecological praxis developed by peasant women in the municipality of Crato, located in the south of the state of Ceará. In order to analyze the process in which they develop agroecology and, at the same time, are transformed by it. These women have, in their life stories, the struggle for the right to land, initiatives to create agroecosystems, implementation of agroecological fairs, participation in unions and links with popular culture. They have been building experiences of autonomy and reinvention of the way of living with the territory, with capacities to interfere and transform the agrifood system at the local level. The analytical categories that underpin this study are: Hunger, Territory, Peasant Women, Agroecology and Food Sovereignty. This allowed for a deeper understanding of the totality in which the issue of food is constructed. Hunger is seen, in this research, as a social and collective phenomenon that affects certain social groups in a territory, characterized as endemic, epidemic, hidden, and partial hunger. The food understood as a fragment of the territory is also the result of social relations, for example, of peasant resistances in their spatial clippings. In order to analyze this process, a bibliographical survey was carried out, as well as documental research and field work, by means of photographic, audio, and video records and interviews that aimed at capturing the life narratives of these peasant women. The city of Crato, the locus of the research, is located in the Cariri region of Ceará. This region has several conflicts resulting from development projects and distinct cosmovisions for the territory, showing us that the class struggle-territory relationship is inseparable. This region coexists, in a dialectic and contradictory way, with plenty, hunger, abundance, and the normalization of social inequalities. It is in this context that peasant women have been developing relevant agroecological experiences. In parallel, to the hegemonic agricultural model, peasant women produce a more diversified agriculture, free of pesticides, with quality and more accessibility to the population. In addition, these experiences strengthen popular knowledge, gender equity relations, and bring elements to the debate on food autonomy and sovereignty.

**Keywords:** hunger; agroecology; food sovereignty; territory; peasant women.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1	- Estrada de piçarra alagada.....	40
Figura 2	- Organograma ilustrando o eixo central e os pontos-chave da pesquisa.....	48
Figura 3	- I Encontro da Mulher Camponesa, no Crato-CE .....	51
Figura 4	- Agricultora vendendo cupuaçu na Feira Agroecológica no Crato-CE.....	56
Figura 5	- A mulher do pilão.....	57
Figura 6	- Sequência dos desmontes das políticas agroalimentares no Brasil– 2016/2022.....	74
Figura 7	- Tomates-cerejas produzidos de maneira agroecológica.....	75
Figura 8	- As dimensões da Agroecologia .....	82
Figura 9	- 8 de março - Dia internacional da luta das mulheres. Fortaleza-CE .....	91
Figura 10	- Dia internacional da luta das mulheres - Fortaleza, CE .....	103
Figura 11	- Dia internacional da luta das mulheres presença das camponesas.....	103
Figura 12	- Margarida Alves discursando para os trabalhadores rurais.....	115
Figura 13	- Margarida Alves tomando posse do sindicato.....	117
Figura 14	- Camponês no espaço agrário do município do Crato-CE .....	133
Figura 15	- Camponesa no seu agroecossistema - zona rural do Crato-CE.....	134
Figura 16	- Mulheres camponesas do Assentamento 10 de Abril - Crato-CE .....	140
Foto 17	- Chapada do Araripe-CE .....	147
Figura 18	- Imagem de satélite da cidade do Crato.....	163
Figura 19	- Manifestações culturais do Crato. À esquerda: Os caretas .....	164
Figura 20	- Manifestações culturais do Crato .....	164
Figura 21	- Dona Ana na feira agroecológica da ACB.....	170
Figura 22	- Dona Ana ao lado do Marido, segurando o prêmio: Mulher de fibra .....	174
Figura 23	- Dona Ana no Ato 20 de novembro, no Crato.....	175
Figura 24	- Dona Ana na sua roça.....	176
Figura 25	- Dona Bia na sua roça.....	177
Figura 26	- Altar de Dona Bia.....	179
Figura 27	- Dona Bia e o seu filho na roça .....	180
Figura 28	- Dona Bia voltando para casa de pau de arara.....	181
Figura 29	- Dona Bia expondo seus alimentos na feira agroecológica.....	182

Figura 30	- Celiane na sede do sindicato STTR- Crato .....	183
Figura 31	- Celiane na sua casa- distrito Santa Fé .....	186
Figura 32	- Celiane fazendo uma fala no aniversário de 60 anos do sindicato.....	187
Figura 33	- Celiane na sua unidade produtiva.....	188
Figura 34	- Dona Fátima mostrando o banner das atividades da secretaria da mulher, gênero e cidadania do sindicato .....	189
Figura 35	- Dona Fátima e Dona Ana e demais camponesas na Marcha das Margaridas.....	191
Figura 36	- Dona Lusa no seu agroecossistema .....	192
Figura 37	- Dona Lusa realizando o processo de produção das panelas de barro.....	195
Figura 38	- Dona Lusa realizando o processo de produção das panelas de barro.....	195
Figura 39	- Dona Lusa mostrando sua panela de barro pronta .....	196
Figura 40	- Dona Lusa na sua unidade produtiva .....	197
Figura 41	- Cícera mostrando sua comida à base de produtos agroecológicos.....	198
Figura 42	- Cícera vendendo suas comidas na Feira Agroecológica da Encosta da Serra	200
Figura 43	- Cícera vendendo suas comidas na Feira Agroecológica da Encosta da Serra	200
Figura 44	- Cícera na sua cozinha .....	202
Figura 45	- Mulheres camponesas na feira agroecológica do Crato – CE.....	203

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1	- Etapas comuns sobre a materialização da fome .....	63
Quadro 2	- Descrição sobre os graus entre a segurança e a insegurança alimentar grave	66
Quadro 3	- Distribuição de domicílios (%) e moradores, por condição de Segurança Alimentar e dos níveis de Insegurança Alimentar por regiões do Brasil .....	69
Quadro 4	- Dados retirados do relatório do DIEESE (2021) - relacionando salário mínimo (nominal e necessário) e custo da cesta básica no Brasil.....	72
Quadro 5	- Eixos centrais da Soberania Alimentar .....	87
Quadro 6	- Definição Feminismo Camponês Popular .....	126

## LISTA DE MAPAS

Mapa 1 - Localização do município do Crato-CE.....	160
Mapa 2 - Localização das comunidades-território das camponesas.....	167



## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Índices de segurança e insegurança alimentar no Brasil - 2004 a 2020 .....	68
Gráfico 2 - Número de estabelecimentos agropecuários por gênero/produtor .....	131

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>18</b>
<b>2</b>	<b>ABRINDO A PORTEIRA DO CONHECIMENTO: COLABORAÇÕES PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA CIÊNCIA GEOGRÁFICA FEMINISTA E DECOLONIAL</b> .....	<b>30</b>
<b>2.1</b>	<b>Pesquisar: um exercício científico e o artesanato intelectual</b> .....	<b>30</b>
<b>2.2</b>	<b>O percurso metodológico da pesquisa: teoria, método e instrumentos utilizados</b> .....	<b>39</b>
<b>3</b>	<b>DA FOME À PRODUÇÃO DE ALIMENTOS AGROECOLÓGICOS, CONSTRUINDO UM HORIZONTE DE SOBERANIA ALIMENTAR</b> .....	<b>55</b>
<b>3.1</b>	<b>Fome: um produto social, corporificado e territorializado</b> .....	<b>56</b>
<b>3.2</b>	<b>Os ingredientes (in)visíveis que compõem o Alimento</b> .....	<b>73</b>
<b>3.3</b>	<b>Segurança e Soberania Alimentar e o diálogo com a Agroecologia</b> .....	<b>80</b>
<b>4</b>	<b>OS CAMINHOS DO FEMINISMO E A LUTA DAS MULHERES INTEGRADA À LUTA CONTRA O CAPITAL E A DESIGUALDADE SOCIAL</b> .....	<b>89</b>
<b>4.1</b>	<b>A luta de classes a partir do feminismo</b> .....	<b>91</b>
<b>4.2</b>	<b>O feminismo liberal e suas falácias. A busca por alternativa: um feminismo popular classista</b> .....	<b>94</b>
<b>4.3</b>	<b>A construção de um feminismo popular que integre a perspectiva decolonial e ecológica</b> .....	<b>101</b>
<b>4.4</b>	<b>O feminismo camponês popular e a teoria da reprodução social</b> .....	<b>113</b>
<b>5</b>	<b>CAMPESINATO, A PRODUÇÃO DE TERRITORIALIDADES E A FORMAÇÃO DO CARIRI CEARENSE</b> .....	<b>131</b>
<b>5.1</b>	<b>Território, territorialidades e a reprodução da classe camponesa</b> .....	<b>132</b>
<b>5.2</b>	<b>Campesinato: sua história e os seus processos de luta</b> .....	<b>138</b>
<b>5.3</b>	<b>Formação territorial, histórica, cultural e geoambiental do Nordeste e do Cariri cearense</b> .....	<b>145</b>
<b>5.4</b>	<b>Crato: cidade da cultura, da diversidade geoambiental e das experiências agroecológicas</b> .....	<b>158</b>
<b>6</b>	<b>RETRATO DAS MULHERES CAMPONESAS DO CRATO, CEARÁ</b> .....	<b>165</b>

<b>6.1</b>	<b>Dona Ana - a matriarca da reforma agrária e da agroecologia do Cariri Cearense .....</b>	<b>168</b>
<b>6.2</b>	<b>Dona Bia: entre a religiosidade, a agroecologia e as atividades do lar .....</b>	<b>175</b>
<b>6.3</b>	<b>Celiane: a representação feminina nos espaços políticos historicamente masculinos .....</b>	<b>182</b>
<b>6.4</b>	<b>Dona Fátima e uma vida de luta pelos direitos sociais das mulheres .....</b>	<b>188</b>
<b>6.5</b>	<b>Dona Lusa: na agroecologia, também tem espaço para arte .....</b>	<b>191</b>
<b>6.6</b>	<b>Cícera: reinventando as receitas da vida .....</b>	<b>197</b>
<b>6.7</b>	<b>A busca pela autonomia das mulheres e a agroecologia .....</b>	<b>202</b>
<b>7</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>209</b>
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>212</b>
	<b>APÊNDICE A - ESTRUTURA DA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA ...</b>	<b>222</b>
	<b>APÊNDICE B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO ...</b>	<b>224</b>
	<b>ANEXO A - NOTÍCIA DE JORNAL SOBRE D. ANA .....</b>	<b>225</b>
	<b>ANEXO B - NOTÍCIA DE JORNAL SOBRE A FEIRA AGROECOLÓGICA.....</b>	<b>226</b>
	<b>ANEXO C - NOTÍCIA SOBRE FOME NO BRASIL – 2021 .....</b>	<b>227</b>

## 1 INTRODUÇÃO

*“Quero começar, mas não sei por onde, onde será que o começo se esconde?” (Tiquequê)*

O alimento é fonte vital para os seres humanos. A alimentação se apresenta, primeiramente, como uma necessidade biológica, somada a isso é um complexo sistema simbólico que aglomera diversos significados: sociais, políticos, religiosos e estéticos.

A partir dos alimentos, podemos desenvolver uma síntese da história e da cultura de um povo. São elementos culturais que nos remetem à memória, costumes e à relação sociedade-natureza. Porém, são, também, produtos do modo de produção socioeconômica vigente e de sua racionalidade baseada no lucro. A produção dos alimentos, atualmente, está vinculada a várias escalas, sofrendo influências locais e globais.

O alimento é um eixo fundamental para entendermos as redes de sociabilidade, de territorialidades e é um dos pilares primordiais na construção da nossa humanidade. Como enfatizou a filósofa e a socialista Angela Davis,<sup>1</sup> a alimentação é uma das formas centrais de percebermos o mundo e de como nos relacionamos com ele.

Hoje, vivemos uma época em que desconhecemos o sistema, na sua totalidade, de como são produzidos os nossos alimentos. O que é apresentado para a sociedade é apenas uma parcela fragmentada do circuito: produção-distribuição-consumo dos alimentos, o que dificulta o nosso engajamento político relacionado à alimentação.

Dado que o alimento possui diversas dimensões de significados e necessidades para os seres humanos, considero que seja importante não nos afastarmos do entendimento de como é composto os sistemas agroalimentares. Desse modo, convido-os a mergulhar neste campo complexo chamado alimentação.

Nos alimentos estão inclusos os processos de territorialidades, onde eles foram produzidos, assim, é necessário que sejam desveladas as etapas. As perguntas iniciais para esse desvelamento são: como o alimento, que depois se transforma em comida, foi produzido? Em que relações de trabalho, de manejo do solo, relações de gênero, esse alimento foi cultivado?

---

<sup>1</sup> Ver a reportagem: <https://sul21.com.br/noticias/entrevistas/2018/04/todas-as-opressoes-estao-conectadas-veganismo-e-uma-extensao-logica-da-luta-anti-opressao/>

Nesse sentido, iremos nos enveredar pelos caminhos sobre o modo de produção de uma agricultura específica: a agroecologia. Sempre que possível, fazendo uma contraposição ao projeto divergente a ela no espaço agrário, o agronegócio.

Esta pesquisa intitulada “*A agroecologia tem rosto de mulher: as experiências das mulheres camponesas do município do Crato - Ceará e suas estratégias para enfrentar a fome*” nos convida a refletir sobre o papel político das agricultoras deste município, da região sul do estado do Ceará, na materialização das práticas agroecológicas e como elas reestruturam os seus territórios, as suas redes de sociabilidade e, ao mesmo tempo, como elas são transformadas pela agroecologia.

Compreendo que as experiências dessas camponesas se ligam a vários outros temas interseccionais, revelando-nos a unidade diversificada, constituída por relações raciais, de gênero e sexualidade, que formam a classe trabalhadora. A partir das experiências das mulheres camponesas desenvolvendo agroecologia, trago uma reflexão sobre os sistemas agroalimentares globais e do Brasil.

Este estudo se torna relevante enquanto uma análise do processo histórico da inserção das mulheres na agricultura, como também devido à conjuntura econômica, política e ambiental que vivenciamos. Contraditoriamente, o Brasil é um dos principais produtores de *commodities* do mundo e, simultaneamente, retornou ao mapa da fome.

Em 2020, de acordo com a rede de Pesquisadores em Segurança e Soberania Alimentar e Nutricional (PENSSAN), que desenvolveu um inquérito alimentar, o país possuía, aproximadamente, 20 milhões de pessoas em situação de fome aguda. Somado a isso, os problemas socioambientais vinculados à produção agrícola das agroindústrias são gigantescos: contaminação dos recursos hídricos, utilização indiscriminada de agrotóxicos, uso dos solos até a sua exaustão, desmatamento e perda da biodiversidade.

O sistema agrícola hegemônico do Brasil atual está vinculado ao processo histórico de formação do território brasileiro e ao papel desenvolvido pelo nosso país na divisão internacional do trabalho. Como adjetivou Lélia Gonzalez (2020), o Brasil é um país capitalista-periférico-dependente-neocolonial. A estrutura agrícola hegemônica, fomentada pelo Estado, é baseada na agroexportação, secundarizando qualquer projeto de segurança e soberania alimentar para o mercado interno, ou seja, para a população brasileira.

Os projetos agroalimentares contra-hegemônicos, que surgem à margem desse sistema agrícola, são desenvolvidos pela agricultura familiar e camponesa que buscam estratégias para

garantir a própria reprodução social, bem como disponibilizar alimentos de qualidade acessíveis à população. É nesse *locus* que se pratica a agroecologia, um campo de práxis que visa transformar a estrutura agrária, a relação com a alimentação, com o trabalho e com a natureza. Um projeto que possui diretrizes com profundas transformações sociais e que muitas vezes se encontra em disputa, principalmente, à medida que vai se ampliando dentro da realidade capitalista repleta de contradições.

Nesse contexto em que escrevo a tese, faz-se necessário ilustrar, já desde o início, que houve diversos empecilhos para o seu desenvolvimento e tessitura. O principal deles foi a crise ambiental e sanitária que vivenciamos, de 2020 até o presente momento, relacionada à pandemia do coronavírus (*sars-cov-2/ covid-19*)<sup>2</sup>, que vem causando impactos na saúde humana a nível global, abalos na produção da ciência e pesquisas, na realidade da população do campo e urbana e na produção de alimentos.

Fiquei dois anos (dos quatro anos da pesquisa) impossibilitada de realizar com uma certa fluidez o processo de doutoramento que por si só já é denso. Fiquei impedida de dar continuidade aos trabalhos de campo (que são tão vitais nas pesquisas da ciência geográfica) e de acesso às bibliotecas e institutos de pesquisa para análise documental. Além disso, houve o desgaste emocional de evitar contrair a doença, ter parentes internados e do isolamento social, que me afetou profundamente, assim como as demais populações mundo afora. Ilustro, também, a dificuldade de ministrar as aulas através do ensino remoto na educação básica, conciliando-o aos estudos da tese.

Além dos impactos pessoais e profissionais já citados, é necessário ilustrar o contexto histórico no qual esse doutoramento foi realizado. Vivenciamos uma conjuntura de um governo de ultradireita em nosso país, com características autoritárias, uma política de austeridade e de combate aos direitos sociais conquistados, gerando desdobramentos e acirramentos das lutas de classes que se aprofundou desde o golpe político<sup>3</sup> que o Brasil sofreu em 2016.

---

<sup>2</sup> De acordo com os estudos do biólogo evolutivo e filogeográfico Rob Wallace, há uma íntima conexão entre as doenças infecciosas virais, que se transformam em epidemias e pandemias, com o modo de produção, estilo do agronegócio, que se baseia em grandes monoculturas e a criação de animais confinados, modificados geneticamente e imunologicamente frágeis. Para saber mais, recomendo a leitura do livro: *Pandemia e Agronegócio: doenças infecciosas, capitalismo e ciência*, de Rob Wallace, publicado no Brasil pelas editoras: Elefante e Igra Kniga, em 2020.

<sup>3</sup> O Impeachment da presidenta Dilma Rousseff, em 2016, foi configurado por um caráter profundamente misógino. Posteriormente foi revelado que o impeachment foi de natureza irregular.

Ao mesmo tempo em que realizava a pesquisa, integrei-me às lutas em defesa da Seguridade Social e da Previdência Pública. Incluí-me nas lutas em defesa das demarcações dos povos indígenas, dos direitos dos camponeses e quilombolas, contra o genocídio do povo negro, contra as privatizações das estatais, em defesa da educação pública e da ciência. Por fim, inseri-me junto aos movimentos sociais nas diversas paralisações e atos para denunciar o aumento vertiginoso dos preços dos alimentos e, por consequência, da fome e da insegurança alimentar no Brasil.

Gasparetto (2017) escreveu sua tese no período do golpe de 2016, relatando que estava consciente que se encontrava numa situação de fronteira, entre a “Academia e a Militância”. Comungo com a autora, nas experiências que vivencio, estando consciente também da importância do tema desta pesquisa, sobretudo, em virtude da crise ampla e geral que vivenciamos.

O Brasil, como eu relatei antes, volta a sofrer com índices alarmantes de fome e insegurança alimentar e as mulheres são as que mais sofrem com essa situação, pois muitas são as responsáveis por alimentar seus filhos e sustentar suas famílias sozinhas.

Em meio a um contexto caótico, de crise econômica, social e ambiental, muitas vezes paralisei essa pesquisa. Senti a necessidade de refletir mais sobre o contexto que estamos vivendo, não aderi ao modo automático do produtivismo como nos foi exigido pelos discursos neoliberais acadêmicos e políticos. Precisei refletir mais sobre a nossa própria condição humana perante as questões tão complexas que estamos enfrentando.

Precisei parar um pouco para dar atenção aos familiares, aos amigos e aos meus alunos que constantemente vinham com relato de fome, depressão, ansiedade e desorientação sobre a realidade. Comecei a cultivar plantas em casa, cuidar da minha gata, ler poesias, ficção, posteriormente, ministrar palestras *on-line* (“*as lives*”) e mergulhar na fotografia (que é um trabalho que dedico em paralelo a de professora-pesquisadora). Em seguida, retomei a imersão das leituras do campo teórico da minha pesquisa correlacionando com as experiências camponesas.

Muitas vezes a paralisia de iniciar a escrita da tese se dava, sobretudo, pela angústia de como escrever em tempos de pandemia, fome e governo de ultradireita, essas questões que nos deixam no mínimo atônitos. Por isso brinco trazendo, no início da introdução, um trecho de uma canção infantil sobre a dificuldade de começar algo. Como sistematizar as leituras, as

experiências, ao mesmo tempo, tendo que decodificar uma realidade tão delicada? Foi uma das questões que me atravessaram por um bom tempo.

Escrevo sobre essas experiências para demarcar que é necessário sempre lembrar que as pesquisas científicas são construídas por pessoas de carne e osso, que são afetadas pelos contextos socioeconômicos e culturais que vivenciam, são produtos e sujeitos do tempo-espaço em que estão inseridas. No caso do Brasil, os pesquisadores também vêm sendo afetados profundamente pelos cortes de verbas na pesquisa e educação. A situação nos deixa vulneráveis e temerosos sobre as futuras condições para continuar nossas pesquisas e sobre o nosso futuro profissional

Ao mesmo tempo, as fontes de inspiração para dar continuidade a esse estudo foram muitas, nelas me foquei para dar continuidade a cada passo desta pesquisa. Cito algumas dessas fontes de inspiração: a própria relevância da pesquisa, a oportunidade de contribuir na visibilidade do trabalho das mulheres camponesas na história e na produção da agroecologia.

Além disso, o apoio da minha coorientadora e do meu orientador no sentido de serem as minhas referências de profissionais a seguir, sobretudo, no compromisso social e na humanização em contextos de crises. Por fim, por compreenderem a importância do exercício da escrita em um país em que somos constantemente desestimulados ao desenvolvimento da intelectualidade. Como uma mulher negra e de origem periférica, fruto da educação pública do ensino fundamental ao doutorado, eu fui reconhecendo o papel social que represento e que é preciso dar continuidade a esse estudo.

Algumas das referências que me inspiram diretamente na escrita são: bell hooks<sup>4</sup>, Grada Kilomba e Lélia Gonzalez, interessa-me a autenticidade na escrita delas, sem perder o rigor científico. Além disso, as autoras se colocaram como sujeitos ativos nos temas em que estavam investigando, edificando seus estudos a partir de uma práxis cotidiana, afastando-se completamente do discurso de neutralidade nas pesquisas. “Enquanto escrevo, eu me torno narradora e a escritora de minha própria realidade [...] Eu me torno a oposição absoluta do que o projeto colonial predeterminou para mim” (KILOMBA, 2019, p. 28).

Durante o período que coincidiu o doutoramento, foi também um processo individual de profundas transformações, além das leituras e discussões nas disciplinas e nos corredores da Academia, aproximei-me e engajei-me em diversos espaços políticos: movimento

---

<sup>4</sup> Considero que seja importante ilustrar que a autora gostava de assinar e ser referenciada com o seu nome todo escrito com letra minúscula. Por isso, aqui, as iniciais não estão com a letra maiúscula. bell hooks queria com essa pequena intervenção dizer que o mais importante era as suas ideias e a sua obra, e não a sua pessoa em si.



agroecológico, fórum de segurança alimentar, o movimento feminista e de negros no Ceará. Comungo com o que escreve Glória Aldangaza (2000): “*eles mentiram, não existe separação entre vida e escrita*”. Toda pesquisa social está impregnada pelas experiências ideológicas e esta não seria diferente.

Assim, neste período de mais de quatro anos em que eu me aventurei pelos caminhos do doutorado, também fui transformando a minha identidade. Primeiro, me reconhecendo no movimento dos trabalhadores, sobre a importância de tencionar e das lutas de classes. Posteriormente, reconheci-me como feminista e, por último, como mulher negra.

Muitas das coisas que eu não sabia nomear, o indizível, fui reconhecendo ao escutar os relatos das mulheres negras, suas opressões e explorações sofridas eram pra mim bastante familiares. Assim, nesse incessante movimento de buscar compreender a realidade, no sentido de conhecer para dar a minha contribuição e de transformá-la, eu fui também me transformando e me formando em um sujeito político cada vez mais complexo, em que várias pautas foram se canalizando. Este movimento foi se ampliando também nos encontros e entrevistas com as camponesas, ouvindo suas narrativas de vida e como estas estavam vinculadas a uma totalidade social.

Considero importante também relatar um pouco da minha trajetória acadêmica vinculada à questão agrária. Pesquiso sobre o tema há aproximadamente 12 anos, desde o período da graduação. Apaixonei-me pelas pautas: luta pela terra, produção de alimentos e campesinato desde a primeira vez que coloquei o pé em um assentamento rural, em um trabalho de campo da disciplina de Geografia Agrária. Nessa experiência, tive a oportunidade de escutar pela primeira vez os camponeses assentados relatarem suas lutas para conseguir o direito à terra e a opressão que sofreram dos latifundiários. Essa escuta se realizou com a partilha de café e bolo de milho. Essa minha primeira experiência no espaço rural me deixou convencida do que eu gostaria de pesquisar na Geografia dali por diante.

No período da graduação, me vinculei ao Laboratório de Estudos Agrários e Territoriais (LEATE)<sup>5</sup>, em seguida, comecei a pesquisa de iniciação científica sobre a Escola Família Agrícola Dom Fragoso, no município de Independência - CE. Onde tive a

---

<sup>5</sup> Laboratório que realiza pesquisa em várias localidades dos espaços agrários no estado do Ceará, sobre a (re)produção do campesinato, conflitos, territorialidades e questões fundiárias. Possui parceria com a Comissão Pastoral da Terra (CPT), Movimento Atingido por Barragens (MAB), Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (FETRAECE) e outras organizações sociais. Atualmente, inseriu o E na sigla, visto os estudos vinculados à Educação do Campo, tornando-se o LEATE.

oportunidade de aprender sobre educação do campo, agroecologia e convivência com o semiárido com as filhas e os filhos das camponesas e camponeses.

Ainda no período da graduação, tive a oportunidade de estagiar na Comissão Pastoral da Terra (CPT), onde realizamos um trabalho junto com a ONG Repórter Brasil sobre “*As condições de trabalho análogas à escravidão*”, no município de Itatira - CE.

Posteriormente, me tornei pesquisadora do núcleo Trabalho, Meio Ambiente e Saúde (Tramas), vinculado à Saúde Coletiva - Faculdade de Medicina da UFC, atuando no município de Limoeiro do Norte. No Tramas, colaborei nos estudos sobre os impactos dos agrotóxicos para saúde humana e ambiental, essa experiência me trouxe alicerce para compreender a conjuntura do espaço agrário e o debate epistemológico da ciência construída no território.

Depois iniciei meus estudos do Mestrado no Programa Regional de Desenvolvimento e Meio Ambiente (PRODEMA), sobre o uso de plantas medicinais pelas *Mezinheiras*<sup>6</sup> na região do Cariri cearense. Foi nesta região que realizei minha pesquisa de mestrado no período de 2014 a 2016 e também morei por um ano e meio.

Esta pesquisa sobre alimentação é também um desdobramento do estudo sobre “farmácias vivas” nos quintais produtivos das camponesas, pois percebemos que as ervas são, muitas vezes, alimento e remédio. Além do pilar importante de contribuição que as plantas medicinais ocupam para a construção da agroecologia e a conservação da agrobiodiversidade.

O Cariri tornou-se um espaço afetivo para mim em decorrência de ter sido acolhida como professora do curso de graduação em Licenciatura em Educação do Campo (PROCAMPO)<sup>7</sup>, vinculado à Universidade Regional do Cariri (URCA), participei do Grupo de Geografia Agrária (GEA)<sup>8</sup>, realizei pesquisas com os alunos e orientei trabalhos de

---

<sup>6</sup> O termo meizinha é bastante utilizado no Cariri e em outras regiões do Nordeste brasileiro. A expressão “mezinhas” significa medicamentos naturais. São remédios caseiros de simples manipulação e de efeito imediato, cuja base são produtos originados de plantas medicinais. As mezinheiras são as guardiãs das receitas destes preparos caseiros. Elas aplicam e repassam cotidianamente esses conhecimentos.

<sup>7</sup> Curso regular de ensino superior. O Procampo tem o objetivo de atuar na formação de educadores para a docência nos anos finais do ensino fundamental e ensino médio nas escolas rurais. Especialmente com educadores que atuam em experiências alternativas em educação do campo, por meio da estratégia de formação por áreas de conhecimento, de modo a expandir a oferta de educação básica de qualidade nas áreas rurais, sem que seja necessária a nucleação extra campo. Fonte: <http://portal.mec.gov.br/>

<sup>8</sup> Grupo de pesquisa que realiza estudos sobre a questão agrária caririense, possui vínculos com os sindicatos, ONGs e movimentos sociais da região. Em sua metodologia de trabalho, faz uso da pesquisa-ação e busca construir pesquisas com engajamento social. Em sua composição, atualmente, tem integrantes da graduação e da pós-graduação. Muitos dos integrantes do GEA foram realizar suas pesquisas de pós-graduação na UFC, tendo vínculo com o LEATE e na pós-graduação de Geografia da UFPE.

conclusão de curso sobre migração, educação do campo, juventude camponesa, agronegócio, campesinato e agroecologia.

Nesse período, despertei o desejo de estudar sobre a alimentação. Entender melhor a realidade da produção, venda e troca que vincula o local e o global, compreender concretamente o significado da soberania alimentar, da questão agrária e de território.

Uma trajetória que começou com uma visita despreziosa aos assentamentos, saboreando os alimentos dos agricultores e escutando as histórias das famílias camponesas, fui me apaixonando pela temática e sendo envolvida por ela. E, atualmente, encerro o ciclo do doutorado, trazendo as discussões sobre gênero e agroecologia, no intuito de contribuir para o campo de estudos sobre a questão agrária.

Assim, depois de discorrer sobre os percalços e aprendizados nos percursos desta pesquisa e apresentar a minha trajetória pessoal e profissional que certamente influenciam nos recortes escolhidos e direcionamento da tessitura desta tese, retorno ao coração desta pesquisa: a reflexão sobre agroecologia e mulheres.

Este estudo se concentra na perspectiva de contribuir para a produção de conhecimento sobre mulheres camponesas nos espaços agrários, no intuito de convidar os leitores e as leitoras a uma reflexão sobre a importância do papel das mulheres na defesa dos territórios, na produção de comida de verdade e no enfrentamento da fome.

O intuito é evidenciar as histórias de mulheres comuns que possuem um processo de socialização e um legado histórico carregado de opressões. As suas experiências agroecológicas não são casos isolados, são frutos de ações coletivas que constroem a práxis agroecológica no município do Crato - Ceará. Busquei compreender o papel político desenvolvido por essas camponesas em seus territórios a partir de uma produção de alimentos em um viés agroecológico.

Este estudo constrói um mosaico unindo a trajetória dessas mulheres que participam ativamente de organizações e movimentos sociais. Elas têm em suas histórias de vida a luta pelo direito à terra, iniciativas de criação de agroecossistemas, implementação de feiras agroecológicas, participação em sindicatos, associações e vínculos com a cultura popular.

Esta tese propõe dialogar com o que é vivido pelos sujeitos sociais investigados. “A partir de um território concreto, compreendo como um lugar onde se reside a história que dá produção de saberes, fazeres e outros conhecimentos” (GASPARETTO, 2017, p.41). A

análise sobre a realidade parte de entendê-la como um elemento dinâmico, em constante transformação e fruto dos processos históricos.

Essas mulheres são sujeitas de uma construção sócio-histórica fincada em seus territórios. Sujeitas que compõem a miríade individual, social e política. São mulheres complexas, que transformam os espaços políticos (instituições, sindicatos, associações), economia (micro economia dos seus territórios com a produção agroecológica), a cultura alimentar, as relações de trabalho e são transformadas por esses processos. Acredito que a partir de uma história particular podemos discutir a totalidade social.

O percurso metodológico desta pesquisa tem as seguintes etapas: levantamento bibliográfico e documental; trabalhos de campo, acompanhamento de *lives*, *palestras online* e documentários que abordam a temática estudada, realizei entrevistas com integrantes dos movimentos sociais e organizações que realizam trabalho junto com os camponeses, entrevistas com as camponesas nos trabalhos de campo e, por fim, a etapa da escrita da tese.

Realizei campo presenciais, anterior a pandemia, nesta fase, tivemos vivências nos sindicatos, nas ONGs que prestam serviços aos agricultores, nos movimentos sociais do campo e, sobretudo, as experiências nos territórios camponeses; conversas informais, observação participante e registros fotográficos.

Realizei entrevistas, de modo virtual, com as camponesas, no período de isolamento social. Essas entrevistas foram realizadas através da plataforma do *google meet* e aplicativos como o *whatsapp*.

Realizei mais um trabalho de campo, quando a fase mais aguda da pandemia diminuiu, no qual foi possível visitar as feiras agroecológicas, a sede das instituições parceiras e os territórios das camponesas. Nestes últimos, vivenciei e observei o cotidiano delas, as unidades produtivas e realizei entrevistas semiestruturadas.

As categorias analíticas desta pesquisa são: Fome, Território, Gênero/ Mulheres Camponesas, Agroecologia e Soberania Alimentar. A fome como um fenômeno social, coletivo, que atinge determinados grupos sociais em um território, caracterizando-a como fome endêmica, epidêmica, oculta e parcial (CASTRO, 2006). O mesmo autor expõe que a fome é a face do subdesenvolvimento e de nossa condição de país dependente no globo.

A soberania alimentar revela-se como horizonte construído no berço da materialidade dos movimentos sociais e possui como pedra angular a agroecologia. A soberania alimentar, como projeto camponês, surge da expressão de uma materialidade, indicando outro mundo

possível. No sentido de novas relações sociais, produção/consumo de alimentos e relação com a natureza. Assim, ilustramos as complexidades desse tema e como ele vem se tornando um elemento chave na reafirmação da luta por terra – território.

Na discussão da categoria de Gênero, debato sobre as teorias e políticas públicas voltadas para questão de gênero, as lutas feministas, o feminismo camponês popular, a teoria da reprodução social, o ecofeminismo e o movimento de mulheres, as práticas de associação comunitárias, sindicalismo e de lutas pela terra e suas de diversas formas de uso.

Além disso, trago para o debate científico as vivências e conhecimentos ancestrais das comunidades pesquisadas, como o colonialismo marca o corpo dessas mulheres e como o avanço delas em busca da autonomia também transforma o corpo das agricultoras.

Elas se expõem, levam os seus corpos para reuniões políticas, como as dos sindicatos, os movimentos sociais, as feiras agroecológicas, as marchas e as manifestações. Levaram o seu corpo para lutar pela terra, ocupando e disputando a forma como manter as ocupações e relação com território.

No processo de participação de reuniões, implementação de feiras, intercâmbios para conhecer outras realidades, vão surgindo discussões sobre gênero, lutas antirracistas, identidade campesina, reconhecimento com os processos históricos, autonomia sobre os seus corpos, sobre suas formas de trabalhar, gerência do território e da alimentação, enfim, sobre suas histórias de vida.

A agroecologia possui várias dimensões, desde o campo técnico, às práticas populares vinculadas a conhecimentos acumulados ao longo do tempo, como um campo epistemológico da ciência. A agroecologia é práxis, é a unidade contraditória e em ação da teoria e da prática.

A soberania alimentar é um projeto social que indica a autonomia e o poder popular nas suas escolhas do que produzir nos sistemas agroalimentares, priorizando a diversidade, a saúde e o combate à desigualdade social.

O território é ferramenta e produto do trabalho, ação humana e relação social. O território agrário é processo histórico de subdesenvolvimento/ colonialidade/ dependência, expressando suas relações sociais marcadas pela violência e espoliação de classe, gênero, raça e contra a natureza e também de resistências campesinas.

Trazemos também o território no sentido de compreender as práticas de territorialidade a partir da alimentação, esta como identidade camponesa, condição material

para existência humana é resultado da relação terra - natureza. O território como base para as expressões de ancestralidade, de memória e processos sócio-históricos.

Em paralelo, existem iniciativas, experiências e organizações que buscam construir um território na superação da colonialidade - dependência através da subversividade camponesa, da escuta da terra, da valorização dos conhecimentos populares e ancestrais. Somado a isso o conhecimento científico, a busca por uma vida digna, plena, livre de opressões e explorações. Assim, o território materializa as relações sociais pautadas na disputa pelo poder e gestão.

O alimento compreendido como fragmento do território é também fruto das relações sociais, por exemplo, das resistências camponesas em seus recortes espaciais. O território rural cratense revela as lutas de classes sociais existentes, as diversas formas de territorialização e de projetos em disputas.

Em paralelo, ao mercado e modelo agrícola hegemônico, vem se desvelando uma alternativa com produção de alimentos agroecológicos, dinamizadas, majoritariamente, por mulheres, livres de agrotóxicos, com qualidade, segurança e mais acessibilidade à população.

Este estudo tem como alicerce a ciência geográfica, sendo uma investigação que se insere na análise da realidade da conjuntura do espaço agrário, dos processos territoriais e das dinâmicas que estão presentes nos produtos que compõem o campesinato.

Dentro da geografia, busquei incorporar uma pesquisa que tivesse em sua epistemologia o olhar de gênero, o debate sobre colonialidade e o materialismo histórico. Além disso, mesmo fincada no território da ciência geográfica, esta pesquisa possui uma dimensão interdisciplinar, dialogando com diversas áreas: Sociologia, História, Antropologia e Economia e também com os saberes populares.

O título desta pesquisa veio, primeiramente, de inspiração de uma literatura russa chamada: "*A guerra não tem rosto de mulher*", de Svetlana Alexijevich (2015). Dessa inspiração, veio-me à reflexão de que muitos estudos vinculados às Ciências Econômicas e Sociais apontam que a fome e a miséria, são corporificadas e experienciadas, majoritariamente, por mulheres e crianças.

Assim, se o rosto da fome é feminino, esta pesquisa mostra que o seu "antídoto" também tem rosto de mulher, a agroecologia. Os sistemas agroalimentares com viés agroecológico são projetos concretos para superar a fome e garantir uma "comida de verdade".

Esta tese possui as seguintes divisões: o capítulo 1 se intitula **Abrindo a porteira do conhecimento: colaborações para a construção de uma ciência geográfica feminista e decolonial**, no qual será discorrido o percurso metodológico da pesquisa, a escolha do método e o exercício epistemológico e pedagógico de construir uma Geográfica contra-hegemônica. O capítulo 2, por sua vez, denomina-se **Da fome à produção de alimentos agroecológicos, construindo um horizonte de soberania alimentar**, discutiremos sobre alimentação, fome, segurança alimentar, soberania alimentar e agroecologia.

Já no capítulo 3, intitulado **Os caminhos do feminismo e a luta das mulheres integrada à luta contra o capital e a desigualdade social**, apresenta-se o debate sobre a organização socioespacial e a luta de classes a partir do feminismo, edificando um diálogo com o ecofeminismo, feminismo decolonial, a teoria da reprodução social e movimento de mulheres do campo.

O capítulo 4º é nomeado de **Campesinato, a produção de territorialidades e a formação do cariri cearense**. Aqui abordo a discussão sobre o conceito de território, a categoria sociopolítica campesinato e a gênese da formação territorial do Brasil e da região do Cariri cearense, onde está situado o município do Crato. No último capítulo, o 5º, intitulado **Retrato das mulheres camponesas do município do Crato - região do cariri cearense**, trago as histórias de vida das mulheres camponesas e suas práticas agroecológicas. E, por fim, concluo a tese com as **Considerações Finais**.

As experiências agroecológicas dessas camponesas não são casos isolados, são frutos de ações coletivas que constroem a práxis agroecológica no Cariri. Em seus cotidianos, elas traçam novos horizontes e estratégias para enfrentar a fome, garantir a reprodução social e comercializar alimentos livres de agrotóxicos.

Assim, convido-os a mergulhar nessa experiência sobre alimentação, gênero, terra-território e natureza e juntos com as camponesas compreendermos que outro mundo, com mais qualidade de vida, é possível.

## 2 ABRINDO A PORTEIRA DO CONHECIMENTO: COLABORAÇÕES PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA CIÊNCIA GEOGRÁFICA FEMINISTA E DECOLONIAL

*Aproximo-me, de novo, da questão da inconclusão do ser humano, de sua inserção num permanente movimento de procura, (...) rediscute a curiosidade ingênua, virando epistemologia. (Paulo Freire)*

O presente capítulo tem como objetivo discorrer sobre a trajetória da pesquisa. Refletir sobre a escolha do método, o caminho e os instrumentos metodológicos e o referencial teórico que inspiraram as reflexões sobre o território pesquisado. Ou seja, neste capítulo, iremos nos debruçar nas etapas relevantes da pesquisa.

É um exercício desafiador e necessário falar sobre a importância das transformações ocorridas nessa trajetória acadêmica. Esse movimento enriquece o pesquisador e a pesquisadora, proporcionando-lhes edificar um estilo próprio de investigação e escrita. Goldenberg (2004) ilustra que a pesquisa nos possibilita aprender a pensar cientificamente, a exercitar a criatividade, organização e, sobretudo, a pôr sentimento em cada etapa.

### 2.1 Pesquisar: um exercício científico e o artesanato intelectual

A pesquisa é uma atividade estrutural em todos os campos da Ciência, é o caminho trilhado entre a indagação e as reflexões/ considerações sobre algum dado da realidade. Ajuda-nos a entender a sociedade, no sentido histórico e atual. A pesquisa é um processo vivo, dialético, que contempla várias contradições dentro de si e está em constante transformação. Minayo afirma que:

pesquisar “constitui uma característica do inacabado provisório e do inacabado permanente. É uma atividade de aproximação sucessiva da realidade que nunca se esgota, fazendo uma combinação particular entre teoria e dados, pensamento e ação. (MINAYO, 2014, p. 47).

O desejo de pesquisar e compreender uma problemática da realidade é o que impulsiona a pesquisadora e o pesquisador a percorrerem o caminho da pesquisa científica. Vários são os motivos que alimentam essa indagação. Durante mais de quatro anos, algo que esteve cotidianamente nos meus pensamentos foi entender um pouco mais sobre a questão alimentar do Brasil, sobretudo, no sul do estado do Ceará.



Nesse período do doutorado, a pesquisa foi criando corpo, transformando e se materializando. Inicialmente, eu pensava em analisar o projeto de soberania alimentar desenvolvido pelos movimentos sociais do campo no espaço agrário cearense. Era uma ideia mais abrangente e que se vinculava ao debate sobre geopolítica dos alimentos.

No decorrer das reflexões em sala de aula, nos encontros de agroecologia, na inserção dentro dos movimentos sociais e nas idas ao campo, eu percebi que era preciso pensar a produção de alimentos a partir da agroecologia, compreendendo que esse campo teórico e de práxis tem como horizonte a soberania alimentar.

Se o debate sobre a agroecologia possui um leque amplo de vertentes e discussões, cada visita nas experiências campesinas, às instituições que colaboraram com o recorte da pesquisa, ficava mais forte a correlação com a questão de gênero. Ficou evidente para mim que as mulheres tinham mais sensibilidade para produzir uma agricultura ecológica e estavam mais dispostas a contribuir para implementação da agroecologia em seus territórios.

Assim, esse exercício acadêmico de doutoramento me levou a um amadurecimento intelectual e também a acreditar no próprio fluxo da pesquisa, de aceitar as mudanças e os ajustes necessários que precisavam ser feitos ao longo do percurso. Somado à atenção e o cuidado que temos que ter para observar as dinâmicas que a própria pesquisa vai colocando.

Um pesquisador tem que ter flexibilidade, um pouco de desapego, sensibilidade e estar aberto para captar os elementos, que inicialmente não estavam previstos dentro que se pretendia investigar, sobre realidade social. Para isso, é importante seguir o caminho da pesquisa com menos ideias pré-concebidas e com mais abertura a respeito do que vai ser apreendido neste trajeto.

Milani (2021) enfatiza que a pesquisa científica tem como intuito a formação de pesquisadores e pesquisadoras e não apenas de produzir resultados de estudos. É um momento de formação humana e intelectual, seja na elaboração de uma pesquisa de iniciação científica, monografia, dissertação ou tese. É o espaço que possuímos para dar vazão às nossas inquietudes e reflexões sobre vários fenômenos e questões da realidade que podem se tornar problemas científicos.

bell hooks (2020) afirma que pensar é uma ação. A teórica feminista estimula o exercício do pensamento consciente reflexivo, como locus para formular perguntas sociais e impulsionar a procura de respostas. “O cerne do pensamento crítico é o anseio por saber”

(HOOKS, 2020, p.27). Contudo, muitas vezes em nossa sociedade não somos estimulados a pensar criticamente e, inclusive, a construir perguntas.

As crianças, por exemplo, são educadas a não fazer muitos questionamentos, pois acabam incomodando os adultos, assim o exercício de pensar/questionar vai sendo podado. Na escola, infelizmente, o estilo de educação majoritária é ainda pautado nos estudantes como receptores de conhecimento. Este método de ensino-aprendizagem é chamado de educação bancária, como denunciava o educador Paulo Freire.

É um processo pautado na transmissão dos conhecimentos do professor para o aluno, muitas vezes de forma descontextualizada e sem a construção do conhecimento de forma coletiva. O saber, neste caso, é um dado cristalizado e não um processo que está em constante mudança.

Inspirada na pedagogia da autonomia de Paulo Freire, bell hooks defende a construção do pensamento crítico engajado e autônomo a partir de uma pedagogia que estimule os estudantes a serem protagonistas do conhecimento e interajam em sala de aula. A pedagogia engajada é uma estratégia de ensino que tem por objetivo recuperar o desejo dos estudantes de pensar e a vontade de alcançar a total autorrealização.

O foco central da pedagogia engajada é capacitar estudantes para pensar criticamente (HOOKS, 2020). A autora expõe que isso não acontece da noite para o dia, é preciso todo um estímulo dos educadores para que incentivem os alunos a se empolgarem com o exercício da problematização.

bell hooks alerta também que a maioria dos estudantes resiste ao processo do pensamento crítico; pois estão mais acostumados com o aprendizado que lhes permite permanecer passivos, afinal, foi assim que eles foram socializados. Causa certo incômodo se colocar nesses processos que são abstratos, complexos e muitas vezes não tem resposta simples. E algo similar acontece no processo de pesquisa.

bell hooks defende que o conhecimento e a investigação científica têm que ser construídos coletivamente, a partir da interação, escuta e debate. “Quando enxergamos a sala de aula como um lugar onde professor e estudantes podem compartilhar sua ‘luz interna’, temos o caminho para vislumbrar quem somos e como podemos aprender juntos” (HOOKS, 2020, p.38).

A partir dessas reflexões da bell hooks sobre ensinar e aprender e, também, por compreender que a pesquisa é um campo de aprendizagem constante, coloco que enquanto

pesquisadora vejo que é necessário desenvolver um pensamento crítico autônomo e engajado sobre as próprias teorias, os conceitos da ciência geográfica, sobre o nosso modo de fazer ciência e, assim, como estamos contribuindo socialmente.

Tanto o ensino como a pesquisa são experiências coletivas, embora tenha alguns momentos solitários, por exemplo, a escrita. É interessante pensar também que esse conhecimento deve ser socializado amplamente. Milani (2021) aponta que nas pesquisas sociais, aqui incluímos a Geografia, é necessário lembrar que os cientistas têm cor, raça, classe, gênero, posição política e ocupam espaços sociais.

O corpo não pode ser tratado de modo universal e neutro, pois tem raça, sexualidade e gênero, além de idade (faixa geracional) e classe socioeconômica e todos esses aspectos integram também os corpos daqueles que pesquisam. (HAESBAERT, 2020, p. 77, *apud*, MILANI, 2021, p. 130).

Para Milani (2021), uma ciência geográfica com perspectiva feminista deve estar atenta não apenas para evidenciar as questões de gênero, mas também para romper com o *modus operandi* de fazer investigação científica, ou seja, pesquisar, escutar, escrever de forma universalizante, seguindo uma estrutura que não identifica culturalmente os sujeitos sociais pesquisados e os pesquisadores.

Nesse ponto, diálogo com o que Gonzalez (2020) reforçava, é interessante refletirmos também a estilística da escrita e para quem queremos ser entendidos. “Toda linguagem é epistêmica. Nossa linguagem deve contribuir para o entendimento de nossa realidade. Uma linguagem revolucionária não deve embriagar, não pode levar à confusão” (GONZALEZ, 2020, p.138).

Além disso, fortalecer uma ciência com epistemologia feminista, não é só inserir mais mulheres nas pesquisas, ou fomentar mais estudos sobre a questão de gênero. Passa por isso também, inclusive, é muito recente, em comparação às outras ciências humanas, o diálogo que a geografia faz com o campo teórico-político de gênero e sexualidade.

Uma ciência feminista passa por superar o modo de saber e construir o conhecimento a partir de uma visão androcêntrica. Desde a linguagem utilizada para escrita do texto até a “lente”, que utilizamos para analisar a realidade, não seria mais em uma perspectiva masculina (homem, branco, ocidental, heterossexual), mas passaria a ser em um viés intersccecional, no sentido de olhar o mundo de forma inversa, a partir do olhar dos subalternos, dos que foram silenciados e marginalizados.

Milani (2021) coloca que é preciso fazer uma correlação entre a produção do conhecimento e as relações políticas, elas são inerentes ao processo de constituição do pensamento geográfico e de seu processo de legitimação da nossa ciência.

Fazer ciência é também fazer política, pois a Geografia, como todas as outras formas de aliança entre saber e poder, é um suporte epistemológico de múltiplos interesses, resultante de poderes próprios de sujeitos, rearranjados no tempo e no espaço. (MILANI, 2021, p. 135).

Como fazer então uma ciência geográfica socialmente engajada? Eis a questão. Longe de querer apresentar uma resposta fechada e sim trazer elementos para fomentar a discussão, acredito que passe por escutar os sujeitos sociais dos territórios, quais são suas principais questões, como eles e elas reelaboram temas que compreendemos como conceitos e categorias. Escutá-los e convidá-los a construir conosco a investigação científica é um dos primeiros passos.

Dialogar horizontalmente com os conhecimentos populares, estes que a ciência se apropria indiretamente, há tanto tempo e, às vezes, não dá o devido reconhecimento, é ponto central. Trazer para arena do debate científico geográfico “os saberes produzidos pelos ‘condenados da ciência’ (mulheres, negros, homossexuais) de forma emancipatória, significa instituir uma razão decolonial do saber científico e das práticas cotidianas que o sustentam” (MILANI, 2021, p. 134).

Na escolha dessa investigação, busquei evidenciar os saberes populares aprendidos com as agricultoras e estabelecer um diálogo com o conhecimento científico. Harvey (2006) coloca que devemos levar em consideração onde, com quem aprendemos e de que modo aprendemos. Essas escolhas se tornam ponto-estruturante para a construção do nosso entendimento de mundo e para a base dos compromissos intelectuais.

Os conhecimentos são e podem ser construídos numa variedade de formas, e o modo como são construídos desempenha um papel crucial em nossa capacidade de interpretar e de compreender nossa forma de ser no mundo. (HARVEY, 2006, p. 294).

Há uma nova vertente epistemológica na ciência que vem ganhando espaço nas últimas três décadas, a “decolonialidade”. Este paradigma, que é um campo amplo e com diversas perspectivas, tem um ponto em comum: uma crítica estrutural ao modo de desenvolver ciência pautada no racionalismo iluminista e a categoria homem como principal

centro do seu objeto de estudo. A reflexão sobre o pensamento decolonial juntamente com o debate epistêmico sobre o viés feminista na produção feminista contribuiu para o arcabouço teórico-metodológico desta pesquisa.

A decolonialidade refuta a crença que o conhecimento produzido pelos países centrais seriam superiores e pontos de referências para os conhecimentos produzidos pelos países do sul global. Nossa identidade, latino-americana, por exemplo, foi forjada pelas idéias europeias sobre o que era a América Latina.

A decolonialidade parte da importância de construir um pensamento científico a partir dos saberes e dos territórios dos países periféricos, e não mais importar teorias e implementá-las na realidade sul global de forma mecanicista. É uma análise sobre as consequências da colonização no campo subjetivo dos países que foram colônias. A superestrutura desta sociedade, o eixo cultural, está impregnada do modo de analisar o mundo a partir do olhar dos dominantes.

Almeida (2019) explica que o iluminismo tornou-se o fundamento filosófico das grandes revoluções liberais que “a pretexto de instituir a liberdade e livrar o mundo das trevas e preconceitos da religião, iria travar guerras contra as instituições absolutistas e o poder tradicional da nobreza” (2019, p. 22). Assim se iniciou e expandiu o capitalismo, a partir de um discurso moral de liberdade e da concepção de um ser humano universal. Ao mesmo tempo, em que levaram o discurso civilizatório a outras regiões do globo.

É nesse contexto que a raça emerge como um conceito central para que a aparente contradição entre a universalidade da razão e o ciclo de morte e destruição do colonialismo e da escravidão possam operar simultaneamente como fundamentos irremovíveis da sociedade contemporânea. Assim, a classificação de seres humanos serviria, mais do que para o conhecimento filosófico, como uma das tecnologias do colonialismo europeu para a submissão e destruição de populações das Américas, da África e da Ásia. (ALMEIDA, 2019, p. 22).

Almeida (2019) explica que a formação dos estados-nação exigiu uma profunda reorganização socioespacial, inserindo aspectos políticos e a constituição das identidades nacionais. O nacionalismo cria regras de pertencimento e também de exclusão. "A classificação dos indivíduos quanto o ato de inclusão/exclusão são operados em última instância pelo poder político” (2019, p. 22).

O sentido de fortalecimento de identidade e vínculos apenas entre o grupo social que pertence ao mesmo território leva à construção do “outro”. Esse outro é o povo e o seu

território distante, que não tem rosto, que não se cria empatia e não precisa construir traços de alteridade para com eles.

Foi um “projeto nacional” a produção de um discurso sobre o outro, tornando racional e emocionalmente aceitável a conquista e a destruição daqueles com os quais não se compartilha a mesma identidade. (ALMEIDA, 2019, p. 24).

Valter Cruz relembra que o fim do colonialismo não significou o fim da colonialidade. E que é impossível pensar a modernidade sem a colonialidade:

Dessa forma, a colonialidade do poder, do poder do ser e da natureza não é uma forma de dominação que usa exclusivamente os meios coercitivos para o exercício do poder; não se trata apenas de reprimir os dominados, mas também da instituição e naturalização do imaginário cultural europeu como única forma de relacionamento com a natureza, com o mundo social e com a própria subjetividade. (CRUZ, 2017, p. 16).

De acordo com Cruz (2017), a colonialidade do *poder-saber* é a intenção do colonizador de eliminar as muitas formas de conhecer e viver dos povos subalternos e impor outro modo de vida, de produção e relação com espaço, tendo como orientação a lógica colonizadora/capitalista. Refere-se a uma verdadeira invisibilização do outro, expropriado e ou usurpando o legado cultural desses povos. Trata-se de uma verdadeira violência epistêmica, como denuncia a pensadora indiana Gayatri Spivak.

Para Cruz (2017), a colonialidade, como herança colonial, orienta grande parte da produção intelectual do Brasil, incluindo, os geógrafos. “Para superarmos essas narrativas coloniais, precisamos repensar a forma como concebemos o tempo, o espaço e as diferenças, pois na estrutura dessas narrativas está sempre implícita certa forma de conceber o tempo-espaço.”

Por compreender que a decolonialidade se trata de uma natureza epistemológica de como produzimos e desenvolvemos conhecimentos, nas instituições ou não, considero que ela não se opõe ao pensamento das teorias marxistas, por exemplo, da teoria da dependência que faz uma análise também anticolonial no campo econômico em prol de uma autonomia dos territórios latino-americanos.

A independência dos países da América Latina não significou uma emancipação econômica, política e cultural, foi uma reconfiguração geopolítica fundamentada em novas formas de dominação e exploração. Carvalho (2021) compreende que tanto a decolonialidade como os estudos marxistas caminham no sentido de buscar projetos sociais em busca da

superação do caráter dependente da América Latina frente ao sistema capitalista mundial, em campos diferentes.

O primeiro, dentro do espaço acadêmico abarcando temas como identidade e raça e o segundo uma produção teórica fundamentada na crítica ao imperialismo e na busca pela superação, baseada em uma práxis revolucionária, do modelo de reprodução capitalista, embora haja uma recusa de alguns autores decoloniais em aceitar o método materialista histórico dialético de apreensão da realidade e a práxis revolucionária.

Carvalho (2021) cita Mariátegui que representa uma síntese dialética que busca um diálogo entre o método de interpretação histórica de uma sociedade de Marx com as tradições milenares da comunidade indígena peruana. E que um dos principais problemas encontrados ao longo do desenvolvimento histórico do Peru, foi a dominação por parte de uma elite agrária latifundiária vinculada à natureza colonial da formação latino-americana.

A decolonialidade é um paradigma estruturado recentemente e que vem crescendo entre os intelectuais críticos das ciências humanas. Contudo, é importante frisar que essa perspectiva de criticar a ideologia dominante que afeta não só a economia, mas a produção de conhecimento e o entendimento do mundo, já vêm sendo feita há bastante tempo. No Brasil, temos Josué de Castro e Lélia Gonzalez, que são autores que têm uma perspectiva anticolonial na produção científica<sup>9</sup>.

Esses autores supracitados realizaram uma interessante conexão entre a crítica à econômica etapista para América Latina e as consequências e as teorias acadêmicas que se retroalimentam dessa perspectiva de economia. Em contrapartida, buscaram aprofundar, sistematizar e legitimar os conhecimentos subalternos latinos americanos. O cruzamento da crítica ao campo econômico, que gera opressões e explorações, e a crítica como a sociedade é dominada por uma perspectiva iluminista-cartesiana-moderna não devem estar separadas.

Carvalho (2021) cita também Ruy Mauro Marini e Vânia Bambirra, que desenvolveram o campo da teoria marxista da dependência, esse campo de estudos propõe a investigação da dependência não como elemento externo, mas sim como um conjunto de determinações particulares da reprodução capitalista na América Latina.

O capitalismo na América Latina se desenvolveu dentro do contexto da expansão do capitalismo mundial. Em função disso, assume formas específicas que, sem negar as leis gerais do movimento do sistema, configuraram no continente tipos específicos

---

<sup>9</sup> Irei trazer a obra de Josué de Castro no capítulo 2, no qual discuto sobre a fome. E o pensamento de Lélia Gonzalez será apresentado no capítulo 3, onde situou a discussão sobre feminismo e gênero.

de capitalismo dependente, cujo caráter e modo de funcionamento estão intrinsecamente conectados à dinâmica que assume historicamente o capitalismo nos países centrais. (BAMBIRRA, 2012, p.33, *apud*, CARVALHO, 2021, p. 13).

A colonialidade é a construção de um padrão específico de poder e saber nas relações sociais nos países subdesenvolvidos, que foram colônias de exploração. A própria concepção de si se materializa a partir do olhar e dos valores eurocêntricos, internalizando uma ideia sobre nós mesmos. A colonialidade tem como alicerce a ideia de um conhecimento universal, homogeneizante, para compreender a sociedade, neste sentido, exclui a diversidade que é a característica elementar dos seres humanos.

Carvalho (2021) defende que as análises marxistas e decoloniais são mais complementares do que díspares e que se faz necessário:

desmistificar o eurocentrismo presente no marxismo e mostrar a capacidade dinâmica do materialismo histórico como concepção teórico-metodológica de análise crítica da realidade; em seguida, deve-se evidenciar a necessidade de intersecção entre classe e as questões de gênero e raça presente nos estudos decoloniais, tópicos fundamentais para entender o processo latino-americano. (2021, p.21).

Um olhar a partir da decolonialidade pode possibilitar a construção de uma relação sociedade - natureza e com os conhecimentos ancestrais de modo diferente como ocorre hoje. A decolonialidade pode contribuir na construção de ações concretas na edificação de um novo modo de produção e organização social, pautado nas necessidades humanas coletivas.

Descolonizar pode ser vista, assim, como uma dinâmica ainda mais ampla, na medida em que envolve a r-existência (no sentido de resistir para defender a própria existência) a todo tipo de dominação, expropriação e/ou opressão, como demonstrado pelas diferentes formas de exploração do trabalho, pelo racismo e pela aculturação compulsória, presentes em diferentes modelos civilizatórios. (HAESBAERT, 2021, p. 10-11).

Nesse sentido, o pensamento decolonial, marxista e a vertente que dialoga com a perspectiva da ciência feminista podem contribuir profundamente na construção de uma ciência geográfica crítica, autônoma e engajada socialmente. Uma ciência geográfica que possa dar conta da diversidade que é a classe trabalhadora, no sentido de identidades, raça, gênero e sexualidade e suas transformações e atuações espaços-temporais diferentes. No próximo tópico, dedico-me mais um pouco sobre a reflexão do método materialista histórico e dialético e a importância dele para análise da realidade social no espaço geográfico.



## 2.2 O percurso metodológico da pesquisa: teoria, método e instrumentos utilizados

Figura 01 - Estrada de piçarra alagada



Fonte: Araújo (2022)

O percurso de uma pesquisa científica é sempre surpreendente. Iniciamos o trajeto com uma inquietante pergunta de partida, com alguns instrumentos, hipóteses e desejo de desbravar o mundo do conhecimento.

Contamos, principalmente aqueles que já têm um pouco mais de experiências em outras estradas de pesquisas, com os imprevistos, os percalços no caminho, a necessidade de fazer alguns desvios, pegar atalhos e, sobretudo, descansar, aproveitar a própria estrada, que é o que enriquece o pesquisador-desbravador.

De muitos infortúnios que pudessem ocorrer nesta fase, porém, atravessar uma pandemia, era o que menos tínhamos, nós, pesquisadores contemporâneos, conjecturado que ia acontecer.

A presente pesquisa foi realizada em um período que vivenciamos grandes impactos da crise ambiental-sanitária causada pela pandemia *coronavírus* que afetou não só a saúde pública, mas também a economia, a política e o cotidiano das pessoas. O isolamento social modificou e interferiu a dinâmica e o cronograma das pesquisas científicas.

As geógrafas e os geógrafos que estão acostumados a realizar suas pesquisas fincadas nos territórios, viram-se em uma situação bastante singular de realizar parte da investigação “à distância”, utilizando as tecnologias da internet para dar continuidade aos estudos.

No caso desta investigação, foi necessária uma reelaboração das etapas da pesquisa e o adiamento da segunda parte do trabalho de campo. Continuei mantendo contato com as camponesas através de *google meet* e *whatsapp*. As mulheres pesquisadas também sofreram bastante com a pandemia. Isoladas nas suas áreas rurais, com pouca assistência do Estado, também tiveram que reorganizar as dinâmicas sociais de trabalho e lazer. Sem sabermos ao certo quanto tempo a crise mais aguda da pandemia ia durar, fomos mantendo contato e compartilhando as dificuldades e informações do cotidiano.

Desse modo, mesmo com os empecilhos, esta investigação se constituiu a partir de uma abordagem qualitativa, com intenção de promover uma aproximação sobre a temática estudada, no caso, a relação entre a agroecologia e as mulheres.

Uma pesquisa social qualitativa se constrói com a associação da leitura bibliográfica e as vivências em campo. Este último, Minayo (2008, p.15) define como “[...] um recorte espacial que diz respeito à abrangência do recorte teórico correspondente ao objeto de investigação”. Assim, o campo é a materialidade do tema escolhido para pesquisa.

Ramires e Pessoa (2013) expõem que a pesquisa qualitativa se concebe a partir da relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, em uma interdependência viva entre os participantes. Colocam que “[...] os pesquisadores qualitativos estão mais preocupados com o processo, e não simplesmente com os resultados tendo o ambiente natural como fonte direta e grande destaque são dados à interpretação do significado das ações sociais” (p. 213).

Ao discorrer sobre o percurso metodológico, busco evidenciar o processo de confluência entre referencial teórico e os aprendizados das vivências em campo. “É na intersecção desses encontros que surge a alma da pesquisa — o novo —, o produto dessa confluência que pode vir a contribuir para a ampliação do debate sobre a temática” (ARAUJO, 2016, p.27).

Minayo (2014) explica que a metodologia integra o método, as técnicas, ferramentas utilizadas e a criatividade da pesquisadora e do pesquisador. Início com uma reflexão sobre a escolha do método.

Na busca de interpretar o mundo, os pensadores elaboraram teorias do conhecimento que pudessem dar conta de nos explicar questões pertinentes para compreendermos um pouco

mais a realidade complexa em que vivemos. Muitas dessas teorias convergem e divergem sobre como estão organizadas as relações socioespaciais, de trabalho e de relação sociedade e natureza. E, principalmente, de quais soluções para as possíveis problemáticas.

As refutações de ideias são extremamente necessárias para colocar a ciência em movimento e não estagnar. É a partir das refutações que ela vai se ampliando e se tornando mais complexa. Todavia, principalmente, nas ciências sociais, as divergências de ideias estão relacionadas ao método científico escolhido para analisar um recorte da realidade. O método está intrínseco com uma visão política e ideológica de entendimento de mundo. Pinheiro (2004) explica que:

O termo método, que vem do grego *methodos* (*meta* = além de, após + *odos* = caminhos), costuma ser confundido com metodologia, que deriva do grego *méthodos* (caminho para chegar a um objetivo) + *logos* (conhecimentos). O método científico é o caminho da ciência para alcançar um objetivo, comportando processos mentais e modos gerais de se conduzir à trajetória teórico-metodológica da pesquisa; refere-se à teoria do conhecimento que norteará o estudo. (PINHEIRO, 2004, p. 26).

Assim, o método científico está vinculado ao referencial teórico selecionado, aos autores que são escolhidos para dialogar e ao campo teórico político demarcado que será aprofundado. O método é explicado também como a lente que escolhemos para analisar a problemática investigada. Dependendo da lente, algumas categorias são evidenciadas e outras não. O método é um eixo estruturante, não é só determinante nas escolhas das referências bibliográficas, mas influencia nas outras etapas da pesquisa.

À luz de leituras de intelectuais que se inserem dentro da análise teórica do tema pesquisado, somada a minha experiência profissional e pessoal, aproximei-me do método materialista histórico que compreende a realidade como uma totalidade histórico-social.

Os processos históricos têm muita importância para entendermos as complexidades e as estruturas socioespaciais existentes. “Introduzo o problema do método logo de saída, porque frequentemente a ciência é definida em função de seu método” (ALVES, 2016, p. 70). Neste sentido, visto que os sujeitos da pesquisa fazem parte da classe trabalhadora, os camponeses, considero importante a utilização de lentes que visualizem as lutas de classes.

O intuito de se aproximar do método materialismo histórico dialético (MHD) é um exercício complexo, contínuo, porém, bastante prazeroso e enriquecedor. Compreendo que o MHD não é uma fórmula pronta e é até difícil defini-lo. É uma teoria e práxis, o processo de apreensão dele requer tempo e mergulho na teoria, na formação política e, também, em experiências nas organizações sociais.

A apropriação deste é tecida a partir de uma maturidade intelectual, na formação de um intelectual orgânico. Desse modo, vejo-me em um processo inicial, com as primeiras reflexões. Uma das principais características do método de Marx é se tratar de uma concepção materialista da História, ou seja, que as idéias estão sujeitas ao real e não o contrário.

Esse materialismo não deve ser confundido com o empirismo, pois “não é simplesmente a auto-exposição do objeto, mas é uma exposição crítica do objeto com base em suas contradições” (CHAGAS, 2011, p.03), ou seja, a exposição dentro do método em Marx só é possível indo ao próprio objeto real em sua materialidade, mas essa exposição não pode ser compreendida como mera apresentação na aparência do objeto, mas por sua crítica. O método dialético não é uma técnica de intervenção externa da abstração ao objeto material.

O pensamento tem, na verdade, que se livrar de opiniões pré-concebidas, de conceitos externos ao objeto, de hipóteses que pairam acima dele, para nele mergulhar e penetrá-lo, considerando apenas o seu movimento, para trazer à consciência este trabalho da própria lógica específica do objeto específico. (CHAGAS, 2011, p.03).

O materialismo histórico visa construir instrumentos de compreensão e ação sobre a realidade, enxerga a existência dos seres humanos (suas formas de organização) inseridas dentro de um contexto histórico e de acordo com as relações materiais da sociedade. Assim, nossa estrutura social é herdada de condições do passado. Exemplo, o racismo não é apenas um elemento moral, de comportamento, opiniões, são também ações que foram se solidificando dentro da estrutura social e contribuindo para o formato da mesma. Além de serem questões subjetivas, estes aspectos foram edificados em cima de explorações e de uma lógica de produção que necessitava destas lógicas, racista e machistas, para se reproduzir. São condições históricas e materiais.

A História para Marx ocupa um papel central em seu papel de análise, chegando a afirmar que “conhecemos uma única ciência, a ciência da História” (MARX e ENGELS, 2005). Com isso, Marx quer nos trazer a luz de que qualquer objeto ancorado no tempo, tendo sido resultado de processos anteriores a ele e que, por conseguinte, tem sua temporalidade definida também pela história.

Marx concebe a História como fruto das relações sociais entre os seres humanos e não se trata aqui de uma linha reta evolutiva, pelo contrário, justamente pela história ser fruto das inúmeras possibilidades que as relações humanas podem porvir. A concepção materialista

histórica dialética parte da ideia, como colocam Engels e Marx (2005), de que a produção é a base da ordem social e juntamente com ela a divisão social, as classes sociais, são determinadas pelo o que a sociedade produz e como produz.

Assim, eles afirmam que para compreender a dinâmica da sociedade, temos que partir da concepção estrutural da mesma, que se encontra no seu modo de produção e de troca. Ou seja, as formas de produção (insere-se aí a divisão social do trabalho) são determinantes (leia-se bem, determinantes, não deterministas) para configurar as formas de organização social e espacial. Uma boa reflexão, analisando uma dada realidade do espaço agrário, as perguntas iniciais que devemos fazer: Quem são os proprietários da terra? Quem administra os meios de produção? Isso é importante para entendermos as condições sociais que estão sendo postas.

Outros elementos que servem para reflexão: Como se organiza a família diante da produção social? Que trabalho é remunerado? Que trabalho se configura como não pago? Quem recebe o peso da responsabilidade pela reprodução social? Assim, compreendemos que dentro da divisão social do trabalho, há também a divisão sexual do trabalho. É importante salientar que o materialismo histórico não é um método economicista. Este se propõe compreender os elementos estruturantes que condicionam a produção e a reprodução da vida real. De acordo com Netto (2011), as condições econômicas são a base da infraestrutura da sociedade, possuindo outros vetores como superestruturas: formas políticas, jurídicas, concepções filosóficas, religiosas e a cultura.

Para Marx, a dialética não se move do Ideal para o real, mas sim do real para o ideal, sendo esse ideal uma abstração do real para que se possa retornar ao real em sua crítica. Esse mecanismo mental é a chave do pensamento dialético marxista, e o princípio para compreender a categoria de totalidade. Chagas o define da seguinte forma:

Portanto, embora as idéias, as representações, sejam produzidas pelos homens, elas, e todas as formas de ideações, como a moral, a teologia, a filosofia e qualquer outra ideologia, não são desligadas dos fatos, desprovidas de pressupostos, incondicionadas, auto-engendradas, mas são expressões ideais das circunstâncias reais, das condições materiais de existência, extraídas do mundo real, isto é, tem como raiz, como fonte primária, a produção e o intercâmbio material da vida social-humana. (CHAGAS, 2011, p.09).

A totalidade em Marx é a concepção que cada objeto carrega em si suas próprias contradições e as contradições de uma totalidade, ou seja, o objeto é uma porta de acesso as contradições dialéticas que vão além dele, ou melhor:

Marx parte da produção material, socialmente determinada, e demonstra que ela é um todo orgânico, dinâmico, uma rica totalidade de relações diversas, na qual seus momentos constitutivos, a distribuição, a troca e o consumo, estão concatenados entre si, formando unidade sintética, embora contraditória: a produção oferece, na forma material, o seu objeto, isto é, os elementos materiais do consumo, pois sem objeto não há consumo. (CHAGAS, 2011, p. 14)

O materialismo histórico não analisa os fenômenos de forma isolada, compreende que cada elemento específico é uma peça de uma totalidade, busca analisar a sociedade capitalista por dentro. Investigar seus processos contraditórios e desiguais. As classes sociais, existentes dentro dessa lógica capitalista, são relações sociais, de poder, são mediadas pelo viés econômico, e atravessadas pelos segmentos das superestruturas.

A categoria totalidade propõe o exercício de analisar os fenômenos a partir de conexões, onde o todo supera as partes, mas as relações complexas e contraditórias estão contidas em cada parte do “fragmento” do real.

Marx (2010) explica que é o modo de produção da vida material que condiciona o processo de vida social, política e espiritual. É o ser social que condiciona a consciência humana. Para mudar a realidade, precisamos construir condições materiais para isso. São inseridas dentro dos processos dialéticos desenvolvidos dentro da própria sociedade capitalista, nos seus espaços de conflitos, transformações, fissuras, a partir das atividades humanas.

No processo de análise marxista, as questões surgem na materialidade, na realidade concreta, posteriormente, que é levada ao abstrato, indagada e, por fim, edificado os conceitos. Em seguida, retorna ao concreto, compreendendo as riquezas de complexidades e determinações existentes. O ponto de partida do conhecimento pode ser a partir da aparência do objeto (o visível/ o mais imediato), no caso a questão da alimentação. Contudo, a aparência não esgota o fenômeno. Tentaremos acessar a “essência” do objeto.

O acesso à “conexão íntima” passa pela desconstrução das aparências, e o conhecimento participa do real por um processo de diferenciação gradual. Então, nesse sentido, iremos investigar os elementos invisíveis e complexos que permeiam a questão alimentar, sair do simples e adentrar nas suas diversas estruturas e totalidade.

Pinheiro (2004) explica que a metodologia se refere “às regras estabelecidas para o método científico, ou seja, está ligada a práticas e técnicas usadas para reunir, processar, manipular e interpretar informações”. (2004, p. 26).

O percurso metodológico se realizou seguindo: levantamento bibliográfico, onde o referencial teórico se fez presente em todas as etapas da pesquisa no sentido de embasar e inspirar a escrita; levantamento documental na Associação Cristã de Base (ACB)<sup>10</sup> e no Sindicato dos Trabalhadores e das Trabalhadoras rurais do Crato (STTR) e o CETRA<sup>11</sup> que colaboram diretamente com a pesquisa; trabalhos de campo que foram realizados das seguintes formas: visita exploratória, visita às feiras agroecológicas e contato com as camponesas, reunião na ACB e no STTR; entrevista virtuais com as agricultoras no período mais agudo da pandemia, e trabalho de campo para visita dos quintais produtivos e os agroecossistemas delas. Por fim, análise do que foi apreendido no campo e na escrita.

No campo de formação sobre a temática, considero importante ressaltar algumas atividades que foram desenvolvidas no período do doutorado e foram imprescindíveis para me apropriar do tema e realizar uma pesquisa que teve profundas trocas e contribuições.

É necessário, primeiro, pontuar as disciplinas, no período do doutorado, que foram bastante profícuas e os edificantes debates com os colegas: *Estado e Políticas Públicas no Brasil*, ministrada pela professora Alba de Carvalho, no programa de Pós-Graduação em Avaliação de Políticas Públicas (UFC); *Estado e Classes Sociais no Brasil*, ministrada por Jawdat Elhaj, no Programa de Pós-Graduação em Sociologia (UFC), *Espaço, Território, Paisagem, Região e Território*, ministrados pelo professor José Borzacchiello, *Tópicos Especiais - Questão Agrária e os Movimentos Sociais internacional do campo*, com professor Peter Rosset e, por fim, *Território, Campesinato e Relações de Poder*, ministrada pela professora Alexandra de Oliveira, estas duas últimas no programa de Pós Graduação em Geografia (UFC).

---

<sup>10</sup> A Associação Cristã de Base (ACB) é uma organização não governamental que atua na região do Cariri. Auxilia os camponeses apresentando técnicas e dando acesso a tecnologias sociais que ajudam os camponeses a terem melhor produção e convívio com território-natureza. A ACB surge na década de 80 no intuito de realizar uma formação de base, através do debate sobre sindicalismo, convivência sustentável com a natureza e empoderamento das populações do campo. Desenvolve também projetos para o fortalecimento da segurança hídrica e alimentar das populações rurais, fortalecendo casas de sementes, produção de cisternas, quintais produtivos e a organização das feiras agroecológicas na sede do Crato. A Associação Cristã de Base (ACB) realiza parceria com o Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais do Crato (STTR). Para mais informações, acessar: <https://www.acbcrato.org/>

<sup>11</sup> O Centro de Estudos do Trabalho e de Assessoria ao Trabalhador (CETRA) é uma organização de desenvolvimento, não-confessional (laica), não-partidária e sem fins lucrativos fundada em 1981 por setores organizados da sociedade civil, A instituição atua desenvolvendo ações de assistência social e técnica, intervindo na realidade e construindo novos saberes junto ao público de sua atenção, sendo que este é formado por famílias camponesas, trabalhadores e trabalhadoras rurais. Para mais informações, acessar: <https://cetra.org.br/index.php/pt-br/>.

Posteriormente, a participação da organização do *I Encontro Estadual de Geografia Agrária- EGACE*. Este evento reuniu a participação de geógrafas e os geógrafos cearenses da Universidade Federal do Ceará (UFC), Universidade Estadual do Ceará (UECE), Universidade Estadual do Vale do Acaraú (UVA) e Universidade Regional do Cariri (URCA) e também a participação dos movimentos sociais do campo. Este evento buscou fortalecer o campo da ciência que visa discutir as questões sociais, a concentração fundiária e a privatização ao acesso à água no espaço agrário e, principalmente, dar visibilidade às lutas e resistência da classe camponesa. Foi um momento bastante rico para a Geografia cearense.

Cito também a minha participação no *X Congresso ALASUR - Sociologia Rural*, em Montevideu, Uruguai. Um espaço muito importante visto a relevância do congresso nos estudos de ciências sociais sobre o rural e a reprodução do campesinato. Um momento profícuo de diálogo com os pesquisadores latino-americanos sobre a reestruturação do capital no espaço agrário e as formas de organização dos camponeses na América Latina.

Particpei do *3º Colóquio Internacional Feminismo e Agroecologia* e o *Simpósio Internacional de Geografia Agrária (SINGA)*, ambos realizados na cidade de Recife - PE. O colóquio fortaleceu a ideia de trabalhar o tema mulheres na agricultura. Comecei a participar das atividades do Fórum Cearense de Segurança e Soberania Alimentar e Nutricional (FCSSAN).

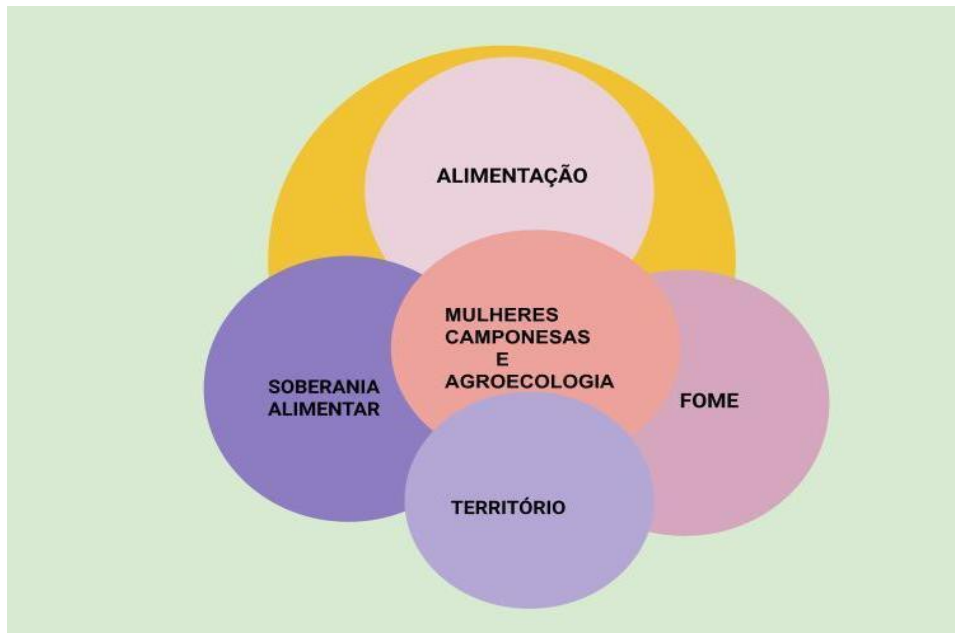
No âmbito pessoal, inseri-me na organização do ato 8 de Março de Fortaleza-CE. Para o desenvolvimento do 8 de Março (ato político do dia internacional das lutas das mulheres) foram necessárias várias reuniões de construção, diversos movimentos de mulheres, e de escuta de suas principais pautas. Aproximei-me, assim, das discussões sobre gênero e reprodução social.

Nesta tendência, realizamos também atividades abertas para o público sobre feminismo, mini-cursos e formações internas sobre opressões e explorações, classes sociais e etc., trabalhamos com diversas categorias de trabalhadores, como os rodoviários, confecção feminina e da construção civil.

Realizei ainda um curso de fotografia no SENAC- CE. Considero relevante visto que a fotografia vai ser um instrumento significativo no trabalho de campo e também porque tenho desenvolvido trabalhos vinculados às artes visuais. Esses processos formativos citados foram importantes para a tessitura da tese e refletir sobre mulheres e agroecologia. Em seguida, trago um organograma com as principais categorias analíticas que atravessaram essa pesquisa.



Figura 2 - Organograma ilustrando o eixo central e os pontos-chave da pesquisa



Fonte: Araújo (2020).

O organograma traz os elementos-chave da pesquisa. Tendo como objeto central o debate sobre as mulheres camponesas e a agroecologia, que são atravessadas pelas seguintes categorias e questões na realidade social: fome, território, alimentação e soberania alimentar.

É necessário estudar sobre a fome e a estrutura social que a consolida. Em seguida, a discussão sobre alimentação tem que estar intercalada na compreensão de que os fenômenos locais não se dão de modo desconectados da totalidade.

Além disso, trazer o debate e conceituar a Agricultura Camponesa *versus* o Agronegócio. Como se constrói a trama relação de campo-cidade, no sentido de que os alimentos são produzidos no espaço agrário e, uma boa parte, escoado para cidade, seja através de grandes mercados ou feiras agroecológicas. O estudo buscará evidenciar a importância de se debater a questão das mulheres, e o seu papel para a construção da soberania alimentar. A agroecologia é a base para se discutir a questão da alimentação. Esses elementos não estão isolados, mas eles se relacionam entre si.

O território se apresenta como categoria analítica no sentido de compreender as práticas de territorialidade a partir da alimentação, esta como identidade camponesa, condição material para existência humana é resultado da relação terra – natureza. Por fim, a soberania

alimentar revela-se como horizonte construído no berço da materialidade dos movimentos sociais e possui como pedra angular a agroecologia.

Nesse sentido, as perguntas de partida que impulsionaram esse estudo foram: Como a atuação das mulheres camponesas constrói uma agricultura agroecológica, contribuindo para o desenvolvimento do seu território, tendo como valores a equidade de gênero, classe, raça e o acesso a uma comida de verdade? E qual é a concepção da agroecologia, fome e fartura para essas mulheres, e suas possíveis estratégias para romper as estruturas de opressões sociais e enfrentar a fome?

Objetivamos, principalmente, investigar o papel político e a práxis agroecológica desenvolvida pelas camponesas do município do Crato-CE. No intuito de analisar o processo em que elas desenvolvem a agroecologia e, ao mesmo tempo, são transformadas pela mesma.

Temos como objetivos específicos: Compreender as múltiplas dimensões da vida dessas mulheres camponesas e de suas territorialidades; Identificar as principais dificuldades enfrentadas pelas agricultoras, no sentido de serem mulheres que vivem no campo; Analisar as contradições sociais que marcam o território agrário caririense, que faz conviver diversidade, fartura, fome e desigualdade social no território; Compreender os sistemas agroalimentares, no viés agroecológico, desenvolvidos por mulheres camponesas, no município do Crato-CE, e o seu diálogo com o projeto de soberania alimentar.

Nos trabalhos de campo e na etapa de pesquisa documental, um instrumento fundamental foram os registros fotográficos<sup>12</sup>. Tanto as entrevistas como a fotografia são instrumentos importantes para relacionar os aspectos objetivos e subjetivos. As formas de organização social, os principais elementos, mas também como essa estrutura social afeta as pessoas, contribuem para observar os detalhes, as narrativas, pontos que poderiam passar despercebidos, mas nos ajudam a apreender mais sobre as experiências investigadas.

No processo da pesquisa, a fotografia aparece em dois momentos: 1) No levantamento e análise dos registros fotográficos, tanto da Associação Cristão de Base (ACB) que assessora as agriculturas, sujeitos - chaves desta pesquisa, quanto dos próprios materiais imagéticos que as agricultoras guardam, dos períodos de ocupação, reuniões das

---

<sup>12</sup> É importante salientar o meu vínculo com a produção imagética. Fiz um curso de Realização de Audiovisual, na instituição Vila das Artes, em 2016, e atualmente estou fazendo um curso de Fotografia, no SENAC - CE. Dirigi um curta metragem, chamado Ruralidades, no período do mestrado, que se vinculava com a minha pesquisa da dissertação. Participei também da produção e direção de arte de outras curtas-metragens e exposição vinculadas às artes visuais. Para acessar alguma das minhas fotografias, ver: <https://www.behance.net/bruaraujc41e>

organizações, início das produções agroecológicas, das feiras agroecológicas (compondo assim um levantamento documental); e 2) Nos registros fotográficos que realizei nos trabalhos de campo, nesse momento, as fotografias foram grande aliada no caderno de campo e nas entrevistas semiestruturadas.

A fotografia cumpre um importante papel de realizar registros dos processos que permeiam a vida cotidiana dessas mulheres camponesas e a relação delas com a agricultura: preparo da terra, o cultivo, a irrigação, a colheita, o transporte para as feiras agroecológicas, a comercialização dos alimentos e o contato com os consumidores. Além disso, as reuniões em suas organizações, espaço privado, trabalho doméstico, os momentos de lazer e interação social.

A partir dos registros realizados em campo, foi possível ter um acervo imagético dos processos diários, de suas articulações, gestão dos quintais produtivos, de se reinventarem e se constituírem como sujeitos de suas histórias. As imagens fotográficas nos ajudam a compreender e a “vivenciar” as experiências agroecológicas das camponesas. Nos ajuda na construção de narrativa de vida dessas mulheres, a imagem aparece também como narrativa visual e como discurso. Além disso, revela os elementos não ditos e para além de uma construção verbal-científica.

Os registros fotográficos se tornaram também um mediador da realidade. Tive a oportunidade de refletir a partir das fotografias, o que não foi possível no “calor” das emoções no campo. Assim, as fotografias são um instrumento de registro, de análise, reflexão, memória, conexão arte e ciência.

A fotografia possui três características: a) é um registro documental por representar a realidade; b) é artística por criar emoções; c) é textual por transmitir ideologias e valores. Diante da fotografia o espectador recebe informação (função epistêmica), sensações (função estética) e representações sócio-culturais (função simbólica), o que permite ao homem reafirmar e precisar a sua relação com o mundo da imagem. (CAVEDON, 2005, p. 16).

Figura 3 - I Encontro da Mulher camponesa, no Crato - CE



Fonte: Associação Cristã de Base (1989)

A fotografia anterior é antiga, pertencente ao acervo de fotografias da ACB. É um registro dos primeiros encontros para discutir a questão de ser mulher no campo. Além dessas fotos, a ACB guarda registros das primeiras ocupações e lutas pela terra no espaço agrário caririense, uma fonte importante para compreendermos a dinâmica da organização camponesa na região.

A fotografia é também uma experiência de alteridade, de aprender sobre e com outro na plenitude da sua diferença e com suas experiências de vida. De mergulhar no universo do outro sem esquecer sua bagagem e quem você é, mas também de se permitir observar e vivenciar o universo do outro, e o que ele nos permite apre(e)der. A fotografia é um registro desse encontro.

Andrade (2005) expõe que a fotografia contribui para desbravar e documentar o mundo desconhecido e colabora na apreensão de significados e fragmentos que moldam os relatos captados no campo.

Martins (2009), além de realizar pesquisas sobre questão a agrária e camponesa, realizou estudos sobre a Sociologia da Fotografia. Para o autor, a fotografia nos ajuda a interpretar a realidade dos sujeitos pesquisados. Não se trata de extrair o real, mas sim falar sobre o real, a partir de um ângulo e construções pensados.

A fotografia é composta pelo olhar do fotógrafo, o ambiente e/ ou sujeito fotografado e o espectador. “Ao fotografar é preciso olhar e esse olhar é atribuir sentidos e captar sentidos incorporados no objeto” (Koury, 1999, p. 66, *apud* CAVEDON, 2005, p. 16).

Fortalecer essa experiência fotográfica, também se parece oportuno para desvelar a interação do sujeito social fotografado e a pesquisadora - fotógrafa, uma experiência desses sujeitos que estão tecendo esta pesquisa. Novaes (2012), afirma que a fotografia aparece como recurso estratégico que se alia ao caderno de campo, permitindo registrar o que dificilmente conseguimos descrever em palavras.

É, ainda, a oportunidade de nos conectarmos com a arte, assim, também com a nossa humanidade. E por fim, registrar um fragmento de um espaço-tempo, e observá-los várias vezes. A fotografia me inspirou e contribuiu no meu processo de escrita.

Escrever é a etapa final da pesquisa, é o momento de sintetizar o que foi aprendido no campo e de desenvolver um diálogo com as leituras realizadas. É a etapa mais importante, pois sem ela não há conclusão da pesquisa, e também a mais difícil. É necessário ter um momento de recolhimento e de silêncio para entrar na imersão das palavras.

Contudo, apesar das dificuldades, escrever é também bastante prazeroso e transformador. A materialização dos pensamentos, exige tempo e sensibilidade para amadurecer as ideias no papel. Concordo com Zanella que:

Ao escrever, os pensamentos se transformam e, nesse movimento, transforma o próprio escritor, seus pensamentos, suas emoções e suas condições axiológicas. A escrita da pesquisa é muito mais do que um relato: é a narrativa da relação de quem escreve/ pesquisa com a situação investigada. (ZANELLA, 2012, p. 89-90).

Em meu texto da dissertação de mestrado, refletindo sobre o processo de escrever, relatei que “a escrita é a oportunidade de expressar sobre o laço que se cria com os encontros, no tocante às trocas culturais e a imersão nas alteridades. Através das confluências entre o saber científico e o saber popular, os sujeitos em questão saem enriquecidos” (ARAÚJO, 2016, p. 41). Há dois movimentos que acontecem no momento da escrita científica: sistematizar os dados e as ponderações sobre a temática e, também, a própria formação intelectual da pesquisadora.

Gloria Anzaldúa (2000) relata a dificuldade para escrever, a dificuldade de se concentrar e de persistir na escrita. A escritora entende esse comportamento não como um caso individual, mas atribui ao modo como fomos socializados. A escrita é um processo bastante ativo, nada passivo. Exige criatividade, se expor, colocar opiniões e se posicionar, ou seja, desenvolver um pensamento autêntico.

Em nossa sociedade não é incentivado esse comportamento, sobretudo, para as mulheres. Até mesmo na pós-graduação, espaço em que se deve estimular pedagogicamente os pesquisadores a escrever, existe uma atmosfera de insegurança e o receio de se desenvolver um texto científico.

Por que escrever parece tão artificial para mim? Eu faço qualquer coisa para adiar este ato — esvazio o lixo, atendo o telefone. Uma voz é recorrente em mim: Quem sou eu, uma pobre chicanita do fim do mundo, para pensar que poderia escrever? [...] Como é difícil para nós pensar que podemos escolher tornar-nos escritoras, muito mais sentir e acreditar que podemos! O que temos para contribuir, para dar? Nossas próprias expectativas nos condicionam. (ANZALDÚA, 2000, p. 230).

Gloria Anzaldúa (2000) expõe de maneira bem direta os sentimentos que as mulheres, principalmente, as racializadas, têm de não se sentirem apropriadas para escrever, exercer o ato da escrita e da publicação.

Essa reflexão é bastante importante, pois as mulheres foram por muito tempo impedidas de se tornarem escritoras, muitas utilizam pseudônimos masculinos para escrever. Esse sentimento de não pertencimento com a escrita vem de como as mulheres anteriores a nós foram oprimidas e silenciadas. Desse modo, o ato de escrever para as mulheres é também um exercício de subversão e empoderamento. É, ainda, um exercício de narrar os fenômenos sociais a partir do olhar feminino e de como nos localizamos no mundo.

Escrevo para registrar o que os outros apagam quando falo, para reescrever as histórias mal escritas sobre mim, sobre você. Para me tornar mais íntima comigo mesma e consigo. Para me descobrir, preservar-me, construir-me, alcançar autonomia. [...] Finalmente, escrevo porque tenho medo de escrever, mas tenho um medo maior de não escrever. (ANZALDÚA, 2000, p.232)

Esta última reflexão de Anzaldúa nos mobiliza a escrever mesmo que não estejamos nos sentindo preparadas, mesmo que não pareça ser o momento adequado. A escritora convida as mulheres a mergulhar no processo da escrita por saber que historicamente fomos silenciadas e retiradas da condição de escritoras.

Escrever, por exemplo, sobre as condições complexas que é ser mulher nessa sociedade contemporânea, é também uma maneira de contribuir para as discussões sobre equidade de gênero. A escrita transforma quem escreve e também quem lê o que foi escrito, fica habitando e reverberando dentro de nós.

Essa discussão, me faz recordar a autobiografia de Ângela Davis (2019). A filósofa socialista sentiu a necessidade de registrar sobre uma fase importante da sua vida em que ela foi presa política. Ao contar detalhes sobre sua história pessoal, Ângela se conecta com o momento histórico e político que estava vivendo. Dentro de várias disputas de narrativas que pudessem ocorrer sobre o caso dela enquanto militante e presa política, Davis se antecipou em colocar sua versão dos fatos.

bell hooks (2020) explica que contar história nos ajuda no sentido de construção de comunidade e a compreendermos uns aos outros. Precisamos nos colocar nesse movimento de escutar, falar e escrever. A teórica relata que em seus longos anos na docência observou a insegurança dos jovens no ensino superior a se enxergarem como intelectuais em formação.

Um dos pontos que bell hooks (2020) trabalhou com os estudantes foi a autoestima, a qual ela define como “*a sensação de sermos apropriados para a vida e para as exigências da vida*”. Ampliando a explicação, ela afirma que a “autoestima é a confiança em nossa habilidade de pensar, lidar com os desafios da vida e confiança em ter direito a afirmar nossas necessidades e desejos, alcançar nossos valores e aproveitar os frutos de nossos esforços” (HOOKS, 2020, p.190). É necessário construir um elo sobre autoestima dentro das discussões sobre raça, gênero e classe. Podemos refletir quantas publicações são escritas por mulheres e quantas por homens? Quantas mulheres negras e periféricas?

No sentido amplo sobre a questão de gênero, Virginia Woolf (2014) explica que as mulheres foram convencidas (sócio-historicamente) a não acreditar em si mesmas, nas suas idéias e a não se sentirem empolgadas a desenvolvê-las, apresentá-las e defendê-las.

Os homens são acostumados a apresentar com segurança as suas idéias, por mais que elas possam até serem em alguns momentos não tão maduras, eles sabem que terão espaço e tempo para melhorá-las. As mulheres sentem que têm menos espaços e menos chances de errar, por isso que elas são mais exigentes com elas mesmas e às vezes se paralisam.

Em sua obra *O teto todo seu*, escrito no início do século XX, Woolf (2014) lança a seguinte reflexão: Sabemos pouco sobre as mulheres antes do século XVIII. Como era o cotidiano dessas mulheres? Isso ela está fazendo a partir de um olhar ocidental, podemos ampliar no sentido geral. Teria sido possível para qualquer mulher ter escrito as peças de Shakespeare à época dele? Shakespeare foi um ser humano que conseguiu expressar inteiramente o seu trabalho, teve tempo e liberdade para isso. Por que não existiu um gênio como Shakespeare entre a classe trabalhadora e, principalmente, entre as mulheres

trabalhadoras? Provavelmente, as mulheres estivessem ocupadas demais nos trabalhos de cuidados e afazeres dos serviços precarizados.

Essas reflexões de Woolf me fez lembrar o filme *A vida invisível de Eurídice Gusmão*<sup>13</sup> que narra a luta e os entraves de mulheres que querem construir uma trajetória de vida para além de um casamento e maternidade e o quanto elas são profundamente oprimidas por subverter a cultura patriarcal.

Virginia Woolf (2014) pontua que “as obras-primas não nascem de eventos únicos e solitários, são resultados de muitos anos de pensamentos comuns, de pensamentos coletivos, da forma que a experiência de massa está por trás de uma única voz” (WOOLF, 2014, p. 96).

Assim, penso também que uma pesquisa, por mais que seja escrita individualmente, é um processo coletivo. É uma busca de síntese do que vários grupos sociais vêm formulando sobre o assunto, sobretudo, a partir de suas experiências. Nesse sentido, esta pesquisa não foi solitária e é uma construção coletiva.

Inspirada nessas reflexões, encaro o desafio de escrever sobre agroecologia a partir do viés das mulheres camponesas do município do Crato, região do Cariri, sul do estado do Ceará. No intuito de visibilizar o papel político que essas mulheres possuem na agricultura camponesa local. E também por que sem a participação das mulheres não existe agroecologia.

Proponho evidenciar o engajamento das mulheres nas experiências de transição agroecológicas, o protagonismo delas dentro das associações e dos movimentos sociais na luta pela terra, acesso à agrobiodiversidade e na construção de um projeto de agroecologia tendo como horizonte a soberania alimentar.

---

<sup>13</sup> Filme de Karim Anaionz. Ano: 2019. Obra cinematográfica inspirada no livro com o mesmo nome, da escritora Marta Batalha. Sinopse do filme: Rio de Janeiro, década de 1940. Eurídice (Carol Duarte) é uma jovem talentosa, mas bastante introvertida. Guida (Julia Stockler) é sua irmã mais velha, e o oposto de seu temperamento em relação ao convívio social. Ambas vivem em um rígido regime patriarcal, o que faz com que trilhem caminhos distintos: Guida decide fugir de casa com o namorado, enquanto Eurídice se esforça para se tornar uma musicista, ao mesmo tempo em que precisa lidar com as responsabilidades da vida adulta e um casamento sem amor com Antenor (Gregório Duvivier). Acessado em: <https://www.adorocinema.com/filmes/filme-249383/>.



### 3 DA FOME À PRODUÇÃO DE ALIMENTOS AGROECOLÓGICOS, CONSTRUINDO UM HORIZONTE DE SOBERANIA ALIMENTAR

Figura 04 - Agricultora vendendo cupuaçu na Feira Agroecológica no Crato - CE.



Fonte: Araújo (2022)

Neste capítulo, trago uma discussão sobre a fome, este fenômeno que ronda a sociedade, que assusta, nos condiciona e que tira a nossa dignidade. Compreendo-a não como uma consequência ocasional, mas um processo e produto sociopolítico.

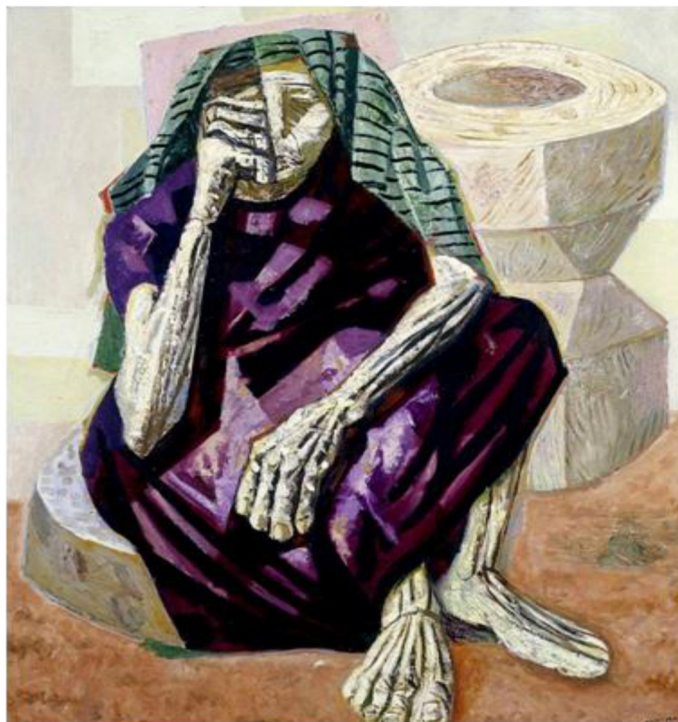
Posteriormente, apresento uma reflexão sobre a importância da alimentação para os seres humanos no sentido nutricional, mas, sobretudo como elemento constituinte de diversas civilizações e o desenvolvimento de suas culturas. O alimento é um dos eixos mais importante para nossa própria humanização. O alimento possui uma dimensão social, econômica, ambiental e territorial. Passaremos por uma discussão a nível macro - os modos de produção e as redes que compõem o alimento ao nível micro - nas relações cotidianas.

Abordo, ainda, sobre segurança e soberania alimentar e a agroecologia como ponto de partida para chegarmos a um acesso amplo e massificado à comida de verdade, que seria um alimento rico nutricionalmente, livre de agrotóxicos, produzidos com equidade de gênero e sem ou pouquíssimos impactos ambientais. Contudo, compreendo que para se debater sobre alimentação e comida, precisamos também falar sobre a fome. Assim, como dito inicialmente, inicio esta discussão sobre a questão alimentar a partir da fome, em um sentido sociológico,

ou seja, a fome coletiva, como um produto social. Fome e Alimentação andam lado a lado, uma linha tênue e invisível.

### 3.1 Fome: um produto social, corporificado e territorializado

Figura 05 - A mulher do pilão



Autor: Cândido Portinari (1945)

*13 de maio - Hoje amanheceu chovendo. É um dia simpático para mim. É o dia da abolição. Dia que comemoramos a libertação dos escravos. [...] Eu mandei o meu filho pedir um pouquinho de gordura à dona Ida. Ela não tinha. mandei-lhe um bilhete assim: Dona Ida, peço-te se pode me arranjar um pouco de gordura, para eu fazer uma sopa para os meninos. Hoje choveu e eu não pude catar papel. Agradeço, Carolina.” ... Choveu, esfriou. É o inverno que chega. E no inverno a gente come mais. A Vera começou a pedir comida e eu não tinha. Era a Reprise do espetáculo. [...] Fui pedir um pouco de banha Dona Lúcia. Ela deu-me a banha e arroz. Era 9 horas da noite quando comemos. E assim no dia 13 de Maio de 1958 lutava contra a escravatura atual - a fome. (Carolina Maria de Jesus)<sup>14</sup>*

<sup>14</sup> Trecho retirado do Livro Quarto de Despejo: Diário de uma favelada. 10ª ed. São Paulo: Editora Ática, 2014.

*Gente é pra brilhar, não pra morrer de fome (Caetano Veloso)*

A alimentação é um rico e complexo tema de estudos. Através dela podemos compreender a relação sociedade - natureza e as próprias relações sociais (cultura, política e poder, por exemplo). A alimentação revela sobre as nossas formas de sociabilização e o nosso contínuo processo de humanização.

Pensar a alimentação no nosso país é, inevitavelmente, refletir também sobre a fome, pois são processos sócio-geográficos intrínsecos. Fome e Alimentação são, também, processos sociopolíticos marcados nos territórios e nos corpos das pessoas. Um assunto acaba levando ao outro. Nos espaços rurais e urbanos, a população vem construindo artifícios para acessar alimentação e superar a fome. No campo teórico, os estudos sobre a fome têm como pano de fundo, o acesso à alimentação. E o estudo sobre a questão alimentar tem como intuito romper esse processo que acomete tantas pessoas em pleno século XXI.

Assim, para entendermos mais a fundo, a concretude do que estamos analisando, no caso a alimentação e seus processos de produção, distribuição e acesso, precisamos refletir sobre o seu antagonismo, a fome. Esse estado que causa incômodo, provoca suplícios, dores prolongadas e um mal-estar profundo.

Esta pesquisa faz parte da construção do pensamento da Geografia Agrária. Debruça-se em analisar como a agroecologia, a partir do viés das mulheres, vem territorializando o campo, materializando e (re)definindo a produção, circulação e acesso aos alimentos. Desse modo, contribuímos para o pensamento geográfico de compreender a agroecologia e o seu movimento em relação à alimentação e à fome, fenômenos presentes no espaço agrário brasileiro. A alimentação, enquanto objeto de estudo, exige uma abordagem interdisciplinar, e a Geografia possui ferramentas para fazer uma síntese desses conhecimentos, como enfatizava Josué de Castro<sup>15</sup>.

Castro (2008) defendia uma ciência engajada na transformação social, um dos seus principais questionamentos era o porquê de existirem poucas bibliografias científicas e literárias sobre o tema da fome, a quem interessava esse silêncio? Existia na sua época, pesquisas em quantidades relevantes sobre diversos assuntos, até mesmo sobre calamidades

---

<sup>15</sup> Josué de Castro, nasceu em 1908, médico e geógrafo, autor de diversas obras importantes como *Geografia da Fome* e *Geopolítica da Fome*, foi presidente da FAO, deputado federal pelo estado de Pernambuco, pelo partido PTB; embaixador do Brasil pela ONU; foi candidato duas vezes a dois prêmios Nobel, foi exilado e morreu em Paris, em 1973.

semelhantes, como guerra e epidemias, mas a fome seguia sendo secundarizada, deixada de lado, como se promovesse profundo incômodo só de falar sobre ela. Os questionamentos que o autor levantava eram: Quais são as causas ocultas dessa verdadeira conspiração de silêncio em torno da fome? Por que ela não desperta tanto interesse?

É necessário intensificar e ampliar os estudos sobre alimentação no mundo inteiro donde obrigação, em que se encontra os estudiosos desse problema, de apresentar os resultados, observações e contribuições parciais para levantamento do plano universal de combate à fome, de extermínio à mais aviltantes das calamidades, no sentido de satisfazer a mais fundamental das necessidades humanas - a necessidade de alimentos (CASTRO, 2008, p. 15).

A fome não era um objeto de estudos em proporção significativa antes dos anos 30/40 do século XX. Na conjuntura na qual Josué escreveu o seu texto, debater sobre fome no Brasil e no mundo era algo escasso, por isso que essa obra também se tornou tão oportuna. A fome era um tabu e também uma normalização social, muitas vezes justificada pelo determinismo natural ou social.

Consideramos importante localizar em tempo-espço a obra desse autor. *Geografia da Fome* foi publicada em 1946, no contexto do fim da II Guerra Mundial. O colapso dos alimentos tornou inevitável os debates sobre a problemática da escassez de alimentos. Nesse período, foi realizada a I Conferência Mundial da Alimentação, neste evento foi criado o organismo *Food and Agriculture Organization* (FAO) vinculada à Organização das Nações Unidas (ONU), este organismo foi pensado para construir estratégias para combater a fome e fomentar a agricultura e alimentação em nível mundial.

Castro (2008) explica sobre o método geográfico que utiliza. “É dentro desses princípios geográficos, da localização, da extensão, da causalidade, da correlação e da unidade terrestre, que pretendemos encarar o fenômeno da fome” (CASTRO, 2008, p. 35). Assim, em suas pesquisas, ele buscou localizar, delimitar, compreender e correlacionar os fenômenos naturais e sociais onde a fome estava presente. Em suas pesquisas, ele não estava preocupado com a análise da sensação individual ou momentânea sobre a fome, mas quando o fenômeno atinge coletivamente um determinado território.

Não se constitui objeto deste ensaio o estudo da fome individual. [...] O nosso objetivo é analisar o fenômeno da fome coletiva - que atinge grandes massas humanas. Não só a fome total, a verdadeira inanição que os povos de língua inglesa chamam de *starvation*, fenômeno, em geral, limitado a áreas de extrema miséria e contingências excepcionais, como o fenômeno muito frequente e mais grave, em

suas consequências numéricas, da fome parcial, da chamada fome oculta. (CASTRO, 2008, p. 35)

Josué de Castro em suas produções científicas se dedicou a dar visibilidade sobre este tema e apontar suas raízes. Suas obras se tornaram importantes para compreendermos a realidade do Brasil e são referências para a construção do pensamento sócio-geográfico brasileiro. A partir da análise sobre a fome, ele traz o debate sobre reforma agrária, ecologia e as desigualdades sociais.

A fome, por mais que seja um tema antigo, não foi tratada como prioridade pela sociedade moderna e ocidental. Desde as mais antigas formas de organização social até os momentos atuais, em nossa sociedade que tem como base sócio-econômica o capitalismo, há desigualdade no acesso aos alimentos. A fome está presente nas diversas sociedades, se encontra em distintas formas em todo o globo, mas, sobretudo, nos países subdesenvolvidos.

Pensei, a princípio, que a fome era um triste privilégio desta área onde eu vivia – à área dos mangues. Depois verifiquei que no cenário da fome do Nordeste, os mangues eram uma verdadeira terra de promessa que atraía os homens vindo de outras áreas de mais fome ainda. Da área das secas e da área da monocultura da cana-de-açúcar, onde a indústria açucareira esmagava, com a mesma indiferença, a cana e o homem: reduzindo tudo a bagaço. [...] E quando cresci e saí pelo mundo afora, vendo outras paisagens, percebi com nova surpresa que eu pensava ser um fenômeno local, um drama do meu bairro, era um drama universal. (CASTRO, 1966, p. 15).

A fome é um fenômeno generalizado, mas é preciso analisá-lo espacialmente, nos seus recortes geográficos, apontando os fatores locais e globais. A origem da fome é estrutural – estão nas raízes de formação social de cada país. A fome no Brasil, por exemplo, é consequência de seu passado histórico, no período colonial é que encontramos o seu cerne. “Enquanto a sua repercussão é global ou nacional, a fome é regional ou local, evidenciando as desigualdades regionais com seus processos econômicos, sociais e políticos geradores da fome regionalizada” (SAMPAIO, 1999, p.22).

O Nordeste açucareiro, por exemplo, possuía terras férteis, mas sua biodiversidade, em grande maioria, foi direcionada para produção da monocultura de cana-de-açúcar, para atender o mercado externo. Gerando insegurança alimentar, concentração de riquezas e de terras. Eduardo Galeano (2018), em *As veias abertas da América Latina*, explica que a história do subdesenvolvimento da América Latina integra a história do desenvolvimento do capitalismo mundial.

Nossa riqueza gerou nossa pobreza para nutrir a prosperidade alheia. Exportamos produtos, e também os nossos solos e subsolos. Terras que poderiam atender as necessidades essenciais do mercado interno são destinadas a um só produto, a serviço da demanda estrangeira. A monocultura é uma prisão. A diversidade, ao contrário, liberta. (GALEANO, 2018, p. 07).

O estudo da Zona da Mata revela as consequências da colonização nas terras brasileiras. "A conduta colonizadora no Nordeste brasileiro é caracterizada por um imediatismo cego que busca espoliar o máximo possível a mão de obra e os recursos do meio geográfico" (CASTRO, 2008, p. 74). A monocultura da cana-de-açúcar inibiu outras possibilidades de cultivo exclusivo dessa planta, degradando os recursos agroalimentares da região (CASTRO, 2008). Desse modo, transformou a zona da mata em uma das áreas mais acentuadas na sub-alimentação do país. Com essas reflexões, compreendemos que uma das principais contribuições que Josué de Castro traz, ao estudar as áreas agroalimentares do Brasil, é a desnaturalização da fome, não é um dado vinculado às forças da natureza, mas é um produto social.

Nem mesmo a influência da cultura alimentar africana foi capaz de corrigir os defeitos dessa dieta. Plantando sem permissão sua roça dentro do canavial, ou fugindo para os quilombos, onde mantinham hortas e pomares, os negros africanos tentaram se libertar também da monotonia alimentar através da policultura. Além disso, tentavam corrigir a sua alimentação através de ingredientes africanos como o óleo de dendê e a pimenta malagueta (RIBEIRO JÚNIOR, 2008, p. 57 e 58).

Castro (1965) utiliza, ainda, o termo "monotonia alimentar" que significa o hábito do homem de nutrir-se à base de um número restrito de substâncias alimentares, devido à diminuição ao acesso à diversidade de alimentos e em prol de matrizes específicas e limitadas a serem produzidas. Josué de Castro aponta a distribuição como um elemento importante para se pensar o acesso à alimentação, divergindo do contexto de excessiva concentração dos alimentos. Porto-Gonçalves (2006) coloca que "o modelo de distribuição não é separado do modo de produção, todo modo de produção é, ao mesmo tempo, um modo da distribuição" (PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 288).

O Neo e o Malthusianismo colocam a culpa da fome nos famigerados e na sua reprodução social. Já em uma visão marxista, compreende-se que a acumulação de capital, o excedente relativo da força de trabalho, criação de empregos precários, baixos salários gera condições de vida miseráveis que levam a um quadro permanente de fome. "A fome produz

territórios dos empobrecidos famintos, transformados em mercado de trabalho para outros espaços em construção” (SAMPAIO, 1999, p. 28).

Atualmente, há uma maior discussão sobre a problemática da fome e o acesso à alimentação. Uma das questões mais pertinentes que se coloca é que nunca na história da humanidade houve tanta produção de alimentos e investimento na modernização da produção agrícola, em contraponto, a quantidade de pessoas que passam fome é gigantesca. Diante dessa problemática, diversos setores sociais se articularam no intuito de buscar soluções reais para essa questão. As sucessivas crises alimentares recorrentes a partir das décadas de 40 a 70 do século XX também fomentaram mais esse debate. Em virtude das oscilações do mercado, os preços dos alimentos se elevaram, fazendo a sociedade perceber que os organismos financeiros são os que gerenciam o que vai ser produzido e os preços de nossa alimentação.

Segundo a FAO, atualmente, existem aproximadamente um bilhão de pessoas que passam fome no mundo. Ou seja, um entre sete habitantes no mundo não tem garantida sua alimentação. Sendo que a maioria desse percentual é de pessoas que vivem no campo (FAO, 2018).

Mas o que é fome, afinal? E, hoje, o que consideramos fome? Primeiramente, entendemos que este não é um debate fechado, é um conceito que vem sendo cada vez mais reformulado e ampliado. Trazemos a reflexão de que a fome não é um acontecimento, mas um processo e uma relação social, buscaremos aprofundar mais essa questão.

A fome é uma experiência particular, individual, que se materializa no corpo, mas é também uma construção coletiva e territorializada. É uma experiência biológica e social, como coloca Josué de Castro. É a situação em que indivíduos em seu cotidiano não têm acesso à comida ou as possuem de maneira precária, sofrendo a violência de não ter o que se alimentar com certa constância.

Josué Castro (2006) diferencia dois tipos de fome: a endêmica e a epidêmica. Esta última restrita a períodos de escassez de chuvas. A endêmica está vinculada à estrutura agrária de latifúndio e em seu caráter de monocultura de exportação, como é o caso da Zona da Mata nordestina. Castro (2006) chama atenção, ainda, para fome parcial ou oculta, na qual pela falta permanente de nutrientes, em seus regimes alimentares, não atingem as condições mínimas necessárias para o pleno desenvolvimento do corpo, do seu bem-estar e para garantir a manutenção da vida com qualidade. No qual, “[...] grupos inteiros de populações se deixam morrer lentamente de fome, apesar de comerem todos os dias” (CASTRO, 2006, p. 35).

Ribeiro Júnior (2008) afirma que os conceitos de *má nutrição, desnutrição e insegurança alimentar* englobam um conceito maior, a fome. A utilização do conceito Insegurança Alimentar pode ser uma forma de ocultar a gravidade do problema e um eufemismo para a fome. “[Insegurança alimentar] não traz a mesma potência e radicalidade do conceito de fome, se constitui outra forma de suavizar a radicalidade do fenômeno” (RIBEIRO JÚNIOR, 2008, p. 32).

As autoras Radimer e Haricth (1994) realizaram uma pesquisa qualitativa para compreender mais a fundo o conceito de fome. As pesquisadoras desenvolveram a definição de fome a partir do que elas escutaram das experiências das pessoas que vivenciaram esse fenômeno. Elas construíram assim uma definição de fome socialmente reconhecida e não como um termo generalizado. A fome foi relatada como uma experiência, que possuía várias etapas, tendo como características: a presença e persistência na vida das pessoas pesquisadas.

Radimer *et al.* (1992) tiveram a sensibilidade de dar importância ao conjunto de experiências das mulheres pesquisadas, como elas atravessaram o processo da fome. Em suas análises, elas constataram que a ordem dos acontecimentos se repetia com as pesquisadas até elas sofrerem com a ausência parcial e/ ou total da fome, os caminhos comuns da fome se materializam na vida dessas mulheres. Abaixo os quatro principais acontecimentos encontrados nesta pesquisa:

Quadro 1 - Etapas comuns sobre a materialização da fome

- |   |
|---|
| <ol style="list-style-type: none"> <li>1. <b>COMPONENTES PSICOLÓGICOS: PREOCUPAÇÃO E ANSIEDADE (A IMINÊNCIA DA FOME);</b></li> <li>2. <b>A VARIEDADE DE ALIMENTOS DIMINUI;</b></li> <li>3. <b>REDUÇÃO DE PORÇÃO E INTERRUPÇÃO DO PADRÃO ALIMENTAR USUAL. (PULAR REFEIÇÕES)</b></li> <li>4. <b>ADQUIRIR ALIMENTOS DE FORMA SOCIALMENTE INACEITÁVEL.</b></li> </ol> |
|---|

Fonte: Radimer *et al.* (1992)

As autoras ilustram também que a fome é um processo enfrentado, especialmente, por mulheres. Quando os alimentos começam a faltar quem, geralmente, lida com essa situação e cria diferentes artifícios para enfrentar essa realidade são as mulheres. Uma questão de gênero que atravessa esse fenômeno.



No sentido de refletir mais sobre a questão da fome e como ela atravessa nossa subjetividade, recorreremos também à literatura, no intuito de nos aproximar e trazer mais elementos para que possamos entender esse fenômeno em uma condição mais profunda. Pensamos que para apreender mais sobre essa questão, é necessária uma sensibilidade para adentrar nesse debate.

Assim, uma das leituras que nos debruçamos foi a obra “*A fome*” do escritor cearense Rodolfo Teófilo (2011). Este escritor que contribuiu significativamente para a literatura cearense foi também farmacêutico e se preocupou profundamente com as questões sociais de sua época. No final do século XX, sem fomento do governo, Rodolfo Teófilo aplicava vacinas na população contra a varíola. Nesta obra, um hibridismo de naturalismo e romance, Teófilo narra de forma crua (o que na época foi considerado de mau tom), as cenas duras de fome, miséria e morte causadas no período da seca de 1877-1879.

Propositalmente, ele descreve cenas nauseantes dos sertanejos que se tornaram flagelados pela seca. Há cenas de mortes, canibalismo, mulheres morrendo no parto, de dor e desespero à procura de comida. Ao mesmo tempo, a obra denuncia as ações incipientes do governo. Este praticava políticas assistencialistas que acabavam fortalecendo a “Indústria da Seca”. Nesse período, Fortaleza se modernizava nas inspirações de modelos urbanísticos europeus. A capital cearense aparece como uma cidade de profunda injustiça social.

Carolina Maria de Jesus (2014) é outra escritora que deve ser lida atentamente para aprendermos mais sobre essa questão. Mulher negra, mãe solteira, morou na favela de São Paulo e trabalhou como catadora de papelão. Carolina encontrou na escrita outra maneira de fazer ecoar o grito contra sua realidade massacrante, transformou a dor em poesia. Uma escritora brasileira que traz em sua obra temas sociais, como trabalho exaustivo, solidão, fome, com um olhar de quem estava vivenciando essas questões por dentro.

Em sua obra, ela também fala da solidariedade, esperança e luta das camadas sociais mais baixas. Carolina Maria de Jesus (2014) descreve com uma riqueza de detalhes como é vivenciar essa calamidade. Todo dinheiro que Carolina recebia era utilizado para alimentação e moradia. A fome é professora, para descrevê-la é preciso conhecê-la, relata Carolina. A escritora relatava que a fome tinha cor.

[...] Que efeito surpreendente faz a comida no nosso organismo! Eu que antes de comer via o céu, as árvores, as aves, tudo amarelo, depois que comi, tudo normalizou-se aos meus olhos. [...] A comida no estômago é como o combustível nas máquinas. Passei a trabalhar mais depressa. O meu corpo deixou de pesar,

comecei a andar mais depressa. Eu tinha impressão que eu deslizava no espaço, comecei a sorrir como se estivesse presenciando um lindo espetáculo e haverá espetáculo mais lindo do que ter o que comer? Parece que eu estava comendo pela primeira vez na minha vida. (JESUS, 2014, p.45-46).

Carolina nos fala que a fome tem cor, de modo conotativo, como ela aparece de forma subjetiva e nos aspectos de desconforto que se desenvolve no corpo da classe trabalhadora. De forma, denotativa, é verdade também que a fome tem cor. Se formos nos referir ao recorte da população desse país, a face da fome é negra, ou em outras palavras, o estado de não ter o que comer atinge predominantemente a população negra e parda do Brasil.

Helena Silvestre (2021) nos traz os aspectos subjetivos da fome e as várias dimensões que ela afeta. Por exemplo, constrói-se também a fome por dignidade, afeto, justiça, cuidado, comunidade, protagonismo, na busca de serem reconhecidas como sujeitos. As pessoas que vivenciam a experiência da fome, geralmente, não têm a oportunidade de escrever sobre tal situação, não deixam registradas suas experiências. Não é agindo apenas sobre o corpo dos indivíduos. É também atuando sobre o seu, sobre sua estrutura mental e psíquica, e suas condições de se colocar no mundo.

A fome atua no corpo, no espírito e na estrutura emocional das pessoas. “Entendemos o conceito de fome como uma dimensão da totalidade da vida, enquanto não satisfação de necessidades historicamente determinadas, no que diz respeito à ingestão em quantidades e/ou qualidades insuficientes de alimentos.” (COSTA, 1982, p. 16, *apud*, RIBEIRO JÚNIOR, 2008, p. 31).

A fome é uma condição física, porém, também abala a dignidade e humanidade das pessoas. É a negação imediata da saciedade em se alimentar, mas também é a instabilidade em não ter garantido a alimentação por um período prolongado, é a falta de nutrientes na aquisição de “alimentos vazios” e, além disso, por ser um processo, ele também se inicia nas angústias e ansiedades na iminência de se ver aproximar a diminuição ao acesso aos alimentos ou sua ausência total.

No Brasil, temos os estudos vinculados à Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD/ IBGE), e dentro desta existe a Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) que vem mostrando, há alguns anos, o retrato da população que passa fome no nosso país.

Por exemplo, de acordo com a POF, de 2018-2019, as maiores despesas dentro do orçamento familiar dos brasileiros são com alimentação e moradia. À medida que a renda

familiar é mais reduzida, por exemplo, que se recebe até dois salários mínimos, o percentual do que se gasta com alimentação só aumenta. Em 2018, foram entrevistadas 57.920 pessoas.

Nas pesquisas do PNAD/ IBGE é analisada também a unidade domiciliar de acordo com a situação da segurança alimentar vivenciada pelos moradores dos domicílios selecionados no país, para isso, utiliza-se como instrumento a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA), que mensura a percepção das famílias em relação ao acesso aos alimentos. A seguir trazemos um quadro explicando os graus entre a segurança alimentar e a insegurança alimentar grave, mensurada comumente nessas pesquisas.

Quadro 02 - Descrição sobre os graus entre a segurança alimentar e a insegurança alimentar grave

SITUAÇÃO DE SEGURANÇA ALIMENTAR	DESCRIÇÃO
SEGURANÇA ALIMENTAR	A FAMÍLIA/ DOMICÍLIO TEM ACESSO REGULAR E PERMANENTE A ALIMENTOS DE QUALIDADE, EM QUANTIDADE SUFICIENTE, SEM COMPROMETER O ACESSO A OUTRAS NECESSIDADES ESSENCIAIS.
INSEGURANÇA ALIMENTAR LEVE	PREOCUPAÇÃO OU INCERTEZA QUANTO AO ACESSO AOS ALIMENTOS NO FUTURO; QUALIDADE INADEQUADA DOS ALIMENTOS RESULTANTES DE ESTRATÉGIAS QUE VISAM NÃO COMPROMETER A QUANTIDADE DOS ALIMENTOS
INSEGURANÇA ALIMENTAR MODERADA	REDUÇÃO QUANTITATIVA DOS ALIMENTOS E/ OU RUPTURA NO PADRÃO DE ALIMENTAÇÃO RESULTANTE DA FALTA DE ALIMENTOS ENTRE OS ADULTOS.
INSEGURANÇA ALIMENTAR GRAVE	A FOME PASSA A SER UMA EXPERIÊNCIA VIVIDA NO DOMICÍLIO.

Fonte: IBGE (2018)

Esta escala vai desde o acesso regular e permanente a alimentos de qualidade e em quantidade suficiente (Segurança Alimentar) até Redução quantitativa de alimentos e/ou ruptura nos padrões de alimentação (Insegurança alimentar grave), os resultados mostram que tanto nos espaços urbanos quanto nos rurais, foram encontrados elevados índices de insegurança alimentar moderada ou grave.

No ano de 2020, tivemos profundos cortes no principal instituto de pesquisa do Brasil, o IBGE. Visto essa conjuntura, a Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar (Rede PENSSAN) desenvolveu uma investigação objetivando analisar a Insegurança Alimentar no Brasil no contexto da pandemia da Covid-19.

O inquérito nacional baseou-se em amostra de 2.180 domicílios, considerando as cinco grandes regiões do país (Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sul e Sudeste) e a localização dos domicílios (áreas urbanas e rurais). As informações coletadas são próximas das medidas utilizadas pela Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA). Essa pesquisa possibilitou a comparação e costura dos dados referentes à Insegurança Alimentar no contexto do ano de 2020 com os dados conduzidos pelo IBGE entre 2004 e 2018.

Os resultados da pesquisa Rede PENSSAN mostram que metade dos domicílios brasileiros (44,8%) tinha seus (suas) moradores(as) em Segurança Alimentar. Dos demais, 55,2% se encontravam em insegurança alimentar; 9% conviviam com a fome total, sendo pior essa condição nos domicílios de área rural (12%) no ano de 2020.

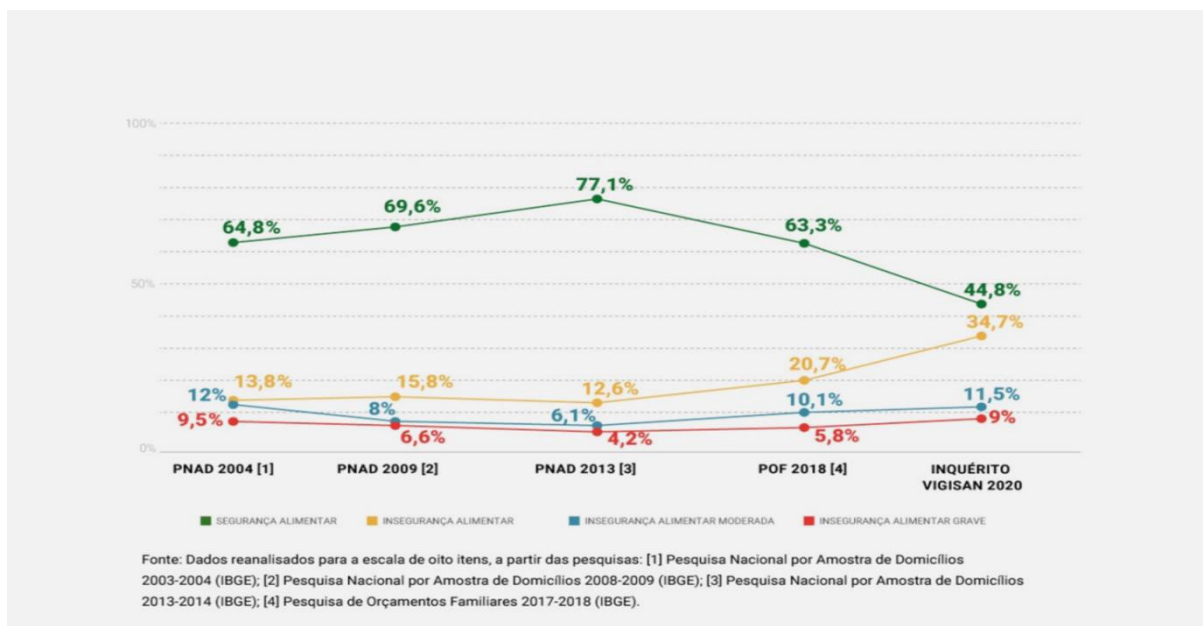
Aproximadamente 116 milhões de brasileiros convivem com algum grau de insegurança alimentar, destes, cerca de 43 milhões não têm alimentos suficientes e 19 milhões de brasileiros estão em situação de famintos, portanto, sofrem com a fome total (a ausência de alimentos de forma diária).

Os resultados da pesquisa ilustram também as desigualdades regionais do país. Aproximadamente 25% dos domicílios do Norte e do Nordeste vivem com rendimentos mensais abaixo de um quarto (1/4) do salário mínimo comparados com 10% nas regiões Sul-Sudeste. Nas regiões Nordeste e Norte do país foram observados os maiores percentuais de Insegurança Alimentar e contaminação por Covid-19 no Brasil, de perda de emprego, de redução dos rendimentos familiares, do endividamento e corte nas despesas com aquisição de itens considerados essenciais para a família.

Neste período, foram cerca de nove milhões de brasileiros(as) a mais que passaram a ter, no seu cotidiano, a experiência da fome. No gráfico abaixo, retirado do relatório do inquérito alimentar de 2021, podemos acompanhar a oscilação nos últimos dezesseis anos em relação à segurança alimentar dos brasileiros. Em 2013, o Brasil saiu do mapa da fome, pois menos de 5% da sua população se encontrava em um estado de fome absoluta.

Porém, em 2018, retornamos ao mapa da fome e a situação se complicou nos anos seguintes. A pandemia provocou queda ainda mais significativa da Segurança Alimentar na população brasileira, nos últimos dois anos, com o aumento da fome. Eram 10,3 milhões de pessoas em IA grave em 2018, passando para 19,1 milhões, em 2020.

Gráfico 1- Análise dos índices de segurança e insegurança alimentar no Brasil - 2004 a 2020.



Fonte: PENSSAN ( 2021)

Uma das informações que considerei mais relevante desse inquérito alimentar de 2021, é que a fome tem gênero, cor e escolaridade. As mulheres negras, muitas são mães solo e chefiam sozinhas os seus lares, são as que mais sofrem com o impacto da insegurança alimentar.

Nos dados de 2020, 11% dos domicílios chefiados por mulheres os habitantes estavam passando fome, contra 7,7% quando a pessoa de referência era homem. A fome das residências habitadas por pessoas pretas e pardas, a fome esteve em 10,7%. Entre pessoas de cor/ raça branca, esse percentual foi de 7,5%. A fome se fez presente em 14,7% dos lares em que a pessoa de referência não tinha escolaridade ou possuía o ensino fundamental incompleto. Com ensino fundamental completo, caiu para 10,7%. E em lares chefiados por pessoas com ensino médio completo em diante, despencou para 4,7%. (REDE PENSSAN, 2021).

Em 2022, a rede PENSSAN atualizou os dados gerais trazendo as informações das entrevistas realizadas no ano de 2021. A situação, no Brasil, vem piorando consideravelmente em virtude da persistência da pandemia que afeta a crise econômica e por causa dos desmonte das políticas agroalimentares no país.

No ano de 2020, tínhamos quase 20 milhões de pessoas em situação de insegurança alimentar grave ou fome absoluta. E no último inquérito, em aproximadamente um ano, esse número cresceu para mais de 33 milhões de pessoas. O gráfico a seguir, do mais recente relatório da rede PENSSAN, traz os detalhes dessas mudanças sobre a segurança alimentar,

evidenciando as diferenças regionais dentro do nosso país. As regiões Norte e Nordeste são as que mais estão sofrendo com a insegurança alimentar grave.

Quadro 03 -Distribuição de domicílios (%) e moradores, por condição de Segurança Alimentar e dos níveis de Insegurança Alimentar por regiões do Brasil.

Segurança Alimentar (SA) e níveis de Insegurança Alimentar (IA)								
Brasil e macrorregiões	Domicílios (%)				Moradores (mil habitantes)			
	SA	IA Leve	IA Moderada	IA Grave	SA	IA Leve	IA Moderada	IA Grave
	2021/2022				2021/2022			
<b>BRASIL</b>	<b>41,3</b>	<b>28,0</b>	<b>15,2</b>	<b>15,5</b>	<b>88.160</b>	<b>59.667</b>	<b>32.387</b>	<b>33.103</b>
<b>Norte</b>	28,4	26,4	19,5	25,7	5.370	4.991	3.687	4.859
<b>Nordeste</b>	32,0	29,6	17,4	21,0	18.444	17.047	10.051	12.127
<b>Centro-Oeste</b>	40,5	31,1	15,5	12,9	6.766	5.196	2.590	2.155
<b>Sul/Sudeste</b>	48,1	26,9	13,2	11,7	57.737	32.290	15.845	14.044
<b>Sudeste</b>	45,4	27,2	14,3	13,1	40.693	24.380	12.818	11.742
<b>Sul</b>	51,8	26,5	11,8	9,9	15.749	8.057	3.588	3.010

Fonte: Rede PENSSAN (2022)

Neste último relatório, publicado neste ano de 2022, é evidenciado também que a fome aumentou nas áreas rurais do Brasil. Os motivos são devido à desistência das políticas públicas para agricultura familiar e camponesa e também por causa da pandemia.

Entre os domicílios rurais, o segmento da agricultura familiar sofreu o impacto da crise econômica, mas foi especialmente afetado pelo desmonte das políticas públicas voltadas para o pequeno produtor do campo. As formas mais severas de IA (IA moderada ou grave) estavam presentes em cerca de 38,0% dos domicílios de agricultores (as) familiares/ produtores(as) rurais. A prevalência de IA grave era de 21,8%, mostrando que a fome atingia os moradores de mais de 1/5 dessas habitações. (REDE PENSSAN, 2021).

A fome atinge mais de 33 milhões de brasileiros no ano de 2022. Essas pessoas estão tendo sua dignidade e o direito humano à alimentação violado. Além disso, estando privadas de um dos principais direitos sociais, a alimentação, conseqüentemente, estão sendo violadas nos demais direitos sociais garantidos pela Constituição brasileira. Estão sendo invisibilizadas pelo Estado e condenadas à sua própria sorte para garantir a sua sobrevivência.

De acordo com o relatório da rede PENSSAN de 2022, a maioria dessas pessoas que estão atravessando a fome no seu estado mais profundo adquire os alimentos de maneira

socialmente inaceitável. Por exemplo, buscando nos resíduos sólidos sua alimentação. Nessas entrevistas, o constrangimento e a vergonha por passar essas dificuldades são relatadas por mais de 15 milhões de brasileiros.

É importante salientar que, historicamente, a classe trabalhadora não é um agente passivo nessa situação na qual o Estado acaba sendo um agente que contribui para o fenômeno da fome. As revoltas e diversas buscas de alternativas para mudar essa condição foram recorrentes. A fome tem sido, através dos tempos, a mais perigosa das forças políticas. Causas de rebeldias e agitação popular. A Revolução Russa, com o lema “*pão, paz e terra*”, é um exemplo que teve como motor a insatisfação social pelas condições existentes.

No Brasil, também ocorreram algumas revoltas e mobilizações tendo como motivador a questão alimentar. Entre 1870 e 1900, ocorreu em várias cidades no Nordeste a revolta chamada quebra-quilos, que teve como motivador as mudanças introduzidas pelos recentes padrões de pesos e medidas. Os manifestantes reivindicavam rever os sistemas de pesos, pois se sentiram roubados em suas compras.

Na primeira década do século XX, o Brasil aumentou suas exportações, em decorrência da Primeira Guerra Mundial, passou a importar grande parte dos alimentos produzidos para os países da Tríplice Entente. A partir de 1915, a ocorrência das exportações afetou o abastecimento interno de alimentos, causando a elevação dos preços da pequena quantidade de produtos disponíveis no mercado.

Em 1917, o Brasil vivenciou sua primeira grande greve geral, na qual os trabalhadores reivindicavam melhores condições de trabalho e salário, e uma das questões centrais era o acesso aos alimentos. Em 1918, foi criado um órgão para tabelar os gêneros alimentícios de primeira necessidade. Atacado pelos latifundiários, o órgão deixou de existir e foi criado outro órgão para fomentar a agricultura.

Houve também a Marcha da Fome, liderada pelo Partido Comunista, em 1931, no Rio de Janeiro e em São Paulo, com vários atos e passeatas. No espaço agrário, também houve várias organizações e mobilizações sociais, por exemplo, Canudos, Ligas Camponesas e Caldeirão.

No Brasil, historicamente existe um tabu para enfrentar a fome, sobretudo vindo de iniciativas do Estado. Somente a partir de meados do século XX que começaram a surgir estratégias e políticas para enfrentar ou amenizar essa problemática.

Em 1940, foi criado o Serviço de Alimentação e Previdência Social (SAPS), para atender aos segurados da previdência, selecionar produtos e baratear preços; instalar e manter restaurantes para trabalhadores; fornecer alimentos básicos aos trabalhadores. Este órgão foi extinto em 1967, no período do governo militar, pois foi considerado possuidor de alto poder de mobilização social.

De acordo com Bonfim (2009), em 1974, foi realizada uma pesquisa chamada “Estudo da Defesa Familiar”, nessa investigação foi detectado que somente 32% da população brasileira se alimentava adequadamente.

No período da Nova República, foi implementado cinco programas de alimentação: Programa de Alimentação Popular (PAP), Programa Nacional do Leite (PNL), Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), Programa de Nutrição e Saúde e Programa de Complementação Alimentar (PCA). Apenas em 1993 foi criada a Política Nacional de Segurança Alimentar, o Mapeamento da fome no país, o Plano de Combate à Fome e à Miséria e a criação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar (CONSEA<sup>16</sup>) e, nos anos 2000, o programa Fome Zero.

Entre 2004 e 2013, os resultados da estratégia política “Fome Zero”, aliados a outras políticas públicas de combate à pobreza e à miséria se tornaram visíveis. A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), realizada em 2004, 2009 e 2013, revelou uma importante redução da insegurança alimentar em todo o país. Em 2013, a parcela da população em situação de fome havia caído para 4,2% – o nível mais baixo até então, foi quando o Brasil saiu do Mapa da Fome.

Importante associarmos este dado com o do DIEESE (2021), referente ao valor das cestas básicas (estas informações não são contraditórias, na verdade, se complementam). Para o DIEESE, o salário mínimo brasileiro deveria estar em torno de seis mil reais para garantir as necessidades básicas e a qualidade de vida mínima para os brasileiros.

Muitas pessoas relataram, na pesquisa do DIEESE (2021), que é necessário entrar em um processo de endividamento (“comprar fiado”) para garantir o alimento para a família no mês. Ou seja, o que se recebe mensalmente não é suficiente para garantir o acesso a uma

---

<sup>16</sup> Vale ressaltar que no ano de 2019, através da medida provisória 870/2019 que altera as atribuições e a estrutura dos ministérios e órgãos, dentre as modificações, houve a extinção do CONSEA. Escrevi um artigo sobre essa medida e os seus retrocessos, na época.

<https://esquerdaonline.com.br/2019/02/14/governo-bolsonaro-de-maos-dadas-com-o-agronegocio-e-aextincao-do-consea/>



alimentação regular, sem ser um valor muito relevante no orçamento ou até mesmo tendo que ser necessário comprometer a renda do mês seguinte.

Este Instituto faz um monitoramento com frequência do poder de compra dos brasileiros, valor da cesta básica em cada capital, inflação dos principais custos: alimentação, transporte e vestimento. A cesta básica, em Fortaleza, ano passado, chegou a mais de 50% do salário mínimo de acordo com a tabela fornecida pelo DIEESE.

Quadro 04 - Dados retirados do relatório do DIEESE (2021) - relacionando salário mínimo (nominal e necessário) e custo da cesta básica no Brasil.

TABELA 1							Período		
Pesquisa Nacional da Cesta Básica de Alimentos							Salário mínimo nominal		
Custo e variação da cesta básica em 17 capitais - Brasil - novembro de 2021							Salário mínimo necessário		
Capital	Valor da cesta	Variação mensal (%)	Porcentagem do Salário Mínimo Líquido	Tempo de trabalho	Variação no ano (%)	Variação em 12 meses (%)	2021		
Florianópolis	710,53	1,40	69,83	142h07m	15,43	15,16	Novembro	R\$ 1.100,00	R\$ 5.969,17
São Paulo	692,27	-0,22	68,04	138h27m	9,63	10,03	Outubro	R\$ 1.100,00	R\$ 5.886,50
Porto Alegre	685,32	-0,83	67,35	137h04m	11,31	11,07	Setembro	R\$ 1.100,00	R\$ 5.657,66
Vitória	668,17	-0,42	65,67	133h38m	11,31	10,15	Agosto	R\$ 1.100,00	R\$ 5.583,90
Rio de Janeiro	665,60	-1,22	65,42	133h07m	7,17	5,71	Julho	R\$ 1.100,00	R\$ 5.518,79
Campo Grande	645,17	-1,26	63,41	129h02m	11,92	9,52	Junho	R\$ 1.100,00	R\$ 5.421,84
Curitiba	638,96	-0,15	62,80	127h47m	18,25	16,75	Maiο	R\$ 1.100,00	R\$ 5.351,11
Brasília	631,95	-1,88	62,11	126h23m	6,78	10,36	Abril	R\$ 1.100,00	R\$ 5.330,69
Goiânia	599,64	1,33	58,93	119h56m	6,36	7,57	Março	R\$ 1.100,00	R\$ 5.315,74
Belo Horizonte	594,97	-0,64	58,47	118h59m	4,65	7,71	Fevereiro	R\$ 1.100,00	R\$ 5.375,05
Fortaleza	580,36	2,91	57,04	116h04m	8,49	7,61	Janeiro	R\$ 1.100,00	R\$ 5.495,52
Belém	560,64	2,27	54,12	110h08m	9,93	13,18			
Recife	524,73	8,13	51,57	104h57m	11,79	13,34			
Natal	521,08	3,25	51,21	104h13m	13,58	14,41			
João Pessoa	508,91	3,62	50,02	101h47m	7,10	11,89			
Salvador	505,94	3,76	49,72	101h11m	5,61	3,65			
Aracaju	473,26	1,96	46,51	94h39m	4,44	4,86			

Fonte: DIEESE

Fonte: DIEESE (2021)

Na contramão desses dados, o Brasil está na lista dos maiores produtores de alimentos do mundo. No ano de 2020, em plena pandemia, bateu recorde na exportação de produtos alimentícios<sup>17</sup>. Contraditoriamente, essa grande produção não vem resolvendo o problema da fome e do acesso aos alimentos em diversas escalas no país.

A questão é que o Brasil não é um dos maiores produtores de alimentos, e sim um dos principais produtores de *commodities* e esse quadro vem aprofundando a desigualdade existente na distribuição de alimentos. Essa produção é direcionada para o mercado externo,

17 Ver: <https://revistagloborural.globo.com/Noticias/Economia/noticia/2020/05/apesar-da-pandemia-brasil-bate-recorde-na-exportacao-de-soja-carnes-e-algodao-em-abril.html>

para a produção de lucro e concentração de poder. Enquanto isso, vêm se enfraquecendo as políticas para agricultura familiar camponesa que produz para sua própria reprodução social e também para atender às demandas do mercado interno.

Na obra *Regimes alimentares e Questão Agrária*, de Philip McMichael (2016) são apresentadas as relações históricas entre construção do Estado, colonização de terras, rotas alimentares, e os padrões alimentares. Os regimes alimentares constroem e são construídos no bojo das relações de produção, consumo e trabalho e dos ajustes estruturais do modo de produção capitalista.

Assim, o Estado brasileiro vem historicamente contribuindo para o desenvolvimento do agronegócio em detrimento da agricultura familiar camponesa. Nos últimos anos, essa política vem se intensificando.

De 2016, até o presente momento, vivenciamos uma série de contrarreformas e desmonte de políticas sociais. Por exemplo, a reforma trabalhista, que vulnerabiliza os contratos dos empregos, piorou as condições de trabalho e não aumentou significativamente o número de empregos. Na verdade, empurrou vários brasileiros para o setor da informalidade.

Além disso, de 2019 até o presente momento, houve o desmonte de diversas políticas agroalimentares, isso explica também porque estamos com vários problemas relacionados à alimentação. Foram extintos o Ministério do Desenvolvimento Agrário e o CONSEA. Além disso, foram colocados à venda e ao sucateamento vários armazéns vinculados à Companhia Nacional de Abastecimento de Alimentos (CONAB), intensificando a crise alimentar, no sentido que diminuiu o monitoramento do preço e armazenamento dos alimentos, levando o preço desses produtos à oscilação.

Figura 06: Sequência dos desmontes das políticas agroalimentares no Brasil - 2016 a 2022.



Fonte: Araújo (2022).

Depois, seguiu-se com o corte profundo nas políticas vinculadas ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Por fim, a liberação de vários agrotóxicos nocivos à saúde e que possuem proibição de uso em vários outros países, também aumenta nossa insegurança alimentar. Acima vemos um quadro com uma síntese da arquitetura da destruição das políticas agroalimentar no Brasil desenvolvida nos últimos anos, no intuito de explicar, o que teoricamente apresentei neste tópico, que a fome não é fenômeno que acontece de forma acidental, ela é um processo desenvolvido e produto de relações sociopolíticas.

### 3.2 Os ingredientes (in)visíveis que compõem o Alimento

Figura 07 –Tomates-cerejas produzidos de maneira agroecológica



Fonte: Araújo (2022)

*O homem civilizado come não somente por fome, para satisfazer uma necessidade alimentar do corpo, mas, também, para transformar essa ocasião em um momento de sociabilidade em um átomo carregado de forte conteúdo social e de grande poder de comunicação. “Não sentamos à mesa para comer, Lemos em Plutarco-, mas para comer junto.” (MONTANARI, FLANDRIN e MACHADO, 2003, p 108).*

Neste subcapítulo, trago uma reflexão sobre o Alimento, compreendendo com um prisma gerado pela união de diversos eixos, como a questão social, econômica, ambiental e territorial. O alimento como elo que atravessa a sociedade. A pesquisa terá um olhar a nível macro - os modos de produção e as redes que o compõem ao nível micro - nas relações cotidianas.

O alimento é fonte vital para os seres humanos. É o que nos mantém vivos e nos dá condições de realizar outras atividades, projetos e planos em nossa existência individual e social. Ao despertar diariamente, um dos nossos primeiros atos é recorrer ao café da manhã. Em condições normais e minimamente satisfatórias, não desprezamos uma boa alimentação nas várias fases do dia. O alimento é um dos motivos cruciais que move cotidianamente a classe trabalhadora para sair e exercer suas atividades laborais, mesmo em uma realidade desigual, contraditória e de precariedade no trabalho.

A alimentação, somada à moradia e ao vestuário, são condições básicas e elementares para o pleno desenvolvimento humano e, ao mesmo tempo, são finalidades de nossas lutas diárias. Contudo, o alimento não é só uma necessidade biológica que remete aos nossos instintos primários. No intuito de não cairmos em uma concepção reducionista da alimentação, a abordagem desta pesquisa contempla a busca pela compreensão das relações complexas e sociais que atravessam essa temática, como resultante da relação sociedade-sociedade (com ênfase na relação de gênero e classe), sociedade-natureza e apropriação do território.

O alimento é um conjunto de determinações objetivas e, também, subjetivas: simbólicas, afetivas, resultante das relações sociais e de trabalho. Se recorrermos ao dicionário, teremos as seguintes definições para a palavra alimento: substantivo masculino; 1. toda substância digerível que sirva para alimentar ou nutrir; 2.Sentido figurado: o que mantém, sustenta.

A alimentação se apresenta, primeiramente, como uma necessidade biológica, somada a isso é um complexo sistema simbólico que aglomera diversos significados: sociais, de prazer, sexuais, políticos, religiosos, éticos e estéticos. (CARNEIRO, 2003).

A obra *Comida como cultura*, de Montanari (2008), expõe que a comida, em seus três processos, enquanto produzida, preparada e consumida é cultura, pois o ser humano escolhe o que irá comer, nesta escolha estão incluídos as questões econômicas, nutricionais e os valores simbólicos dos quais essa comida se reveste.

O sociólogo defende que “por meio destes recursos, a comida se apresenta como elemento decisivo da identidade humana e como um dos mais eficazes instrumentos para comunicá-la” (MONTANARI, 2008, p.16). Acrescento que o último processo, a comida descartada, aquela que vai para o lixo, também é um elemento cultural e expressa bastante sobre a sociedade e o seu tempo.

Montanari (2008) descreve que o ser humano se torna mais complexo no ato de cozinhar. Nesse processo, há uma transformação do alimento e também o modo como o ser humano se relaciona com o alimento que se transforma em comida, ganhando características estéticas e artísticas.

Montanari (2008) coloca que a cozinha é o símbolo da civilização e da cultura e fomos também aperfeiçoando os sabores dos alimentos e o que entendemos por “gosto”, que é um produto cultural, social e que vai se transformando ao longo do tempo.

Para o autor, o gosto está dividido em sabor (sensação, experiência, por definição, subjetiva) e saber (avaliação sensorial do que é bom e ruim, do que agrada e desagrada, mas experiência coletiva e comunicável). “É uma experiência de cultura que nos é transmitida desde o nascimento, juntamente com outras variáveis que contribuem para definir os valores de uma sociedade” (MONTANARI, 2008, p.96). A comida está relacionada também a privilégios, ostentação ou a falta deles, o tipo e a quantidade de comida vinculam-se a uma classe social específica.

O “comer” se relaciona também como “ato geográfico”, ou seja, uma maneira de conhecer uma cultura de um determinado território por meio da cozinha local. Além disso, realizar diversos hibridismo com as comidas de diversos lugares, transformando em nova receita, uma nova comida concentrando novos sabores e experiências de diversos lugares.

A comida se define, ainda, como um processo cultural no sentido do que realizamos em torno dela. O costume de “comer junto” possui um valor bastante significativo em diversas civilizações. Torna o ato de se alimentar mais marcante e de construção de vínculos. Montanari (2008) explica que existe uma expressão medieval que significa “*vivere a uno pane*

*e a uno vino*” (viver com um pão e um vinho), que significaria que se faz parte da mesma família.

A alimentação é um eixo central para entender as redes de sociabilidade e é um dos pilares primordiais na construção da nossa humanidade e transmissão de cultura. Torna-se um instrumento mediador que liga os campos afetivos e formadores de laços de identidades de uma dada comunidade. Existe uma dimensão coletiva da refeição que se construiu ao longo dos processos civilizatórios. Nas sociedades antigas, como a Mesopotâmia, comer e beber juntos serviam para fortalecer vínculos sociais.

Os aspectos sociais ocorridas na Mesopotâmia são mesmo a reunião de um grupo que você leva a sua solidariedade e a realização de um cerimonial de amor de namorados são separados em grupos distintos o que revela a hierarquia de presente e a comida bebida circular entre eles (*MONTANARI, FLANDRIN e MACHADO, 2003, p. 66*).

As origens dos alimentos, da agricultura e da culinária ensinam sobre um conhecimento geográfico. Podemos aprender Geografia a partir dos alimentos, e desvendar os elos existentes entre gastronomia e as diversidades do território. O hábito alimentar é algo que inclui um instrumento de socialização de transmissão da cultura e relação com território.

O alimento revela também sobre o seu território endógeno. Além disso, dos processos de territorialidades e as disputas existentes, por isso o conceito de território também se apresenta como um elemento importante para entendê-lo. A produção de alimentos se desenvolve a partir da organização social e em seu determinado contexto histórico.

A alimentação é assim um fato da cultura material, da infra-estrutura da sociedade; um fato da troca e do comércio, da história econômica e social, ou seja, parte da estrutura produtiva da sociedade. Mas também é um fato ideológico, das representações da sociedade - religiosas, artísticas e morais - ou seja, um objeto histórico complexo, para o qual a abordagem científica deve ser multifacetada (*CARNEIRO, 2003, p. 122-123*).

Marx (2010) explica que o alimento refere-se à relação com o trabalho, à construção de um ser humano genérico, o vínculo com a natureza e com a sua própria natureza. Anterior ao processo de alienação, o alimento e a sua apreciação constroem processos mais complexos de sociabilidade e cultura. Assim, o alimento é uma prática genuinamente humana, no sentido que desenvolve sua própria humanidade.

Quando a alimentação é permeada pelo processo de alienação, torna-se como uma finalidade única/exclusiva, ou seja, seu trabalho gira em torno de garantir essa finalidade,

assim se constrói um processo não criativo, as pessoas se afastam de uma consciência da sua própria existência. Dessa forma, o ato de se alimentar torna-se uma função empobrecida de significados, apenas vinculadas a uma visão reducionista como algo meramente biológico. Isto é, manter a energia mínima para a força de trabalho continuar existindo.

Dentro desse raciocínio precisamos refletir também sobre o debate sobre a nutrição como uma questão de saúde pública. O campo da nutrição dentro da área da saúde não deve se focar apenas nos efeitos dos nutrientes contidos na alimentação para saúde dos indivíduos. É necessário ampliar sua abordagem e incluir a problematização dos acessos aos alimentos e a discussão sobre uma gestão democrática no tocante à produção dos alimentos e a sua diversidade.

Valente (2021) compreende que a educação nutricional passa por massificar o conhecimento sobre a importância nutricional dos alimentos em seus detalhes (vitaminas, proteínas e etc.), mas também na reflexão que a nutrição coletiva é resultado da distribuição dos alimentos de qualidade.

Os educadores nutricionais devem questionar por que a segmentos da população é negado acesso aos meios adequados de nutrição e como esses meios podem ser a eles garantidos. Com isso, compreendemos que os educadores nutricionais desempenham, como todas as pessoas, um papel político em todas as sociedades. (VALENTE, 2021, p. 27).

O autor explica que a distribuição dos alimentos e os hábitos alimentares e nutricionais numa sociedade não são acidentais, mas refletem os interesses conflitantes e as relações de poder dentro dela. E uma das questões passa, inclusive, por defender o “guia brasileiro alimentar”<sup>18</sup>, que vem sendo duramente atacado pelas indústrias alimentícias que produzem principalmente ultraprocessados.

A cadeia agroalimentar, ou o percurso do alimento, refere-se mais do que trajeto que se faz do prato à boca, ou de comprar produtos alimentícios em um supermercado e trazer para o armário da cozinha em casa. O acesso e a gestão de determinados alimentos possuem um campo invisível sobre processos históricos e organização social. Segundo McMichael

---

<sup>18</sup> O guia brasileiro alimentar foi criado em 2014. Ele é reconhecido nacional e internacionalmente por trazer avanços na discussão sobre uma alimentação adequada e saudável. Este guia leva em consideração a alimentação vinculada à sua região, a valorização por alimentos in natura e a cautela no uso de alimentos ultraprocessados. Para ter acesso o Guia Brasileiro Alimentar: [https://bvsm.s.saude.gov.br/bvs/publicacoes/guia\\_alimentar\\_populacao\\_brasileira\\_2ed.pdf](https://bvsm.s.saude.gov.br/bvs/publicacoes/guia_alimentar_populacao_brasileira_2ed.pdf)

(2016), os regimes alimentares constroem e são construídos no bojo das relações de produção, consumo e trabalho, dentro das estruturas do modelo de produção hegemônico. Assim, contribuem para as transformações socioespaciais onde se produz e também é consumido.

Atualmente, os regimes alimentares se referem às formas como a cadeia alimentar se interliga através da mercantilização, transformando os espaços e as relações sociais. E são elementos importantes no papel de acumulação de capital. McMichael (2016) descreve três importantes fases dos regimes alimentares: 1) Imperial, determinado pela Grã Bretanha (1870 -19302); 2) centrado nos Estados Unidos (1950 -1970); 3) corporativo, dirigido pelas grandes corporações (1980 - 2000).

Vários processos estão imbricados na produção agrícola e também na reconstrução de nossos hábitos alimentares. Os modelos de produção de alimentos nos revelam também os conflitos de classes, os interesses existentes na apropriação dos territórios e nas relações sociedade-natureza. De um lado a produção voltada para o lucro, reprodução do capital, sem levar em conta a espoliação dos bens naturais e da sociedade. E outras diversas formas/ auto-organizações propondo construir uma realidade sem desigualdades sociais e uma relação mais genuína com o território e o alimento.

Apesar de existir a produção da agricultura familiar e camponesa que abastece o país, o Brasil, historicamente e na atual conjuntura, não é um país soberano no sentido da alimentação. Ele atende aos interesses das transnacionais, da financeirização, mas não constrói exercício de direitos à alimentação no espaço agrário e nas cidades.

Na lógica em que vivemos, os alimentos se tornam mercadorias. Perdem sua essencialidade e passam a ser encarados como fonte de extração de geração de lucros. No Brasil, a produção de *commodities* aumentou consideravelmente, sobretudo, na década dos anos 2000, construída a partir de uma lógica de exportação, produção em larga escala e monocultura. Os fomentos vindos do Estado são, majoritariamente, para desenvolver o agronegócio, marginalizando a produção de alimentos para a demanda interna, historicamente produzida pela agricultura familiar camponesa

O Agronegócio é um modelo de produção caracterizado pela mecanização da produção, uso extensivo de tecnologias no plantio, irrigação e colheita. Insere-se a produção agrícola brasileira na reestruturação produtiva, que determina um papel específico aos países do sul global na divisão internacional do trabalho, direcionando suas economias para produção de *commodities* (RIGOTTO, 2015).



Esse nosso papel, enquanto Estado-Nação, cada vez mais fincado na divisão internacional do trabalho, sai para nós a um preço muito caro. Este setor utiliza, até à exaustão, as forças de trabalho, os solos, a biodiversidade, em qualquer lugar que ele se instala. Vem desencadeando processos de degradação ambiental, desmatamento, grilagem, concentração de terras e riquezas e conflitos no campo. Além da utilização descomunal de agrotóxicos para aumentar, de todas as formas, a produtividade e os lucros. Deixando para os trabalhadores, o meio ambiente e os alimentos, contaminação e problemas de saúde pública a níveis ainda imensuráveis.

Porto Gonçalves (2006) afirma que é necessário que o mundo tome conhecimento do custo que está por trás da produção de certos alimentos em determinados lugares, como chegam ao mercado global, certos produtos alimentícios, originados do trabalho de agricultores e agricultoras que estão em condições precarizadas, vulneráveis aos direitos trabalhistas, negação dos direitos das mulheres, com jornadas intermináveis e baixos salários, além da degradação ambiental.

Tais processos estão proporcionando uma modificação na estrutura do mercado dessas indústrias, com uma forte tendência à concentração e à internacionalização da produção, inclusive das decisões produtivas concernentes à agricultura dos países latino-americanos.

Os agronegócios têm um padrão centralizado baseado em produtores corporativos de insumos, processadores e comercializadoras, com uma produção que está descontextualizada e não relacionada com as especificidades dos ecossistemas locais e das relações sociais (PLOEG, 2010, *apud*, ROSSET, 2018, p. 194).

Nesse contexto, observa-se um processo intenso de fusões e aquisições entre os grandes grupos transnacionais (produtores de sementes, agroquímicos e alimentos, empresas biotecnológicas, grandes cadeias internacionais de supermercados, etc). O que chega para o consumidor não é exatamente fruto de sua própria escolha e nem dos agricultores, mas sim da acumulação do capital, isto é, alimentos baratos e empobrecidos nutricionalmente para os trabalhadores (MCMICHAEL, 2016).

Em contrapartida, as populações indígenas, afrodescendentes e camponesas apresentam alternativas para as produções agrícolas através do fortalecimento de suas práticas culturais e se aproximam com os interesses da humanidade e da ecologia. Contudo, essa agricultura camponesa historicamente se encontra à margem das prioridades e dos focos das discussões políticas.

No centro do debate sobre crise alimentar, surge como pauta das populações do campo, alternativas a partir do viés agroecológico para esse contexto, o que posteriormente daria como desdobramento a Soberania Alimentar.

### **3.3 Segurança e Soberania Alimentar e o diálogo com a Agroecologia**

*A soberania de um povo começa pela boca*  
(Eduardo Galeano)

A soberania alimentar é o direito de cada povo de definir suas próprias políticas agropecuárias e, em matéria de alimentação, de proteger e regulamentar a produção agropecuária nacional e o mercado interno, a fim de alcançar metas de desenvolvimento humano sustentável. (MACHIN SOSA *et al*, 2012, p. 30). Isso coloca aqueles que produzem, distribuem e consomem alimentos no coração dos sistemas e políticas alimentares, acima das exigências dos mercados e das empresas. (VIA CAMPESINA, 2004).

A soberania alimentar é a oposição do modelo agroexportador, o agronegócio. Esta não surge do nada ou de abstrações, é resultado de processos históricos e sociais, das organizações dos movimentos sociais do campo. (JALIL, 2009).

Ela disputa poder nos sistemas agroalimentares em suas diferentes escalas, local, regional, nacional, global, sob a lógica do campesinato. Preocupam-se com os sujeitos sociais das duas pontas, os produtores e consumidores. “A luta pela soberania alimentar se contrapõe à lógica do neoliberalismo, politizando as esferas pública e estatal”(VIA CAMPESINA, 2004).

Relaciona-se a um conjunto de políticas públicas que devem ser articuladas e implementadas, trazendo a dimensão do local como espaço privilegiado e fundamental para a concretização destas políticas em conjunto com o protagonismo e a participação das pessoas, que são efetivamente os sujeitos políticos dos processos de transformação, como uma ação construída — de baixo para cima — (JALIL, 2009, p. 60).

A pedra angular da soberania alimentar é a agroecologia. Nesse sentido, também é necessário refletir sobre o conceito agroecológico. Este possui várias dimensões: política, agrônômica, ecológica, econômica e social etc. Os sujeitos protagonistas pela transição agroecológica são os camponeses. Assim, a agroecologia discute também a territorialização do espaço agrário sob uma ótica campesina.

Figura 8 – As dimensões da Agroecologia



Fonte: Araújo (2022)

A agroecologia não é apenas uma produção de alimentos de forma orgânica e livre de agrotóxicos. Ela é uma transformação estrutural na questão agrária e nos convida a refletir sobre o sistema agroalimentar: o que se produz, como e para onde no interior de uma sociedade.

O alimento, em uma racionalidade agroecológica, não deve ser produzido a “qualquer custo”, gerando vários problemas ambientais e sociais, como acontece no agronegócio. A agroecologia visa promover um desenvolvimento social no campo, com a produção e ampliação ao acesso à alimentação e relação com a natureza mais equilibrada.

A agroecologia é um campo da ciência e uma prática da sociedade, ela é bastante ampla, possuindo diversos ramos e métodos que visam analisá-la, contribuindo para o seu desenvolvimento. A agroecologia é um projeto de sociedade e possui diversas dimensões. A primeira é a mais evidente: é um modo de produção da agricultura, ou seja, uma técnica de manejar o solo, de produzir alimentos e plantas medicinais para nutrir a sociedade. Dentro de vários ramos de agricultura, a agroecologia é a que se vincula, predominantemente, à agricultura camponesa e familiar e a sua concepção de trabalho.

Outra dimensão importante é a política-econômica. A agroecologia é, também, uma relação social, desenvolvendo políticas em micros e macros espaços, afetando e interferindo nas relações sociais nas quais essa dimensão consegue chegar. Assim, a Agroecologia reestrutura os territórios rurais e urbanos, reordena a economia nos micros e médias escalas e adentra ao Estado, através de políticas públicas. Agroecologia é um movimento social.

A dimensão epistemológica refere-se às teorias de conhecimento sobre agroecologia no espaço acadêmico, desenvolvendo um campo científico em várias áreas da ciência moderna. Assim, a agroecologia vem se demarcando como um campo de saber dentro da ciência hegemônica, ao mesmo tempo, que vem se ramificando também em alternativas de produção de conhecimento e questionando a própria ciência moderna.

Estas dimensões citadas vão se costurando com as demais dimensões que são desenvolvidas de modo transversal, são estas: os referentes às questões de gênero, as relações etnicorraciais, a questão ecológica, as territorialidades e as diversas cosmovisões existentes. Compreendo, por exemplo, que gênero e raça, são elementos subjetivos e materiais que tornam a agroecologia possível e, ao mesmo tempo, a tencionam para ela se materializar mais próxima dos seus valores e propósitos.

Contudo, na maioria das pesquisas agroecológicas, não é apontando como se desenvolvem a agroecologia na prática, ou seja, não evidenciam que é um campo construído por sujeitos sociais, que possuem gênero, raça e classe. Muitas pesquisas se debruçam, sobretudo, nos aspectos técnicos e de manejo do solo. Considero que essas análises são importantes, porém, elas sendo realizadas de maneira fragmentada das dimensões políticas e epistemológicas, reduzem a concepção ontológica da agroecologia. Seria, metaforicamente, como colocá-la em uma caixinha bem menor do que o seu tamanho e além disso, empobrecer o projeto político e de sociedade que a mesma possui. Analisando as dimensões da Agroecologia como um conjunto que se movimenta de forma intrínseca, está se apresenta como um campo teórico e de práxis complexo e denso.

Costa (2017), explica os princípios científicos que regem a agroecologia: uma sociedade integrante da biosfera. O autor considera que é um campo de reflexão e ações para a emancipação humana. “Uma ruptura, de caráter emancipatório, com o atual processo de desenvolvimento vigente nas sociedades contemporâneas” (COSTA, 2017).

Os principais princípios da agroecologia são a integralidade, minimização das externalidades negativas das atividades produtivas, os circuitos curtos, manejo dos naturais, pluriatividades. (COSTA, 2017)

O autor propõe a produção de alimentos também em áreas urbanas e periurbanas. As cidades precisam ter ambientes alimentares e se diversificar de equipamentos públicos de alimentação e nutrição e feiras agroecológicas. A questão alimentar tem que ser inserida dentro do debate sobre direito à cidade. “Criar zonas especiais de segurança alimentar, garantindo um cinturão verde na cidade para frear a especulação imobiliária e também viabilizando a continuidade da prática da agricultura familiar e agroecologia.” (Maria Emilia Pacheco).

No campo, dois principais eixos da agroecologia são os quintais produtivos e as feiras agroecológicas. Os quintais produtivos são uma fonte de diversificação de culturas, mas também são espaços de encontro e socialização da produção de saberes. As feiras agroecológicas são espaços de sociabilidade, de conhecer os produtores, preços populares, mais acessíveis, saber a origem dos alimentos, garantir que não estamos comendo “alimentos vazios”<sup>19</sup>.

Espaço de formação de consciência alimentar, troca de saberes, espaço de consumo justo. Os consumidores de feiras agroecológicas, ao longo do tempo, se assumem como defensores desses canais de escoamento de produtos e percebem que os alimentos e os seus sabores, cheiro e a estética são diferentes dos alimentos vindos do agronegócio.

Nesse debate, um questionamento que surge é: como incentivar o camponês a produzir de forma agroecológica? E como construir um caminho para transição agroecológica? Um dos caminhos é a partir de uma prática pedagógica do campo, por exemplo, o método “camponês a camponês (CAC)”. (MACHÍN *et. al.*, 2012).

O método “camponês a camponês” se baseia em fortalecer o saber popular, e sujeito do campo ser um sujeito educativo, desse modo, os camponeses repassar para outros camponeses o que desenvolveu e vem dando certo na agricultura, trata-se de uma pedagogia da experiência e do exemplo (BARBOSA e ROSSET, 2019) , a partir de socialização através de intercâmbios e rodas de conversa.

---

<sup>19</sup> São alimentos que possuem poucas ou nenhuma vitamina, proteína ou mineral essencial. São alimentos que oferecem nenhum valor nutricional ao corpo.

Um dos exemplos que utiliza essa pedagogia do CAC, é a Associação Nacional de Agricultores Pequenos (ANAP), em parceria com a Via Campesina, com os camponeses em Cuba. Os camponeses têm costume de falar a seguinte expressão “quando o campesino vê, ele acredita” (MACHÍN et.al.,2012).

Agroecologia é sobre trabalho, terra e alimentação. É sobre não se embrutecer no trabalho, e sim se humanizar a partir do que se produz. É a constatação de que o território é inerente às pessoas.

A agroecologia é a compreensão de que o solo e a alimentação são uno, fecundar a terra é também se nutrir. E que o alimento é a sustentação para o nosso corpo, mas também é uma forma de socialização e o modo como percebemos o mundo. Está tudo contido ali no alimento: relações sociais, de trabalho, relação com a natureza e de gênero. O alimento é um pequeno fragmento do seu território. Agroecologia é sobre diversidade, é sobre ser contra toda monocultura.

Esta pesquisa se envereda nas práticas agroecológicas realizadas pelas mulheres camponesas, buscando compreender como o eixo transversal de gênero constrói a agroecologia nas suas diversas dimensões, sobretudo na produção agrossistêmica, nos roçados e quintais produtivos dos camponeses. A expressão “sem feminismo não há agroecologia”, sintetiza essa profunda interação. Não é possível pensar em um alimento agroecológico sem transformações nas relações de gênero.

Ana Primavesi (2008) explica que a agricultura orgânica produz alimentos mais saudáveis do que aqueles produzidos pela agricultura convencional. Contudo, esta não é, necessariamente, baseada em princípios ecológicos, e sim na lógica de substituição de insumos. Sobre o manejo agroecológico, Primavesi (2008), pontua que “significa manejar os recursos naturais respeitando a teia da vida”. Ou seja, a agricultura agroecológica é mais complexa, não significa apenas substituição de insumos, mas de um projeto ecológico de produzir os alimentos.

De acordo com Ana Primavesi (2008), na atualidade existem três maneiras básicas de realizar o manejo agrícola: o manejo convencional (ou químico), o orgânico por substituição de insumos e o agroecológico. Portanto, precisamos fazer a diferenciação do orgânico e do agroecológico.

A agroecologia torna-se um instrumento de defesa de seus territórios e paradigmas de produção, compreende-se não só como uma técnica de produção de alimentos orgânicos,

insere-se relações sociais igualitárias, respeito as temporalidades do meio ambiente e comercialização de forma mais justa, coaduna com o debate de soberania alimentar.

Portanto, a agroecologia é uma prática de agricultura sem usos de agrotóxicos, mas também um projeto político e de outro modelo de produção que visa mudar o modelo hegemônico de agricultura, tendo como horizonte a soberania alimentar.

Na defesa da agroecologia e soberania alimentar, a Via Campesina é uma peça chave. “É uma constelação global de organizações e movimentos sociais camponeses, agricultores familiares, povos indígenas, camponeses sem terra e trabalhadores do campo, tornando-se centenas de milhões ao redor do mundo” (MARTÍNEZ-TORRES; ROSSET, 2010, 2014).

As ideias de construção da Via Campesina surgiram em 1992, em um encontro de líderes de organizações camponesas, que se articularam em oposição às políticas liberais que atacavam os direitos e a autonomia dos camponeses. Se opôs também às políticas de contrarreformas agrárias indicadas pelo Banco Mundial. Durante a Cúpula Mundial sobre Alimentação de 1996, a Via Campesina apresentou uma série de princípios que se reforçam mutuamente e oferecem uma alternativa às políticas mundiais de comércio no sentido de tornar realidade o direito das pessoas à alimentação.

Para disputar o projeto territorial do capital no campo, a VC quer levar a agroecologia camponesa e popular à escala territorial, como parte do seu projeto de Reforma Agrária Popular. conseguir sua massificação ou territorialização significa que, ao invés de ser praticada por poucas famílias em um território pequeno, torna-se uma prática de muitas famílias em um território grande. (BARBOSA e ROSSET, 2019, p. 47).

O projeto de soberania alimentar se mostra intimamente ligado a um programa político que tem como base os interesses das classes populares e aponta para o rompimento das relações de exploração e desigualdades sociais, não se caracterizando como um projeto reformista, mas de mudança da estrutura social em âmbito regional, nacional e global.

A via campesina defende o conceito de soberania alimentar superior ao da segurança alimentar, como aquele conceito vai além do “direito de alimentos” e reclama o direito da população rural de produzir, implicando as obrigações do Estado de proteger os mercados e de implementar a reforma agrária (ROSSET, 2018). Aponta a gestão da terra-território como instrumento que possa garantir o direito à alimentação. Alimentos saudáveis para a classe trabalhadora. Assim, está vinculada também a defesa dos direitos campesinos.

Quadro 5 - Eixos centrais da Soberania Alimentar:

---

• **Autonomia dos povos de cada país produzir alimentos, o que quer dizer que todos têm direito a alimentos inócuos, nutritivos e culturalmente apropriados, aos recursos para produzir tais alimentos e à capacidade de suprir as suas próprias necessidades e a de sua comunidade;**

• **Definir suas próprias políticas agrícolas, trabalhistas, alimentares e de manejo de solos e água que sejam ecológica, econômica e socioculturalmente apropriadas para eles e seus contextos específicos;**

• **Produção de alimentos sem restrições impostas pelo direito à propriedades intelectuais e livres de organismos geneticamente modificados;**

• **Produzir e colher alimentos de forma ecologicamente sustentável, principalmente por meio da produção orgânica e com poucos insumos externos.**

• **Definir seu próprio grau de auto-suficiência alimentar e desenvolver sistemas alimentares autônomos que reduzam sua dependência dos mercados globais e das grandes corporações;**

---

Fonte: Rosset ( 2018)

A alimentação é a luta contra a fome. Soberania alimentar, produto de práxis, surge como alternativa às condições de fome decorrente de insuficiência no âmbito do abastecimento. (PAULINO, 2012). A soberania alimentar visa recuperar a função social da terra, para a produção de alimentos e sustentadora da vida, nesse sentido, o debate sobre reforma agrária é uma das bandeiras de luta.

No âmbito político nacional e global, a temática que ganha espaço é a “segurança alimentar” (SAN). No olhar dos movimentos sociais e entidades sociais ligadas às populações do campo, o conceito defendido é a “soberania alimentar”. Esta última seria uma ampliação da segurança alimentar, ampliando as dimensões do que é apresentado pela SAN, pensando no modo como é produzido, na distribuição de terras, e uma produção sustentável e que os agricultores sejam protagonistas desse processo. A soberania alimentar perpassa as dimensões da produção, distribuição e circulação. Torna-se eixo fundamental para se pensar em outra realidade agrária e produção de alimentos.

Desse modo, compreende-se que não é só uma questão de consumo e de distribuição dos alimentos, mas de analisar a produção, e entender a estrutura social brasileira, sobretudo,



as origens agrárias do Brasil que tem como base a lógica capitalista e a sua inserção na divisão internacional do trabalho, e não para atender às demandas da população local.

No conceito de segurança alimentar (ONU – 1970), a técnica é resolver o problema da fome. Tendo como perspectiva de abastecimento o mercado, mesmo que haja a expropriação dos camponeses. Nesse discurso entra também a transgenia e as grandes indústrias, corporação, de alimentos.

A noção de Soberania Alimentar argumenta que alimentar o povo de uma nação é uma questão de segurança nacional – de soberania, se quisermos. Se, para a próxima refeição, a população de um país depender dos caprichos da economia global, da boa vontade de uma superpotência de não usar o alimento com arma, da imprevisibilidade e do alto custo de transportes a longas distâncias, então este país não está seguro, nem no sentido de segurança nacional nem de segurança alimentar. A Soberania Alimentar, portanto, vai além do conceito de segurança alimentar, que foi destituído de significado real. (ROSSET, 2006, p. 319).

No campo da discussão sobre soberania alimentar é necessário discutir sobre a fome e sobre segurança alimentar. De acordo com Jalil (2009), a discussão a nível internacional sobre segurança alimentar teve início após a primeira guerra mundial, em virtude das dificuldades de abastecimento alimentar. A questão era como desenvolver a auto-suficiência alimentar das nações, estando mais vinculada a um programa e estratégia de soberania nacional. O tema ganha relevância com a criação da FAO - organismo da ONU que tem como tarefa aumentar os níveis de nutrição da população mundial.

Com a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), a alimentação é considerada como direito humano fundamental e inalienável. O entendimento sobre o conceito mantém o seu foco na capacidade de produção agrícola como forma de assegurar a disponibilidade e a estabilidade dos preços dos alimentos básicos aos níveis internacionais e nacionais (CLAY, 2002, *apud*, JALIL, 2009).

Na década de 80, do século XX, o foco da segurança alimentar começa a se debruçar sobre a capacidade de acesso aos alimentos para os mais pobres. Nesse momento, a FAO e o Banco Mundial se aliam, no intuito de propor diretrizes de políticas públicas com base liberal e nos ditames das leis do mercado para resolver o problema de acesso e estabilidade nutricional.

Na década de 1990, o conceito de segurança alimentar começa a agregar novas dimensões como saúde, cultura e qualidade. A composição e a variedade da dieta, assim como a qualidade do que se come são importantes pontos a serem defendidos (JALIL, 2009).

Em 1996, a FAO organiza a Cúpula Mundial de Alimentação (CMA), em Roma, agregando uma discussão qualitativa na ampliação do conceito para Segurança Alimentar e Nutricional (SAN). Na concepção da FAO, as seguintes quatro dimensões assumem destaque particular na abordagem da segurança alimentar: disponibilidade, acesso, utilização e estabilidade.

Um dos pontos que o debate sobre segurança alimentar tem que se conectar é em que condições são produzidos os alimentos, não apenas o acesso aos mesmos. Assim, aliamos o debate acerca do combate à problemática da fome, com a discussão sobre as melhores condições de trabalho e vida dos camponeses e melhor manejo do solo e da agrobiodiversidade.

A segurança alimentar é um conceito que se encontra em disputa ideológica. Neste campo de disputas e forças, os movimentos sociais, através da bandeira da soberania alimentar, politizam as reivindicações de que “segurança alimentar, agrega a dimensão ecológica e territorial” (MCMICHAEL, 2016), tencionando a segurança para o campo de radicalização democrática. “O conceito de uma “questão agrária do alimento” repercute a preocupação do movimento de soberania alimentar em desnaturalizar a “segurança alimentar” baseada no mercado”. (MCMICHAEL, 2016, p. 114).

No Brasil, em 2006, foi sancionada a lei Nº 11.346, que determinou a criação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), tendo como foco garantir o direito básico à alimentação e assistir às camadas sociais que sofrem com a insegurança alimentar. É fruto das pressões dos movimentos sociais do campo e da cidade, em uma disputa para se construir estratégias para ampliar a diversidade e qualidade da alimentação dos brasileiros.

De acordo com Maluf (2009) “ a Segurança Alimentar e Nutricional é um objetivo de ações e políticas públicas subordinado a dois princípios que são o direito humano à alimentação adequada e saudável e a soberania alimentar. (MALUF, 2009, p.19). Assim, para esse autor a segurança alimentar é um elo para alcançar a soberania.

A noção de Segurança Alimentar e Nutricional , visa garantir a relação aos alimentos em um “aspectos da suficiência (proteção contra a fome e a desnutrição), qualidade e adequação, apropriação às circunstâncias sociais, ambientais e culturais” (MALUF, 2009, p.20). Além disso, o próprio conceito de segurança alimentar vem se ampliando ao longo do tempo, visto as pressões das organizações sociais.

#### 4 OS CAMINHOS DO FEMINISMO E A LUTA DAS MULHERES INTEGRADA À LUTA CONTRA O CAPITAL E A DESIGUALDADE SOCIAL

Figura 09 - 8 de março - Dia internacional da luta das mulheres. Fortaleza - CE.



Fonte: Araújo (2019).

Este capítulo tem como objetivo desenvolver uma reflexão sobre as concepções, acúmulo de lutas e práxis que existem dentro do percurso do feminismo. Este é um campo teórico e político amplo, internamente é repleto de alianças, divergências e disputas, gerando várias ramificações.

Algo que é compreensível, visto que a própria classe trabalhadora é bastante diversificada. Além disso, o capitalismo é um modo de produção e de vida repleto de contradições e busca constantemente fazer cooptação das lutas e pautas oriundas dos anseios das trabalhadoras e trabalhadores. Desse modo, vai disputar a concepção de feminismo também.

Início colocando que há uma diferença entre feminismo e o movimento de mulheres. Este último é definido como um leque que possui uma gama de organizações que lutam por diferentes objetivos, relacionados a questões do gênero feminino. Localiza-se mais no campo de atuação, cada movimento visa demandas bem específicas.

O feminismo diz respeito a uma teoria e ação política, vem se construindo com diversas linhas de pensamentos ideológicos. Busca constantemente elaborar críticas a essa sociedade que apresenta profundas desigualdades de gênero. O feminismo se enquadra dentro

do movimento de mulheres, mas se amplia no sentido de que é um campo teórico e que vai disputando e moldando o pensamento social.

Para lutar contra a desigualdade de gênero, contra a exploração e opressão das mulheres, o movimento de mulheres colhe os princípios organizativos, a teoria explicativa da sociedade e o projeto político formulados a partir do feminismo. Quando se apropriam destes elementos, os movimentos de mulheres passam a usá-los criticamente e com isto constroem e transformam continuamente seu próprio movimento, contribuem com novas reflexões e novas experiências a partir das quais novas pautas de lutas são instituídas, enriquecendo o próprio feminismo. (SILVA e CAMURÇA, 2010, p. 15).

Aqui, iremos discutir quais feminismos estão mais próximos aos interesses das classes populares e não do setor dominante da sociedade. Compreendendo o movimento feminista como processo dialético histórico-geográfico que se encontra em transformação e vai acumulando legados.

Considero importante pontuar sobre algumas teorias feministas para entendermos sua influência na transformação socioespacial em diversas escalas.

É importante ressaltar, ainda, que a maioria dos estudos acadêmicos sobre questões referentes às mulheres<sup>20</sup> e às teorias feministas, se debruçaram no contexto das mulheres urbanas. Só recentemente, nas últimas três décadas, as pesquisas se estenderam para investigar a realidade das mulheres que vivem no espaço agrário.

No campo teórico, sobre as mulheres rurais, os principais temas são: o direito à terra, formas de produção de alimentos, violência contra mulher e acesso aos direitos sociais e as políticas públicas. Nesse sentido, esta pesquisa se propõe a fortalecer as investigações acadêmicas sobre o universo das camponesas, suas atuações na produção de alimentos e suas estratégias coletivas de se fortalecerem enquanto sujeitos políticos.

Neste capítulo, irei debater, por fim, sobre a relação entre as mulheres e a agroecologia, e como elas são transformadas a partir das experiências agroecológicas e em que medida essas práticas são também ações políticas de defesa dos seus territórios e fortalecimento da equidade de gênero.

---

<sup>20</sup> O termo *Mulheres*, aqui usado, está em diálogo com as reflexões de Silvia Federici em seu livro: *O ponto zero. Mulher* como “uma palavra codificada sem que se assuma uma extensão universal e sem a defesa de uma política de exclusão” (FEDERICI, 2019). O conceito amplo e hegemônico de mulher universal, construído pelo feminismo liberal, não contempla as identidades múltiplas de mulheres da classe trabalhadora, que são territorializadas e racializadas. Mantenho, nesta pesquisa, o termo *mulher* compreendendo como uma matriz onto-epistemológica que contempla a diversidade, a constante (re)construção de gênero e que as entendem como sujeitos em ininterrupta transformação.

#### 4.1 A luta de classes a partir do feminismo

*Triste, louca ou má,  
 será qualificada, ela quem recusar seguir receita tal.  
 A receita cultural do marido, da família,  
 cuida, cuida da rotina.  
 Só mesmo rejeita a bem conhecida receita,  
 Quem não, sem dores, aceita que tudo deve mudar. [...]*   
*Eu não me vejo na palavra:  
 Fêmea, alvo de caça.  
 Conformada vítima.  
 Prefiro queimar o mapa.  
 Traçar de novo a estrada. Ver cores nas cinzas.  
 E a vida reinventar  
 (Triste, Louca ou má - Francisco El Hombre)*

As mulheres historicamente lutaram por melhores condições de vida e de trabalho na sociedade. Contudo, há um processo de invisibilização dessas lutas e do protagonismo das mulheres na organização social.

A história oficial é marcada por uma narrativa a partir de um olhar masculino e que coloca as mulheres como sujeitos passivos nos processos históricos. As grandes figuras históricas, que foram determinantes em momentos cruciais para humanidade, são homens. Porém, as mulheres têm participação importante na transmissão de saberes, do desenvolvimento de culturas, de política, de trabalho e social em diversas sociedades e em diferentes tempos e espaços.

O desenvolvimento do capitalismo contribuiu para acentuar as dominações e opressões contra as mulheres, colocando-as como sujeitos subalternos e invisibilizando os trabalhos e legados desenvolvidos por elas.

Na obra *O segundo Sexo*, de Simone de Beauvoir, publicado em 1949, é apresentado que o homem, na sociedade ocidental, é colocado como o sujeito, e a mulher como um objeto deste sujeito. Essa relação de poder é mediada por instituições e estruturas da sociedade. Onde estão as mulheres? Questiona Beauvoir, mas antes de qualquer coisa, o que é ser uma mulher?

A autora explica que o homem define a mulher não em si, mas relativamente a ele. Dentro dessa sociedade sexista e misógina, o homem é visto como o protagonista, tendo como eixo central o seu trabalho. A mulher é definida como o “outro”. Ou seja, um ser que não possui rosto, história, desejos, mas que está a serviço do sujeito principal.

Diante desses contextos de opressão em que as mulheres foram forçadas, surgiram diversas resistências e enfrentamento a essa realidade. Para fins didáticos, as pesquisadoras sobre gênero, feminismo e luta das mulheres, nomeiam em “ondas feministas” os momentos históricos, no mundo ocidental, em que houve acúmulo de reivindicações e de lutas organizadas das mulheres. Essas tensões culminaram em avanços e conquistas relevantes para a sociedade. Cada onda feminista está vinculada ao seu momento histórico e espacial.

Fazendo um breve passeio pela História, pontuo que a primeira onda surgiu no final do século XIX até meados do século XX, na Inglaterra e nos Estados Unidos. As reivindicações orbitaram por direitos básicos que as mulheres não acessavam: voto e participação política na vida pública, por exemplo.

Nesse movimento houve contradições e invisibilidades importantes a serem apontadas: apagamento das mulheres negras, um movimento tendo uma ótica a partir das mulheres brancas e que possuíam propriedade privada, estava impregnada de concepções liberais<sup>21</sup>. Este feminismo é o que vai conseguir se massificar e fazer diálogo com o modo de produção capitalista e a ideologia dominante até hoje.

De acordo com Barragán e *et al* (2016), a segunda onda feminista teve início na segunda metade do século XX, se desenvolveu uma teoria aliada a ação política. O debate sobre a construção social de gênero, os direitos reprodutivos, a sexualidade foram pontos que ganharam espaço. É nesse contexto em que Beauvoir vai trazer a concepção da mulher como o “outro”. Como já foi dito anteriormente, a mulher não é definida em si mesma, mas através do olhar masculino. O outro não tem história própria, é apenas extensão do protagonista, no caso o homem.

Ávila (2004), coloca que, nesse contexto, a mulher “pertencia” ao homem (seja o pai ou o marido). Tinha, em contrapartida, a proteção de um “senhor”. As mulheres não possuíam responsabilidade sobre si próprias, o que as qualificavam como pessoas que precisavam de “tutores”. Assim, não eram sujeitos autônomos e que gozavam de direitos.

Arruza (2019), ao refletir a partir da frase célebre de Simone Beauvoir que sintetiza o seu pensamento: “não se nasce mulher, torna-se mulher”, compreende que a análise feita por

---

<sup>21</sup> Clara Zetkin, em 1894, escreveu um artigo com o título: “Separação contundente”. Neste texto, ela argumenta que “o feminismo burguês e o movimento de mulheres proletárias são movimentos sociais fundamentalmente diferentes”. Para a revolucionária alemã, as feministas burguesas buscavam reformas a favor do sexo feminino dentro da estrutura capitalista, diferente dos objetivos almejados pelas operárias daquela época. Inclusive, o Dia Internacional das Mulheres é resultado da luta do movimento das trabalhadoras socialistas. Para saber mais sobre essa data e o vínculo com a luta contra a desigualdade social, ler o livro: “*As origens e comemoração do dia internacional das mulheres*”, de Ana González, 2010. Editora: Expressão Popular.

Beauvoir busca sublinhar o caráter social, cultural e histórico da construção de ser mulher. “As mulheres são o que os homens decidiram que elas deveriam ser em um mundo de fantasia de definições contraditórias, mas intimamente relacionadas.” (ARRUZZA, 2019, p. 91).

Cinza Arruzza compreende que o pensamento beauvoriano abre caminho para pensar a concepção de ser mulher como fruto das relações sociais. Porém, a partir desse ponto de partida, é necessário desvendar o entrelaçamento existente entre o modo de produção, os processos históricos e as opressões de gênero, para além das questões existencialistas.

Um dos questionamentos que fazem nesse período é que os homens possuem histórias, e as mulheres apenas destino. As mulheres ao refletirem sobre os processos que se repetem em suas vidas e nas vidas das mulheres anteriores, põem em xeque a ideia de destino designado a elas. Buscam romper com essa construção social e pensarem suas trajetórias a partir da autonomia, ponto central para concepção de sujeito.

O feminismo realizou uma conquista fundamental na transformação das relações de gênero e ao instituir as mulheres como sujeito político do processo de transformação social, e essa é, com certeza, sua grande contribuição histórica para o movimento das mulheres no geral. (ÁVILA, 2010, p.06).

Nos anos 1970, a crítica feminista se voltou ao desenvolvimento em um viés liberal e as consequências desse desenvolvimento para as mulheres. Além disso, foi problematizado a questão de a mulher estar vinculada sobretudo ao espaço privado, e a identidade da mulher ligada a ser mãe e dona de casa.

Barragán e *et al* (2016) pontuam que foi lançado pela economista dinamarquesa Ester Boserup, a obra “*O papel das mulheres no desenvolvimento econômico*”, no qual propõe uma ruptura com dogmas estabelecidos nos discursos e nas políticas. A autora critica as políticas de desenvolvimento econômico por promover a exclusão e trazer diversos malefícios às mulheres ao redor do mundo.

As mulheres haviam sido incluídas nas políticas de desenvolvimento unicamente como receptores passivos ou como mães responsáveis pelo lado, enquanto os recursos tecnológicos e financeiros de capacitação eram destinados aos homens. Os programas de desenvolvimento - que foram universalizados segundo o esquema ocidental - definiam o lar como unidade receptora homogênea e o homem assalariado como provedor familiar. [...] Tal noção desconhecia que muitas culturas as mulheres trabalhavam na agricultura e na produção de alimentos e que existem diferentes divisões sexuais do trabalho ou muito mais flexíveis. Também se desconhecia que o lar ou a família constituíam espaço permeado por relações de poder, fazendo com que ajuda ao provedor masculino não necessariamente se traduzisse em rentabilidade para os e as dependentes. (Barragán *et al*, 2016, p. 92).

Na terceira onda, insere-se o debate sobre interseccionalidade, a dupla jornada (as mulheres também ocupavam os postos de trabalho, além dos serviços domésticos). As feministas vão denunciar as políticas neoliberais que geram a “feminização da pobreza”. Nasce também a crítica, a partir de movimentos do hemisfério Sul, “a mulher universal” representada pelo feminismo que exclui as diversidades e demandas específicas de cada território.

É na terceira onda, que vai surgir também a Teoria da Reprodução Social, que articula análise marxista e a perspectiva de gênero, apontando que o trabalho doméstico e os cuidados são uma pré-condição para a produção do capital, e esses papéis recaem sobre as mulheres. Esta última onda é o que abrange os debates mais contemporâneos.

Essas ondas feministas nos revelam que opressão às mulheres não se dá apenas no campo individual, mas compõe a estrutura da sociedade. Iremos pensar como esses movimentos tencionam as relações sociais e denunciam as desigualdades existentes entre gênero.

#### **4.2 O feminismo liberal e suas falácias. A busca por alternativa: um feminismo popular classista**

*O feminismo é uma urgência no mundo. O feminismo é uma urgência na América Latina. O feminismo é uma urgência no Brasil, mas é preciso afirmar que nem todo feminismo liberta, emancipa, acolhe o conjunto de mulheres que carregam tantas dores nas costas.*  
(Táloria Petrone)

Como vimos no tópico anterior, a luta das mulheres por direitos e por uma sociedade mais justa, é histórica, processual e vem ganhando forças. Atualmente, é mais difícil esconder as desigualdades de gênero existentes e nem naturalizá-las. As denúncias e as resistências das mulheres, em diversos lugares do mundo, desvelam a sociedade misógina e sexista em que vivemos.

Para mediar e controlar esse conflito dentro da sociedade, a lógica capitalista atua de dois modos: buscando destruir os movimentos mais radicais, que possuem pautas estruturais e que ligam as desigualdades de gênero com as desigualdades de classes.



Por outro lado, busca cooptar os movimentos de mulheres mais identitários e menos classistas, inserindo a ideologia hegemônica dentro desses movimentos e de suas pautas. Assim, se repercute para toda sociedade a ideia que existe só um feminismo, o hegemônico de matriz liberal, e que ele é capaz de atender as necessidades de todas as mulheres.

O feminismo liberal gira em torno das lutas “pelos mesmas oportunidade no mercado de trabalho, na fábrica e no mundo corporativo ganhando o *status* igual ao dos homens e transformando a nossa vida e personalidade para nos adequar a essas novas tarefas produtivas” (FEDERICI, 2019, p.117-118).

Arruza, Bhattacharya e Fraser (2019), compreendem que o feminismo liberal longe de oferecer uma solução, na verdade, faz parte do problema das desigualdades sociais. Esse feminismo propõe uma visão de igualdade baseada no mercado que se harmoniza perfeitamente com o discurso vigente pela “diversidade”.

De acordo com as autoras, o objetivo do feminismo liberal “não é igualdade, mas a meritocracia. Em vez de abolir a hierarquia social, visa diversificar - lá, empoderando mulheres ‘talentosas’ para ascender ao topo”. (ARRUZA, BHATTACHARYA E FRASER, 2019. p. 37).

O outro ponto importante, o feminismo liberal não enxerga as mudanças acontecendo a partir da luta organizada. Ele parte da ordem de “mudança de comportamento”. Alimenta o discurso de que basta as mulheres enfrentarem, individualmente, no seu cotidiano, o machismo que ele vai se desestruturar.

Federici (2019) coloca que o feminismo liberal entende que as mudanças na vida cotidiana parecem vir a partir de um ato de vontade individual, basta as mulheres se posicionarem. Como se manter em um processo de subalternização fosse uma condição mental e a libertação pudesse ser alcançada por um ato de vontade. Silvia Federici explica que esse movimento pode levar as mulheres a se sentirem culpadas e impotentes. Além disso, que o feminismo não é uma ação individual, mas coletiva e organizada.

Arruza, Bhattacharya e Fraser (2019) explica que o feminismo hegemônico oferece alibi perfeito para o neoliberalismo. “Ocultando políticas regressivas sob uma áurea de emancipação, ele permite que as forças que sustentam o capital global retratam a si mesmo como progressistas” ( p. 39).

O feminismo liberal denuncia a necessidade de equidade de direitos sociais entre homens e mulheres, mas enxerga apenas a opressão sexista. As pautas se orbitam em

“oportunidades iguais no mercado de trabalho”, “mulheres no poder”, “empoderamento feminino” e “sororidade com todas as mulheres”. Uma reflexão importante: Quando se utiliza esses discursos, de que mulheres estão se referindo?

Duas diferenças iniciais têm que ser demarcadas: Primeiro, existem mulheres que se beneficiam do *modus operandi* capitalista, de sua estrutura baseada na exploração. Ou seja, mulheres (predominantemente brancas e de família abastada) exploram diretamente ou indiretamente outras mulheres e a população negra e racializada. Essas mulheres se incomodam com a cultura sexista que as afetam, mas elas não estão preocupadas com as mudanças estruturais da sociedade, apenas em acessar o mesmo poder e espaço que os homens de sua classe.

Segundo, existe uma profunda diferença de como as mulheres brancas e mulheres negras e racializadas são tratadas, seja nos países centrais ou nos países periféricos dependentes. As mulheres negras e racializadas sofrem mais opressão e exploração. São direcionadas para os empregos mais precarizados, mal pagos e exaustivos.

As pautas feministas liberais acabam tendo mais facilidade de serem difundidas na sociedade, mas não são pautas que atendem de fato todas as mulheres, apenas uma pequena parcela. Saffioti (1987) explica que a condição de ser mulher vai variar de acordo com a classe social que ela se encontra. Por exemplo, “se a operária gasta duas horas por dia no trânsito, mais oito na fábrica, e quatro nos serviços domésticos, a burguesa dispõe de serviços que executam os trabalhos domésticos em sua residência (SAFFIOTI, 1987, p. 08- 09).

Visto isso, não é possível pedir sororidade às mulheres que enriqueceram e se tornaram bilionárias no período da pandemia, enquanto exploravam e pagavam mal as mulheres que trabalhavam em suas empresas. Além disso, enquanto milhões de mulheres negras não têm o que comer e o que alimentar os seus filhos em várias cidades do Brasil, sofrendo com abandono social e desemprego.

Como também não é possível pedir que as mulheres camponesas tenham sororidade às mulheres latifundiárias e difusoras do agronegócio. Além de estarem do lado oposto da “cerca”, elas divergem profundamente sobre projeto socioeconômico para o espaço agrário, sobre relações de trabalho, de relação com a natureza e a produção de alimentação.

Angela Davis (2016) , em seu livro: *Mulheres, Raça e Classe*, traz a reflexão de que inicialmente, dentro do movimento sufragista já não havia espaço para as mulheres negras. Existia, na verdade, racismo no interior desse movimento.

Angela Davis (2016) afirma que o ponto de partida da exploração da vida das mulheres negras, desde a escravidão, começa com apreciação do papel de trabalhadora que envolve os serviços domésticos invisibilizados e não valorizados, embora, extremamente necessários para reprodução da sociedade. É designada às mulheres negras a responsabilidade por certas tarefas árduas em que as classes abastadas não estão dispostas a fazer.

As mulheres feministas brancas demonstraram uma relutância histórica em reconhecer as lutas das trabalhadoras domésticas, por exemplo. O feminismo branco enquanto lutava contra as opressões que sofriam, ao mesmo tempo, materializavam opressões às mulheres negras. “A serviçal trabalha unicamente com o propósito de satisfazer as necessidades de sua senhora. [...] Provavelmente, enxergando sua criada como uma extensão de si mesmo, a feminista dificilmente poderia ter consciência do seu próprio papel ativo como opressora” (DAVIS, 2016, p. 105).

Davis (2016) explica que os serviços vinculados à limpeza e ao trabalho doméstico, historicamente e majoritariamente, vinculados às mulheres negras e pobres, fez com que elas se tornassem invisibilizadas na sua totalidade, perdendo sua dignidade e humanidade. É um trabalho que a sociedade não está disposta a refletir.

Angela Davis aponta, ainda, a profunda dificuldade que existe em organizar as trabalhadoras domésticas. É um dos setores mais difíceis de conseguir se organizar, sindicalizar, devido que elas estão isoladas e confinadas nos espaços privados.

A luta pelo direito ao trabalho, reivindicada pelas mulheres brancas, não era algo que mobilizava as mulheres negras, pois essas estavam condenadas a intensos trabalhos exaustivos e precarizados, advindos do processo da escravidão.

Desse modo, tanto na cidade, como no campo, os interesses das mulheres que compõem a classe trabalhadora são divergentes dos interesses da classe dominante e de suas ideologias. Assim, é necessário que o feminismo tenha como sua coluna vertebral: a luta anticapitalista. Arruza (2015) compreende que não é possível atingir a emancipação e libertação das mulheres sob o modo de produção capitalista.

A tese essencial da “teoria unitária” é a de que o feminismo marxista, a opressão de gênero e a opressão racial não correspondem a dois sistemas autônomos que possuem suas próprias causas particulares: eles passaram a ser uma parte integral da sociedade capitalista através de um longo processo histórico que dissolveu formas de vida social precedentes. (ARRUZA, 2015, p. 57).

Assim, longe de ser acidental, o sexismo e as opressões de gênero estão entranhados na estrutura do capital. Arruzza (2015), é categórica ao afirmar que a exploração de classe social por outra ocorre por meios coercitivos e de violência, mas também por meios ideológicos. As relações sociais dentro do capitalismo produzem instituições e indivíduos.

Exponho aqui uma discussão que é recorrente nos debates feministas: A opressão sofrida pelas mulheres é anterior ao capitalismo. Seria assim, o sistema de opressão contra gênero, chamado comumente de patriarcado, independente das correlações de forças vinculadas ao capital?

Cinza Arruzza (2015), explica que o conceito patriarcado é utilizado para expressar que a opressão de gênero não é algo esporádico, “são questões que atravessam toda a sociedade, fundamentalmente reproduzidas através de mecanismos que não podem ser explicados no nível individual”. (2015, p.35).

Considero importante frisar que não estamos afirmando que todas as sociedades antecedentes foram compostas estruturalmente por desigualdades de gênero, houveram diversas experiências de relações sociais em que a divisão sexual do trabalho não era tão rígida, não havia relações hierárquicas e que as mulheres desempenhavam papel importante na organização de suas comunidades<sup>22</sup>.

Arruzza (2015) integra o campo das teóricas marxistas que pesquisam sobre reprodução social e a teoria unitária, ela compreende que embora o patriarcado seja anterior ao capitalismo, ele não é um sistema autônomo/ independente.

As marxistas da teoria unitária compreendem o “patriarcado” como um sistema de opressão que é remanescente das sociedades anteriores, mas funciona intrínseco e imbricado ao capitalismo. Para Arruzza, apesar de possuir suas próprias causas particulares, o patriarcado passou a ser uma parte integral da sociedade capitalista através de um longo processo histórico que dissolveu formas de vida social precedentes (ARRUZA, 2015).

Não é possível considerá-lo autônomo, sendo um sistema de opressão vinculado ao sistema de exploração, o capitalismo. "Uma relação de exploração sempre implica numa relação de dominação e alienação. Essas relações nunca estão verdadeiramente separadas na crítica marxiana da economia política." (ARRUZA, 2015, p. 53). Assim, acontece também

---

<sup>22</sup> Para maior aprofundamento sobre o papel das mulheres nas sociedades anteriores ao capitalismo, consultar as obras: *A origem da família, da propriedade privada e do Estado* de Friedrich Engels e *A sociedade primitiva* de Henry Morgan.

com o racismo. Esses sistemas (racismo, patriarcado e capitalismo) estão imbricados e precisam ser analisados conjuntamente.

Saffioti, já na década de oitenta, se atentou para essa relação entre patriarcado e capitalismo. Semelhante ao pensamento de Arruza, ela compreende que há uma unidade dialética entre essas estruturas e que nos ajuda a compreender os sujeitos sociais na sua totalidade. Essa socióloga brasileira também compreendeu que o patriarcado, um sistema de dominação anterior ao capitalismo, se molda para coexistir e potencializar o processo de dominação-exploração existente.

Em seus estudos, Saffioti junta a essa dinâmica o racismo. E conclui como que, através de um processo simbiótico, se torna um único sistema, no qual ela denomina de patriarcado-racismo-capitalismo. “Quem se beneficia dessa simbiose dos três sistemas de dominação-exploração, são classes dominantes, na medida em que esta simbiose consolida o poder do macho branco e adulto”. (SAFFIOTI, 1987, p.64)

Além disso, foi na estruturação do capitalismo, a partir do colonialismo, que esses sistemas de opressão foram criando as formas que tem hoje e eles estão no coração da sociedade capitalista, fazendo com que essa engrenagem se movimente.

Os efeitos do colonialismo, do imperialismo, da pilhagem de recursos naturais por parte dos países capitalistas avançados, das pressões objetivas da economia de mercado global, etc., tem um impacto significativo nas relações sociais e familiares que organizam a produção e distribuição de bens, frequentemente exacerbando a exploração das mulheres e a violência de gênero. (ARRUZA, 2015, p. 47).

Assim, retomando o debate sobre o feminismo que pode atender as necessidades das mulheres urbanas periféricas e as mulheres indígenas, quilombolas e camponesas que compõem a classe menos abastada, parte da reflexão de que elas possuem demandas específicas, mas sofrem opressões que estão vinculadas às explorações capitalistas. Elenco alguns pontos que conectam as opressões sofridas pelas mulheres da classe trabalhadora:

- 1) A questão do cuidado e da reprodução social – a responsabilidade de cuidar dos filhos, da casa, da comida, da manutenção dos alimentos, da saúde, da educação, do apoio afetivo aos integrantes da família, recai diretamente para as mulheres. É uma carga bastante pesada e um trabalho invisibilizado, embora necessário para o sistema capitalista continuar funcionando.

- 2) A dupla jornada de trabalho – Além dos cuidados com a família e o lar, a mulher atua no mercado de trabalho formal, informal nas áreas urbanas e na agricultura, no campo.
- 3) O controle do corpo das mulheres – Seja na negação dos direitos reprodutivos, seja na violência doméstica, seja no controle da liberdade sexual e etc.

Nesse sentido, as teorias feministas populares, opostas ao feminismo liberal, questionam a divisão internacional do trabalho, o neoliberalismo, a naturalização do trabalho doméstico e de cuidados às mulheres e as relações de trabalho precarizadas, baseadas na exploração e na degradação do meio ambiente.

Desse modo, considero importante, sempre fazermos o exercício de analisar a sociedade a partir de concepções que nos deem condições de compreendê-la a partir da totalidade. O discurso ideológico hegemônico, a partir do feminismo liberal, busca constantemente impor um ponto de vista fragmentado sobre a realidade.

Por exemplo, o feminismo busca encobrir que as relações de opressão e subalternidade são pontos que articulam a produção, reprodução social e as relações de classes. E que mantê-las na sua integridade é necessário para o desenvolvimento do capitalismo.

O papel dos movimentos sociais e das pesquisas acadêmicas engajadas com a transformação da sociedade é apontar essas limitações e contradições no discurso e políticas liberais. Como Arruza (2015) coloca, é importante compreender que o sistema patriarcal não é “mero resíduo” de formações sociais passadas e nem um antagonismo entre “classes sexuadas”. Ele é um sistema sofisticado de opressão às mulheres, que foi se moldando à lógica capitalista e se incorporando nela. Compondo a totalidade, com as contradições e dinâmicas desse modo de produção e sociedade em que vivemos.

Inclusive, uma das pautas que o feminismo, no geral, denuncia, é a violência contra as mulheres. Inserem-se nesse debate a violência doméstica, a psicológica, o feminicídio e o abuso sexual. Esse conjunto de violências que deixam as mulheres vulneráveis, possuem suas raízes no aval que o Estado e a classe dominante dão para os homens, eles se sentem empoderados para realizar esses crimes e continuarem impunes. Além disso, o próprio Estado é um violador de direitos e gerador de violências contra às mulheres em diversas formas e proporções.

Diante dessas questões, os feminismos populares compreendem que a luta é coletiva, estrutural e possuem uma conexão com a luta para superarmos o capitalismo e as crises, violências e desamparos decorrentes dele.

### 4.3 A construção de um feminismo popular que integre a perspectiva decolonial e ecológica

Figuras 10 e 11- Dia internacional da luta das mulheres - Fortaleza- CE, presença das camponesas.



Fonte: Araújo (2019).

#### ***Vozes-Mulheres***

*A voz de minha bisavó  
 ecoou criança  
 nos porões do navio.  
 Ecoou lamentos  
 de uma infância perdida.  
 A voz de minha avó  
 ecoou obediência  
 aos brancos-donos de tudo.  
 A voz de minha mãe  
 ecoou baixinho revolta  
 no fundo das cozinhas alheias  
 debaixo das trouxas  
 roupagens sujas dos brancos  
 pelo caminho empoeirado  
 rumo à favela  
 A minha voz ainda  
 ecoa versos perplexos  
 com rimas de sangue  
 e fome.  
 A voz de minha filha  
 recolhe todas as nossas vozes  
 recolhe em si  
 as vozes mudas caladas  
 engasgadas nas gargantas.  
 A voz de minha filha  
 recolhe em si  
 a fala e o ato.  
 O ontem – o hoje – o agora.  
 Na voz de minha filha*

*se fará ouvir a ressonância  
O eco da vida-liberdade.  
(Conceição Evaristo)<sup>23</sup>*

Início este subcapítulo, com o poema de Conceição Evaristo, onde a partir dele podemos refletir as opressões, lutas e resistências das mulheres que atravessam gerações e gerações e ainda buscam por liberdade e autonomia. É um caminho árduo e de uma vigília constante.

*Mulher* é uma categoria que está no centro de várias disputas, seja pelo patriarcado ou pelo feminismo. Refere-se a sujeitos sociais que são designados a receber papéis específicos, ao mesmo tempo, em que estão passando por constantes transformações e repensando sobre essas atuações e as expectativas que a sociedade tem sobre elas.

Ser mulher é um processo em construção, abrange diversas realidades e experiências com o seu próprio corpo. Não existe um sujeito único para os feminismos populares. Somos diversas, territorializadas, temos influências das nossas ancestralidades e possuímos culturas amplas.

Reafirmo que existem diversas perspectivas de feminismo no campo popular, construindo na práxis cotidiana a concepção de gênero e reformulando as políticas, tendo como horizonte a emancipação humana. Destaco o movimento transfeminismo<sup>24</sup>, feminismo negro, ecofeminismo, feminismo decolonial, feminismo comunitário e feminismo marxista, a partir da teoria da reprodução social. Esses movimentos vão possuir suas especificidades, mas têm alguns pontos em comum: crítica à categoria universal da mulher, a opressão de gênero nas quais elas foram socializadas e a consciência de classe que as une.

O trabalho, dentro da lógica capitalista, é desenvolvido por homens e mulheres, e se corporifica em cada produto ou serviço produzido. “Ainda assim, mulheres e homens são dispostos de diferentes formas no processo generificado de acumulação”. (CONNELL e PEARSE, 2015 p.166). A divisão sexual do trabalho tem muitos efeitos além da economia

---

<sup>23</sup> Poema retirado do livro *Poemas de recordação e outros movimentos*, 3.ed., p. 24-25 de Conceição Evaristo.

<sup>24</sup> O transfeminismo é uma das vertentes mais recentes e possui bastante importância. Ela amplia a concepção de ser mulher. As mulheres transgêneras e travestis são constantemente questionadas enquanto sujeito feminino pela lógica patriarcal-binária- cis moderna. Nascimento (2021) coloca que o transfeminismo vem para ampliar e trazer pluralidade para o campo do feminismo e repensarmos as “sujeitas” do gênero feminino para além dessa ótica colonial e heteronormativa e binária. Nascimento (2021) defende que ser mulher está para além de ter útero. Para mais aprofundamento sobre o tema, ler o livro *Transfeminismo*, de Letícia Nascimento, inserido na Coleção Feminismos Plurais, ano 2021. Editora: Jandaíra.



definida de maneira limitada, gera diversas opressões nas mulheres, em seus corpos e nas suas subjetividades.

Françoise Vergès (2020) compreende o feminismo como uma teoria radical e um campo de práxis contra o capitalismo, racismo e o imperialismo. A autora explica que “ao tornar-se feminista, é preciso, antes de qualquer coisa, problematizar o feminismo”. De acordo com Vergès (2020) o feminismo corresponde a revolucionar a prática cotidiana.

Partindo desta reflexão inicial, a autora nos convida a pensarmos um feminismo a partir da ótica decolonial. Para isso, Vergès (2020), pontua que não podemos esquecer que há uma diferença entre a colonização, que corresponde a um período específico que já se encerrou em grande parte do planeta, e o colonialismo, que é um processo e uma relação social que se encontra em vigência.

María Lugones falou sobre a “colonialidade do gênero” nos seguintes termos: a experiência histórica das mulheres colonizadas não é apenas a de uma desqualificação racial, ela escreve, mas também a de uma determinação sexual. As mulheres colonizadas são reinventadas como “mulheres” com base em normas, critérios e práticas discriminatórias experimentadas na Europa medieval. As mulheres racializadas enfrentaram, pois, dupla subjugação: a dos colonizadores e a dos homens colonizados (VERGÈS, 2020, p.46).

Assim, o feminismo decolonial surge como uma crítica ao feminismo nascido no berço europeu-americano e tem como alicerce a concepção liberal. O feminismo decolonial latino-americano se junta ao movimento das mulheres negras e racializadas na reivindicação de que a questão do racismo é central no eixo da opressão capitalista-neocolonial. Pontua, especialmente, em fortalecer os conhecimentos ancestrais das mulheres subalternas latino-americanas e reconstruir nossas identidades.

A ideia de que as mulheres não têm um passado, de que elas não têm uma história, significava, claro, que elas os tinham, mas que ambos estavam enterrados, escondidos, mascarados, e que o trabalho das feministas era encontrá-los e torná-los conhecidos. Esse trabalho de arqueologia, de redescoberta e de reapropriação continua a acontecer e é fundamental. (VERGÈS, 2020, p. 107).

Citando Frantz Fanon, Vergès explica que “a riqueza da Europa é literalmente uma criação dos países do ‘Terceiro Mundo’, pois foi construída a partir do roubo das riquezas da América Latina e da África e, portanto, ‘a riqueza dos países imperialistas é também nossa riqueza’ (VERGÈS, 2020, p.26). A partir desta análise crítica, Vergès coloca que é preciso desenvolver um feminismo que emancipe as mulheres do sul global e afirma seu direito à existência.

Reforçando essa reflexão, que Vergès traz de Fanon, trago a análise de Galeano que aponta que a miséria, a desigualdade social na América Latina não é consequência apenas das relações de poder desenvolvidas internamente. Está vinculada diretamente ao desenvolvimento e acumulação de capital dos países centrais.

Perdemos; outros ganharam. Mas aqueles que ganharam só puderam ganhar porque perdemos: a história do subdesenvolvimento da América Latina inteira, como já foi dito, a história do desenvolvimento do capitalismo mundial. Nossa derrota esteve sempre implícita na vitória dos outros. Nossa riqueza sempre gerou nossa pobreza por nutrir a prosperidade alheia: os impérios e seus beaguins nativos. Na alquimia colonial e neocolonial o ouro se transfigura em sucata, os alimentos em veneno. (GALEANO, 2018, p.10)

Fanon, Galeano e Vergès compreendem que os países, que foram colonizados, continuam no processo de serem explorados e manter a riqueza dos países desenvolvidos. Neste contexto, as mulheres racializadas são as que mais sofrem com a lógica de exploração e dominação. Para que as mulheres racializadas e que sofrem do poder do colonialismo “possam ser elas mesmas representantes de suas pautas e reivindicações, é necessário que lhes seja reconhecido o lugar de sujeito, e que suas experiências façam parte também dos estudos feministas” (VERGÈS, 2020). O lugar de sujeito se constrói refletindo sobre suas trajetórias, história do seu povo e rompendo com estruturas que perpetuam as dominações e opressões.

Ao analisar o período da colonização e expansão do capitalismo, Lugones (2008), afirma que além da criação da categoria “raça”, houve também a naturalização da diferença sexual e de gênero.

Nesta perspectiva, a autora faz uma crítica à análise de Aníbal Quijano. Ela considera que na obra de Quijano há uma invisibilidade a respeito da questão de gênero ao analisar a colonialidade. Assim, Lugones (2008) cria o conceito colonialidade de gênero, no qual pode nos ajudar a

Compreender a opressão como uma interação complexa de sistemas econômicos, racializantes e engendrados, na qual cada pessoa no encontro colonial pode ser vista como um ser vivo, histórico, plenamente caracterizado (LUGONES, 2014, p. 941).

Lugones (2008) compreende que o sistema de gênero e a imposição de um sistema binário são produtos da colonialidade do poder. Desse modo, a autora percebe que há uma

relação de constituição mútua entre gênero e raça para construções de relações de opressões e explorações que fortalecem a lógica capitalista.

Dialogando com Vèrges e Lugones, trago as reflexões de Lélia Gonzalez<sup>25</sup>, militante brasileira negra que contribuiu para as elaborações teóricas e práticas dentro do movimento negro e feminista no Brasil, nos anos 70 e 80 do século XX.

Antes mesmo de surgir esse debate com a nomenclatura “decolonial”, Lélia Gonzalez, na década de 1980, já trazia críticas ao colonialismo que ainda se perpetuava no Brasil e apontava que as mulheres racializadas no Brasil, eram as que mais sofriam exploração-opressão. Estão na base da pirâmide social com os empregos mais exaustivos e desvalorizados.

Gonzalez (2020) aponta que inegável que o feminismo “desempenhou um papel fundamental em nossas lutas e conquistas, na medida em que não apenas estimulou a formação de grupos e redes, mas também desenvolveu a busca por uma nova maneira de ser mulher” (GONZALEZ, 2020, p.127).

Contudo, Lélia Gonzalez expõe que o feminismo demorou a articular a questão racial e de gênero. As mulheres negras, dentro deste sistema racista e patriarcal, são silenciadas e marginalizadas. “Ao nos impor um lugar inferior dentro de sua hierarquia (sustentado por nossas condições biológicas de sexo e raça), suprime nossa humanidade precisamente porque nos nega o direito de ser sujeitos não apenas de nosso próprio discurso, mas de nossa própria história” (GONZALEZ, 2020, p.128).

Interessante que as duas autoras colocam a questão de se tornarem sujeitos e construir sua identidade de mulher conectando com as suas raízes etnico-raciais. Para essas teóricas e militantes, uma transformação estrutural passa pela construção de políticas públicas em que insiram as mulheres racializadas como ponto central. O mundo já foi visto demais por uma perspectiva masculina, heteronormativa, branca e com propriedade privada. É preciso realizar uma inversão de olhar e de projetos políticos e econômicos.

Gonzalez (2020) realiza uma análise socioeconômica atrelada às questões subjetivas da sociedade brasileira e latino-americana. Tendo como base a teoria marxista da

---

<sup>25</sup> Lélia Gonzalez foi historiadora, geógrafa e marxista. Dedicou-se a estudar o capitalismo-periférico-dependente que configura o Brasil e, nesse contexto, quais eram as condições socioeconômicas da população negra, principalmente, das mulheres negras. É uma referência na academia, no movimento negro e feminista popular. Pra saber mais, ler o artigo: <https://jacobin.com.br/2020/09/lelia-gonzalez-interprete-do-capitalismo-brasileiro/> e o livro: *Lélia Gonzalez*, uma biografia da teórica e militante, escrito por Alex Ratts e Flávia Rios, publicado em 2010, pela Editora: Selo Negro.

dependência, a autora explica que o Brasil se estruturou historicamente como um país agroexportador.

A nossa economia gira em torno das práticas agrícolas tendo como foco o mercado externo, foi assim no período colonial e se perpetua até hoje no nosso consolidado papel na divisão internacional do trabalho. A pilhagem, a partir da mineração, da exploração da biodiversidade e a produção de *commodities* é o que vai gerar acumulação constante de capital e fonte de lucro para a burguesia interna.

O setor agrícola hegemônico não incorpora massivamente mão de obra. A indústria até tem sua relevância, mas não se desenvolveu suficientemente. Desse modo, uma parcela da população economicamente ativa do país vai ser absorvida pelo mercado formal do setor secundário (da indústria) e do setor de serviços. Porém, mesmo assim a grande maioria fica de fora do mercado formal.

Assim, Gonzalez (2020), explica que boa parte dos brasileiros vão se enquadrar no que ela chama de “massa marginal”. Este seria um setor da população que não está nem trabalhando formalmente e nem no “exército industrial de reserva”, vive da/ na informalidade. Esta parcela da população possui mais dificuldades para acessar os direitos sociais e se encontra em uma constante vulnerabilidade social, possuem salários mal remunerados e estão expostos à superexploração.

Esta massa marginal está tanto nos espaços rurais (comunidades indígenas, minifúndios de subsistência, pequenos mineiros, posseiros, meeiros, etc.) como nos espaços urbanos (trabalhadores em serviços domésticos, que não possuem uma renda fixa, etc.). Essa camada é composta, em sua maioria, principalmente pela população negra, sobretudo pelas mulheres negras.

O processo de exclusão da mulher negra é patenteado, em termos de sociedade brasileira, pelos dois papéis sociais que lhe são atribuídos: “domésticas” ou “mulatas”. O termo “doméstica” abrange uma série de atividades que marcam seu “lugar natural”: empregada doméstica, merendeira na rede escolar, servente nos supermercados, na rede hospitalar etc. Já o termo “mulata” implica a forma mais sofisticada de reificação: ela é nomeada “produto de exportação”, ou seja, objeto a ser consumido pelos turistas e pelos burgueses nacionais (GONZALEZ, 2020 p. 36).

Partindo dessa análise sobre o lugar que ocupa a mulher negra na sociedade brasileira, Lélia Gonzalez propõe, pensarmos um feminismo que evidencie a nossa pluralidade étnico-racial. Nesse sentido, precisamos repensar a conexão do patriarcado com a opressão racial que está vinculada no território latino americano.

A militante marxista, explica que é necessário refletirmos sobre o processo de opressão racial que é tão antigo e está entranhado na gênese da formação do território da América Latina. Para Lélia, o território latino-americano se estruturou em um processo de colonização, pautado, sobretudo, na racialização como elemento preponderante para a hierarquização das classes sociais.

Quando se analisa a estratégia utilizada pelos países europeus em suas colônias, verifica-se que o racismo desempenha um papel fundamental na internalização da “superioridade” do colonizador pelos colonizados. E ele apresenta, pelo menos, duas faces que só se diferenciam enquanto táticas que visam ao mesmo objetivo: exploração/opressão (GONZALEZ, 2020, p.117).

A América Latina é, sobretudo, uma junção *ameríndia* e *amefricana*, na perspectiva da Lélia Gonzalez, são essas duas matrizes etnicorraciais (indígena e africana) que vão construir a identidade das classes populares latino-americanas.

Nas experiências anglo-saxônicas na América do Norte, o que vai se evidenciar é o racismo aberto. Por exemplo, nos Estados Unidos, houveram leis que impediam a miscigenação, relações interracialis e materializaram a *apartheid* social. Era explícito e formalizado o racismo.

Aqui, na América Latina devido a grande miscigenação (que é fruto, inclusive, de muitas violências), o que predomina é o racismo disfarçado ou “por denegação”, como denomina Gonzalez. Há um discurso de “democracia racial”, que a partir da ideologia mascara a realidade. Constrói-se uma falsa narrativa de que vivemos harmoniosamente com as nossas diferenças e diversidades. Contudo, Lélia explica que

a afirmação de que todos são iguais perante a lei assume um caráter nitidamente formalista em nossas sociedades. O racismo latinoamericano é suficientemente sofisticado para manter negros e índios na condição de segmentos subordinados no interior das classes mais exploradas, graças à sua forma ideológica mais eficaz: a ideologia do branqueamento. (GONZÁLEZ, 2020, p. 119).

Assim, para combater as desigualdades de gênero, é preciso também combater a estrutura capitalista-colonial-periférica no qual o Brasil e a América Latina se desenvolveram. Gonzalez (2020) compreende que o feminismo latino-americano se enfraquece quando ele invisibiliza o que tem mais de específico das classes populares, incluindo as mulheres, latinoamericanas: as características multirraciais e pluriculturais da nossa região.

Herdeiras históricas das ideologias da classificação social (racial e sexual), bem como das técnicas legais e administrativas das metrópoles ibéricas, as sociedades latino-americanas não puderam deixar de se caracterizar como hierárquicas. Estratificadas racialmente, elas apresentam um tipo de contínuo de cor que se manifesta em um verdadeiro arco-íris classificatório. [...] Nesse contexto, a segregação de mestiços, índios ou negros se torna desnecessária, porque as hierarquias garantem a superioridade dos brancos como grupo dominante. (GONZALEZ, 2020, p.130).

Neste ponto, Lélia toca em uma questão importante: o colorismo. Na sociedade brasileira é mais difícil as pessoas se reconhecerem como negras, por causa da diversidade e miscigenação mesmo. Contudo, o capital é certo em identificar quem são pessoas brancas e pessoas racializadas. Desse modo, Gonzalez nos explica que negros são tanto pessoas retintas (pretas) como as pardas. Ambas sofrem racismo, apesar de que quanto mais escura for sua pele, mais a pessoa vai sofrer consequência de uma sociedade racista.

Quando Gonzalez amplia o próprio conceito de ser negro, ela nos elucida que a grande maioria dos brasileiros é negra ou racializada (aqui entra também a categoria de indígenas). Portanto, a questão racial não é uma questão de “minorias”, mas atravessa uma ampla parcela da população brasileira. Na verdade, é uma minoria, branca e abastada, que se beneficia dessa estrutura de país capitalista-periférico-dependente-colonial em que vivemos, onde a raça e o gênero vão designar as condições sociais, econômicas, de trabalho, de moradia e de qualidade de vida.

Assim, Gonzalez (2020) convoca a construção de um feminismo que não perca de vista a nossa experiência enquanto racializadas, frutos do colonialismo que assolou o continente latino americano e que está no coração da engrenagem do modo de produção e reprodução social, o capitalismo.

A emancipação das mulheres atravessa a luta anticolonial, na busca da soberania dos povos da América Latina, de suas terras, da biodiversidade, da reestruturação da economia, sendo pensada a partir das necessidades internas. Além disso, é urgente a expansão de políticas que construam uma reparação histórica do povo negro, integrando e dando condições reais de reconstruírem suas vidas com dignidade, autonomia e liberdade.

Em um debate que dialoga com o feminismo decolonial, existem reflexões sobre o ecofeminismo, o feminismo marxista e o feminismo camponês popular. Esses movimentos feministas buscam trazer diretrizes para transformação concreta e uma relação mais equilibrada entre sociedade e natureza.

O feminismo camponês popular e o marxista serão apresentados no próximo tópico. Neste, considero importante discutir sobre o ecofeminismo, pois existe um elo que liga este as discussões decoloniais.

De acordo com Siliprandi (2015), as conexões entre os movimentos de mulheres e os movimentos ecológicos estão em pauta desde a década de 1970. Iniciou-se dentro dos “movimentos de contracultura”, na Europa e nos Estados Unidos, que criticavam as políticas de desenvolvimento econômico e o modo de vida capitalista baseado no consumismo e degradação ambiental. Posteriormente, o ecofeminismo vai ser apropriado pelas militantes dos países do Sul.

O ecofeminismo tem várias vertentes, desde uma linha mais espiritualista, outra existencialista e o que o que faz uma discussão relacionando as questões da natureza, gênero e classe social. A vertente essencialista coloca as mulheres como uma essência feminina mais perto da natureza e seria uma espécie de salvação da humanidade.

Shiva e Mies (2021), que possuem uma perspectiva diferente, vão desconsiderar esse tipo de essencialismo. As teóricas e militantes vão enfatizar o trabalho de cuidado, de reprodução social, o trabalho da agricultura familiar e a importância de estabelecer direitos da natureza, respeitando e preservando os bens comuns. As autoras Vandana Shiva e Maria Mies propõem

um modelo alternativo que coloca a preservação da vida com objeto central, ou seja, as atividades produtivas que ser compartilhadas por homens e mulheres e os atores marginalizados pelo discurso capitalista incluindo a natureza dando importância aos bens comuns e da solidariedade entre comunidades (BARRAGAN e *et al*, 2016, p.106).

Um ponto em comum entre as ecofeministas é que vivemos um momento delicado e bastante decisivo enquanto humanidade. Precisamos desenvolver urgentemente uma consciência ecológica e mudarmos a relação que temos com a natureza. Os graves problemas climáticos, crise de água, alta produção de lixo, contaminação e problemas de saúde coletiva estão vinculados ao nosso modelo de produção e sociedade pautado no uso indiscriminado da biodiversidade.

Somada a essa mudança de paradigma da relação sociedade-natureza, temos que realizar profundas mudanças no interior das relações sociais, inclusive, de gênero.

“Uma perspectiva ecofeminista propõe a necessidade de uma nova cosmologia e uma nova antropologia que reconheça que a vida na natureza (que inclui os seres humanos) é mantida por meio da cooperação, do cuidado mútuo e do afeto”. (MIES e SHIVA, 2021, p. 55 e 56).

As autoras colocam que a preservação da biodiversidade e das culturas populares das sociedades humanas é uma pré-condição para a manutenção da vida neste planeta. O ecofeminismo é o encontro das pautas ecológicas, das reivindicações sobre a emergência ambiental e a questão de gênero. “O ecofeminismo compreende que há importantes conexões entre como se tratam mulheres, pessoas de cor e a subclasse, de um lado, e como se trata o ambiente natural não humano, de outro” (MIES e SHIVA, 2021, p.224).

Em uma perspectiva ecofeminista, o próprio tempo será visto a partir de uma ótica de outra racionalidade. Onde será levado em consideração a observação do tempo da natureza, o tempo que o corpo leva para incorporar os conhecimentos, o tempo da produção dos alimentos de maneira orgânica, são alguns exemplos.

Assim, esse modo de vida acelerado, focado no produtivismo, desconectado com ritmo da natureza e do nosso próprio corpo não faz sentido para teóricas do ecofeminismo. Um dos pontos centrais é também a valorização dos saberes populares que são repassados ao longo do tempo de geração em geração, geralmente, pela oralidade. Evidentemente a centralização do domínio sobre os corpos humanos, sobre os corpos animais e sobre a terra encontra um tenaz obstáculo nas vivências e nas concepções democráticas e comunais, cujo o tempo não é regido pela maximização da produtividade (SATTLER, 2019, p.178).

A relação de dominação exploratória entre o homem e a natureza (moldada pela ciência moderna reducionista desde o século XVI) e a relação exploratória e opressora entre homens e mulheres que prevalece na maioria das sociedades patriarcais, mesmo as industriais modernas, estão intimamente conectadas.

Vandana Shiva (2021) critica o modelo cultural ocidental que se constitui por meio da colonização das mulheres, das terras e da natureza. O ecofeminismo reúne uma parte do movimento feminista e do movimento ecológico centradas na relação entre a mulher e a natureza e na crítica à dominação patriarcal que a ambas subjuga e explora. Dias, Soares e Gonçalves (2019) explicam que a colonização também está vinculada em eliminar e ocultar a heterogeneidade dos sujeitos sociais e de suas comunidades.



Inclusive, a América Latina, que outrora se chamava *Abaya Yala*, foi construída a partir do soterramento das histórias e dos legados dos povos originários. A formação territorial da América Latina é a partir de constantes guerras, genocídio, epistemicídio e ecocídio. Houve uma transição da diversidade para uma lógica de monocultura (não só vinculada à produção de alimentos, mas também ao modo de vida e de ser).

Assim, causou um empobrecimento ontológico dos povos originários que tiveram que passar a viver a partir de um modo de vida que lhe era estranho, a colonização. Desse modo, “o ecofeminismo partindo de países do sul apresenta-se como uma teoria que pauta questões próprias do contexto da colonização. [...] que destaca a associação entre uma dominação cultural e uma dominação geográfica no sentido ecológico da dominação. (DIAS, SOARES e GONÇALVES, 2019, p.197).

A vertente do ecofeminismo que surge dentro dos conflitos nos países do Sul, apresenta-se como uma teoria política que compreende que colonialidade, os problemas ecológicos e as opressões às mulheres estão conectados. Esse sistema se consolidou e se mantém por meio da colonização, por povos estrangeiros, de mulheres e de suas terras e da natureza. As mulheres são as que mais sofrem com problemas ambientais e as que mais denunciam e estão na linha de frente em defesa dos bens comuns da natureza.

No capítulo sobre feminismo e ecossocialismo, as teóricas marxistas Arruza, Bhattacharya e Fraser pontuaram que

As mulheres ocupam as linhas de frente da atual crise ecológica, constituindo 80% das pessoas refugiadas em função do clima. No sul global, elas constituem a vasta maioria da força de trabalho rural, ao mesmo tempo, que carregam a responsabilidade pela maior parte do trabalho de reprodução social. Devido a seu papel central de prover alimentação, vestimenta e abrigo para família, as mulheres representam uma parte descomunal no trabalho de lidar com a seca, poluição e superexploração da terra. (ARRUZA, BHATTACHARYA e FRASER, 2019, p. 84).

Shiva (2021) ilustra que diversos movimentos ao redor do mundo construíram um elo entre as mulheres e a questão ambiental. A ativista ambiental dá alguns exemplos: o Movimento Chipro, na Índia, das mulheres defendendo as florestas. As bolivianas e a sua luta contra a privatização da água e as mulheres de Altamira, no Brasil, lutando contra a construção da barragem de Belo Monte.

Portanto, nesse contexto, as ecofeministas realizam também uma crítica ao desenvolvimento neoliberal, que traz um discurso de que vai gerar riqueza e bem-estar. Contudo, ele traz concretamente a degradação ambiental e a pobreza.

Mies (2021) coloca que o desenvolvimento se concentra em dar resposta através dos seus indicadores, como o Produto do Interno Bruto (PIB), para mostrar os seus resultados e eficiência. Porém, não mostram os custos ambientais, os trabalhos precarizados, pauperização do trabalho e dependência local. Além disso, secundariza as necessidades humanas em valorização ao próprio desenvolvimento. “O desenvolvimento como um processo culturalmente enviesado destrói estilos de vidas saudáveis e sustentáveis, gerando pobreza material real.” (MIES, 2021, p. 148).

Dentro do campo teórico e acadêmico, Mies (2021) defende uma ciência com perspectiva feminista e desenvolve uma crítica do paradigma prevaiente da ciência e da ciência social, pois nessa área da ciência, as mulheres e sua contribuição, foram não só invisibilizadas, mas também estava profundamente imbuído de valores androcêntricos.

"Na verdade, descobrimos que essa ciências forneceu os instrumentos de opressão e exploração das mulheres na biologia, o biologismo e suas e sua consideração sobre as relações entre os sexos nas ciências sociais, na psicologia, nas ciências comportamentais, na educação e assim por diante".(MIES, 2021, p. 149).

Assim, a socióloga feminista convida as mulheres cientistas, sobretudo que realizam pesquisas sociais, a se envolverem no processo no qual estão pesquisando. Primeiro, por compreender que “um objeto de pesquisa não é algo estático e homogêneo mais uma entidade histórica dinâmica e contraditória” (MIES, 2021, p.104) e também porque gera uma pesquisa com consciência e autonomia. Mies considera que as mulheres devem permanecer intimamente ligadas às lutas e relações dos movimentos.

Dias, Soares e Gonçalves, (2019) denúncia que o modo de produção capitalista, através do seu discurso ideológico faz todo um esforço para ocultar ou naturalizar o racismo e sexismo, na mesma lógica também justifica o especismo, “são desenvolvidas formas atuais de exploração animal e ambiental que garantem um bom andamento do capitalismo enquanto ideologia e sistema econômico”. (2019, p.196-197).

Considero importante o que as autoras trazem, pois na visão delas, o ecofeminismo também possui uma relação de empatia para com os animais, não vendo eles como objetos ou que estão à serviços dos seres humanos. As autoras trazem crítica à sociedade atual que se

coloca superior aos outros seres vivos e os enxergam como elementos a serem explorados totalmente.

O *modus operandi* do sistema capitalista-neocolonial não funciona sem “a exploração da natureza e a exploração da natureza não funciona sem a neocolonização dos povos que habitam determinadas regiões”. (DIAS, SOARES e GONÇALVES, 2019, p. 198). A construção de uma sociedade ecofeminista parte do princípio de respeito à vida em sua totalidade.

O ecofeminismo pode dialogar com a luta das mulheres no movimento agroecológico, suas lutas pelo território, guardiãs dos saberes sobre o uso de plantas medicinais, sementes e alimentos. Na luta contra a violência às mulheres e por justiça e equidade na produção de alimentos.

#### 4.4 O feminismo camponês popular e a teoria da reprodução social

Figura 12 – Margarida Alves discursando para os trabalhadores rurais



Fonte: Fundação Margarida Alves.

*Brasil, meu nego  
Deixa eu te contar  
A história que a história não conta  
O avesso do mesmo lugar  
Na luta é que a gente se encontra  
Brasil, meu denço  
A mangueira chegou  
Com versos que o livro apagou  
Desde 1500  
Tem mais invasão do que descobrimento  
Tem sangue retinto pisado*

*Atrás do herói emoldurado  
 Mulheres, tamoios, mulatos  
 Eu quero um país que não está no retrato  
 Brasil, o teu nome é Dandara  
 Tua cara é de Cariri  
 Não veio do céu  
 Nem das mãos de Isabel  
 A liberdade é um dragão no mar de Aracati  
 Salve os caboclos de julho  
 Quem foi de aço nos anos de chumbo  
 Brasil, chegou a vez  
 De ouvir as Marias, Mahins, Marielles, malês  
 (Escola de Samba Mangueira)*

*Companheira, me ajude que eu não posso andar só.  
 Eu sozinha eu ando bem, mas com você eu ando melhor.<sup>26</sup>*

Nesse subtópico, trago a reflexão sobre o feminismo camponês popular e a importância de suas reformulações para o avanço de conquistas das mulheres camponesas. Porém, antes, gostaria de narrar brevemente sobre a história de vida de Margarida Alves, militante dos direitos camponeses. Visto que considero que é relevante falar de histórias reais que inspiraram ou compõem o movimento feminista.

Margarida Alves não se organizou em movimentos feministas. Na sua época não era expressivo grupos/organizações só de mulheres camponesas pautando demandas próprias. Contudo, o legado de Margarida inspira até hoje os movimentos de mulheres no espaço agrário.

Existe uma frase célebre de Margarida “é melhor morrer na luta do que morrer de fome”, sintetiza a coragem que essa camponesa nordestina teve de enfrentar o patriarcado e o latifúndio que oprime mulheres e homens no campo.

Margarida Alves nasceu no dia 05 de agosto de 1933, na pequena cidade de Alagoa Grande, no Brejo Paraibano. Começou a estudar aos seis anos de idade e desde criança, como era de costume na época, já trabalhava na agricultura. Foi a primeira mulher a exercer o cargo de presidenta do Sindicato dos Trabalhadores Rurais da cidade de Alagoa Grande. Ocupou, por 12 anos, a presidência deste sindicato. Neste período, ela fundou o Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural, que até hoje funciona. Este centro tem como atribuições contribuir para educação, o desenvolvimento cultural dos trabalhadores e trabalhadoras rurais. Os cursos e formações possuem uma perspectiva da educação popular.

---

<sup>26</sup> Ciranda cantada nos encontros de movimentos feministas populares, de forma lúdica, reflete a necessidade da coletividade para superar as opressões sofridas pelas mulheres.

Margarida Alves lutou arduamente pela melhoria de vida dos camponeses no interior da Paraíba. Antes mesmo de se falar em *feminismo camponês popular* ou na luta das mulheres do campo, ela já trazia nas suas falas e nas suas práticas essas questões de gênero, vinculadas à classe. Foi uma mulher que desafiou as hierarquias sociais que colocam os camponeses fadados a uma vida de subalternidade e fome. “A sua atuação política incomodava os latifundiários, os patrões – que lhe faziam ameaças, tentando pressioná-la a deixar o sindicato” (AGUIAR e TEIXEIRA, 2016, p.113). A líder sindical buscava na justiça a garantia de direitos trabalhistas para as camponesas e os camponeses.

Figura 13- Margarida Alves tomando posse do sindicato.



Entre suas principais lutas estava: o registro na carteira de trabalho dos trabalhadores rurais, a jornada diária de trabalho de oito horas, décimo terceiro salário, férias e demais direitos, para que as condições de trabalho no campo pudessem ser equiparadas ao modelo urbano. Em seu discurso na comemoração do 1º de maio de 1983, na cidade de Sapé, na Paraíba, Margarida denunciou que

Eles [os latifundiários] não querem que vocês venham à sede porque eles estão com medo, estão com medo da nossa organização, estão com medo da nossa união, porque eles sabem que podem cair oito ou dez pessoas, mas jamais cairão todos diante da luta por aquilo que é de direito devido ao trabalhador rural, que vive marginalizado debaixo dos pés deles.<sup>27</sup>

---

<sup>27</sup> Fonte: <https://www.fundacaomargaridaalves.org.br/homenagens>

Depois de várias ameaças e perseguição, Margarida Alves foi assassinada, na porta de sua casa, “na presença do marido e do filho, no dia 12 de agosto de 1983, por um matador de aluguel que atirou em seu rosto”. (AGUIAR e TEIXEIRA, 2016). O crime teve repercussão internacional, com denúncia encaminhada a várias entidades que defendem os direitos humanos.

Símbolo da luta pelos direitos dos trabalhadores rurais, Margarida recebeu, postumamente, o prêmio *Pax Christi Internacional*, em 1988. Em 1994, foi criada a *Fundação de Defesa dos Direitos Humanos Margarida Maria Alves*, na Paraíba. Ao longo dos anos, ela foi lembrada por várias instituições e movimentos sociais por sua luta em defesa dos camponeses. O dia de seu assassinato, 12 de agosto, é conhecido como o *Dia Nacional de Luta contra a Violência no Campo e pela Reforma Agrária*.

Trago a memória dessa lutadora que é fonte de inspiração e referência dentro dos movimentos feministas do campo. Em sua homenagem, a marcha que congrega diversas mulheres camponesas na luta por ampliação dos seus direitos sociais, carrega o nome de Margaridas.

A Marcha das Margaridas, surgiu no ano 2000, como uma ação em adesão à Marcha Mundial das Mulheres, apresentando um forte caráter de denúncia ao projeto neoliberal. A marcha acontece a cada quatro anos e passou a integrar a agenda de lutas dos movimentos sociais do campo.

A Marcha das Margaridas se construiu, portanto, como um movimento de caráter feminista amplamente articulado com o propósito maior de transformação do sistema capitalista, patriarcal e machista, reprodutor da opressão, discriminação e violência contra as mulheres. (AGUIAR E TEIXEIRA, 2016, p. 113).

São mulheres como Margarida Alves, com sua coragem e desejo de transformação social, que vão mudando a configuração do campo brasileiro. Historicamente as mulheres compuseram as lutas e resistências populares seja contra a classe dominante, ou seja contra o próprio Estado que atuava contra os interesses da classe trabalhadora e em favor da elite agrária.

Nos processos de resistência como o Quilombo dos Palmares, Revolta dos Malês, Balaiada, Canudos e as Ligas Camponesas, vamos encontrar histórias de mulheres, de “heroínas” que não aceitavam as profundas desigualdades sociais e condições de explorações que estavam condicionadas.

A história do Brasil é repleta de batalhas contra o seu próprio povo. Citando uma fala do filme *Uma história de Amor e Fúria*<sup>28</sup>: “Os meus heróis nunca viraram estátuas, morreram lutando contra os que viraram”, podemos refletir que conhecemos, majoritariamente, a versão da história a partir do olhar dos vencedores e não dos vencidos. Muitos homens e mulheres desconhecidos dedicaram a sua vida para lutar por melhores condições de trabalho, de vida para si e para as gerações futuras. Assim, existiram muitas Dandaras, Mahins, Terezas de Benguela e Margaridas.

Compreendo também que as lutas não estão desconectadas, elas possuem ligações com as elaborações e ações que ocorrem em diversas escalas. Na década de 1980, período em que as mulheres do campo começaram a se organizar e se mobilizar de forma mais sistemática, foi a época que a sociedade estava dando um basta na ditadura e lutando por seus direitos democráticos.

Um processo vai alimentando o outro, é uma via de mão dupla. Ao mesmo tempo, as movimentações, os questionamentos e embates internacionais e nacional que as mulheres, em diversos contextos e espaços, estavam levantando reverberam também no espaço agrário.

A partir dessas reflexões, irei apresentar a história e concepção do feminismo camponês popular. Ao meu ver, este tem elaborações e pautas que dialogam com o feminismo decolonial, ecofeminista e classista, tendo como foco as mulheres do espaço agrário brasileiro.

A origem do feminismo camponês popular não é dentro dos espaços acadêmicos, não surge a partir das reflexões filosóficas e teóricas da Ciência moderna. Embora que, felizmente, recentemente vem ganhando espaço dentro do campo teórico que discute sobre gênero, sexualidade e identidade étnico-raciais. Porém, na realidade, ele é forjado no cotidiano, nos espaços onde são materializadas as experiências das mulheres camponesas e nos seus anseios por transformações concretas para a classe camponesa.

O feminismo camponês popular é fruto das reformulações das mulheres camponesas sobre a sua realidade no tocante às opressões e explorações que elas sofrem dentro da

---

<sup>28</sup> Uma história de Amor e Fúria é um filme nacional, de 2013, dirigido por Luiz Bolognesi. É uma animação e ficção científica. Sinopse: Um homem (Selton Mello) com quase 600 anos de idade acompanha a história do Brasil, enquanto procura a ressurreição de sua amada Janaína (Camila Pitanga). Ele enfrenta as batalhas entre tupinambás e tupiniquins contra os portugueses ao chegarem no país, e passa pela Balaiada e o movimento de resistência contra a ditadura militar, antes de enfrentar a guerra pela água em 2096. Para saber sobre o filme, acesse: <https://www.adorocinema.com/filmes/filme-202642/>.

estrutura de sociedade que é baseada na desigualdade de gênero, raça e exploração das classes trabalhadoras.

Somada às opressões internas vivenciadas por elas no cotidiano, tendo como principal figura de violência, os homens próximos a elas. Seja no espaço privado (casa, família, relações afetivas) ou no espaço público (roçado, mercado popular, feiras, sindicatos, partidos políticos, associações e etc).

É no amadurecimento das reflexões sobre a experiência de ser mulher no espaço agrário e nas ações da militância, dos seus movimentos de se organizarem coletivamente e na defesa da classe camponesa é que se desenvolve a teoria política do feminismo camponês popular. Porém, parto do princípio “de que não se pode compreender o que é o feminismo camponês popular, sem apreender o processo histórico de sua construção, sem conhecer a história das mulheres camponesas” (SEIBERT, 2019, p. 113).

Assim, precisamos olhar para trás e refletir sobre as principais ações camponesas, nos últimos quarenta anos, que acarretaram na expansão dos seus direitos e fortalecimento (re)construção e fortalecimento da sua identidade camponesa, na perspectiva das mulheres. Ou seja, o que é ser mulher no campo e, principalmente, sua profissão de camponesa.

Em meados da década de 1980, começam a ressurgir vários movimentos sociais tendo como horizonte os direitos sociais e as liberdades democráticas. É o contexto da abertura lenta e gradual da redemocratização do país e o fim do período obscuro, de retiradas de direito, perseguição política e violência no campo e na cidade, tendo como principal agente o Estado, a ditadura.

Poucos anos antes, fruto do campo da Igreja Católica que possuía engajamento social, surge, no espaço agrário, a Comissão Pastoral da Terra (CPT), criada em 1975, tem como objetivo ser um suporte para a organização e apoiando a luta social dos trabalhadores e trabalhadoras do campo. A CPT contribui, até hoje, no suporte da luta pela terra, combatendo o trabalho análogo à escravidão, na assistência jurídica, e na formação política e espiritual dos camponeses.

Nesse contexto de mobilização dos anos 80 do século XX, alguns desses movimentos que estavam ressurgindo tinham como vínculo os valores e as atividades da teologia da libertação ligada às comunidades eclesiais de base (CEBs), setor da Igreja Católica que buscava fortalecer a espiritualidade e a politização da população, em busca de condições mais dignas para as classes populares.



As CEBs contribuíram para a conscientização política, organização e mobilização das trabalhadoras e trabalhadores nas periferias urbanas e nas áreas rurais. Nesses espaços e período específico, as mulheres participavam ativamente. Já estavam inseridas nesse na construção desses movimentos populares. No espaço agrário,

percebemos que as camponesas estavam inseridas neste contexto de luta pela terra, por reforma agrária, organizadas nas CEBs, participaram ativamente no processo de renovação sindical no campo e atuaram na luta pelo restabelecimento da Democracia. (SEIBERT, 2019, p. 29).

Contudo, elas não estavam ocupando os espaços de lideranças, de decisões e de visibilidade dentro desses movimentos. Semelhante ao que ocorria nas atividades laborais no campo, elas eram vistas como colaboradoras, as que estavam “ajudando” as atividades vinculadas à agricultura. Os homens é que possuíam o protagonismo e direcionavam o modo de trabalho que deveria ser desenvolvido.

Porém, se fosse observado atentamente, as atribuições e tarefas das mulheres, seja no roçado ou na organização dos movimentos populares, eram tão estruturais e necessárias quanto as dos homens. Sem suas participações dificilmente os movimentos iriam desenvolver, ter a complexidade e as conquistas que tem hoje.

Compreendendo essas desigualdades de gênero, as mulheres começaram a construir grupos de mulheres dentro dos movimentos sociais nas quais participavam. Para elaborar pautas específicas para as mulheres e problematizar essas relações desiguais de gênero que elas vivenciavam em vários espaços, público e privado.

Esmeraldo (2016) cita alguns desses movimentos que começaram a se organizar na década de 1980: *Mulheres Trabalhadoras do Brejo*, no Agreste de Pernambuco, criado em 1981. E o *Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais* no Sertão Central do mesmo estado, em 1982. Na região Sul, em 1981, surge o *Movimento de Mulheres da Agricultura*, em Chapecó, no estado de Santa Catarina.

Em 1983, foi criado o *Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais*, no Rio Grande do Sul. Na mesma década, nasceram o *Movimento de Mulheres do Campo e da Cidade* no estado do Pará, o *Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais* da Bahia e o *Movimento de Mulheres Agricultoras de Rondônia*. Na região Nordeste, esses movimentos articularam o *Movimento das Trabalhadoras Rurais do Nordeste*, em 1986. Neste movimento, aconteceu o *1º Encontro de Mulher Trabalhadora Rural do Nordeste*, no mesmo ano. Entre várias pautas

que são tecidas nesses encontros, os direitos sociais, por exemplo: direitos sexuais e reprodutivos, licença maternidade e aposentadoria, começaram a surgir como bandeiras.

Esses encontros e movimentos se tornam *locus* de elaborações sobre suas identidades, histórias de vida, sobre as opressões e explorações que envolvem o universo das mulheres do campo. Além disso, são espaços para elaborar estratégias e formação política, tendo como direcionamento tornar essas mulheres em sujeitos, protagonistas e narradoras de suas próprias histórias. Um dos primeiros passos para alcançar uma vida com mais autonomia, é acessar e garantir os direitos sociais que até então eram negados a elas.

Esmeraldo (2016) explana que até o início de 1980, as mulheres rurais tinham sua identidade intrínseca a sua condição familiar e conjugal. Elas eram invisibilizadas como sujeitos sociais e políticos. A identidade enquanto mulher estava vinculada ao espaço privado, vinculado ao trabalho doméstico e cuidado com os filhos e do marido. Ela não era vista, inclusive, enquanto classe trabalhadora rural.

A organização de movimentos autônomos de mulheres rurais foi construída na década de 1980, em várias regiões do Brasil, e se constituiu como um campo de forças e de lutas específicas para a produção de uma identidade produtiva, com o ofício de mulher trabalhadora rural e de uma identidade política para a mulher rural. (ESMERALDO, 2016, p. 134).

De acordo com Munarini, Cinelli e Cordeiro (2020), as camponesas se somaram à luta pela Previdência Social e ao direito ao salário-maternidade para as trabalhadoras rurais, pois até então esse benefício era apenas garantido às mulheres trabalhadoras urbanas.

Com muita organização das mulheres camponesas e a pressão por meio de caravanas à Brasília junto aos parlamentares constituintes garantiram o Reconhecimento da Profissão de Trabalhadora Rural na Constituição Cidadã de 1988, assim garantindo o direito a aposentadoria rural (MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS, 2018, p.05).

A conquista da licença-maternidade foi alcançada em 1993, a regulamentação e implementação ocorreu no ano de 1995. Nesse contexto de começar vários direitos, os movimentos de mulheres desvelaram uma grande problemática social, uma questão sintomática de como as camponesas não eram vistas como sujeitos autônomos e detentoras de direitos: muitas mulheres rurais não possuíam documentos de identificação própria.

Uma parcela significativa das mulheres camponesas não possuía certidão de nascimento RG, CPF, certidão de casamento. Conseqüentemente, elas ficavam impedidas de acessar os benefícios sociais. Em virtude disso, “no ano de 1994, foi lançada pela Articulação de Instância de Mulheres Trabalhadoras Rurais da região Sul (AIMTR/ Sul), a primeira campanha de documentação *Nenhuma Trabalhadora Rural sem Documentos*” (MUNARINI, CINELLI e CORDEIRO, 2020, p. 35).

Percebemos, assim, que o acesso a direitos básicos e a materialização de espaços onde as mulheres rurais possam exercitar a dar sua opinião, se colocarem, compartilharem suas experiências (perceberem que elas têm muitas coisas em comum) é algo relativamente recente. São espaços - organizações e direitos que as mulheres precisam estar permanentes lutando para que eles continuem existindo.

A organização de mulheres em movimentos específicos que discutem suas pautas específicas, tem como intuito desenvolver a formação política, criar campos de ações e reflexões para lutar por autonomia e a desconstrução de uma sociedade patriarcal baseada na exploração-opressão. “Esse campo de força se faz com a conscientização de si, com a formação política entre mulheres, com acúmulo de aprendizados para um agir em seu próprio nome, com o pensar e fazer de forma autônoma, com a consciência dos direitos de mulher” (ESMERALDO, 2011, p. 124).

Nessas experiências dos encontros de mulheres, há partilha de depoimentos, escuta e entendimento da realidade de uma maneira menos fragmentada e mais ampla. Muitas vezes a apreensão da consciência de que são sujeitos que sofrem muitas opressões, geram sentimentos de angústia e revolta. É encarar as experiências dolorosas em que elas foram socializadas.

Contudo, nos encontros e nos movimentos sociais de mulheres, há também muita alegria, são espaços de esperanças e de fortalecimento mútuo. Nestes locais, elas realizam rituais, trocas de saberes populares, desenvolvem espaços artísticos (dança, música, poesia). Além de:

Trocas de sementes, de receitas alimentares e medicinais, de sabores e saberes que motivam a nova sociabilidade e se mistura ao debate político sobre o agronegócio, monocultura, natureza destruída, uso dos agrotóxicos, neoliberalismo, internalização do Capital, alimentos transgênicos, reforma agrária, direitos Humanos, alimentos saudáveis e relações de gênero e projeto popular para o país (ESMERALDO, 2014, p. 262).

Na década de 2000, as mulheres organizadas incluem o termo camponesas (não mais de trabalhadoras rurais). Essa nova nomenclatura é também uma demarcação política e

cultural. Elas buscam "ampliar a sua condição para não mais se restringir ao mundo do trabalho, mas para se incluírem como sujeitos de uma classe social e política, incorporando sua diversidade étnico-cultural, para enfrentar a ordem dominante vigente e para afirmar seus direitos humanos". (ESMERALDO, 2014, p. 264).

Esmeraldo (2014) ilustra que as camponesas exercitam, cotidianamente, a economia de base comunitária, através de troca de sementes, de mudas e alimentos. Não reduzem a vida ao produtivismo e ao lucro. Ao contrário, buscam fortalecer as relações sociais de base solidária e de cuidado com a natureza.

Em busca de mudanças por outro modelo de sociedade, as mulheres camponesas adentram a luta denunciando os projetos de uniformização da biosfera (pessoas, terra, água, máquinas, sementes) no domínio de forças produtivas - a Terra e a vida. E se, nas décadas passadas, o debate se dava em torno da renda da terra, hoje se faz em torno da renda da vida com os germoplasterra, A biotecnologia, os organismos geneticamente modificados (OGMs) em contraposição à diversidade biológica de ecossistemas complexos (ESMERALDO, 2014, p. 266).

As opressões se materializam de formas diferentes nos espaços agrários ou urbanos. É necessário se debruçar para cada realidade específica para compreender como as opressões às mulheres que compõem a classe trabalhadora se territorializam e se ramificam. Estas opressões não estão à parte das estruturas de explorações, pelo contrário, são intrínsecas e retroalimentadas mutuamente.

É nesse contexto, que o movimento de mulheres surge e a construção de um feminismo que seja construído a partir da própria realidade das mulheres do campo. A principal referência do feminismo camponês popular, no Brasil, é o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC).

MMC foi o primeiro movimento da Coordenadoria Latino-Americana de Organizações do Campo – CLOC/Via Campesina a se declarar como feminista, o que ensejou um amplo debate sobre a proposta de um feminismo que tivesse sua raiz teórico-prática baseada nas mulheres camponesas (CHEHAB E CARVALHO, 2020, p. 158).

Em 2013 foi realizado o I *Encontro Nacional das Mulheres Camponesas* em que se reafirmou a importância e a necessidade do Movimento de Mulheres Camponesas, a construção do projeto de agricultura camponesa, feminista e agroecológica e a luta pela transformação social.

Neste mesmo ano, as mulheres camponesas do Brasil, participaram do *I Congresso da CLOC* (Coordenação Latino Americana das Organizações do Campo), uma articulação continental de movimentos de camponeses/as, indígenas e negros/as, e nele as mulheres perceberam que tinham um grande desafio de fortalecer a organização de mulheres nos países para fortalecer sua participação política na CLOC.

Deste encontro histórico são tiradas linhas de atuação conjunta, como a luta pela participação política das mulheres, luta contra toda forma de opressão e discriminação, colocar as demandas das mulheres dentro da luta da classe trabalhadora e a sindicalização e organização de mulheres dentro dos sindicatos (MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS- MMC, 2018, p. 05).

Assim, o feminismo camponês e popular nasce de uma base concreta, uma necessidade material das mulheres do campo, se percebem que elas fazem parte da sociedade de classe e sofrem duplamente os processos de exploração.

O feminismo camponês popular é um processo histórico. Ele ganha corpo a partir das marchas das mulheres em luta por direitos sociais, nas denúncias e campanha conscientizando para o fim da violência contra às mulheres, da luta por melhores condições de trabalho no campo, a luta pela terra, por uma alimentação saudável e nas denúncias dos profundos impactos negativos que o agronegócio deixa para o meio ambiente.

O feminismo camponês popular tem dois eixos estruturais: primeiramente, a reflexão e apropriação da consciência de classe do campesinato. Dos camponeses se reconhecerem como classe trabalhadora e a importância do seu papel para o desenvolvimento da sociedade. Nesse sentido, eles vão tensionado na luta pelos seus direitos.

A inserção do conceito/ identidade “feminista” é algo também bastante recente. Tanto as integrantes do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), como as do Movimento das Trabalhadoras e Trabalhadores Sem Terra (MST), como as demais organizações visam construir um feminismo que as contemplem. Não é de interesse das camponesas importar um conceito, uma ideia que só faça sentido nos espaços urbanos, por exemplo.

De modo direto ou indireto, cada vez mais camponesas têm acesso às concepções sobre o feminismo camponês popular. Seja porque atuam diretamente nas organizações e movimentos de mulheres ou que são beneficiadas com as campanhas, formações e atividades que os movimentos feministas, as associações, sindicatos e instituições vêm constantemente promovendo.

Tipo, campanhas contra violência contra à mulher, benefícios e programas destinados diretamente para as mulheres, campanhas e reflexões sobre a divisão das atividades domésticas, etc. A jornada é longa e é preciso desvencilhar de várias dificuldades que impedem o avanço da consciência de classe e de gênero das camponesas. Além disso, é necessário também campanhas de sensibilização e formação para os homens também. É preciso construirmos toda uma sociedade com uma perspectiva feminista.

A seguir apresento um quadro com as definições elaboradas pelo Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), sobre como elas entendem e propagam o feminismo camponês popular.

Quadro 06 - Definição Feminismo Camponês Popular:

- Autônomo porque são as mulheres camponesas que decidem os rumos do movimento, suas ações e estratégias.
- De base porque o núcleo central onde se concretiza a organização das mulheres são os grupos de base nas comunidades rurais,
- De classe porque nos assumimos como parte da classe trabalhadora,
- Feminista porque lutamos pela liberdade, autonomia das mulheres e pelo fim das desigualdades,
- Camponês porque o sujeito principal da nossa organização são as camponesas, são essas mulheres que tem sua vida ligada ao rural em suas diversas formas de ser, que compõem o MMC. E assim somos sujeito da luta por um projeto de agricultura popular, camponesa e agroecológica com perspectiva feminista,
- Popular porque assumimos a construção de um projeto popular de país, para a construção de uma sociedade socialista.

Fonte: Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) -  
Cartilha Feminismo Camponês Popular (2018).

Assim, o feminismo camponês se estrutura do arcabouço teórico-reflexivo existente sobre o que é ser sujeito no campo, para construir a sua identidade autêntica dentro de um hall de feminismos existentes. Ao mesmo tempo em que este campo teórico-prático de feminismo visa aprofundar e ampliar a própria concepção do que é ser camponês.

Possui duas diretrizes bem definidas. A primeira, traçar caminhos para a emancipação da classe camponesa e de toda sociedade. A segunda, é construir estratégias para enfrentar as relações patriarcais que tecem a própria classe camponesa. É um olhar crítico e reflexivo sobre a sociedade capitalista, mas é também um convite para uma autocrítica dentro da própria classe e um chamado para uma construção coletiva, de homens e mulheres, de relações subjetivas e objetivas pautadas na equidade de gênero.

Quando estamos discutindo sobre as questões relativas às mulheres, tanto no campo como nos espaços urbanos, é recorrente tocarmos no tema sobre trabalho doméstico e atividades referente ao cuidado do lar. Como já foi problematizado várias vezes neste capítulo, uma das principais lutas das mulheres são elas deixarem de ser associadas ao espaço privado, ao ambiente doméstico e acessar os espaços públicos.

Como afirma Saffioti (1987) o espaço privado não é um ambiente de privacidade e liberdade, mas de privação. É preciso politizar os espaços privados. Saffioti reflete também que é inerente aos seres humanos elaborar socialmente os elementos naturais.

Desse modo, é uma tarefa difícil dissociar a concepção de natureza do que ela foi transformada socioculturalmente. A natureza faz parte da concepção de cultura das sociedades. Contudo, a preocupação da socióloga é com o fenômeno inverso: naturalizar os processos culturais. “Ao se afirmar que sempre e em todos os lugares as mulheres se ocuparam do espaço doméstico, eliminam-se as diferenciações históricas e ressaltam-se os característicos "naturais" desta função. (SAFFIOTI, 1987, p.12).

Assim, Saffioti nos convida a “desnaturalizar” os processos socioculturais. Eles não são regidos por uma “força natural” ou uma “predestinação”, eles são produzidos pelas relações sociais e os seus interesses. Assim, uma das principais tarefas que a sociedade precisa desenvolver é dissociar as mulheres às atividades vinculadas aos espaços privados e lhe impulsionar a ocuparem os espaços políticos, de arte, acadêmicos, entre outros.

Isso acontece socializando e colocando as atividades vinculadas ao cuidado e manutenção da vida no centro das preocupações e prioridades da sociedade. E não como atividades invisibilizadas, desvalorizadas, e que as mulheres “aceitam” por “amor” e se identificarem com essas tarefas.

Nesse sentido, o debate que as teóricas e militantes feministas trazem sobre reprodução social é bastante oportuno. Para essas autoras, a reprodução social refere-se às atividades domésticas, porém vai mais além. A reprodução social é um conjunto de práticas

que contempla o cuidado e que regeneram a classe trabalhadora fora do processo de produção e que a permitem retornar a ele cotidianamente. São os elementos que regeneram nossas vidas, dão significado a elas e nos deixam aptos para o trabalho.

São, também, atividades de incumbências com os não-trabalhadores, as pessoas que estão fora do processo de produção (idosos, pessoas com alguma deficiência, etc.) e as atividades que garantem o desenvolvimento dos futuros trabalhadores (os cuidados com as crianças).

De acordo com Arruza, Bhattacharya e Fraser (2019), em nossa sociedade, que tem como base a lógica capitalista, a organização de reprodução social depende dos papéis e da estruturação da opressão de gênero. É, ainda, permeada pelas diferenças de gênero, raça, sexualidade e nacionalidade.

Na lógica capitalista, a reprodução social é fundamental. Embora ela não produza mercadorias, como atenta Ângela Davis (2016) e as escritoras do *Manifesto Feminismo para os 99%*, Arruza, Bhattacharya e Fraser (2019). Elas compreendem que a reprodução social dá condições para o trabalho produtivo existir, seja nas fábricas, no setor de serviços ou no campo. Arruza, Bhattacharya e Fraser colocam que reprodução social

É o trabalho de produção de pessoas que supre algumas das pré- condições - materiais , sociais e culturais, fundamentais para a sociedade humana em geral e para produção capitalista em particular. Sem ele, nem a vida nem a força de trabalho estariam encarnadas nos seres humanos. Chamamos esse amplo corpo de atividade vital de reprodução social. (ARRUZA, BHATTACHARYA E FRASER, 2019).

Porém, mesmo sendo tão importante, a reprodução social é marginalizada, invisibilizada e, em muitos contextos, até atacada pelo capitalismo. É uma relação bastante contraditória que ao mesmo tempo que ele se beneficia desse trabalho, o desvaloriza e o marginaliza.

O capitalismo ataca a reprodução social ferozmente para ganhar a batalha no âmbito da produção. É por isso que ele ataca os serviços públicos, empurra o fardo do cuidado para as famílias individuais, corta a assistência social: para tornar a totalidade da classe trabalhadora vulnerável e menos capaz de resistir aos seus ataques no local de trabalho” (ARRUZA, BHATTACHARYA e FRASER, 2019, p.109).

Arruzza (2015) explica que há uma “privatização” completa ou parcial do trabalho de cuidado, ou seja, sua concentração dentro da família, a falta de uma socialização em grande



escala deste trabalho de cuidado pelo Estado. A autora nos atenta que produção e reprodução formam uma unidade indivisível.

A lógica capitalista tende a se apropriar do trabalho reprodutivo sem se preocupar se esse duplo ou triplo trabalho, estão levando as pessoas, principalmente, as mulheres, à exaustão. Periodicamente vem se gerando na sociedade uma “crise de cuidado”.

As mulheres estão questionando cada vez mais o fardo de conciliar trabalho fora, maternidade e cuidados com o lar. Algo que é humanamente impossível. Uma das coisas mais caras que o capitalismo nos retira é o tempo livre que poderíamos estar realizando atividades que não estejam ligadas às esferas da produção e reprodução social.

Desse modo, a análise das feministas marxista, a partir da teoria da reprodução social, busca construir uma luta integrada contra o capitalismo. A luta de classes deve incluir batalhas em torno da reprodução social. Isso inclui a demanda por um

sistema de saúde universal, creches públicas, educação gratuita. Por Justiça ambiental e acesso a energia limpa, por habitação e transporte público. Para isso são igualmente primordiais as lutas políticas pela libertação das mulheres contra o racismo a xenofobia e o colonialismo. (ARRUZA, BHATTACHARYA E FRASER, 2019, p.55).

No caso da agricultura, as atividades consideradas mais rentáveis são muitas vezes “lideradas” pelos homens da casa, as mulheres ficam responsáveis pelas atividades domésticas, a “ajudarem” os maridos nas roças e cuidarem dos quintais produtivos, consideradas atividades acessórias.

En el caso de las mujeres rurales, cuando hablamos de trabajo invisible, nos referimos a ese trabajo doméstico no remunerado, pero también a lo que podría ser considerado como trabajo productivo estricto, que sin embargo no se registra en las cuentas nacionales porque se considera como una extensión de las tareas de reproducción biológica y de la reproducción de la fuerza de trabajo. El cuidado de las huertas, de los animales, de las semillas, la recolección de frutos, la búsqueda del agua, se vuelven parte de las tareas no remuneradas y consideradas como no productivas, aunque provean de alimento, y hagan a las condiciones de sobrevivencia de millones de personas en el mundo. (KOROL, 2016. p. 92).

Geralmente, o trabalho agrícola das mulheres é considerado um trabalho doméstico. “Es decir, una extensión de sus atribuciones como madre, esposa y ama de casa” (KOROL, 2016, p. 102). Estão inseridas nas tarefas de reprodução social. A invisibilidade das mulheres

(dos seus trabalhos) está naturalizada na divisão sexual do trabalho. Sustenta-se a ideia de que existe trabalho para homens e trabalhos para as mulheres.

A agroecologia, em seus princípios, busca visibilizar o protagonismo das mulheres nas experiências de transição agroecológicas. Contudo, não se resume a empoderar as mulheres em seus espaços sociais, mas transformar as estruturas da sociedade, baseada na exploração, no patriarcado e também no racismo. Suas pautas também apontam para a socialização das tarefas domésticas, repensar a concepção de cuidado e dos bens comuns. Além disso, lutar por paridade nos espaços de lideranças e direções dos movimentos sociais, sindicatos, associações e na posse da terra.

Nuestra apuesta feminista campesina y popular tiene una clara identidad de clase; emerge de nuestras raíces históricas y culturales, de nuestra identidad de mujeres del campo ligada profundamente a la tierra; de ahí hemos hecho el caminar trayendo al presente las luchas y a las luchadoras que nos han precedido, la elaboración teórica de las pensadoras socialistas de ayer y su acervo emancipador, antes la del feminismo histórico, de los procesos acumulados en las innumerables luchas feministas en la región y en el mundo” (Francisca Rodrigues - Via Campesina)<sup>29</sup>.

As mulheres vêm se articulando e se organizando coletivamente. No Brasil, temos o exemplo da Marcha Mundial das Mulheres, o Movimento de Mulheres Camponesas, além de suas participações no Movimento de Trabalhadores e Trabalhadoras Sem Terras (MST), sindicatos de trabalhadoras e trabalhadores rurais, movimentos de atingidos por barragens, nas lutas quilombolas e também indígenas.

Uma questão central sobre experiências agroecológicas e soberania alimentar, no viés das mulheres, é o acesso à terra. Korol (2016), traz reflexões importantes sobre que para o desenvolvimento da soberania alimentar, é necessário garantir a terra aos camponeses.

Assim, garantir a reprodução do campesinato; sua alimentação e a produção de alimentos para a sociedade. Entre as reflexões que a autora traz são: Que significa na vida cotidiana as mulheres terem acesso à terra? O que significa para sociedade as mulheres terem acesso ou não à terra? Que consequências podem ter delas os meios de produção. (KOROL, 2016).

La primera reivindicación de las mujeres dentro del MST fue que las mujeres sean reconocidas como agricultoras, ya que en los documentos lo que figuraba como profesión era la de “ama de casa”. La segunda de ellas es conseguir que todas tengan

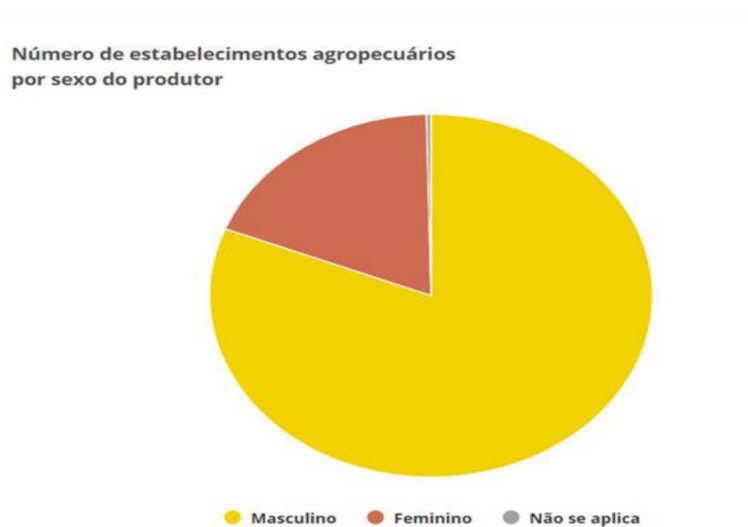
<sup>29</sup> Disponível em: <http://www.biodiversidadla.org/Coberturas-especiales/VI.Congreso/Las-luchas-de-las-mujeres-por-el-feminismo-campesino-y-popular>

la documentación exigida en regla, como ciudadanas y como agricultoras, ya que era habitual que no la tuviesen, lo que repercutía en su reconocimiento para poder acceder a la tierra, a ayudas, a créditos y a los derechos que les corresponden como trabajadoras. (LÓPEZ, 2011, *apud*, KOROL, 2016, p. 101).

No Brasil, a desigualdade da propriedade não ocorre apenas entre classes, mas também em relação à questão de gênero. De acordo com o Censo Agropecuário do IBGE de 2017, o último realizado, no Brasil existem mais de 5.000.000 (cinco milhões) de propriedades agropecuárias. Destas, 77% se configura como propriedade vinculada à agricultura familiar.

Da totalidade dos estabelecimentos, 81% têm os homens como proprietários. Isso equivale a mais de 4.000.000 de estabelecimentos. Ou seja, somente 19% das propriedades estão em nome de mulheres, menos de 1.000.000 de estabelecimentos rurais, como podemos ver no gráfico x. No estado do Ceará, a situação também é semelhante, as mulheres camponesas representam 20% das pessoas que possuem a propriedade rural.

Gráfico 2: Número de estabelecimentos agropecuários por gênero/produtor.



Fonte: Censo Agropecuário – IBGE (2017).

O movimento de mulheres camponesas busca também estabelecer aliança com as mulheres das periferias das grandes cidades. Estas mulheres das periferias também sofrem o peso do patriarcado e do capitalismo, são em sua grande maioria responsáveis por chefiar e sustentar suas famílias, e enfrentar cotidianamente a falta de acesso aos alimentos, o custo de vida alto e preço da comida incompatível com os seus orçamentos. Assim, o movimento de

mulheres a nível global e nacional buscam defender o território, água e a diversidade e contra a mercantilização dos recursos.

## 5 CAMPESINATO, A PRODUÇÃO DE TERRITORIALIDADES E A FORMAÇÃO DO CARIRI CEARENSE

Figura 14: Camponês no espaço agrário do município do Crato - CE



Fonte: Araújo (2019)

*Afagar a terra  
Conhecer os desejos da terra  
Cio da terra, a propícia estação  
E fecundar o chão*

*(Cio da Terra, Chico Buarque e Milton Nascimento)*

Antes de apresentar a história de vida dos sujeitos sociais que foram referências para esta pesquisa, as camponesas do município do Crato - CE, e os seus desdobramentos em relação à agroecologia, considero importante fazer uma discussão sobre território e campesinato, pois são elementos intrínsecos. O território é o elemento base dos camponeses e para sua reprodução. Assim, a relação classe camponesa – território é indissociável. O território camponês é, também, o lócus da agroecologia, o que torna possível a produção de alimentos saudáveis e a comida de verdade.

Posteriormente a discussão teórica sobre território-campesinato, discorro sobre o processo de formação territorial do Brasil e, principalmente, da região do Cariri, localizada ao sul do estado do Ceará. É nesta região que está situado o município do Crato, o lócus da

pesquisa. Por fim, apresento, também, as principais características geoambientais e histórico-culturais dessa cidade.

A formação territorial do Cariri e do município do Crato estão vinculadas aos processos de desenvolvimento do capitalismo, a partir da colonização-colonialidade que envolveu o Brasil e a América Latina, conforme discuti anteriormente nos debates sobre alimentação e feminismo. Este capítulo se torna oportuno, pois irei analisar o território caririense a partir do viés decolonial e histórico dialético.

### 5.1 Território, territorialidades e a reprodução da classe camponesa

Figura 15: Camponesa no seu agroecossistema-  
zona rural do Crato -CE



Fonte: Araújo (2019)

*Eu sou a terra, eu sou a vida.  
[...]  
Eu sou a fonte original de toda vida.  
Sou o chão que se prende à tua casa.  
Sou a telha da cobertura do teu lar.  
A mina constante de teu poço.  
Sou a espiga generosa de teu gado  
e certeza tranqüila ao teu esforço  
Sou a razão da tua vida.  
De mim vieste pela mão do Criador,  
e a mim tu voltarás no fim da lida.  
Só em mim acharás descanso e Paz.  
[...]*

*Plantemos a roça.  
Lavremos a gleba.  
Cuidemos do ninho,  
do gado e da tulha.  
Fartura teremos  
e donos de sítio  
felizes seremos.*

*(O cântico da terra, Cora Coralina)*

O conceito de território está vinculado a diversas concepções, com evoluções ao longo do tempo, sendo um dos conceitos-chave da ciência geográfica. É preciso compreendê-lo articulado com as demais categorias. O território, por exemplo, não está isolado da rede e região. Os processos de desterritorialização, reterritorialização e territorialidade são impactados pelo que acontece ao seu redor, com projetos articulados em níveis locais e globais.

No atual estágio do desenvolvimento capitalista, especialmente, na forma de capital financeiro, o debate acerca do território está cada vez mais necessário. Devido “a redefinição das estratégias de acumulação de capital e, conseqüentemente, da subordinação dos bens, dos recursos e energia vital aos imperativos da acumulação.” (PAULINO, 2008, p. 214). O capital visa o (re) ordenamento territorial constante, no intuito de se apropriar cada vez mais da biodiversidade e da força de trabalho.

O motor da engrenagem do sistema capitalista é a acumulação de capital incessantemente. David Harvey (2014) denomina esse movimento de “acumulação por espoliação”. De acordo com Rosa Luxemburgo, o processo de acumulação de capital não se limitou apenas a um determinado período histórico, no início do capitalismo, mas é necessário que seja um movimento contínuo.

Luxemburgo (2021) expõe que o capitalismo é um processo contraditório e dinâmico. Consiste em uma relação global, o elo dessa relação é a exploração, acumulação de capital e a colonialidade.

Assim, tanto Harvey como Luxemburgo compreendem que a acumulação capitalista é um processo permanente. Atualmente, ocorre através da privatização dos bens comuns, exploração da força de trabalho endógena e do controle do território.

O capital não pode existir sem contar com a presença dos meios de produção e da força de trabalho de toda parte; para o desenvolvimento pleno de seu movimento de acumulação ele necessita de todas as riquezas naturais e da força de trabalho de todas as regiões do globo. Uma vez que de fato e em sua maioria estas se encontram

ligadas às formas de produção pré-capitalistas, [...] daí resulta a tendência incontida do capital de apossar-se de todas as terras e sociedades. (LUXEMBURGO, 2021, p. 331).

Brand e Wissen (2021), colocam que há uma persistente relação de dominação e neocolonização dos países do norte para com os do sul.

Para que os centros capitalistas sobrevivam, é crucial que as relações com a natureza em outras sociedades do Sul global sejam organizadas estrategicamente, de modo a garantir a transferência de elementos naturais e produtos originados de mão de obra para as economias do Norte. (BRAND E WISSEN, 2021).

Harvey (2018) observa que o capitalismo se encontra imerso em uma crise gerada por ele próprio, devido às grandes limitações que o capital se confronta para manter em constância a sua acumulação em ascensão. Além disso, vem se deparando com as crises vinculadas ao trabalho, à reprodução social e aos limites da própria natureza.

Para se desvencilhar dessa crise, a estratégia que a lógica do capital adota não é repensar a relação natureza-trabalho-produção, calcular os impactos ou planejar um "decréscimo" econômico. O que o capitalismo vem fazendo é intensificar o processo de espoliação, dominando os territórios e sua biodiversidade, convertendo-os em mercadorias.

É nessa configuração que os conflitos territoriais, que são também socioambientais, se acirram, pois entram em divergências dois ou mais projetos de gestão para os territórios. A cosmovisão e relação que os povos indígenas, quilombolas e camponeses têm sobre a terra-território, a água e o solo é bem diferente de como latifundiários, grandes mineradores e rentistas têm em relação os mesmos, por exemplo.

A partir dessas ponderações, reflito sobre o significado do que seria conceito de território em uma perspectiva epistemológica. Este seria mais um elemento orbitando em uma categoria maior, no caso da Geografia: o espaço. Considerando sobre a construção de conceitos, compreendo que este não é apenas uma representação do real ou uma idealização sobre uma realidade concreta. “Um conceito busca expressar e condensar um fenômeno, também ajuda a (re) criá-lo, a propô-lo sob novas bases”. (HAESBAERT, 2014, p. 26).

Os conceitos são questões postas à realidade, vinculado a uma problemática em um contexto histórico - geográfico. Todo conceito possui uma natureza política, aspectos ideológicos e leva as influências do método utilizado pelo pesquisador. O conceito pode ser



transformador, na medida em que pode interferir na realidade, operando não só como produto, mas como produtor. Está sempre aberto a novas conexões. (HAESBAERT, 2014).

Ao tratar do conceito de território, Haesbaert (2014) expõem que o foco central deste é a sua relação indissociável com a produção do espaço, a partir da relação de poder. O território pode ser lido através das relações vinculadas a figura macro do Estado, como também pelas relações microfísicas de um poder capilarizado. “O poder implica também em resistência: os grupos subalternos estão também (re)construindo suas territorialidades, ainda que relativamente se oculta, dentro desse movimento desigual de dominação e resistência. (HAESBAERT, 2014, p. 44).

Das diversas concepções sobre território, podemos citá-los como espaço de governança, com suas delimitações concretas. Ratzel (1990) coloca que o território é a projeção empírica e espacial do poder de uma nação. Raffestin, autor clássico da Geografia que se debruçou nos estudos sobre o conceito de território, explica que é importante partir do:

princípio de que o território é construído a partir do espaço geográfico, ou que o espaço é anterior ao território. [...] o território se apóia no espaço, mas não é o espaço. É uma produção a partir do espaço. Ora, a produção, por causa de todas as relações que envolve, se inscreve num campo de poder (RAFFESTIN, 1993, p. 144).

A formação de territórios se dá no exercício de enraizar vínculos sociais, culturais e econômicos em um dado recorte espacial, é dar sentido através de significados pessoais, políticos, ideológicos e relações de poder.

A construção do território material é resultado de uma relação que é sustentada pelo território imaterial como conhecimento, teoria e ou ideologia (FERNANDES, 2008 p.282).

Marcelo Lopes de Souza, refletindo sobre o significado do conceito poder, coloca que este tem como principal característica um certo grau de entendimento mútuo, “fonte de legitimidade do seu exercício”.

Muitas vezes o poder é ligado como sinônimo de violência. Para o autor, inspirado nas leituras de Hannah Arendt, a violência seria um poder autoritário, a última alternativa usada ou, pelo menos, não a primeira para impor um projeto.

Importante ressaltar que a violência está presente como possibilidade nas relações de poder, uma certa intimidação velada. Contudo, violência não é a definição por si só sobre o poder. Este último está mais relacionado a uma força uníssona coletiva que culmina para o

mesmo propósito. Portanto, é a uniformidade, a concordância e a organicidade de um determinado grupo que define o poder (SOUZA, 2013).

No território, há um grupo e ou ideologia que domina, influencia e governa esse fragmento do espaço. Visam constantemente se apropriar e manter controle deste local. Os motivos são vários e podem se somar. Seja por uma questão material, o controle dos bens comuns, ou por vínculos culturais, afetivos e simbólicos.

O que define o território é, em primeiríssimo lugar, o poder. Ou, em outras palavras, o que determina o “perfil” do conceito é a dimensão política das relações sociais, compreendendo essa dimensão no sentido amplo e político (SOUZA, 2013, p. 88).

Sendo assim, Souza (2013) coloca que o território, ao mesmo tempo, que é um fragmento do espaço, algo concreto, é também um elemento intangível, da mesma que acontece como o próprio poder, que é uma relação social. “Se o poder é uma das dimensões das relações sociais, o território é a expressão espacial disso: uma relação social tornada espaço.” (SOUZA, 2013, p. 97). O território é um reflexo das relações sociais que se materializam nele.

Fernandes coloca que existem várias concepções de território. A primeira vinculada ao Estado-nação, como já foi citado antes. Geralmente, é a primeira reflexão que é feita sobre o território: um dado espaço controlado pela relação de poder institucional, o Estado. Cabe ressaltar que o Estado se coloca como agente de governança desses territórios e das tomadas de decisões sobre a produção social e em diversas outras dimensionalidades que podem se desenvolver dentro dela. O Estado detém um forte poder de intervir nos territórios que ele considera, julga, estar sob sua soberania.

A segunda concepção, pontuada por Fernandes (2008), é a influência e intervenção dos agentes vinculados ao capital financeiro em si: empresas transnacionais, rentismo, agentes vinculados à especulação imobiliária e agroindústrias. Estes agentes sociais atuam vinculados à primeira concepção de território.

A terceira concepção, são os territórios tecidos pela sociedade civil, as organizações sociais, grupos e classes. O território é um produto sócio-político, um resultado histórico da relação de um coletivo social com o espaço que o abriga.

As representações das formas de uso do território trazem o debate sobre territorialidades. As produções materiais constroem dialogando com as produções imateriais. Os aspectos políticos e culturais. Haesbaert (2004), analisa que a territorialidade está

intimamente ligada ao modo como as pessoas utilizam a terra, como elas se apropriam e se organizam no espaço. Além disso, como elas dão significado ao território.

A produção de alimentos seja a partir de *commodities*, alimentos, fibras e combustíveis para o mercado internacional, ou alimentos derivados da agricultura familiar camponesa para abastecimento interno, revelam as formas de modos de uso dos territórios agrários.

Nos espaços territorializadas pelo agronegócio os tipos de uso dos territórios vêm anulando os sujeitos sociais não incorporados a ele. Por isso, falamos que há território camponês e território do agronegócio, maneiras diferentes de territorializar um dado espaço. Desse modo, concluo que alimento é um fragmento do território.

Falamos sobre soberania alimentar como território porque o termo contém um dos principais fundamentos do conceito: a soberania. Recuperar o poder de produzir alimentos para o consumo local é um fator diferencial que caracteriza o território da soberania alimentar (FERNANDES, 2017 p. 35).

Logo, a soberania alimentar, materializada pela agroecologia, é o território do camponês. Pensar na produção dos alimentos (suas biodiversidades, riqueza) é defender o território onde eles são produzidos. Enquanto o agronegócio busca a extração máxima de lucro, os movimentos sociais rurais buscam defender e (re)construir comunidades, o que tem sido chamado de "recampesinação" (VAN DER PLOEG, 2010, *apud*, ROSSET, 2018, 194).

Fernandes (2017) explica que defender a ideia de soberania alimentar é posicionar-se contra as políticas de *commodities* da agricultura exportadoras (o agronegócio) que mantém a fome no mundo. Significa defender a qualidade dos alimentos para proteger a saúde coletiva, usar as tecnologias de modo a não impactar profundamente no meio ambiente.

O autor também traz um questionamento: Por que a ideia de soberania alimentar não nasceu do agronegócio? Para Fernandes, a soberania alimentar exige a divisão dos poderes, a fim de tomar a decisão sobre o que produzir e onde fazê-lo. E não ficar apenas à mercê dos temperamentos do mercado interno.

É uma batalha por terra (materialidade), mas também de ideias (subjetividades), a infra-estrutura e superestrutura. As disputas territoriais são realizadas na dimensão econômica, social, política, cultural, teórica e ideológica sobre territórios tanto materiais como imateriais (FERNANDES, 2009, *apud*, ROSSET, 2018, p. 194).

A construção de territórios materiais (a luta pelos seus controles e gestão) e imateriais e as territorialidades (são as relações de afetos, vínculos, identidade e um determinado recorte espacial). É importante colocar que o território material e imaterial é inerente, mas a base de sustentação é a materialidade.

Para Haesbaert (2021), uma das grandes contribuições do pensamento decolonial é ler o território como a densidade e multiplicidade de tempos acumulados e constantemente refeitos neles. Para os povos do campo e das florestas, o território tem o vínculo com a sua ancestralidade que está presente através dos saberes que são transmitidos para as gerações mais novas, por exemplo.

Os povos originários constroem um elo entre o território e o corpo, incluindo “diversas modalidades de (inter)relações (se é que podemos falar de “relações” para um vínculo tão íntimo) e escalas de interpretação” (HAESBAERT, 2021, p. 180). Nesta perspectiva, território e tempo são categorias inseparáveis.

Os indígenas, camponeses e os quilombolas, por exemplo, necessitam de suas terras garantidas para que eles possam desenvolver suas cosmovisões, ancestralidade e identidades. É nesse sentido, de reflexão sobre luta pela terra e territorialidades que foi reatualizado as bandeiras de lutas dos movimentos sociais do campo e a defesa do território camponês.

A reprodução da classe camponesa pressupõe o controle do território. O camponês tem como características um complexo e diversas relações sociais e comunitárias. O trabalho é predominantemente possuindo estratégias de cooperação, irei discutir mais sobre essa questão no subcapítulo seguinte.

## 5.2 Campesinato: sua história e os seus processos de luta

Figura 16: Mulheres camponesas do Assentamento 10 de Abril - Crato - CE



Fonte: Araújo (2019)

*Não adianta inventar outros caminhos  
 Porque jamais vão conseguir nos convencer  
 Capitalismo nunca foi de quem trabalha  
 Nossos direitos só a luta faz valer  
 E os companheiros que tomaram no caminho  
 Serão lembrados sempre pela estrada afora  
 Nossa Vingança é ocupar os latifúndios  
 Já preparando o dia da grande vitória  
 Reforma agrária é uma luta de todos  
 Aqui de novo viemos reafirmar  
 Numa aliança entre o campo e a cidade  
 Pois a verdade amanhã triunfará  
 (Só a luta faz valer -*

*Movimento dos Trabalhadores e das Trabalhadoras Rurais Sem Terra- MST)*

Neste subcapítulo, busco fomentar a discussão acerca da categoria sociopolítica camponato e como esta vem se transformando na realidade agrária brasileira. Compreendo que é importante refletirmos sobre esta classe trabalhadora que vive e territorializa o espaço agrário e é responsável pela alimentação no campo e na cidade.

Esses sujeitos sociais possuem uma grande vitalidade e força histórica. No final do século XIX e início do século XX, foram considerados, por vários teóricos, como uma classe que poderia estar em via de desaparecimento. Visto as profundas transformações e desenvolvimento do modo de produção capitalista que estava em curso. Os camponeses representavam uma peça aparentemente que não se encaixava na nova configuração do modelo de produção e econômico vigente.

De acordo com Guzmán e Molina (2005), um dos equívocos de alguns autores, influenciados por um certo positivismo, foi concluir que os camponeses seriam transformados em proletários, que o latifúndio absorveria a pequena propriedade e proletarizaria a massa camponesa.

O desenvolvimento capitalista não tem provocado o seu desaparecimento, mas sua recriação. “Para Chayanov não é possível defender esses argumentos porque o próprio capitalismo permite a coexistência de formas não capitalistas” (GUZMÁN e MOLINA, 2005, p. 13).

A história não é linear, possui várias complexidades e contradições, e assim, esses sujeitos sociais permanecem na realidade global e também do nosso país. Além disso, se apresentam como elementos chave na discussão de segurança alimentar/ abastecimento interno e defesa do território.

Apesar de um contexto de crescimento das grandes corporações dos sistemas agroalimentares, os camponeses vêm se mostrando presente e um processo de articulação, a nível global, nacional e local.

Em algumas circunstâncias, eles são absorvidos pelo mercado capitalista e outros se apresentam como figuras de combate e apresentação de outro projeto de desenvolvimento agrário. Eles estão no *front* da luta e resistência no intuito de aliar preservação ambiental (princípios ecológicos), direito à terra - território, produção de alimentos visando o mercado interno e mais acessibilidade a uma alimentação de qualidade. Essas são suas principais contribuições para sociedade.

Para Paulino (2012), a utilização do conceito camponês não se trata de uma questão meramente vocabular, mas, acima de tudo, política. Os camponeses, para a autora, são os que conseguem, de certo modo, ter controle sobre o trabalho e os meios de produção. Isso é o que lhes permite conservar a capacidade de produzir seus próprios meios de vida. Paulino (2012) observa também o modo como os camponeses controlam o seu tempo e seu espaço o que muitas vezes se é contrastante com a lógica dominante

O projeto histórico do campesinato, que procura na terra muito mais que a renda, mas a concretização de um modo de vida pautado na autonomia do trabalho e na reprodução social delimitada pelos profundos vínculos familiares e comunitários, o que lhe permite se colocar no mundo de forma completamente diversa daqueles que vivenciam alienação do trabalho. (PAULINO, 2012, p. 33).

O campesinato possui em sua natureza uma resiliência e constante capacidade de transformação, ou seja, possui uma cultura e forma de organização político-econômica cristalizada, mesmo tendo princípios e eixos bastante particulares, o processo de reatualização, de ressignificação e mutação estão também presentes no seu percurso histórico, isso também os define.

Shanin (1983) coloca que as mudanças estruturais da sociedade, passam também pela luta pelo conhecimento. O autor nos mostra a importância das contribuições teóricas engajadas e comprometidas com os interesses da classe trabalhadora do campo para a construção do conhecimento sobre o campesinato e a questão agrária.

A questão agrária no Brasil tem suas origens no processo de colonização. No espaço agrário brasileiro, Caio Prado Júnior (2014) explica que se formos “a essência” de nossa formação, perceberemos que nos organizamos hegemonicamente para fornecer açúcar,

tabaco, metais, depois, algodão e, em seguida, café, voltados para exportação. A economia brasileira foi formada para atender a demanda do mercado externo. Com tais elementos, articulados em uma organização puramente na produção de elementos primários.

O autor ao debater a questão agrária traz o debate de classes sociais e a produção e distribuição agrícola. Desvelando, também, que a questão agrária tem como eixo as correlações de forças que se estabelecem entre capital e trabalho. No Brasil, a estrutura agrária é historicamente pautada no latifúndio, no trabalho escravo, na monocultura e na exportação.

Caio Prado Júnior (2014), afirma que a agropecuária brasileira na sua maior e principal parte é de natureza, em essência é, fundamentalmente, capitalista. Pois, a colônia portuguesa se pautou para atender e se inserir nas dinâmicas do capitalismo internacional.

Os camponeses brasileiros não se tratam de um resíduo feudal, essa classe é uma expressão contraditória de modo de produção específico, já gestada no modo de produção capitalista. Entende-se como discussão referente à questão agrária como uma maneira de explicar as formas como as sociedades e as pessoas vão se apropriando da utilização da terra, as formas de ocupação humana da história. Além disso, a evolução da política e a luta de classes para o domínio e o controle de território.

Nesse contexto, Oliveira (1999) faz uma análise geo-histórica sobre as lutas no campo brasileiro. Evidenciando os conflitos ocasionados pelos embates de classes e suas disputas de território. Os conflitos são a base da questão agrária brasileira. Atravessa nossa história, em qualquer parte dos rincões do Brasil, há violência e relações de poder nos territórios. Como o autor coloca “os conflitos sociais no campo, no Brasil, não são uma exclusividade de nossos tempos. São, isto sim, uma das marcas do desenvolvimento e do processo de ocupação do campo do país” (OLIVEIRA, 1999, p. 15).

Historicamente é uma geografia de lutas e de conflitos no campo brasileiro. Projetos diferentes sendo disputados no espaço agrário, por classes distintas. A lei de terras no Brasil, por exemplo, é um ponto central para terra possuir uma característica de propriedade privada funciona o fundamento jurídico a transformação de terra que era um bem da natureza, para um bem de valor, em mercadoria. A libertação dos escravos, por exemplo, levou esse contingente de trabalhadores "livres" a sofrer profundas dificuldades para acessar terra e muitos foram migrar para as cidades em busca de alguma alternativa de sobrevivência.

De acordo com Stédile (2011), o surgimento do campesinato tem duas vertentes. A primeira, através dos colonos, milhares de camponeses que vinham da Europa para trabalhar na agricultura da região Sudeste sul do Brasil.

A segunda vertente, a formação do campesinato brasileiro teve origem das populações mestiças que foram se formando ao longo dos 400 anos de colonização. A miscigenação entre brancos, negros, índios e seus descendentes formaram os grupos sociais que foram ocupar terras mais distantes, chamado atualmente de sertanejos. A respeito da organicidade e as configurações referente aos camponeses, Carvalho (2005) expõe que

O campesinato, enquanto unidade da diversidade camponesa, constitui-se num sujeito social cujo movimento histórico se caracteriza por modos de ser e de viver que lhes são próprios, não se caracterizando como capitalista, ainda que inserido na economia capitalista (2005, p. 171).

Para o autor, os camponeses têm as suas condições de trabalho, o processo de (re) conquista da terra e a sua preservação como elementos importantes para garantir sua existência. Outra particularidade dos camponeses é a questão da forte ligação com os parentes e os vizinhos, os que fazem conviver sempre muito próximo, levando a uma identificação com o local em que vivem.

Os camponeses são produtores livres de dependência pessoal direta - são autônomos, sua sobrevivência de homens livres lhes impõe laços de solidariedade cuja quebra ou enfraquecimento ameaçam seu modo de vida; esses laços mais primários são os de parentescos e de vizinhanças que os levam a se agrupar em comunidade; a busca de sua permanência e reprodução numa mesma terra (ou no mesmo 'terroir', como se diz em francês), traduzidos como apego à terra, é à marca do sucesso de seu modo de vida e a fonte de seu cuidado com seu ambiente: a migração para ele é uma fatalidade, a expulsão, uma degradação inaceitável." (CARVALHO, 2005, p. 172).

Compreendo o campesinato como uma classe social, não apenas como o setor da economia, como aponta Marques (2008).

Entendemos a classe como uma relação social, modo de produção e modo de vida e também uma consciência de classe. [...] Los campesinos en la sociedad consiste en que son, por una parte, una clase social (una de escaso 'carácter de clase' y en general dominada por las demás clases) y, por otra, 'un mundo diferente', una 'sociedad en sí misma' muy autosuficiente [...] (MARQUES, 2008, apud, SHANIN, 1979, p. 228).



Marques (2008), a partir de uma leitura de Shanin (1983), explica que as especificidades camponesas são o cultivo da terra, unidade de produção familiar e ou comunitária e posição como classe mais baixa da sociedade.

A propriedade camponesa constitui trabalho e também de sociabilidade. Pensa primeiramente o autoconsumo e posteriormente o abastecimento externo. Bartra (2011) explana sobre as transformações do campesinato. O camponês é símbolo de resistência e de relações de solidariedade. Possui um suporte material - terra e o seu trabalho, a terra como meio de produção e espaço de autogoverno.

O território agrário é produto da luta de classes travada pela sociedade e como síntese contraditória do processo/modo de produção/distribuição/circulação/consumo e suas articulações e mediações superestruturais (OLIVEIRA, 1999).

Temos os interesses das classes dominantes, uma reestruturação de cadeias produtivas a nível global e também no Brasil - corporações vinculadas ao agronegócio. Intensificação da espoliação, concentração de terras, desterritorialização dos camponeses, ao mesmo tempo, a reação dos mesmos é uma constante disputa e luta de classes no território. A própria territorialização camponesa só acontece a partir de constantes embates.

A reprodução da classe camponesa pressupõe o controle do território. O camponês tem como características um complexo e diversas relações sociais e comunitárias. O trabalho, predominantemente, possui estratégias de cooperação.

O campesinato se apresenta enquanto uma classe social que promove abastecimento indispensável para a sua sobrevivência e também para os centros urbanos, além disso se mostra enquanto classe necessária para a preservação ecológica.

O campesinato é uma categoria histórica e social. Em suas práticas o modo de manejar os recursos naturais está vinculado na relação com o bioma que está envolvido, através da associação de saberes ancestrais e atuais. “O campesinato aparece como uma forma de se relacionar com a natureza ao se considerar como parte dela num processo de coevolução” (GUZMAN e MOLINA, 2005).

O conceito de camponês, para além da atividade econômica, como produtor de alimentos, possui outras características, o legado cultural passado de geração a geração ao longo do tempo. Existem especificidades que devem ser levadas em consideração ao tratar com os camponeses, como a sua relação com o ambiente no qual estão inseridos e as relações sociais e culturais que influenciam os seus modos de vida.

Esse grupo social é antagônico à categoria dominante presente no campo, os latifundiários. Stédile (2011) explica que no Brasil a produção de alimentos para o mercado interno apesar de ser desconsiderada pelos valores dominantes, têm sua fonte principal na agricultura familiar e camponesa. Isso nos indica que a opção para alcançar a segurança alimentar do país, mesmo não recebendo os subsídios necessários, é a agricultura camponesa.

A agricultura camponesa não é só um modo de produzir alimentos, é um jeito de viver, de se relacionar com a natureza e com toda a comunidade. É uma agricultura diversificada, que combina produção animal com produção vegetal e, prioritariamente, para o autoconsumo.

Outro tema discutido dentro dos movimentos sociais do campo é a questão de gênero, as mulheres camponesas vêm se articulando, se organizando coletivamente e se apresentando como protagonistas nas experiências campesinas atuais, aliando os eixos de cuidado e com trabalho. Hoje, falar sobre questão agrária, produção de alimentos e campesinato, perpassa também a discussão de gênero.

Além disso, é importante visibilizar as alianças com outras mulheres indígenas, negras e mulheres urbanas. O debate principal da discussão de gênero está na luta pela a horizontalidade no trabalho e na divisão das atividades reprodutivas.

As experiências agroecológicas vinculadas geridas pelas mulheres, como os quintais produtivos, feiras agroecológicas, casa de sementes crioulas, espaços de cultivos de plantas medicinais, mostram o manejo do agroecossistema e a sua perspectiva ambiental. Ao mesmo tempo, contribui para evidenciar que o modelo que realmente pode alimentar o campo a cidade é o agroecológico camponês, de forma saudável e levando em consideração os valores ambientais.

Como ilustra Bartra (2011), o novo modelo de reforma agrária tem em sua premissa um viés de democracia social e cidadã, uma reforma agrária não patriarcal, que tenha um rosto feminino. Iremos discutir mais sobre essa questão no capítulo cinco.

### 5.3 Formação territorial, histórica, cultural e geoambiental do Nordeste e do Cariri cearense

Foto 17 - Chapada do Araripe - CE.



Fonte: Araújo (2019).

*¿Será posible el sur? Será posible  
Tanta bala perdida al corazón del pueblo  
Tanta madre metida en la palabra loca  
Y toda la memoria en una cárcel  
¿Será posible el sur? Será posible  
Tanto invierno caído sobre el último rostro  
De mi hermano, tanto salario escaso riendo  
Con descaro y en el plato vacío el verdugo esperando  
Mi territorio que una vez gira  
En la oscuridad de esa pregunta  
De esa pregunta:  
¿Será posible el sur? ¿será posible?  
Si se viese al espejo ¿se reconocería?  
(Será posible el sur, Mercedes Sosa)*

Como discutimos no capítulo anterior, a gênese da formação territorial do Brasil está vinculada ao processo de colonização e de inserção deste território no modo de produção capitalista. A nossa formação foi permeada por processos de violência, espoliação e construções simbólicas. Chauí (2001) coloca que

formação, referem-se não só às determinações econômicas, sociais e políticas que produzem um acontecimento histórico, mas também pensam em transformação e, portanto, na continuidade ou na descontinuidade dos acontecimentos, percebidos como processos temporais. (CHAUÍ, 2001, p. 05).

A análise sobre a formação territorial ocorre ao longo do tempo, sendo construída e desconstruída constantemente. O Brasil colonial só teve condições de existir a partir do soterramento e violências contra os povos originários, um verdadeiro genocídio ocorreu nessas terras para implantação da colônia.

Como Chauí (2001) expressa: “o Brasil não estava aqui à espera de Cabral. Não são ‘descobertas’ ou, como se dizia no século XVI, ‘achamentos’. São invenções históricas e construções culturais” (CHAUÍ, 2001, p. 10). Aqui, viviam diversos povos originários que possuíam suas territorialidades e complexas organizações sociais.

Nesse contexto, a geografia colaborou com a elaboração de diversas imagens do mundo, sobretudo, em uma visão eurocêntrica. Sousa Neto (2000) explica que “quando estamos a falar na construção do Brasil, estamos se referindo de como se costurou, ao resto dos mapas anteriores, aquilo que se passou a chamar de “novo mundo”. (SOUSA NETO, 2000).

Para o autor, os mapas são armas no processo de dominação territorial e representam construções ideológicas importantes, pois aparentam trazer uma visão fiel da realidade, quando na verdade é apenas uma interpretação da mesma.

Para a compreensão desse país exige uma profunda desconstrução de suas imagens geográficas constitutivas, sem o que se torna difícil apalpar o presente de modo mais realista. Nesse caso vale a lição de Walter Benjamin de que só esquecemos aquilo que temos coragem de recordar (SOUSA NETO, 2000).

A história do nosso país foi marcada por transformações realizadas de modo autoritário. Por exemplo, mudanças de regimes políticos decididos pelas classes dominantes, não possibilitando a ruptura com as raízes das desigualdades sociais e sufocando uma maior participação popular no espaço político e a possibilidade de diminuição da concentração de riquezas e poder.

Leda Paulani (2012) *apud* Carvalho (2014) explana que os quatros primeiros séculos da economia brasileira (de 1500 à 1800) pode ser dividido em duas fases distintas: a primeira – o território apenas como reserva patrimonial, base de operação de força de trabalho

compulsório e fonte de fornecimento de metais preciosos e matérias – primas. O Brasil como simples e puro objeto de espoliação.

A segunda fase seria como produtor de bens materiais primários, de baixo valor agregado, num processo objetivado em movimentos cíclicos, assentados cada um deles em produtos distintos. Dentro da análise do Brasil, irei me debruçar sobre a região nordeste.

O início da ocupação do sertão nordestino brasileiro está vinculado com o uso e ocupação do solo da região da zona da mata. “O peso da cultura da cana-de-açúcar e a subordinação da colônia aos ditames metropolitanos impuseram uma rígida especialização àquela fração do território”. (PAGEÚ, 2017, p.27).

A cultura da cana de açúcar vai desencadear várias carências alimentares, como pontuou Josué Castro, causando a fome epidêmica e oculta, conceitos debatidos no capítulo dois deste trabalho.

Além da cana-de-açúcar e dos engenhos, outra atividade econômica que foi importante para consolidação da colonização nesse território foi a pecuária extensiva. Buscava os lugares mais próximos dos “caminhos das águas”, as ocupações do interior do nordeste, seguiam o curso dos rios perenes.

Albuquerque Jr. (2011), na sua primorosa obra *A invenção do Nordeste e outras artes*, reflete que esse imaginário sobre o nordeste flagelado pela seca, atrasado e miserável é uma produção e criação do colonialismo e da região centro-sul do Brasil.

Inclusive, esse Nordeste enquanto unidade e homogeneidade, muitas vezes não faz sentido. Esta região é bastante complexa e com muita diversidade. Do Maranhão à Bahia, encontramos diferentes formas geoambientais, produções culturais e relações étnico-raciais. O próprio estado do Ceará, por exemplo, possui uma gama de paisagens geoambientais: litoral, sertão e serras.

O autor busca compreender o Nordeste, que não é recortado apenas como uma unidade geográfica, política e econômica, mas também cultural. A região, em uma concepção capitalista-colonial, é um produto de uma operação de homogeneização, atravessada por relações de poder, segundo Albuquerque Jr. (2011). Quem fala sobre o Nordeste e tenta resolver os problemas desta região é o sudestino, pois o Nordeste seria uma região atrasada que estaria impedindo o desenvolvimento em ascensão do Brasil. Nesta perspectiva

O Nordeste continua sendo um espaço-pretexto para se pedir providências dos poderes públicos. [...] O Nordeste é o espaço típico ou mitológico, em que a história

parece suspensão, precisando ser despertada. Espaço indefinido, indeterminável, a ser conquistado. É um território ainda não marcado de forma permanente e organizada pelo poder. (ALBUQUERQUE JR., 2011, p. 224).

Para o autor, o Nordeste se torna a cristalização de estereótipos que são subjetivados como característicos do povo nordestino e da região. Essas reflexões trazidas por Durval Muniz de Albuquerque Jr. fazem-me lembrar a letra da música do cantor nordestino Belchior: “Nordeste é uma ficção/ Nordeste nunca houve/ Não eu não sou do lugar dos esquecidos/ Não sou da nação dos condenados/ Não sou do sertão dos ofendidos/ Você sabe bem/ Conheço o meu lugar”<sup>30</sup>.

Oliveira (1981) e Albuquerque Júnior (2011) concordam que a concepção e o entendimento da região Nordeste são reconhecidos somente no final do século XIX e, sobretudo, no século XX. Ou seja, é uma concepção recente e moderna.

As primeiras décadas deste século vão configurar outro Nordeste, ou outros "Nordestes". Essas novas configurações estão marcadas sobretudo pela emergência, consolidação e hegemonia de outras formas de produção e conflito de interesses em outros espaços; em suma, pela constituição de outra "região" no contexto da nação que se independentizava. (OLIVEIRA, 1981, p. 34).

As construções discursivas estão vinculadas às políticas públicas para o Nordeste, como por exemplo, o desenvolvimento da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE).

Francisco de Oliveira (1981), a partir de uma análise marxista, vinculada a teoria do desenvolvimento desigual e combinado, entende que essa emergência de planejamento regional do Nordeste, para harmonizar e equilibrar as desigualdades regionais leva, na verdade, levou a um contínuo do modelo estrutural, a permanência do *modus operandi*.

Assim, o Nordeste se insere na divisão regional do trabalho, para garantir a acumulação do capital para as regiões mais ricas do país, através de reserva de bens naturais e de fornecimento de força de trabalho precarizada.

Como foi discutido anteriormente, a partir da análise de Lélia Gonzalez (2020), sobre o Brasil como um país capitalista-dependente-periférico. Do mesmo modo que os países em desenvolvimento estão gerando, permanentemente, a acumulação de capital para os países centrais, acontece também internamente, entre as regiões.

---

<sup>30</sup> Música: Conheço o meu lugar, de Belchior, ano de lançamento: 1999.

Nesta pesquisa, um território importante dentro da região nordeste é o Cariri cearense. Este território-região está situado no bioma da Caatinga, assim como o Nordeste Brasileiro. Este bioma é caracterizado pela escassez e pela concentração de chuvas em períodos curtos do ano. Contudo, a região do Cariri é marcada por uma peculiaridade contrastando com o sertão semiárido que o cerca.

Constitui-se uma área de exceção, conforme é denominado por Ab'saber (2010), com presença de floresta úmida devido a elevação do relevo. Nesta região possui também a Floresta Nacional do Araripe – FLONA Araripe, que está sob monitoramento do Instituto Chico Mendes<sup>31</sup>. Esta região possui vegetação e águas perenes, possuindo uma gama de biodiversidade.

A Floresta Nacional do Araripe, mais conhecida como Flona Araripe, é uma unidade de conservação brasileira situada na Chapada do Araripe, administrada pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e integrante do Sistema 25 Nacional de Unidades de Conservação - SNUC. Sendo um dos últimos redutos da Mata Atlântica, ocupa uma extensa área que atravessa a fronteira do Ceará com Pernambuco, abrangendo partes dos municípios de Barbalha, Crato, Jardim e Santana do Cariri, numa área total de 39.262,326 ha. Os solos da FLONA são originários do período Cretáceo, predominando o tipo latossolos. Solos do período Cretáceo costumam apresentar fósseis, não sendo diferente na FLONA Araripe, onde apresenta um vasto sítio arqueológico em sua área e onde foram descobertas algumas espécies de animais somente encontradas na região, como o *Santana raptor placidus* (em latim - Predador de Santana, dinossauro terópode (carnívoro), bípede e de tamanho modesto que viveu há cerca de 110 milhões de anos no nordeste do Brasil, mais precisamente na formação Santana. (Plano de Sustentabilidade do Cariri (2010, p. 157, *apud*, SOUZA, 2017, 24-25).

A região do Cariri está localizada em aspecto geológico - geomorfológico na Chapada do Araripe, caracterizando-se por possuir uma superfície tubuliforme, em níveis altimétricos de 850-900 m, com vertentes íngremes e simétricas, com extensão de 170-180 km, com formação do período cretáceo, com solos espessos, profundos e boa fertilidade.

O Cariri possui bom potencial de águas subterrâneas, além do aquífero de Arajara, na Chapada, o Santana, em Missão Velha, e o aquífero inferior entre Brejo Santo e Mauriti. A pluviosidade local é bastante acentuada, registrando uma média de 1.033mm por ano. Contudo, a região vem passando por sérios problemas hídricos, as fontes de águas que vêm

---

<sup>31</sup> O Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) é uma autarquia em regime especial. Criado dia 28 de agosto de 2007 pela Lei 11.516, o ICMBio é vinculado ao Ministério do Meio Ambiente e integra o Sistema Nacional do Meio Ambiente (Sisnama). Cabe ao Instituto executar as ações do Sistema Nacional de Unidades de Conservação, podendo propor, implantar, gerir, proteger, fiscalizar e monitorar as UCs instituídas pela União. Fonte: <https://www.gov.br/icmbio/pt-br>

diminuindo consideravelmente, devido ao desmatamento e queimadas, trazendo como consequência o lixiviamento do solo. (ARAÚJO, 2016).

O Cariri cearense destaca-se prioritariamente através de dois aspectos: a sua configuração ambiental e a diversidade da sua cultura, me aprofundo sobre a questão cultural no subcapítulo, sobre o Crato.

A respeito da paisagem ambiental, de acordo com Souza (2017),” o ecoturismo é praticado especialmente nos municípios de Crato, Barbalha, Jardim, Santana do Cariri e Nova Olinda, que, através de seus atrativos naturais, oferecem ao visitante beleza paisagística e diversas fontes de água localizadas na Chapada do Araripe” (SOUZA, 2017, p. 25)

No município de Santana do Cariri, localiza-se o museu de paleontologia, administrado pela Universidade Regional do Cariri, o qual possui um acervo significativo de fósseis encontrados na região. Situa-se dentro do Geopark do Araripe, que além de Santana do Cariri abriga mais cinco municípios. A região do Cariri cearense é conhecida também por suas cachoeiras, quedas d'águas e fontes de água cristalinas e termais.

Brito (2016) se debruçou nos estudos geo-históricos e as transformações territoriais no Cariri cearense. O autor realizou uma periodização para interpretar a formação e o desenvolvimento territorial do Cariri, sua expansão colonial- capitalista e suas descontinuidades.

Irei apresentar e refletir sobre as periodizações analisadas pelo autor: *1. Processos de (des)construção das formas de produção espacial no Vale do Cariri (1500 até hoje); 2. Cariris, conflitos fundiários e transformações territoriais entre 1889-1930 (1822... até hoje); 3. A construção do Cariri e a inserção nas políticas nacionais desenvolvimentistas (1930 até hoje) e 4. O novo Ceará e as políticas neoliberais de (de)envolvimento (a partir de 1982... até hoje).*

No Cariri, os povos originários, os *Kariris*, resistiram e protagonizaram intensas batalhas contra os colonizadores. E é importante a reflexão sobre esses povos para entendermos o processo de formação, configuração e luta camponesa na região.

Os *Kariris* eram vistos como “bárbaros”, pois resistiram várias vezes ao processo de colonização. De acordo com Brito (2016), os povos indígenas eram considerados “valentes, indomáveis, traiçoeiros e cruéis” pelos portugueses. Os *Kariris* conseguiram barrar as primeiras tentativas de ocupações pelos bandeirantes. Porém, os processos de violência e exploração contra eles foram bastante intensos.



Os avanços territoriais na região, a partir dos processos de colonização, se deram com a implementação de instalações físicas da gestão exploratória e da Igreja católica. Inicialmente, os processos de colonização tinham como objetivos a criação de gado e, posteriormente, para o cultivo de cana-de-açúcar.

O avanço dos portugueses no Cariri se deu em meados do século XVIII estimulados pela configuração do vale, terras férteis e regime de chuvas mais intensos que o sertão circundante. Principalmente oriundo das províncias de Pernambuco e Bahia, os colonizadores encontraram no Cariri, um oásis para desenvolver atividades de criação de gado e para suprir a necessidade nutricional e motoras dos engenhos de açúcar. (BRITO, 2016, p. 46).

Menezes (2007) coloca que a região do Cariri teve seu processo histórico, no período do século XVIII, tendo como base a agroindústria canavieira e em menor porte o algodão, a agricultura para o autoconsumo e pequena comercialização para o mercado local.

Os engenhos produziam açúcar, rapadura e aguardente para todo interior do Nordeste, especialmente, para atender as demandas vindas de Pernambuco. Os canaviais que marcaram o cenário desta região eram controlados por poucas famílias concentradoras de terra, desenvolvendo-se relações marcadas por violência e exploração.

A segunda periodização detalhada por Brito (2016) é referente ao marco *1889-1930 (1822... até hoje)*. Refere-se ao período em que o Brasil conseguiu sua “independência” e rompe com o regime colonial. Nas cinco décadas posteriores, o Brasil passa por intensas transformações políticas. Entre elas: a lei de terras de 1850; a abolição da escravidão em 1888 e a Proclamação da República em 1889. Esses processos históricos desencadearam diversas lutas populares no Brasil e na região nordeste também.

Com a imposição do domínio lusitano, o intenso fluxo de pessoas procurou o Vale do Cariri para estabelecer fazendas de criação de gado. Essas relações intensificam o cultivo de cana-de-açúcar na segunda metade do século XVIII. Outro intenso fluxo migratório ocorreu na transição do século XIX para o XX, com o fenômeno do “*Milagre*” e com a atração de devotos, retirantes, comerciantes, médicos, artesãos, etc. Esse processo culminou na conversão de Juazeiro do Norte em um verdadeiro empório cultural e comercial do Nordeste, e o Padre Cícero, na principal liderança política, fato que suscitou a formação de comunidades tradicionais na Chapada do Araripe, com variadas formações, entre elas o Caldeirão da Santa Cruz do Deserto<sup>32</sup>. (BRITO, 2016, p. 54).

---

<sup>32</sup> Caldeirão da Santa Cruz do Deserto foi uma comunidade camponesa, organizada inicialmente em 1926, formada a partir de um pedido do Padre Cícero ao Beato José Lourenço, um de seus devotos, de estabelecer grupos em terras confiadas pelo padre. Assim, José Lourenço liderou a articulação de diversos romeiros em um território. Desenvolvendo práticas campesinas, pautadas no respeito a natureza, oração, fé, construíram uma comunidade autônoma e melhorando a qualidade de vida desses sertanejos. A comunidade foi duramente atacada pelo exército, dizimando a população que ali viveu até por volta de 1934 (SILVA, 2010).

A Proclamação da Independência ocorreu sem transformações profundas no Estado, pois ainda se tratava de interesses português e de um segmento social específico. Como coloca Nelson Coutinho

O processo de independência não se constituiu absolutamente em uma revolução no sentido forte da palavra, isto é, não representou um rompimento com a ordem estatal e socioeconômica anterior, mas foi apenas, de certo modo, um rearranjo entre as diferentes frações das classes dominantes. (2006, p. 175).

O autor complementa que a unificação do Brasil se deve especialmente ao fato de que nossa independência se deu pelo “alto”, criando um fato anômalo de que o Brasil foi um estado antes de ser uma nação. Na fase do Império ocorreu a consolidação da autoridade imperial sobre todo território brasileiro; manutenção do regime escravista; preservação de uma certa unidade interna fincada em bases patrimonialistas.

Na obra *Ideias em movimento: A geração de 1870 na crise do Brasil* de Ângela Alonso, de 2002, buscou-se refletir sobre a formação de ideias liberais que surgiram no final do Império, e os processos de crises existentes. A autora traz ponderações sobre a tradição política – intelectual do segundo Reinado, buscando desvelar os dilemas políticos nesse período onde se tentou reformar a ordem desde dentro (do Estado), desencadeando espaço para crise do império e para movimentos de contestação.

Para isso, a autora, traz alguns pontos importantes: o indianismo romântico, o liberalismo estamental, o catolicismo hierárquico, o tradicionalismo na política do Império e os primeiros passos de se discutir um projeto de cidadania, no qual designava as camadas intermediárias e dominantes da sociedade, numa conciliação de ordem e liberdade, o poder de discutir e direcionar as questões políticas no Brasil.

Segundo Alonso (2002), os valores e o quadro social brasileiro estavam cristalizados como “tradição”. E existia uma elite imperial que se debruçava a pensar sobre uma nacionalidade. Essas ideias tinham fortes influências europeias. Dessa forma, no Brasil, havia uma confluência de manter a conjuntura política (a ordem) e introduzir os pensamentos liberais fortes naquele período na Europa.

Era preciso também construir uma identidade nacional. Como coloca Alonso, "Assim a elite imperial definiu a identidade nacional, constitui numa forma de organização política

---

que limitava a cidadania e produziu uma representação simbólica de ordem social” (2002, p. 56).

No tocante ao matiz de liberalismo, que formou o processo de formação do Estado nacional, obedecerá sobretudo a motivações econômicas, coloca Alonso, promoverá a superação do estatuto colonial no âmbito jurídico-político ao mesmo tempo em que interiorizava seu substrato material, social e moral. Ficavam mantidos o escravismo, a monarquia e a própria dominação senhorial. “A sociedade imperial distinguia qualitativamente seus integrantes. Separava seus cidadãos políticos, oriundos dos estamentos senhoriais dominantes e intermediários, encarnação da opinião pública do povo” (2002, p. 61).

Nesse sentido, a escritora explica que o liberalismo introduzido e desenvolvido no Brasil teve um caráter “realismo conservador”, buscando a todo custo manter a ordem. Outro pilar importante era o catolicismo, que era também a religião do Estado. Para Alonso, a religião católica era o veículo de controle social porque o Estado não tinha como foco realizar sua tarefa pedagógica de transformar todo o povo em opinião pública, isso ficava a cargo da Igreja.

A ordem imperial se organizava a partir de famílias proprietárias rurais. A família patriarcal, com base no escravismo e na monocultura, era parte do legado colonial. No Brasil, a formação do estado nacional exigiu uma estrutura burocrático – legal nacional que tinha como principal característica o patrimonialismo estamental. No final do Império, uma das políticas foi modernizar o Brasil, através da infraestrutura, visando gerar condições para a expansão econômica e para as novas atividades.

Outra questão importante era “qualificar” minimamente a população, não para garantir o seu exercício de cidadania, mas para dá-los condições de se inserirem nas primeiras atividades operárias que iniciavam.

O fim do império e o início da República foi um período de *caldo* de várias ideias no sentido de criar uma identidade nacional e um pensamento político brasileiro. Geralmente ideias importadas da Europa e que algumas vezes tinham sentidos diferentes, tipo: liberalismo, positivismo, socialismo e anarquismo. Causando, assim, uma confusão ideológica.

Estamos falando do final do século XIX e início do século XX, onde estava surgindo o pensamento liberal do Brasil, com isso a cidadania e a participação popular no quadro

político. Contudo, Carvalho (1987), nos mostra que não era tão simples assim a inserção do povo neste espaço, devido às limitações que eram colocadas e o grau de exclusão que vivia as camadas populares brasileiras.

"No império como na república, foram excluídos os pobres (seja pela renda, seja pela exigência da alfabetização), os mendigos, as mulheres, os menores de idade, as praças de pé, os membros de ordem religiosa" (1987, p. 44). Dessa forma, só uma parcela pequena tinha oportunidade de participar da vida política eleitoral e decidir as diretrizes para o "povo", tido como uma entidade abstrata e homogênea.

A mudança do regime político fez surgir esperanças em algumas categorias, como uma parcela dos militares e os "operários" do Estado. Estes últimos construíram até o Partido Operário que estava também buscando abranger o operário privado. Entre suas conquistas foi ter forçado o governo, através de ameaça de greve geral, a mudar o código penal nos artigos que proibiam a greve e a coligação operária.

Carvalho (1987) coloca que a noção positivista de cidadania não incluía os direitos políticos, assim como não aceitava os partidos e a própria democracia representativa. Assim, no início da República nasceram ou se desenvolveram várias concepções de cidadania, nem sempre compatíveis.

Porém, o partido operário encontrou resistência entre republicanos que o via como ameaça à ordem. Grupos como os militares desejam absorver certos privilégios e não horizontalizar o debate de cidadania. Nesse sentido Carvalho (1987) ilustra como cidadania, a participação através da organização dos interesses a partir da máquina do Estado.

O marco inicial da terceira periodização refere-se ao ano 1930 até hoje. Brito (2016) observa nesse período que, a nível nacional, a formação do campesinato brasileiro, a partir de elementos já citados no capítulo sobre os Camponeses. Ocorrerá no Nordeste, as ligas camponesas e vários processos de sindicalização e organização dos camponeses

No Cariri cearense, realizou-se, neste período, a comemoração do centenário de ascensão do Crato a vila. Além disso, Brito (2016), coloca que, nessa época, também, um grupo de médicos, advogados, padres, políticos e professores passaram a reunir esforços para construir o Instituto Cultural do Cariri (ICC).

Nesse período, observa-se uma profunda e crescente desigualdade social no Cariri, principalmente, nas cidades do Crato e Juazeiro do Norte. Outra marca forte, nesse período, é a ascensão do poder dos "coronéis" nesta região.

Em contexto nacional, no período da década de 1930, configurou-se um novo arranjo socioespacial e econômico no país que contribuiu para consolidar definitivamente a transição do Brasil para o capitalismo.” Carvalho e Guerra (2016) explicam que nesse período deflagra-se a era desenvolvimentista, assentada na “industrialização com substituição de importações” que perdurou por cinco décadas (1930-1979)”.

Tinha como caráter esse desenvolvimento desenvolver uma certa autonomia da economia brasileira, integração regionais, mas não efetivou o rompimento do ‘centro-periferia’, propondo uma soberania nacional. Nesse período, setores da oligarquia agrária cooptam alguns segmentos da oposição da classe média e empreendem processos de transformação que irão se consolidar, sob a égide do Estado, um intenso e rápido processo de industrialização pelo alto. Coutinho explana ainda que

O principal protagonista de nossa industrialização foi, desse modo, o próprio Estado, não só por meio de políticas cambiais e de crédito que beneficiavam a indústria, mas também mediante a criação direta de empresas estatais, sobretudo nos setores energético e siderúrgico. [...] Outro traço importante, também iniciado a partir de 1930 e que vai marcar decisivamente o Estado brasileiro posterior, é uma forte marca corporativista (2006, p. 177- p.178).

Já no ciclo desenvolvimentista da ditadura (1964-1985), ápice do crescimento econômico, completar a matriz tecnológica, vincula-se também a grandes projetos de expropriação de riquezas naturais. Esse falso crescimento gerou o processo de endividamento.

O sistema agroexportador possibilitou o crescimento do poder dos proprietários de terra que se assentavam em poderes políticos, administrativos e judiciários sobre as regiões, tornando-se centros de autoridades na colônia em uma parceria com o poder real. Os anos 1980 é marcada pela crise da dívida externa, o esgotamento do modelo desenvolvimentista e a estagnação da economia brasileira. (CARVALHO, 2014).

A quarta periodização é demarcada no ano de 1986 até hoje, marcada pelas políticas neoliberais de desenvolvimento. No Ceará, um grupo político articulado a instituições liberais, grupos ligados à indústria, empresários, lançaram no cenário político um projeto de modernização e que se dizia romper com o coronelismo. Inicia a gestão e era do Tasso Jereissati. Possui um discurso de desenvolvimentismo e modernização.

No espaço agrário, podemos pontuar a implementação dos perímetros irrigados, a Construção do Açude Padre Cícero (Castanhão), O Canal do trabalhador que abastece a Região Metropolitana de Fortaleza e o projeto “Eixão das Águas”.

A década de 1990 é o momento de estabelecimento de políticas com base macroeconômica. A nacionalização da dívida com o FMI, forçou o país a uma constante necessidade de gerar saltos para quitar anualmente os contratos e controlar a inflação. A saída encontrada para essa conjuntura de constante instabilidade, foi a expansão veloz da produção de *commodities* (BRITO, 2016, p. 81).

Atualmente, a região do Cariri cearense vem se tornando o alvo da expansão do agronegócio que mira a Chapada do Araripe como um “território fértil” para o desenvolvimento desse modelo agrícola.

Uma das produções que vem crescendo é de fruticultura irrigada, com o destaque para a produção de bananas, dentro dos moldes de grande produção, utilização intensa de agrotóxicos, precárias condições de trabalho, com o uso excessivo de água, sem planejamento, tendo a produção voltada para exportação. Além da pecuária extensiva que faz uso da biotecnologia. Reconstruindo uma nova divisão social e territorial do trabalho. Esse modelo de produção vem recebendo fortemente incentivo do Estado.

O Agronegócio traz uma proposta de modernização da produção agrícola, por outro lado vem apresentando diversos problemas como a degradação do solo, insegurança alimentar e desapropriação de terras de comunidades tradicionais, gerando conflitos socioambientais.

Nesse contexto, observa-se um processo intenso de fusões e aquisições entre os grandes grupos transnacionais (produtores de sementes, agroquímicos e alimentos, empresas biotecnológicas, grandes cadeias internacionais de supermercados etc.). Tais processos estão proporcionando uma modificação na estrutura do mercado dessas indústrias, com uma forte tendência para a concentração e a internacionalização da produção, inclusive das decisões produtivas concernentes à agricultura dos países latino-americanos.

Outra problemática enfrentada na região pelos camponeses são os impactos com o Cinturão das Águas (CAC)<sup>33</sup>, uma ramificação da Transposição do Rio São Francisco. Para a materialização da obra, diversas comunidades serão desterritorializadas. Os agricultores perderão suas terras, sendo obrigados a venderem, ou em outros contextos a conviverem com uma obra que irá dividir a comunidade interferindo no arranjo territorial e das organizações e dinâmicas existentes dos modos de vida tradicionais.

---

<sup>33</sup> O projeto Cinturão das águas do Ceará (CAC) é parte do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), trata-se de um sistema de canais que devem integrar a transposição do Rio São Francisco. Conforme informação do Governo do Estado do Ceará, nesse trecho haverá transferência para diversos municípios do cariri tendo como destino final o sistema portuário do Pecém.

Além disso, os camponeses trazem o questionamento: se o direcionamento dessa água será para o abastecimento interno e regional da população ou se para atender ao agronegócio e as companhias siderúrgicas e portuárias?

Além destes questionamentos, as comunidades impactadas pelas obras trazem as seguintes críticas e denúncias: a falta de informações claras sobre o projeto, demora no encaminhamento das indenizações das propriedades e os baixos valores delas, os impactos causados em suas vidas e os danos ambientais, além do desrespeito com as culturas locais.

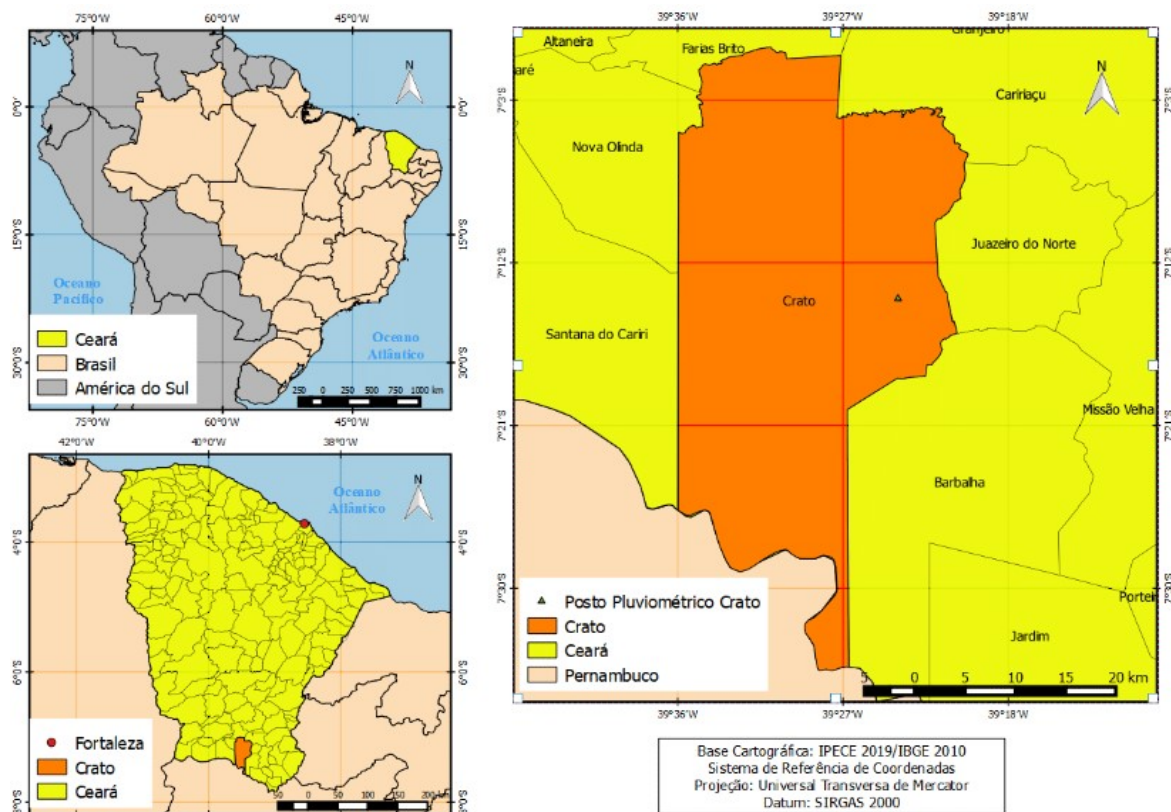
O projeto do Cinturão das Águas (CAC) está vinculado ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), criado em 2007, marcado por um processo de investimento direto em instituições privadas com recursos financeiros públicos, advindos de fundos de pensão de empresas estatais.

Carvalho (2014), explica que este programa contribuiu para a intensificação dos processos de espoliação e neocolonização. Nesse sentido, compreende-se que o Estado ampliado está a serviço da lógica do capital. “O estado ajusta e ajusta-se aos ditames da acumulação rentista, em seus nexos e mediações com a acumulação produtiva e com a acumulação por espoliação.” (CARVALHO, 2014).

A seguir irei apresentar a cidade do Crato, suas principais características e contradições. O Crato, que é considerada uma das principais cidades do Brasil em referência à cultura popular, é, também, palco das organizações camponesas, da luta pela terra e da produção agroecológica.

## 5.4 Crato: cidade da cultura, da diversidade geoambiental e das experiências agroecológicas

Mapa 01 -Localização do município do Crato - CE



Fonte: Oliveira Júnior, Martins e *et al* (2019)

*Eu vou pro Crato  
Tomar banho na nascente  
Na subida do Lameiro  
Tomo estrago de aguardente  
Eu vou pro Crato  
Comer arroz com pequi  
Feijão com rapadura  
Farinha do Cariri  
[...]*

*Eu vou pro Crato  
Vou viver no Cariri  
Cratinho de açúcar  
Tijolo de buriti  
(Luiz Gonzaga)*

O município do Crato, no período colonial ao imperial, foi chamado de Vila Real do Crato, localiza-se na região do Cariri, situada ao sul do estado do Ceará, nordeste do Brasil.



Está aproximadamente a 500 quilômetros da capital, Fortaleza. Faz fronteira com os municípios de Caririçu, Farias Brito, Barbalha, Nova Olinda, Santana do Cariri, Juazeiro do Norte e com o estado de Pernambuco, como é possível ver no mapa de localização.

É o município mais antigo da Região do Cariri cearense, com o ano de fundação de 1764. A sua ocupação territorial, baseada na colonização, está vinculada à atividade econômica em torno da cana-de-açúcar.

Em torno dos engenhos, foram surgindo pequenas vilas e, na sequência, formaram-se as primeiras ruas e pontos comerciais, posteriormente foi se configurando a cidade do Crato. Este ocupou um espaço de destaque na região Nordeste, por causa do surgimento dessas pequenas indústrias açucareiras. No final do século XVIII e início do século XIX, foi considerada a cidade mais importante do interior cearense. O Crato se transformou em um importante centro comercial da sua época (SOUZA, 2017).

Essa cidade possui o clima semiárido quente, brando e úmido, com uma significativa pluviosidade anual em relação ao estado e a região nordeste, com mais de 1000 milímetros por ano (IPECE, 2016). O principal recurso hídrico do Crato são os rios Batateira e o Salgado, fazendo parte da bacia hidrográfica do rio Jaguaribe (alto curso).

Lima, Cestaro e Araújo (2010), em um estudo minuciosos sobre as formações geomorfológicas do município, revelaram que este possui uma rica diversidade de subsistemas geoambientais. Apresento estas unidades geomorfológicas e ambientais que caracterizam o Crato: **O platô oriental revestido por cerradão/ cerrado**, ambiente estável, localizado no topo da chapada do Araripe, os solos possuem boas características físicas, com profundidade e porosidade, o relevo com topografia plana. Atividade principal: agroextrativista e turismo científico;

**Encosta norte ocidental e oriental**, ambientes fortemente instáveis, condições climáticas sub-úmidas, bom potencial hídrico superficial. Atividades realizadas: agroextrativismo, extrativismo mineral, turismo científico e lazer. Relevo bastante íngreme, com declividade.

**Maçãos residuais, central e setentrional**, solos com bom potencial agrícola, solos com boa fertilidade. Principais atividades: agricultura, exploração para construção, atividades agropecuárias. Os principais problemas estão vinculados à degradação ambiental, desmatamento e erosão.

**Depressão sertaneja**, ambiente de transição, encontra-se embasamento cristalino, predominância de solos argissolos, Área propícia ao desenvolvimento das atividades industriais, construção de aterros sanitários, de pequenos açudes e expansão urbana. Principais atividades: Turismo histórico – caldeirão da Santa Cruz do deserto e o turismo sertanejo. Exploração de material para construção, Pastagem e pecuária extensiva e Agricultura familiar. Principais problemas: Degradação da cobertura vegetal e erosão.

O município do Crato possui uma ampla extensão territorial, com 1.176 km<sup>2</sup>, composto, principalmente, por áreas rurais. Possui os seguintes distritos: Baixio das Palmeiras, Belmonte, Campo Alegre, Dom Quintino, Monte Alverne, Bela Vista, Ponta da Serra, Santa Fé e Santa Rosa.

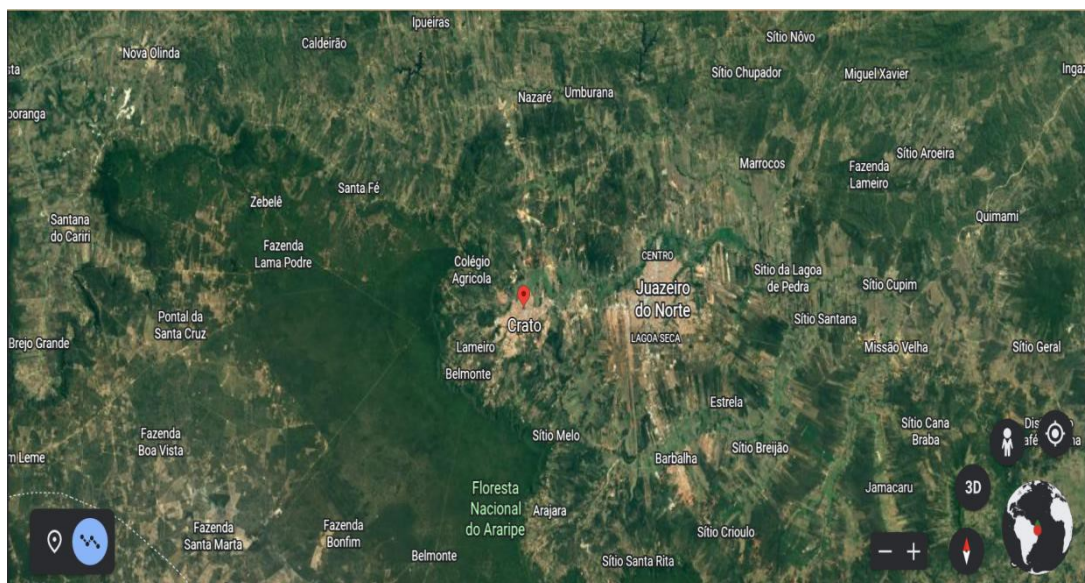
Atualmente, possui uma população estimada em 133.000 habitantes, a maioria vive no espaço urbano. Contudo, a extensão rural do Crato, onde há uma baixa densidade demográfica, é bastante grande, bem maior do que a dos seus vizinhos Barbalha e Juazeiro do Norte.

Referente sobre a questão fundiária no Cariri, Silva (2010) expõe que essa questão se apresenta de forma bem paradoxal, pois encontramos uma presença numérica significativa de minifúndios, e também uma grande concentração fundiária, decorrente do acúmulo de grandes extensões de terras entre um número reduzidos de grandes propriedades.

Muitos minifúndios ocupam poucas porcentagens de terras, e poucas grandes propriedades ficam com a porcentagem maior de terras. Silva (2010) explica que esse panorama tem como origem o processo de ocupação, desde os primeiros casos de violências com os povos originários, os índios Kariris, que foram praticamente dizimados, posteriormente às concessões de sesmarias.

Ao longo do tempo, essa estrutura foi sendo alterada em razão de atividades econômicas, dos sistemas de heranças, dos conflitos de terras, ora se fragmentando, ora se reconcentrando, tendo como consequência atualmente, assim, profundos contrastes e desigualdades sociais.

Figura 18 - Imagem de satélite da cidade do Crato



Fonte: Google Earth ( 2022).

A partir da imagem capturada no *Google Earth*, na figura 18, é possível observar a localização de alguns distritos do município do Crato e também a sua interação com a Floresta Nacional do Araripe - FLONA- Araripe. Várias comunidades rurais se localizam no entorno desta floresta e da Unidade Conservação da Chapada do Araripe. Os moradores destes espaços rurais, realizam atividades vinculadas à criação de animais de pequeno porte, agricultura, agrofloresta e agroextrativismo, principalmente de pequi e mangaba.

Além disso, são praticadas as atividades religiosas e de lazer em torno da FLONA-Araripe, que possui cachoeiras e nascentes de água. No texto do Plano de Manejo da Floresta Nacional do Araripe (Flona- Araripe), foi descrito que há uma utilização de remédios naturais pelos moradores do campo, extraídos da FLONA- Araripe. A utilização e crença nas plantas medicinais e na eficácia dos remédios caseiros é bastante presente no local. (ARAÚJO, 2016).

Ferreira Júnior *et al.* (2015), *apud* Araújo (2016) colocam que existem diversas plantas medicinais conhecidas e utilizadas pelos camponeses<sup>34</sup> em torno da FLONA-Araripe, sendo empregadas em indicações terapêuticas e usos religiosos. A quantidade de plantas encontradas para tratamento de um mesmo alvo terapêutico sugere que existem diferentes formas de tratamento ou que muitas plantas precisam ser utilizadas em conjunto (como uma

<sup>34</sup> Entre as comunidades que utilizam com bastante frequência o uso de plantas medicinais retiradas da Chapada do Araripe, está a comunidade Chico Gomes. Esta foi objeto de estudo da minha pesquisa de mestrado.

mistura de vegetais). No entorno da FLONA, as rezadeiras e benzedeiras também desempenham um papel muito importante nos sistemas locais de saúde.

Algumas plantas também são consideradas pela população como alimentícias, além do valor terapêutico possuem o potencial nutricional, revelando a diversidade no aproveitamento local. Muitas destas práticas são legados dos indígenas que habitaram esta região.

Outras especificidades da cidade do Crato são as diversas expressões culturais populares, tipicamente do local, que se tornam uma efervescência de expressões dos saberes que são repassados de geração à geração, tais como: a literatura de cordéis, artesanatos talhados em madeira e a xilogravura, um dos artistas mais conhecido é o senhor Walderêdo Gonçalves.

As práticas vinculadas ao catolicismo popular também fazem parte da cultura popular: as renovações, procissões, as benzedeiras e as mezinheiras. Tem também as lapinhas, a malhação de Judas, os folguedos de São João e São Pedro.

Somam-se, às expressões culturais, as atividades vinculadas à dança e música, como os reisados, folias de reis, festa de santos dos reis e as caretas. O coco, maneiros paus, bandas cabaçais que tocam pife e maracatus. O Crato é considerado um dos lócus de referência cultural popular do nosso país.

Figuras 19 e 20 : Manifestações culturais do Crato.



Fonte: Araújo (2022). À direita: a banda cabaçal Os Irmãos Aniceto

Nas figuras 19 e 20, podemos observar como as festas populares movimentam a cidade e fazem parte da identidade dos cratenses. Os caretas utilizam um figurino bastante alegre e que animam e deixam mais rico culturalmente as festas populares.

As terreiradas, como são chamadas as festas na casa dos mestres de cultura, movimenta uma significativa quantidade de pessoas da cidade do Crato e dos municípios vizinhos. De acordo com o Mapa turístico do Crato (2019), a banda cabaçal é o conjunto musical que tem origem na miscigenação da cultura africana e dos indígenas. Uma das mais famosas da cidade é a dos Irmãos Aniceto.

Em relação à gastronomia, as principais comidas tradicionais cratenses são: pequizada, baião de dois, paçoca de carne do sol, geléia de macaúba, suco e doce de mangaba, doce de buriti e sequilhos (biscoitos feitos de goma de mandioca).

Um fator relevante do Cariri cearense são as organizações de base: entidades sociais, sindicatos dos trabalhadores rurais, movimentos sociais que se articulam realizando um importante papel na contribuição para as enfrentar, desestruturar as profundas desigualdades sociais existentes na região.

Há uma histórica inserção da igreja católica, através da ação pastoral, na organização dos trabalhadores rurais do Crato. No Cariri, as manifestações camponesas terão uma sistematização a partir da década de 1950, através da *Associação de Lavradores*, orientada pelo Partido Comunista do Brasil, segundo o historiador Silva (2010). Os participantes eram, principalmente, trabalhadores rurais vinculados ao engenho de açúcar.

Silva (2010) ilustra que no ano de 1954, foi realizada a *I Conferência Regional dos Trabalhadores do Nordeste*, em Fortaleza. Durante a preparação do evento, foram realizadas oficinas e assembleias nos municípios do Cariri cearense. Uma das assembleias se intitulava: *Camponeses do Ceará organizam-se para lutar contra o flagelo da fome*.

Em 1956 foi registrado, de acordo Silva (2010), uma greve dos assalariados do engenho localizado no sítio Bebida Nova, no Crato, onde os trabalhadores rurais reivindicavam melhores condições de trabalho e aumento do salário. Foi nesse período que a ação pastoral da Igreja se iniciou e se fortaleceu com os camponeses.

Criada em 1966, a Fundação Ibiapina é um órgão da Igreja que visava dar abrigo, assistência e educação às mulheres com baixo poder aquisitivo. Neste mesmo ano, a fundação recebeu colaborações significativas da Cáritas Diocesana. Este mesmo órgão teve sua atuação ampliada nos anos posteriores.

Nesta década, a Igreja se volta a prestar apoio às mulheres e homens do campo nas áreas rurais do Crato, realizando trabalho de base. Um dos trabalhos realizados pela pastoral foi a formação dos *Líderes Rurais*, que se estendeu para a década seguinte. Atuando juntamente com o sindicato dos Trabalhadores Rurais do Crato, na formação dos direitos sociais.

De acordo Silva (2010), os “patrões utilizavam-se de estratégias pertinentes, inculcando o medo-repressivo nos trabalhadores de forças, com intuito de desmobilizá-los e mantê-los longes das atividades do sindicato”. (SILVA, 2010, p.64).

As propostas utilizadas nas formações estavam vinculadas a eles conhecerem os seus direitos, legislação trabalhista, ao bem-estar social e vínculos comunitários, buscando fortalecer o senso de coletividade, de identidade e de classe dos trabalhadores rurais.

Essas atividades vão fortalecer a criação da Associação Cristã de Base (ACB) e fortalecer as atividades da Cáritas Diocesana do Crato até hoje. Esta última organização tem um papel fundamental na implementação das feiras agroecológicas e na assistência às camponesas, as quais serão apresentadas no próximo capítulo.

## 6 RETRATO DAS MULHERES CAMPONESAS DO CRATO, CEARÁ.

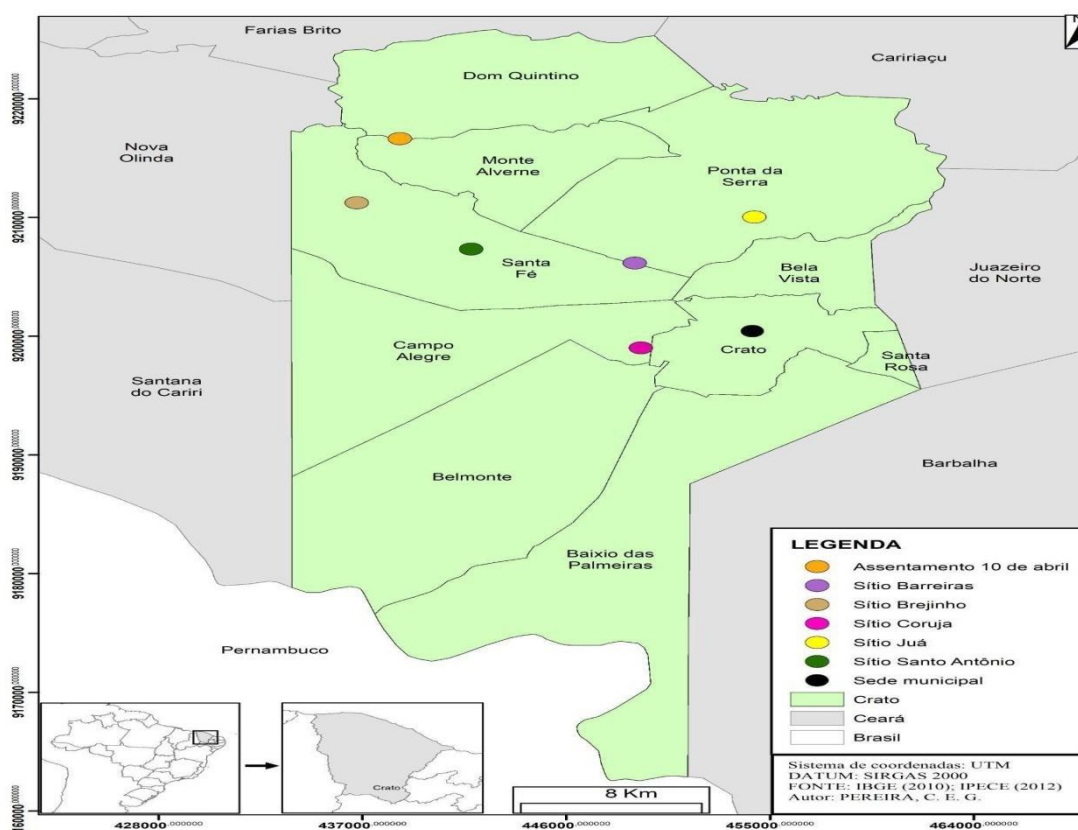
Neste capítulo, que é o coração da pesquisa, trago as experiências de seis mulheres camponesas da cidade do Crato, sul do estado do Ceará. A relação delas com a terra-território, com a produção dos alimentos e a questão de ser mulher no espaço agrário.

Elas vivem em localidades diferentes no espaço agrário cratense. A partir do mapa 02, podemos localizar as comunidades-territórios destas camponesas.

Elas se deslocam para a sede do município para comercializar os seus produtos nas feiras agroecológicas. Existem três feiras agroecológicas em atividade no Crato, são elas: Feira Agroecológica da ACB, na Vila Alta/Centro, Feira Agroecológica Bicentenário, no bairro Pimenta e a Feira Agroecológica da Encosta do Seminário.

Mergulharemos no universo dessas mulheres que são as protagonistas da materialização da agroecologia e que propõem uma relação contra-hegemônica de se relacionar com a natureza, o trabalho e o alimento.

Mapa 02 - Localização das comunidades-território das camponesas



Elaboração: Cássio Pereira (2022)

Os trabalhos de campo foram realizados em quatro etapas. O primeiro, no início de 2018, teve como objetivo realizar uma investigação “exploratória”. Neste período, visitei as sedes das instituições e as feiras agroecológicas já mapeadas por mim anteriormente. Além disso, conversei com alguns agricultores.

No segundo semestre de 2018, retornei ao Cariri, em um trabalho de campo, acompanhando a disciplina de Geografia Agrária, do curso de Geografia da UFC. Fomos visitar diversos territórios camponeses no Cariri, inclusive o assentamento 10 de abril.

Neste momento, eu decidi inserir o assentamento na minha pesquisa, justamente pela relevância dos camponeses e das camponesas desse território na produção agroecológica da região. Em 2019, realizei a qualificação. Entre 2020 e 2021, mantive contato com as camponesas pelo WhatsApp, através do qual elas iam me repassando como lidavam com a pandemia e com tantas mudanças na realidade delas.

Em 2022, quando o período mais crítico da pandemia tinha diminuído, retornei ao campo para dar continuidade às entrevistas semiestruturadas, me aprofundar no cotidiano e experiências agroecológicas das camponesas.

Busquei nesta pesquisa realizar um estudo qualitativo em um território que é bastante familiar para mim: o Cariri cearense. Familiar, mas ao mesmo tempo, sempre tem vários elementos para desbravar. Inicialmente, tinha a perspectiva de entrevistar mulheres camponesas de vários municípios do Cariri cearense. Ou seja, realizar uma pesquisa a nível regional. Contudo, devido à pandemia e a fatores de logística, me concentrei em pesquisar mulheres camponesas do município do Crato.

Essa escolha tornou o trabalho mais aprofundado e definido, a meu ver. Este município possui a maior zona rural da região, o sindicato dos trabalhadores e trabalhadoras rurais mais antigo, é a sede de várias instituições que prestam serviços e apoio aos camponeses, como a ACB e a Cáritas.

Além disso, possui a feira agroecológica mais antiga da região, a feira da ACB que tem 19 anos de existência. Tem na totalidade três feiras agroecológicas funcionando na cidade: uma na Encosta do Seminário, bairro periférico do Crato, a segunda na praça Bicentenário, no bairro Pimenta, bairro mais de classe média e a da ACB que se localiza no centro da cidade. Portanto, o Crato possui uma efervescência de experiências agroecológicas e de processos históricos vinculados à luta pela terra e de organização dos camponeses. Pra



mim, foi um exercício de um constante (re)aprender a olhar o município do Crato e suas nuances.

As mulheres escolhidas são figuras conhecidas nos movimentos sociais no cariri, devido às suas histórias de luta e resistências. Cada camponesa possui uma especificidade vinculada a ser mulher rural, a relação com a agricultura e a maneira de se organizar coletivamente. Elas representam diversas outras mulheres do campo que possuem também vínculos com a produção de alimentos sem veneno, identidade com o território e que buscam constantemente transformar a realidade social.

Nesse sentido, trabalhei com história de vida, vinculado ao método biográfico. Isso requer escutar atentamente as interpretações que as pessoas fazem de sua própria experiência vinculada à questão agrária. E, ainda, como elas elaboram sobre suas escolhas e condições de vida. Goldenberg (2011), explica que o método biográfico é o melhor caminho para conhecer estes indivíduos que tomam decisões estratégicas, suas origens, seus instrumentos para controlar e manter o poder, seus valores e interesses (GOLDENBERG, 2011, p.33).

Goldenberg (2011), acredita que a história de vida das pessoas revela sobre as vivências pessoais, singulares, ao mesmo tempo que pode revelar a expressão da história social, do seu tempo, seu lugar e dos condicionamentos dos contextos estruturais. “A utilização do método biográfico em ciências sociais é uma maneira de revelar como as pessoas universalizam, através de suas vidas e de suas ações, a época histórica em que vivem. (GOLDENBERG, 2011, p.39).

Na etapa pós-campo, as fotografias e os áudios foram fundamentais para me ajudar no processo de costura da escrita. Ao respeito dos depoimentos delas, busquei respeitar a forma como foram percorridas as narrativas. Adotei a mesma prática a qual comenta Bosi: “Suas memórias contadas oralmente foram transcritas tais como colhidas no fluxo de sua voz” (BOSI, 1993, p. 38).

Importante ressaltar que a escolha de evidenciar o nome verdadeiro das camponesas, além de utilizar fotografias para apresentá-las no texto, foi uma decisão e acordo realizado junto com elas.

Partimos do pressuposto que as mulheres são historicamente invisibilizadas como protagonistas, sobretudo, nos espaços políticos e públicos. Sendo a agroecologia um espaço eminentemente político e em disputa, consideramos necessário e relevante utilizar os nomes reais das protagonistas da agroecologia no município do Crato, Ceará.

Assim, apresento as histórias de vida de seis mulheres camponesas que vivem em localidades distintas no espaço agrário do Crato, no intuito de construir uma articulação entre as biografias individuais e seu contexto histórico e social.

### 6.1 Dona Ana - a matriarca da reforma agrária e da agroecologia do Cariri Cearense

Figura 21 - Dona Ana na feira agroecológica da ACB



Fonte: Araújo (2019).

*“Nasci agricultora, desde pequena ajudava o meu pai e minha mãe na roça e cortando de cana. Naquela época era tudo muito difícil, a gente era morador. Sofria muito na mão do patrão. Não tinha direito a provar o arroz produzido, o café era adoçado com rapadura, porque não tinha açúcar, a gente não tinha dinheiro para comprar roupa. E nossa casa era feita de barro porque o dono da terra não deixava a gente fazer de alvenaria. Tive doze irmãos e a gente ia se ajudando. Casei aos vinte anos. Tive quatro filhos e adotei mais dois, são meus filhos de coração. Já rodei o mundo todo, antes de chegar aqui no assentamento. Morei em Nova Olinda, Barbalha, fomos tentar a vida em Fortaleza, depois voltamos pro Crato. Agora tenho o meu pedaço de terra, produzo as minhas comidas sem veneno e sou chamada em vários lugares pra falar sobre a minha história de vida.” (informação verbal)*

Maria Ana da Silva, mais conhecida como Dona Ana, tem 69 anos, nasceu no Crato, é casada, tem sete filhos, desde a infância trabalhou na agricultura, não teve acesso aos estudos quando jovem, só foi a escola já adulta, como ela disse “para aprender assinar o nome e tirar o título de eleitor”. Mesmo não tendo acesso aos estudos, dona Ana possui uma sabedoria imensa e faz questão de compartilhar com quem vai visitá-la e nas palestras e atividades às quais frequentemente é convidada para contar sua história de vida que envolve a luta pela terra e a agroecologia.

Dona Ana é uma camponesa bastante conhecida no município do Crato, é sindicalizada no STTR do Crato, participa ativamente das reuniões, frequenta as atividades da Associação Cristã de Base (ACB), foi uma das fundadoras da feira agroecológica que acontece na Rua Cariris, em frente à sede da ACB, no centro do Crato, há dez anos e também é integrante do Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Sem Terra (MST).

Dona Ana participa de vários eventos de agricultura familiar, como a EXPRONAF, que acontece anualmente no município. Porém, devido à pandemia, não houve em 2020 e nem em 2021. Atualmente, ela mora no Assentamento 10 de abril, localizado a 31 quilômetros da sede do município. Pode-se acessar a área a partir da CE 055, sendo 15 km pela referida rodovia, seguindo por estrada carroçável o restante da distância.

O Assentamento 10 de abril fica localizado onde outrora foi o Caldeirão de Santa Cruz do Deserto. É um assentamento do Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Sem Terra (MST). A terra foi ocupada no dia dez de abril de 1991, depois de 15 dias acampados no local, os camponeses foram retirados do local pela polícia que foi chamada pelo padre do distrito na época. Posteriormente, os camponeses foram transferidos para o Centro de Exposição, no centro da cidade do Crato. A contragosto do prefeito que chamou os sem-terra de “vagabundo, cheios de doenças, que não queria trabalhar e só roubar as terras alheias”, segundo Dona Ana.

De acordo com Pajeú (2017), a ocupação do assentamento 10 de abril foi resultado de um campo de forças que atuaram conjuntamente em prol da conquista do território. Essa conquista se materializou devido aos seguintes fatores:

1ª) Uma política nacional do MST, de expandir as ocupações e a luta pela terra; 2ª) Articulação local, e principalmente, o convencimento dos trabalhadores da luta como meio necessário para se conseguir a terra; 3ª) Uma política nacional de Estado de assentar trabalhadores rurais; 4ª) Fortalecimento da organização a partir das parcerias com outras instituições. Esse processo organizativo se deu, principalmente, através do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais do Crato e ACB, a

partir da chegada de uma comissão estadual e nacional do MST, em novembro de 1990. (PAJEU, 2017, p. 68-69).

Dona Ana comenta que ir morar no assentamento foi um divisor de águas em sua vida. Ela é uma das principais protagonistas na luta pela terra. Foi uma das ocupantes e estava presente no acampamento. Dona Ana fala que se lembra perfeitamente dos dias que passaram acampadas e de toda batalha que enfrentou até conquistarem a terra:

*Na época eu estava morando em um sítio em Nova Olinda, terra arrendada. Morava eu, meu marido e os meus filhos. Foi quando me falaram que no sindicato tavam tendo mobilização para ocupar umas terras que tavam vazias há muitos anos. Minha vizinha que disse: Eita, Ana, tu que é trabalhadora. Vai dar certinho. Ai, eu fui ao sindicato do Crato para saber sobre essa mobilização, eu não tinha nada a perder". (Informação verbal).*

Questionada se recebeu apoio da família e do marido para participar do planejamento mobilizado pelo Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Sem Terra (MST), o Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Crato, com apoio da Cáritas, para ocupar as terras do antigo Caldeirão. Dona Ana disse:

*"O meu marido não ajudou, mas também não impatou. Ele achava uma coisa muito estranha e tinha medo. Eu chamava ele para ir para participar das reuniões de organização da ocupação. Ele dizia que não ia. Falava pra mim: Hômi, vai se aquetar que vão te matar. Eu respondia: eu vou. Meu pai na época também disse: por mim você não ia, minha fia. Eu respondi: papai, por mim eu vou, porque trabalhar para os outros, arrendado não é coisa de gente".*

Aos 38 anos, sem o apoio do marido e do pai, levando o filho de 12 anos, Dona Ana foi participar do Acampamento do MST e se filiou ao movimento. Neste espaço, além de resistirem, receberem a hostilidade dos vizinhos, ameaças vindas da Igreja e do antigo dono das terras, ela e os demais acampados receberam ajuda de várias pessoas e instituições que ficaram sabendo da coragem dos camponeses de ocupar uma terra.

Ela afirma que um dos motivos que a incentivou a ocupar a terra, foi que percebia o quanto estava sendo explorada trabalhando nas terras alheias: *"Todo ano a gente quebra o milho verde pra o povo botar o gado no pasto. Ai eu fui revoltando. O homem (o marido) não, que ele é acomodado demais. Eu fui me revoltando, me revoltando".*

Em várias falas de Dona Ana é possível perceber as inquietações e o desconforto de aceitar a exploração e a opressão a que os camponeses eram submetidos. Em outro momento, a camponesa disse que tinha receio de repetir o "sofrimento vivido pelos pais".

Ana também relata de maneira crítica tanto a questão de ter muitos filhos, como também trabalhar demais para os donos da terra: “*Meu pai foi morador, que nem escravo, tinha que trabalhar três dias pro patrão, senão ele corria com ele*”. Foi o desejo de não repetir as experiências de subalternidade vividas na família que fez a camponesa não desistir de lutar pela terra.

No período do acampamento, houve formação política, confraternizações e partilhas de comida. Depois de muitas pressões e passarem uns dias no Centro de Exposições, o Governo do Estado negociou as terras e as cedeu para os camponeses. Dona Ana relata que esse foi um dos dias mais importantes da sua vida, a emoção era generalizada. Porém, a luta continuou, pois o Estado cedeu a terra para os camponeses, mas não se comprometeu com nenhum benefício e nem com a construção das casas dos assentados.

Desse modo, no ano seguinte, Dona Ana e os demais camponeses ocuparam a Secretaria de Agricultura do Estado do Ceará, localizada na Avenida Bezerra de Menezes, em Fortaleza. Nessa ocasião, a repreensão foi ainda mais forte. A polícia isolou a área, impedindo as pessoas de deixar comida para os camponeses. Eles ficaram vários dias ocupando a sede da secretaria. O intuito da polícia e do Estado era fazer os assentados desistirem da mobilização, visto que estavam isolados. Esse caso ganhou repercussão nacional:

*“Fomos ocupar em Fortaleza, para conseguir as casas de alvenaria. Passamos 15 dias lá, ocupando a avenida. Bezerra de Menezes. Lembro como se fosse hoje. Impediram a gente de receber comida pra a gente desistir. Nessa época o governador era o Tasso de Jereissati, ele não gosta de pobre não, viu. Só que a gente tinha pegado o jeito da ocupação e resistimos” (informação verbal).*

Mais uma vez os camponeses saíram vitoriosos, à custa de muita batalha para conseguir acessar os seus direitos, como Dona Ana coloca “batelhemos muito para conseguir essa terra e daqui eu não saiu”. Posteriormente, criaram a associação de moradores do assentamento e criaram um grupo de mulheres para desenvolver projetos voltados para as camponesas.

Nos encontros do grupo, já na década de 2000, as mulheres perceberam que precisavam fazer várias reivindicações internas: discutir sobre o machismo dentro do assentamento, ter paridade de gênero na diretoria da associação e buscar projetos juntos às instituições que fortalecesse o trabalho das mulheres camponesas e suas rendas. Dona Ana já

participou algumas vezes da gestão da associação dos moradores, mas atualmente está apenas como sócia.

Já consolidada no assentamento, Dona Ana e a família tiveram condições de produzir, criar animais e continuar suas atividades políticas. Ela revela que depois que se consolidou no assentamento 10 de abril, continuou indo para as atividades estaduais do MST, algumas reuniões foram realizadas na capital. Nesse processo, ela acabou contribuindo nas ocupações em outros lugares, ajudando outros camponeses a conseguir o direito da posse da terra.

*Já ocupei tantas terras depois daqui. Já ocupei uma terra em Assaré, em Nova Olinda e em outros lugares, para ajudar em outras ocupações para outras pessoas. Porque, assim, quando se vai ocupar uma terra o povo faz tanto medo a gente, diz que vão matar a gente. E quando a gente consegue uma terra, a gente aprende todo processo. Então, fui ensinar outras pessoas e incentivar a lutar pela terra. Aí, o pessoal fala: se pra dona Ana deu certo, vai dar certo pra nós também.*

Nota-se nas falas da camponesa, os valores de solidariedade, coletividade e de consciência de classe. Dona Ana, com a sua fala tranquila, possui uma ótima oralidade e poder de mobilização. A camponesa está sempre presente nas atividades sociais representando o assentamento. Ela coloca que no início, as pessoas das áreas urbanas, não colocavam muita fé nela, por ela não ter estudos e ser mulher, não seria um perfil interessante para representar o assentamento.

*"Muitas vezes vinham convites para alguém representar o assentamento, contar a nossa história. Eu e Maria Nenê sempre colocávamos pra ir. Uma vez, um professor que disse que como a gente não sabia ler, não ia saber falar em público, porque não tínhamos estudos. E perguntou se tinha algum homem pra ir representar".*  
(informação verbal).

Foi preciso enfrentar o machismo fora do assentamento e dentro várias vezes. Contudo, Dona Ana já perdeu as contas de quantas entrevistas, atividades, intercâmbios e palestras já participou. Além disso, já ganhou vários prêmios e homenagens. Entre elas, estão: homenagem do MST, onde Dona Ana foi apontada como uma das matriarcas do movimento. E o prêmio mulher de fibra concedido pelo SESC-Cariri. Na figura 22, a camponesa está ao lado do marido e segurando um dos tantos prêmios que ela já ganhou.

Figura 22 - Dona Ana ao lado do Marido, segurando o prêmio: Mulher de fibra



Fonte: Araújo (2022)

Dona Ana costumava ir com frequência para o centro do Crato, para participar da Feira Agroecológica da ACB, reuniões do sindicato, da ACB e participar de atos e atividades políticas. A figura 26 é um registro de Dona Ana participando do ato 20 de novembro, dia da consciência negra. Apesar de ela se considerar uma mulher branca, ela participa de várias atividades vinculadas às questões étnico-raciais, em suas falas dá para perceber que ela consegue fazer conexões das opressões. Um dos motivos, é que ela afirmou que tem na sua ancestralidade sangue indígena e também porque seus filhos são pardos (negros).

Com a pandemia, muitos costumes da camponesa tiveram que ser mudados. Deixou de participar das atividades no centro do Crato, a feira agroecológica deixou de acontecer e as trocas e vendas ficaram acontecendo só dentro do assentamento.

Questionada se algum dia ela deixaria o local onde mora, ela foi categórica ao afirmar que jamais deixaria de morar no assentamento e a preferência da camponesa em morar no espaço agrário é perceptível. Ela explica que é um lugar mais tranquilo e tem o contato da natureza. Além disso, todo processo de luta fez Dona Ana criar um profundo sentimento de pertencimento com o seu território.

A camponesa também coloca que a luta social é o que dá sentido a sua vida. *“Eu não deixo o movimento. O movimento social é tudo na minha vida. Não sabe o que é bom quem não participa desses movimentos. A gente aprende muito, arruma muito conhecimento, viaja muito. Conhece muita gente e a gente vai se ajudando.”*

Figura 23 - Dona Ana no Ato 20 de novembro,  
no Crato



Fonte Araújo (2019).

Em relação à agroecologia, Dona Ana disse que sempre plantou sem veneno. Não gostava do cheiro e não confiava no produto. Posteriormente, o assentamento recebeu várias formações, principalmente do sindicato e da ACB sobre adubo orgânico, transição agroecológica e manejo do solo, o que veio a fortalecer suas atividades orgânicas. Ela revela que alguns assentados queriam produzir com veneno, pois era o que as pessoas fora do assentamento faziam. Dona Ana comenta que o grupo de mulheres foi o que levantou a questão de produzir sem venenos, com as sementes crioulas, e buscando alternativas para melhorar a qualidade do solo:

*Nem todo mundo de primeira aceitou de produzir sem agroecologia, foram as mulheres que queriam fazer tudo sem veneno. E no assentamento aqui ninguém pode usar veneno. É muito trabalho, mas é melhor pra nossa saúde e as dos outros. Eu aprendi fazer vários defensivos orgânicos, e tem dando certo” (informação verbal”)*

No último trabalho de campo, fiquei na casa de Dona Ana, acompanhei a camponesa em diversas atividades dela: cuidando da casa, colocando comida para os animais, indo no início do dia para roça para cuidar de suas plantações. Na figura 24, Dona Ana está caminhando na sua roça, no início da manhã. A camponesa comentou que antes da pandemia, a feira agroecológica estava bastante movimentada, tinha os clientes fixos: “5h já começava a



*feira, tinha dias que as 6: 30h não tinha mais quase nada. Às vezes, os clientes ajudavam a gente a montar as barracas”.*

Figura 24 - Dona Ana na sua roça



Fonte: Araújo (2022).

## 6.2 Dona Bia: entre a religiosidade, a agroecologia e as atividades do lar

Figura 25: Dona Bia na sua roça



Fonte: Araújo (2022)

*“Nasci no sítio Empréstimo, no município de Santana. Desde pequena ajudava minha família na roça. Naquele tempo, o ensino era muito difícil. A gente andava vários quilômetros a pé pra chegar na escola, eu e os meus irmãos. Meu pai que foi*

*um dos organizadores para ocupar as terras que hoje é o assentamento, ele era do sindicato. Quando deu certo, a gente veio morar aqui também. Além das minhas plantações, gosto de cuidar das minhas ervas medicinais, que são remédio e comida, ao mesmo tempo. É uma alegria quando tá tudo verdim aqui no sítio”. (Informação verbal).*

Maria Ponciano Paz Silva, conhecida como Dona Bia, tem 53 anos. É moradora do Assentamento 10 de abril. Nasceu no município de Santana de Cariri. Tem três filhos, todos homens, é casada. Estudou até o ensino fundamental. Perdeu a mãe na infância. Anos depois, o seu pai se casou novamente, de modo que foi criada pelo pai e a madrasta.

Dona Bia conta que aprendeu sobre sindicato e organização social com o pai que já foi da direção do sindicato. Nos anos 1980, esteve nas organizações e formações vinculadas aos direitos camponeses.

Atualmente, a família participa da gestão da associação dos moradores do assentamento. O irmão de Dona Bia é o presidente da associação dos moradores, o senhor Cícero. Ela também compõe a gestão, atua como conselho fiscal. Dona Bia conta que:

*“Meu pai era envolvido com o sindicato, no período da ditadura participava de várias reuniões escondidas. Depois que acabou, começou a se organizar com mais força. Desde o começo a gente apoiou a ocupação, pois a gente vivia de morador. A gente achava que era bom, porque tínhamos a proteção do patrão. Hoje a gente sabe o que é bom: ter nossa terra.” (informação verbal).*

Em outro momento, Bia relata com detalhes sobre aquele período: “Lembro como se fosse hoje. Era um tempo chuvoso, eles passaram um bom tempo acampados, depois teve negociação com os donos da terra e foram para o parque de exposição. O Estado cedeu às pressões e negociou a terra”.

Além das atividades do sindicato e da associação dos moradores, Dona Bia participa das atividades vinculadas à capela que existe no assentamento. Ela disse que o padre vem uma vez por mês fazer uma missa no local. Nos outros domingos, ela frequenta a missa no distrito Monte Alverne. Católica praticante, Dona Bia disse que aprendeu com a avó a ser rezadeira.

Além disso, ela utiliza plantas medicinais para fazer remédios caseiros que compartilha na família e na comunidade. Uma das características de Dona Bia é a sua fé vinculada às atividades políticas.

Ela quem inicia as orações antes dos encontros da associação, no aniversário do assentamento e em outros eventos do Assentamento. Ao chegar em sua casa, um espaço que chama atenção é o seu altar, bastante decorado, iluminado e repleto de imagens de santos e

cores, conforme podemos ver na figura 26. Esses tipos de altares são bastante comuns na região do Cariri. Um elemento que não pode faltar é a imagem de Padre Cícero.

Dona Bia conta que uma das atividades que ela gosta de realizar em sua casa é a Renovação, uma prática típica da região, é a novena seguida de partilha de comida e música, toda comunidade é convidada. A renovação na casa de Dona Bia acontece todo 13 de dezembro, dia de Santa Luzia. Essa data é devido a uma promessa que a camponesa fez à santa.

*"É uma alegria só dia de renovação, a gente faz nossas rezas, depois compartilhando a comida, uma fartura: galinha caipira, arroz de leite, doce de gergelim, bolo de batata, de milho e outras coisas. O pessoal aqui toca reisado, a gente dança. A festa dura a noite toda"* (Informação verbal).

Uma das características da cultura camponesa é a religiosidade, desta são vinculadas várias práticas culturais, algumas eu citei no subcapítulo no qual eu descrevo o município do Crato. No assentamento, as novenas, renovações, reisados e as festas juninas são mais típicas e que mobilizam os moradores. Dona Bia conta que considera importante manter as tradições religiosas e da comunidade.

Figura 26 - Altar de Dona Bia



Fonte: Araújo (2022).

Em seu roçado, cada família tem aproximadamente 1 a 2 hectares, Dona Bia produz: fava, milho, hortaliças, amendoim, arroz, feijão, tomate cereja, batata doce e andu. Além disso, próximo ao seu quintal ela tem árvores frutíferas, cria galinhas, caprinos e suínos.

Uma das queixas recorrentes de Dona Bia é que seus filhos não querem trabalhar na agricultura, pois não se identificam. O único filho que trabalha com ela e o marido, é o filho mais velho, Israel. Este fez o curso de técnico agropecuário no Instituto Federal do Ceará (IFCE), no Crato.

Ele traz várias inovações para o trabalho na agricultura. Inclusive, vinculadas à irrigação. Contudo, ele trabalha também em uma instituição vinculada ao Instituto Chico Mendes, portanto, não está com frequência nos agroecossistemas da família. Assim, o trabalho fica mais na responsabilidade de Dona Bia e do seu marido.

Importante ressaltar que Dona Bia já foi beneficiada com vários projetos e programas sociais, entre eles está a cisterna, que garante uma certa segurança hídrica para a família. Além disso, já foi beneficiada com projetos vinculados à instituição Paulo Freire, com o grupo de mulheres do assentamento, que já participou do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Porém, atualmente, ela não participa de nenhum programa de benefício social. Até o Bolsa Família ela deixou de receber quando essa política social passou a se chamar Auxílio Brasil.

Outra reflexão que a camponesa traz é sobre as atividades domésticas. Os seus filhos e marido pouco contribuem nas atividades vinculadas à reprodução social. O que leva a ela ter dupla ou tripla jornada de trabalho, em casa e na roça: *“É muito difícil esses meninos mudarem, já tão grande. A gente fala, mas eles não mudam o costume. Acredito que tenha a ver com a criação mesmo. Acho que hoje em dia faria diferente.”*, desabafa a camponesa.

O que se torna uma contradição para Dona Bia, que recebe várias formações sobre a questão de gênero vinculadas ao MST e a ACB. Porém, se tornam limitadas, pois poucos homens participam dessas formações.

Figura 27: Dona Bia e o seu filho na roça



Fonte: Araújo (2022).

Dona Bia participa da Feira Agroecológica da ACB há oito anos. Além dessa feira participa eventualmente de feiras vinculadas à agricultura familiar na região. A feira agroecológica da ACB é um espaço bastante rico, diversos camponeses do Crato expõem nela, é um local onde a população urbana tem a oportunidade de comprar diretamente dos camponeses e ainda conhecer um pouco como são produzidos os alimentos agroecológicos.

Quem leva Dona Ana e Dona Bia para a feira, que acontece toda sexta-feira, é um carro da ACB, quando acontece algum imprevisto, as camponesas vão de “pau de arara”. Em uma das feiras voltei com Dona Bia para o assentamento de pau de arara. Foram 30 quilômetros de estrada. Uma das reivindicações permanentemente dos assentados é transporte que faça a rota para o centro da cidade e manutenção das estradas que levam ao assentamento. Porém, essas demandas ainda não foram contempladas pela prefeitura ou governo do estado.

Figura 28: Dona Bia voltando para casa de pau de arara.



Fonte: Araújo (2022).

Contudo, na feira agroecológica Dona Bia se realiza. Ela comenta que os consumidores elogiam as verduras dela, confia nos produtos que estão comprando. Além disso, a camponesa amplia os espaços por onde circula, conhece pessoas e troca conhecimentos sobre sementes, verduras e ervas medicinais com os demais camponeses. É notório que a participação feminina de mulheres na feira é maior do que a de homens.

Dona Bia disse que os homens não têm tanta disciplina em se comprometer em ir para a feira agroecológica toda semana. *“Apesar de ser um trabalho puxado, eu acordo 4 horas da manhã, para chegar aqui às 5 horas, é muito bom. A gente se sente valorizada, tenho o meu próprio dinheiro e ainda revejo os meus colegas”*, explica Dona Bia.

Figura 29: Dona Bia expondo seus alimentos na feira agroecológica



Fonte: Araújo (2022).

A camponesa identifica que os alimentos produzidos de maneira agroecológica são mais saborosos, de acordo com ela. Ela disse que os clientes também sentem a diferença. "*Eles (os consumidores) falam que as verduras, o milho, tomate cereja daqui tem mais gosto, são mais naturais e o sabor é diferente daqueles comprados nos mercantis*". Dona Bia diz que só em último caso compra os alimentos no supermercado, pois ela considera que eles não são saudáveis.

Porém, a camponesa observa que é necessário ter mais investimentos públicos para que haja condições para os camponeses e as camponesas continuarem produzindo de maneira agroecológica. Não adianta só apoiar verbalmente, sem trazer estruturas para que essa prática permaneça e se expanda: "*A gente tá muito desigual com os outros agricultores. Os que plantam com veneno, conseguem produzir mais rápido e em maior quantidade. A gente sabe que os nossos produtos deram mais*", comenta a assentada.

Além disso, os camponeses agroecológicos só vendem os seus produtos nas feiras agroecológicas e em suas comunidades. Enquanto os demais tem um amplo mercado. O que motiva os camponeses a permanecerem na produção sem agrotóxicos, é a consciência ecológica que eles adquiriram ao longo do tempo.

Por ser um alimento que também é consumido pela família, eles prezam por alimentos produzidos de maneira sustentável e que garanta a saúde coletiva. Além disso, os camponeses se preocupam em não contaminar o solo e águas que eles utilizam. Geralmente, quem observa mais esses elementos são as mulheres camponesas.

A luta pela terra é constante, não finaliza quando se conquista a terra, no caso dos assentamentos. Três décadas depois que os assentados conseguiram a posse legal das terras que hoje é o Assentamento 10 de abril, a comunidade está enfrentando outra problemática: o projeto do Cinturão das Águas (CAC), passa em uma parte dentro da área do assentamento. Além disso, prejudicou o acesso dos moradores ao açude que fica dentro do assentamento. Esta se tornou a principal luta atual dos camponeses do assentamento 10 de abril.

### 6.3 Celiane: a representação feminina nos espaços políticos historicamente masculinos

Figura 30: Celiane na sede do sindicato STTR- Crato



Fonte: Araújo (2022).

*“Nasci e me criei no sítio Brejinho, no distrito de Santa Fé, aqui estão as minhas raízes. Sou viúva, tenho uma filha. Aqui na minha terra eu planto milho, feijão, andu, fava. Tenho também as minhas horta, agricultura sempre esteve presente na minha vida. Eu tenho muito orgulho de ser agricultora. Nós sabemos que foram as mulheres que descobriram a agricultura e a gente tem que dar continuidade. Comecei cedo a participar das reuniões de associação e sindicato. Tive formações políticas em Fortaleza, na região Cariri e em vários outros lugares. Não foi fácil chegar a presidência do sindicato, o machismo é grande, e as mulheres precisam brigar muito pra serem escutadas” (informação verbal)*

Celiane David Bispo, tem 43 anos, é viúva há dez anos, desde então não quis se casar novamente, tem uma única filha que estuda enfermagem. Celiane mora no distrito de Santa Fé, situado a 20 quilômetros do centro urbano do Crato. Foi neste distrito que ela nasceu e continua vivendo. A camponesa fez o ensino médio quando jovem e recentemente resolveu voltar a estudar, está fazendo a graduação em Administração, em uma faculdade particular.

Ela conta que desde a infância também ajudava os pais na agricultura, que faz parte da socialização de quem mora nas áreas rurais ter algum vínculo com a agricultura mesmo que depois deixe de lado. A camponesa marcou a história do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Crato. Este sindicato completou 60 anos em 2021, contudo, é a primeira vez que uma mulher é presidenta desta organização, no caso, a Celiane David.



Ela conta que desde jovem participou de atividades vinculadas à associação de moradores e projetos voltados para agricultura familiar no distrito. Ingressou no sindicato no ano 2000, na função de vice-secretária de juventude. A sindicalista lembra que nesta época, ela acompanhou diversos casos de mulheres que sofreram violência doméstica, o que a tornou bastante atenta a esta problemática.

A camponesa sentia um incômodo ao ver tantas desigualdades sociais na sua realidade rural. O sítio Brejinho, onde Celiane mora, está localizado dentro de uma área particular. Os moradores não possuem a propriedade da terra. Assim, ela relata diversos embates que os moradores têm com o proprietário. Este aparece raramente na comunidade, mas sempre coloca empecilhos para qualquer obra ou intervenção que as pessoas desejam realizar no sítio.

A camponesa relata que acompanhou significativas transformações na sua comunidade e distrito nos últimos vinte anos. Entre as políticas públicas a que eles tiveram acesso nas últimas duas décadas, está o *Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR)*, criado em 2009, que teve como objetivo construir casas de alvenaria nas áreas rurais em substituição às casas de taipa. Celiane conta que teve que ir pessoalmente conversar com o proprietário da terra para que ele permitisse que a comunidade pudesse acessar esse programa e ter suas casas de alvenaria. No começo, ele colocou resistência, mas depois cedeu.

No mesmo período, a comunidade foi beneficiada com as implementações das cisternas de placas, pelo programa *1 milhão de cisternas*, projeto desenvolvido pela Articulação Nacional do Semiárido (ASA), pela ACB e o governo federal. Cada família teve direito a uma cisterna que tem a capacidade de armazenar até 16 mil litros de água. O objetivo do projeto foi proporcionar o acesso à água para o consumo e para produção agroalimentar, contribuindo para a segurança hídrica e alimentar dos moradores das áreas rurais.

Outro programa relevante para comunidade de Celiane foi o programa social *Luz Para Todos*, criado em 2011. O projeto foi desenvolvido a partir da parceria do governo federal e estadual. O objetivo do programa foi levar energia elétrica às regiões rurais que ainda não a tinham. A iniciativa foi coordenada pelo Ministério de Minas e Energia, operacionalizada pela Eletrobrás.

Foi implementado na comunidade, em 2014, o projeto *Produção Agroecológica Integrada e Sustentável (PAIS)*, em parceria com o sindicato STTR- Crato e a ACB. Em virtude desse projeto, as mulheres tiveram a iniciativa de criar um grupo de mulheres para

administrar essa atividade e conseguir uma renda extra e ampliar a diversidade da produção de alimentos.

De acordo com a ACB, o sistema PAIS é uma tecnologia social, pensada para aliar a produção animal com a produção vegetal, utilizando insumos gerados na propriedade em um sistema agroecológico, que preserva o solo e as fontes de água.

Este sistema possui formato de mandala, tendo um galinheiro no meio, cercado por canteiros para horticultura e cisternas para captação da água da chuva para irrigação dos canteiros e consumo residencial.

Foi neste contexto que Celiane começou a refletir mais sobre a questão de gênero, ela começou a observar mais atentamente as relações sociais estabelecidas na comunidade. Ela foi se dando de conta que:

*“As mulheres tinham mais vergonha de falar que os homens, colocar a opinião delas. E muitas vezes os homens não ajudavam, não estimulavam a participação das mulheres. E ainda, as mulheres têm mais dificuldade de participar das atividades por causa das coisas dentro de casa. (Informação verbal).”*

Nessa fala de Celiane, podemos perceber que as atividades domésticas estão vinculadas às mulheres camponesas, o que muitas vezes torna um fator limitante para elas participarem de atividades nos espaços públicos e políticos. Celiane considera que tem mais tempo, pois mora sozinha, sua filha está casada e desse modo ela tem mais facilidade para participar das atividades políticas, pois a responsabilidade a respeito dos cuidados da casa vai se moldando as outras atividades que se tornam prioritárias para ela: reuniões, assembleias, visitas a campo, viagens para realizar intercâmbio e formação política.

*“Às vezes eu durmo no sindicato mesmo para no dia seguinte ir para uma atividade cedinho. Gosto de não ter que ficar dando satisfação para ninguém, faço as minhas coisas a partir do que eu mesma decido”,* comentou a sindicalista. Porém, estar em casa e no “roçado” são também atividades que Celiane mais gosta de fazer, devido ao vínculo com o seu território e a sensação de bem-estar que lhe é proporcionada. Em sua casa, uma das principais atividades é cuidar do seu quintal produtivo e de suas roseiras.

Figura 31: Celiane na sua casa- distrito Santa Fé.



Fonte: Araújo (2022).

Antes de ocupar o cargo da presidência do sindicato, Celiane participou da secretaria de Mulheres da Federação das Trabalhadoras e Trabalhadores Rurais do Ceará (FETRAECE), neste espaço ela assistiu e ministrou oficinas de gênero, questão agrária e agroecologia. Integrou também a gestão da chapa anterior como tesoureira. No ano de 2018, ela conseguiu se eleger ao cargo de presidenta do sindicato, o que foi um processo bem difícil e cheio de disputas: “Os homens queriam continuar mandando do mesmo jeito, e a gente ficar só ocupando o cargo. Foi preciso muita conversa, reuniões e planejamento para que aos poucos a gente conseguisse realizar nossa política no sindicato.”

No ano seguinte, ela e demais integrantes da diretoria do sindicato, mobilizaram dezenas de mulheres camponesas para participar da *Marcha das Margaridas, em Brasília*. Fato que Celiane gosta de lembrar com alegria de ter conseguido realizar, pois no ano seguinte aconteceu a pandemia e desde então as camponesas do sindicato não participam de atividades fora do estado.

A sindicalista comenta que um dos principais desafios que ela foi aprendendo ao longo do tempo foi falar em público, representar o sindicato em vários espaços, como dar entrevistas nas rádios da região Cariri cearense e nos programas de TV e as palestras as quais é convidada a ministrar: “*Hoje tô mais desinibida, antes era mais difícil falar no microfone, por exemplo. Acredito que tudo é costume*”, afirma Celiane. Além das atividades em público, ela participa de vez em quando de um programa que o sindicato tem em uma rádio local. Neste programa, Celiane disse que gosta de falar: “*das problemática de usar os agrotóxicos, da*

*importância dos alimentos orgânicos, dos malefícios do uso de refrigerantes e de alimentos industrializados.”*

Figura 32 - Celiane fazendo uma fala no aniversário de 60 anos do sindicato



Fonte: STTR- Crato (2021)

No sindicato, existe uma secretária de mulheres, designada a desenvolver projetos para fortalecer a autonomia das camponesas. Além disso, há campanhas e espaços para discutir a violência contra as mulheres.

Outro ponto importante, é a parceria do Sindicato e da ACB em realizar juntos o acompanhamento das atividades agroecológicas desenvolvidas pelos camponeses e o seu processo de vendas nas feiras agroecológicas. Além da feira agroecológica da ACB, tem a feira agroecológica na praça Bicentenário, no bairro Pimenta, próxima à URCA e no bairro Seminário, na periferia do Crato. Essas duas últimas possuem a parceria do STTR - Crato e da FETRACE.

Celiane aponta que entre as suas principais satisfações dentro do sindicato, está acompanhar a conquista da aposentadoria pelos camponeses, pois nos últimos anos tem se tornado cada vez mais difícil o acesso a esse direito social<sup>35</sup>.

Entre as justificativas dadas pelo INSS, está a mudança na legislação que transforma o procedimento de declaração de atividade rural e o processo de análise ser agora virtual, o

---

<sup>35</sup> Para saber mais, ver a reportagem do Diário do Nordeste: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/regiao/ceara-tem-aumento-de-2-372-pedidos-negados-de-aposentadoria-rural-1.2235783>

que era para trazer mais agilidade, trazendo mais burocracia. Além disso, há um déficit de servidores dentro do INSS, não há uma devida reposição dos servidores que se aposentaram, o que torna o processo de pedido de aposentadoria mais longo. No Crato, mensalmente vários processos de pedidos de aposentadoria rural são realizados pelo sindicato.

No seu roçado, Celiane planta milho, feijão, fava, andu, gergelim e quiabo. Além das hortaliças: cheiro verde, couve manteiga, rúcula e alho-poró. Na sua área destinada à plantação, ela também possui árvores frutíferas como pé de laranja, lima e limão. Quando jovem, Celiane realizava a atividade extrativista do buriti, fruta típica da região. Ela lembra também das festas típicas que tinha na comunidade: com festa de reisado, maneiro pau e coco. Ela comenta que já fez parte de um grupo de dança e teatro no distrito de Santa Fé.

Figura 33 - Celiane na sua unidade produtiva



Fonte: Araújo, 2022

Celiane observa que nos últimos cinco anos a situação de vida dos trabalhadores vinculados à agricultura familiar e camponesa ficou mais difícil, visto que houve um retrocesso nas políticas agroalimentares. O *Programa de Aquisição de Alimentos* (PAA) foi drasticamente reduzido e vários camponeses do Crato perderam esse canal para comercializar

os seus produtos. Atualmente, eles estão vendendo os produtos praticamente nas três feiras agroecológicas da cidade.

#### 6.4 Dona Fátima e uma vida de luta pelos direitos sociais das mulheres

Figura 34 - Dona Fátima mostrando o banner das atividades da secretaria da mulher, gênero e cidadania do sindicato



Fonte: Araújo (2022).

*“Sou filha do Crato, nascida no sítio Juá, na Ponta da serra. Minha profissão sempre foi ser agricultora. No sindicato, aprendi a me organizar e lutar pelos meus direitos. Nos anos 2000, a ACB começou a fazer formação e falar que era agroecologia. Era muito parecido com o que a gente já fazia na nossa roça, só que a gente se aprofundou, aprendemos compostos orgânicos e como cuidar melhor do solo.” (informação verbal).*

Para Celiane, uma das principais referências dentro do sindicato é a camponesa Maria de Fátima Alves Lima, de 66 anos. Dona Fátima é moradora do sítio Juá, no distrito de Ponta da Serra, no Crato, é casada há 43 anos, tem oito filhos e oito netos. Atualmente, ocupa o cargo de secretária de finanças no STTR- Crato. Esta sindicalista está há cinco décadas participando do sindicato, começou a participar com o seu pai. Sempre integrou várias atividades na organização, embora nunca esteve na liderança.

Dona Fátima é uma história viva das lutas das mulheres rurais do Cariri. Nas décadas de 1980 e 1990, ela participou das mobilizações pelo direito à aposentadoria e à licença maternidade da mulher rural. Inclusive, ela foi uma das beneficiárias da licença maternidade.

Ela conta que está aposentada há 11 anos, mas não deixa de realizar as atividades na agricultura e nem no STTR- Crato: “Pra mim, é melhor eu tá em movimento, do que tá em casa sem fazer nada. Minha vida são as organizações sociais”, revela Dona Fátima.

A aposentada conta que estudou até à 7ª série, na época precisava andar quatro quilômetros para chegar na escola, o que era bastante desgastante. Desde criança também trabalhava na roça. Ajudava a mãe e o pai a produzir milho, feijão e amendoim.

Ela relata também que aos 16 anos montou uma associação de jovens no sítio Juá, fez várias atividades comunitárias e foi assim que ela começou a participar também das atividades sindicais. Nesta época, pela luta coletiva, a comunidade conseguiu a instalação de um posto de saúde no sítio. Essa conquista fortaleceu ainda mais o senso de coletividade e organização social da camponesa.

Em seguida, no sindicato, teve um projeto de alfabetização para pessoas mais velhas, ideia de Dona Fátima. Ela participou por muitos anos da secretaria de mulheres do sindicato. Acompanhou muitos casos de violência e prestou apoio a diversas camponesas.

Em casa, ela percebeu que era preciso dividir as tarefas domésticas. Assim, ela se posicionou para o marido solicitando para que ele também realizasse as tarefas domésticas. *“Eu também procurei criar os meus filhos tudo assim, sabendo fazer as coisas dentro de casa. Os meus filhos homens sabem cozinhar e arrumar casa”*. Dona Fátima comentou posteriormente que sabe que, mesmo ela se posicionando e constantemente relembrando da divisão de tarefas, ela assumiu na vida mais tarefas vinculadas aos cuidados e de reprodução social. Como ela mesmo colocou, “é uma permanente”.

Dona Fátima, começou a participar nos anos 2000, de atividades de formação agroecológica na ACB. Desde então, ela só produz a partir da base da agroecologia. Um dos motivos é pela questão da saúde: os alimentos agroecológicos são mais saudáveis de acordo com a camponesa. Atualmente, ela produz cheiro verde, rúcula, alface, chicória, salsa, tomate cereja, cenoura, batata doce e inhame. Ela tem também uma pequena plantação de banana. A sua horta é no sistema PAIS, em formato de mandalas. Dona Fátima também cria galinhas, carneiro, suínos e caprinos. A camponesa comenta que considera bastante prazeroso observar as verduras crescendo e se alimentar do que ela mesmo produz. Atualmente, Dona Fátima

representa o sindicato no Movimento de *Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste (MMTR-NE)*, com sede em Caruaru, Pernambuco. As mulheres se reúnem com frequência (atualmente de modo virtual) para discutir sobre vários problemas que atravessam a vida das mulheres rurais, para organizar atividades e protestos.

Dona Fátima foi para quase todas as Marcha das Margaridas e se orgulha de mobilizar as outras mulheres para participar também. “*Esses eventos são uma grande escola, a gente aprende muito. A gente volta para casa com muita experiência e vontade de fazer várias coisas*”, afirma Dona Fátima.

Figura 35 - Dona Fátima e Dona Ana e demais camponesas na Marcha das Margaridas.



Fonte: STTR- Crato (2011).

Na figura 35, podemos observar Dona Ana (a terceira da esquerda para a direita), Dona Fátima (a última à direita) e mais outras camponesas em viagem, participando da Marcha das Margaridas de 2011. As mulheres atravessaram o país de ônibus e foram até Brasília para reivindicar os seus direitos.

Em relação à pandemia, Dona Fátima ficou bastante receosa, neste período deixou de vir para o centro da cidade com frequência. Só voltou a participar das atividades presenciais do sindicato, quando recebeu a 2ª dose da vacina contra a *SARS-Covid-19*. Nesse período, ela viu os preços dos alimentos aumentarem, vários produtos de bens de consumo ficaram mais caros.



O que garantiu uma certa segurança alimentar para ela e a família foram os produtos que eles produziam na roça e nos quintais produtivos e as trocas de alimentos realizadas dentro da comunidade.

No período de março de 2020 a agosto de 2021, as feiras agroecológicas do Crato não funcionaram. Os camponeses e as instituições acharam melhor não arriscar a saúde dos produtores e comerciantes. Os produtores da *Feira Agroecológica da praça Bicentenário*, nos seis primeiros meses da pandemia, resolveram comercializar de maneira virtual.

Fizeram um grupo de *WhatsApp* e repassavam as disponibilidades de produtos para os clientes e semanalmente eles desciam para o centro para fazer as entregas. Contudo, devido a problemas de logística, esse método não prosseguiu por mais tempo.

Em agosto de 2021, quando os camponeses tomaram a 2ª dose da vacina, as feiras voltaram a funcionar, sempre com a utilização de máscaras. Eles contam que ficaram muito satisfeitos em retornar às atividades das feiras, pois é um lugar de encontros, de rever pessoas e de fortalecimento da cultura camponesa.

## 6.5 Dona Lusa: na agroecologia, também tem espaço para arte

Figura 36 - Dona Lusa no seu agroecossistema.



Fonte: Araújo (2022)

*“Meu nome é Maria Ferreira de Moura, mas eu sou mais conhecida como Dona Lusa, apelido que eu tenho desde a infância. Sou moradora do sítio Santa Fé. Sou agricultura e artesã com muito orgulho. As panelas de barro aprendi vendo a minha vó e mãe fazendo. Vendo os meus produtos nas feiras e no mercado, é de lá que tiro o mesmo sustento. Aqui a gente produz um pouco de tudo: milho, feijão, batata*

*doce, fava e hortaliças. Tenho também as minhas vaquinhas e galinhas. Graças a alguns projetos da ACB e do Sindicato, nossa vida melhorou: temos uma cisterna que ajuda muito a gente a produzir os alimentos”.* (Informação verbal).

Maria Ferreira de Moura, mais conhecida como Dona Lusa, tem 51 anos, é casada, tem três filhos, mas, atualmente, mora só com o marido. Eles moram no sítio Santo Antônio, localizado no distrito de Santa Fé, no município do Crato, local que sempre morou.

Estudou até a 5ª série, assim como outras camponesas, Dona Lusa relata as dificuldades daquela época em acessar a escola que ficava na sede do Distrito. “Eu e os meus irmãos caminhávamos quase dez quilômetros todos os dias para chegar na escola. No período de chuva, era muita lama o que dificultava mais ainda”.

Outra questão que fez ela interromper os estudos foi para ajudar os pais na agricultura e no processo de agroextrativismo de pequi, fruta típica da região. A camponesa explica que o sustento da família vinha principalmente da extração do pequi, que acontece em um período específico: metade do segundo semestre do ano.

Dona Lusa trabalha na agricultura e também é artesã. Ela aprendeu com a mãe a fazer artesanato de barro. A camponesa faz várias peças a partir do barro: panelas, jarros, cuscuzeiras, recipientes e etc. Ela vende os alimentos e os seus artesanatos nas feiras agroecológicas e apenas os produtos de barro no Mercado Público do Crato, localizado no centro da sede do município. Além desses lugares, ela expõe, ocasionalmente, em eventos como a EXPOCRATO, EXPROAF e nas festas religiosas do Crato. O seu marido trabalha com ela vendendo as peças. Ele é aposentado e também continua trabalhando na agricultura.

Na sua unidade produtiva, ela cultiva: fava, arroz, feijão, andu, milho, amendoim, e frutíferas, cheiro verde, alface, couve manteiga. Além disso, ela cria animais: ovelhas, cabra, galinhas, patos, vacas e suínos. Dentro da sua unidade, ela e o marido plantam também capim-elefante que é vendido para servir de base de alimentos para bovinos.

Dona Lusa conta que participa das atividades do sindicato desde 2010, considera importante, “é um espaço de aprendizado permanente”. Ela, que estudou até o ensino fundamental, considera o sindicato como uma “*escola*”. Entre as atividades que mais gosta de participar estão as formações sobre gênero e ser mulher no campo.

A artesã também destaca a assistência médica e odontológica, as festas e confraternizações que o sindicato promove. É um momento de alegria, de encontros e de fortalecimento dos vínculos entre os associados.

Atualmente, ela mora em um terreno que pertence ao seu tio, do qual ela não é a proprietária direta da terra. Antes ela morava em um distrito mais distante, numa propriedade pertencente aos seus pais, recebida como herança. Assim, Dona Lusa nunca vivenciou a experiência de ser moradora, mas também não experimentou ser a proprietária oficial da terra. Dona Lusa também é beneficiária do projeto de cisterna e do sistema de irrigação e produção agroecológico PAIS, desenvolvido pela ACB.

Outra atividade que Dona Lusa gosta de fazer é cozinhar, sobretudo, os alimentos regionais do cariri, como o arroz de pequi, bolo de puba, bolo de milho e mugunzá. Ela também aprecia as festas de renovação e de São João.

No tocante à produção dos artesanatos de barro, a camponesa explicou que é uma atividade que ela realiza desde jovem, foi uma prática repassada de geração em geração. A sua avó ensinou para sua mãe e ela aprendeu observando. Toda produção das panelas e diversos produtos de barro é feita pela artesã. As etapas são as seguintes: separar os materiais para produção (argila, areia, casca de coco), com a utilização de uma faca, um vaso de cabaça e tábua para ajudar “alisar” e contornar o produto.

O próximo passo é misturar o material, areia e a argila, fazendo bolas de barro, amassando manualmente e colocando detalhes. Dona Lusa realiza o acabamento utilizando a faca, com o vaso de cabaça, com pedras e com os próprios dedos. Esses detalhes é o que torna a peça mais atraente.

Posteriormente, deixa o produto secar. Em seguida, Dona Lusa, cozinha os seus produtos de barro em um forno construído artesanalmente, localizado no quintal da sua casa. Neste forno ela disse que cabem aproximadamente vinte panelas.

Ela guarda os seus produtos em um galpão até o dia de vender no Mercado Público do Crato ou nas feiras agroecológicas, no caso, ela vende na feira da ACB e na feira da praça Bicentenário.

Na figura 40, é possível observar a Dona Lusa separando o material para depois amassar manualmente e construir a modelagem do produto. Tudo é realizado com muita minuciosidade para que saia bastante elaborado.

A figura 41 é um registro do forno artesanal da camponesa. Ela deixa as panelas por aproximadamente uma hora no forno, esse processo de queima da panela é chamado de “curar”. Em seguida, deixa as panelas esfriarem ao ar livre. Quando o produto esfria, ela lava e seca, e já estão prontas para o uso.

Figura 37 e 38 - Dona Lusa realizando o processo de produção das panelas de barro



Fonte: Araújo (2022)

Dona Lusa disse que as etapas são trabalhosas, mas que ela gosta bastante de fazer. É o momento em que a artesã volta toda sua atenção para esse processo artístico e pratica sua criatividade desenvolvendo modelos diferentes. Além disso, ela comentou que é bastante prazeroso o processo da modelagem dos produtos.

Outra satisfação de Dona Lusa é o retorno positivo dos seus clientes nas feiras e no mercado. Onde ela já tem um público cativo. “Gosto de ver a satisfação das pessoas em comprar os meus artesanatos. Aí, vão informando para outras pessoas e assim eu fico conhecida”, explica a camponesa.

A camponesa afirma que a comida feita na panela de barro é mais saborosa e o barro mantém a temperatura do alimento por mais tempo. O período de cozimento é mais lento, a camponesa disse que isso contribui para a comida ter mais sabor.

A panela de barro, além de possuir benefícios à saúde, proporciona mais sabor à comida, ela também é um produto carregado de tradição e costume das populações do campo e da floresta. Representa o modo de vida vinculado à ruralidade.

Figura 39 - Dona Lusa mostrando sua panela de barro pronta



Fonte: Araújo (2022).

Dona Lusa revela que essas práticas da família são herança dos povos indígenas que viviam na região. Na infância, sua avó dizia que começou fazendo esses produtos, foram os “*cabôcos brabos*”, assim como eram chamados os povos que viviam na floresta do Araripe, descendentes indígenas. Importante ressaltar que a família de Dona Lusa tem um parentesco com esses grupos. Chamá-los de “*cabôcos brabos*”, eram uma tentativa de se diferenciar, já que eles viviam em áreas de sítio e não na floresta mesmo.

A respeito da sua produção na agricultura, ela fez algumas formações no sindicato e na ACB de produção agroecológica. Dona Lusa, falou que antes usava agrotóxicos. “*comprava veneno no centro do Crato, tinha na minha mente que era melhor, para deixar as plantas mais fortes e produzir mais*”.

Foi a partir das experiências e formações nestas instituições que ela considerou realizar a transição agroecológica. O seu marido foi mais resistente. Disse que era mais trabalhoso, que as pessoas não valorizam tanto o produto sem veneno. Aos poucos, Dona Lusa foi o convencendo sobre a importância da agroecologia.

Da mesma maneira que era perceptível que os alimentos originados das sementes crioulas tinham uma qualidade melhor, o mesmo acontece com alimento que é produzido de maneira mais natural, segundo Dona Lusa.

Porém, uma das queixas relatada pela camponesa é que era preciso ter acompanhamento e formações frequentes. Ainda, o apoio do governo para que eles tivessem equipamentos que melhorassem um pouco mais o solo e também tivessem acesso a biofertilizantes. *“O povo acha bonito um produto agroecológico, mas não sabe o trabalho que dá pra fazê-lo assim. Porque é tudo feito na mão, a gente limpa tudo. Faz o composto orgânico”*, relata Dona Lusa.

Para a artesã e camponesa faltam mais incentivos para quem trabalha no campo, que muitas vezes fica à mercê da própria sorte. Ela aponta também que a ACB perdeu vários projetos, neste período da pandemia, o que impactou diretamente a vida das camponesas e dos camponeses.

Figura 40 - Dona Lusa na sua unidade produtiva



Fonte: Araújo (2022).

Na figura 40, vemos um registro de Dona Lusa na sua unidade produtiva, onde ela dedica bastante tempo do seu dia. Ela disse que costuma ir de manhã cedo e também no final da tarde. A camponesa também cuida dos animais e de suas hortaliças no quintal produtivo.

Ela reside próximo à Flona do Araripe, utiliza muitos elementos da floresta para suas práticas de saúde, por exemplo o leite e a folha da árvore da mangaba. Ela disse que ajuda no controle da pressão e também anti-inflamatório. Ela também faz o suco da fruta.

## 6.6 Cícera: Reinventando as receitas da vida

Figura 41- Cícera mostrando sua comida  
à base de produtos agroecológicos



Fonte: Araújo (2019).

*“Sou natural do Sítio Coruja, sou cratense mesmo. Sempre vive aqui. É um lugar muito calmo, todo mundo se conhece e a gente se sente seguro. Cresci na roça com os meus pais. Estudei no centro do Crato. A gente ia pé até a escola, era oito quilômetros pra chegar lá, todos os dias. Agora tá mais fácil, tem transporte público e tem escola no distrito. Gosto de ver os avanços na comunidade. Sempre participei das atividades sociais, do grupo de jovens, associação e do sindicato. Nesses*

*lugares, aprendi mais sobre os meus direitos, a correr atrás de projetos pra beneficiar a comunidade, pra investir na agricultura e na criação dos animais. Hoje, tô indo menos pra roça, tô me dedicando mais a venda de comida agroecológica nas feirinhas. Cozinhar sempre foi a minha paixão”. (informação verbal)*

Cícera Edna Pereira, tem 46 anos, é solteira, não tem filhos, tem três irmãos e mora com o pai e com a mãe no Sítio Corujas, localizado a oito quilômetros da sede do Crato. Sempre morou neste Sítio. A família é proprietária da terra, a propriedade está no nome do pai de Cícera. A terra é herança da família paterna. Ela finalizou o ensino quando jovem e, atualmente, ela pensa em fazer uma faculdade. No período da escola, Cícera e os irmãos tinham que ir a pé para a sede do Crato. O transporte escolar é algo recente na comunidade, tem mais ou menos doze anos, e é de responsabilidade da Prefeitura.

Praticamente todas as protagonistas desta pesquisa se envolveram muito cedo com a agricultura e com algum movimento social. Não foi diferente com Cícera. Ajudou desde a infância aos pais na roça e, na adolescência, começou a participar de um grupo de jovens vinculado à Pastoral da Juventude, no Sítio Coruja. Posteriormente, começou a participar da associação dos moradores e, em 2007, se filiou ao sindicato. Cícera, atualmente, também é integrante do Partido dos Trabalhadores (PT). Ela fala que “*o agricultor e a agricultora tem que tá em alguma organização social, para lutar pelos seus direitos, só assim as coisas vão pra frente*”.

Na sua infância e juventude, ela participou da quadrilha de festa junina que tem na comunidade. Ela recorda que era momento de muita dedicação e que apresentações a deixava emocionada. Festa junina é a sua época do ano predileta e tem a ver com memórias marcantes de quando era mais jovem.

Na infância, Cícera e os irmãos ajudavam aos pais também na atividade agroextrativista do buriti. Hoje, os irmãos de Cícera ainda continuam trabalhando na extração dessa fruta. Cícera, além de cuidar das suas hortaliças e da criação dos seus animais, também produz comidas típicas a partir dos alimentos agroecológicos, produzidos na sua unidade produtiva, onde o pai e o irmão trabalham.

As comidas são vendidas na Feira Agroecológica da Encosta do Seminário, realizada no dia de quarta-feira e na Feira Agroecológica da praça Bicentenário, que acontece todo sábado, ambas são organizadas pelo sindicato STTR- Crato, Fetraece e Ematerce. Além desses locais, ela vende também na comunidade.



Os produtos que ela vende nas feiras são: canjica, sequilhos, pêtas, biscoito de coco, biscoito de goiabada, bolo de batata, macaxeira, pé de moleque, bolo de milho, pão caseiro, munguzá, vatapá, baião de dois, galinha capoeira, doce de buriti e de cupuaçu. Uma grande diversidade de comidas que estão bastante vinculadas com o território e a cultura local.

Cícera se encontrou na profissão de cozinheira. Ela disse que se sente muito satisfeita com o trabalho, em aprender novas receitas e comidas saudáveis e saborosas. No centro do Crato, a camponesa tornou-se conhecida pela sua comida e tem um público fiel nas feiras agroecológicas. Muitas vezes, os consumidores fazem fila para comprar a comida de Cícera. A feira fica bastante movimentada, como podemos ver nas figuras 42 e 43, a seguir.

Figuras 42 e 43 - Cícera vendendo suas comidas na Feira Agroecológica da Encosta da Serra



Fonte: Araújo (2022)

No período da pandemia, ela e os demais camponeses ficaram vendendo de forma virtual, a partir de pedidos no grupo do *WhatsApp* da feira Bicentenário. Foi um período bem delicado em que ela ficou bastante preocupada em se contaminar com o vírus da *SARS-Covid-19*. Principalmente, por causa dos seus pais que são idosos.

Nos períodos agudos da pandemia, a rotina da família mudou totalmente, eles tiveram que ficar isolados em casa, fazendo as atividades só no sítio. O mais difícil foi disciplinar o seu pai que como ela disse “ *não tava acostumado a ficar preso dentro de casa*”. Financeiramente a situação ficou mais difícil, no tempo que a feira ficou sem funcionar, mas como ela lembra “ *a alimentação estava garantida, o que precisava a gente trocava com os vizinhos e assim a gente foi levando*”.

Porém, o retorno das feiras agroecológicas foi recebido por todos da família com muita ansiedade e alegria, principalmente, pelo pai de Cícera que vende caldo de cana-de-açúcar na feira agroecológica da praça Bicentenário.

As feiras são espaços de materialização da cultura camponesa. Nelas tem música ou alguma atividade artística e as camponesas trocam e compram entre si também; são também um ponto de fortalecimento da identidade camponesa para eles.

Uma das questões que Cícera ressalta em ser mulher camponesa é em relação ao machismo e aos preconceitos que existem e fazem parte do cotidiano dela e das mulheres da sua comunidade. Por exemplo, Cícera diz sofrer pressão por ser solteira. *“Tem vários comentários que mulher solteira é porque ninguém quis, que é sozinha na vida. Na verdade, é porque eu não quis casar mesmo e agora que tenho a minha autonomia financeira que não quero ninguém no meu pé”*. Cícera é um “ponto fora da curva” na família, a única filha que não casou e não teve filhos.

Ela comenta das dificuldades das vizinhas para participar das reuniões e atividades políticas, pois os maridos colocam empecilhos, querendo impedir delas participarem ou não aceitam ficar *“sozinhos em casa cuidando dos filhos”*, mesmo que a reunião seja em um curto período de tempo. Outro ponto que ela observa é que os homens não gostam ou nem têm costume de participar das formações que discutem sobre as questões sociais e os costumes, por exemplo.

*Aqui no Crato as mulheres ocupam mais esses espaços políticos, mesmo com as dificuldades que os homens botam. As mulheres são mais dedicadas, mais flexíveis pra participar de reuniões, os homens são mais cabeça dura. (Informação verbal).*

A questão de os homens não participarem dessas formações prejudica o próprio avanço das comunidades em construir relações sociais com mais equidade de gênero. É uma forma de resistência da parte deles, no sentido de não querer desconstruir vários costumes e rever o modo como eles foram socializados. Além disso, mudar o comportamento, assumir mais responsabilidades e dar mais espaço para atuar, é também um pouco dos privilégios que eles possuem, tendo consciência deles ou não.

Cícera participa destas feiras desde o início, ajudou a implementar e a materializar essa proposta de feiras. No seu ponto de vista, sua renda melhorou consideravelmente, assim como a comercialização dos produtos das camponesas e camponeses.

Desde o começo, ela relembra que as mulheres eram a maioria dos integrantes e as que mais acreditavam no projeto de feira agroecológica. Contudo, os homens tomam a frente da liderança, como a cozinheira coloca: “*eles gostam de levar o nome*”. Essa frase de Cícera me fez refletir que historicamente os nomes de instituições, ruas, avenidas, bairros, organizações, projetos sociais, majoritariamente, têm nomes masculinos.

Outro ponto importante na entrevista, foi a discussão sobre o estereótipo da mulher rural/ camponesa. Ela diz que em vários espaços em que circula as pessoas duvidam que ela é camponesa, por causa de sua aparência.

Ela faz questão de quebrar esse estereótipo, além de realizar todas as atividades que ela considera importantes para facilitar e conquistar os seus objetivos. Desse modo, Cícera pilota moto, vai sozinha para as reuniões no sindicato, no Centro do Crato. Podem parecer atividades simples, mas para ela é fruto de uma conquista da autonomia que ela vem construindo ao longo do tempo.

Figura 44: Cícera na sua cozinha



Fonte: Araújo (2022).

Uma das questões que Cícera tem se orgulhado é que ela tem conseguido aumentar a sua produtividade de produtos alimentícios. Recentemente ela comprou um forno industrial e um freezer maior, o que contribuiu para aumentar a sua produção de alimentos. Cícera se

denomina “*agricultora-cozinheira*”, o que ela não consegue retirar da unidade familiar, ela compra dos vizinhos. Ela conta que:

*“É uma vantagem trabalhar com a agroecologia, sei que os alimentos são saudáveis, não fazem mal, a gente sabe o que tá consumido. Fora de casa, eu não como um alface, se eu não souber de onde vem, não como”* (Informação verbal).

Saber a procedência do alimento, o modo como ele foi produzido e como foi a relação com a natureza (solo, água, os seres vivos do ecossistema), torna esse alimento mais confiável, no ponto de vista da camponesa e também dos frequentadores das feiras agroecológicas do município do Crato.

Visitar as unidades agroecossistêmicas das camponesas, acompanhar um pouco do seu dia-dia, observar o que não foi dito, as relações sociais, me trouxe uma compreensão maior para entender o sentido da agroecologia na vida dessas mulheres. Como elas vêm se transformando e atuando em seus territórios.

Devido às limitações do tempo da pesquisa, me aprofundi e decidi apresentar a história de vida destas seis mulheres camponesas. Apesar de ter tido contato com várias outras mulheres nas feiras agroecológicas, no sindicato e na Associação Cristã de Base.

Mulheres que vêm transformando os seus territórios rurais e proporcionando alimentos e comidas saudáveis, livres de agrotóxicos e com preço justo à população da sede do Crato e em suas comunidades. Porém, acredito que as protagonistas desta pesquisa representam bem o que é ser mulher camponesa, que produz agroecologia, no Crato, na região do Cariri cearense.

## 6.7 A busca pela autonomia das mulheres e a agroecologia

Figura 45 - Mulheres camponesas na feira agroecológica do Crato - CE



Fonte: Araújo (2022).

*foi uma mulher negra e escritora  
de pele e alma como a minha  
que me ensinou  
sobre os vulcões e as rédeas e os freios  
sobre os tumultos dentro do peito  
e sobre a importância de ser protagonista  
nunca segundo plano  
se você encostar a mão entre os seios  
vai sentir os rastros de nossas ancestrais  
somos continuidade  
das que vieram antes de nós  
(Ryane Leão)*

Historicamente as mulheres possuem um papel importante na agricultura. Foram responsáveis pelo próprio desenvolvimento da mesma, com as suas funções de observadoras e coletoras, manipulando sementes no processo de semeadura.

Hoje, diante do contínuo processo de acumulação de capital, as mulheres são a principal força social que se propõe a interferir no processo da comercialização da natureza. De acordo com Frederic (2019), “as mulheres são as que, através das suas lutas e resistência, mais tem que contribuir para valorizar o trabalho de seus filhos e da sua comunidade, desafiando as hierarquias sexuais sobre as quais foi desenvolvido o capitalismo”.

De acordo com Frederic (2019), a globalização dos cuidados, pautados pelas camponesas em diversos lugares do mundo, se opõe à apropriação da riqueza mundial por parte das corporações. Valoriza-se a função social da terra, agricultura como chave para reprodução social e ecológica em grande escala.

Assim como os regimes alimentares hegemônicos buscam fortalecer o agronegócio, dentro desse contexto, a agricultura camponesa é invisibilizada. Há uma marginalização dos camponeses que possuem um papel relevante e primordial de alimentar a classe trabalhadora pelo mundo. Dentro desse processo interno, o papel das mulheres na agricultura familiar e camponesa é também invisibilizado, apesar de ter bastante relevância e ser um pilar importante na engrenagem da produção de alimentos a nível global.

Do mesmo modo, como existe um conflito de classes, de disputa por território e por modelo de produção de alimentos, existem também desigualdades de gêneros, no qual o papel das mulheres se torna mais repletos de elementos de opressão e exploração na relação assimétrica entre camponeses/agricultores e os latifundiários, mas também dentro da própria classe trabalhadora.

O corpo da mulher no agronegócio é atingido pela exploração do trabalho duplamente, quando está trabalhando para as agroindústrias e também em seus lares, quando, por exemplo, elas acessam novamente o contato com os agrotóxicos lavando as roupas de seus maridos. A mesma lógica explora as mulheres, as terras, a natureza, e os alimentos são produzidos com vários custos ambientais, fortalecimento da divisão sexual do trabalho e da reprodução social. Quando estamos discutindo sobre as mulheres é inevitável falarmos sobre reprodução social.

As experiências das agricultoras, que ousam fazer diferente em suas realidades tão diversas, vêm de um impulso subversivo de experimentar outras possibilidades de existência, de desapego da ideia que a sociedade tem sobre o que é ser “mulher”, de curiosidade e flexibilidade de se permitir apostar em outras estratégias que possam se movimentar para além das trajetórias que construíram até ali.

A criatividade dessas agricultoras me faz lembrar o conceito “*imaginação sociológica*”, criado pelo sociólogo Mills (1982) que a define como a habilidade de conectar à História (processo históricos e espaciais e a conjuntura) e às biografias e as relações entre elas na sociedade. Assim, o sociólogo nos convida a pensar de forma mais ampla, conectar o particular com o universal, as experiências com as teorias e imaginar outra condição de modo de vida, diferente deste que vivemos até agora. Além disso, problematizar a realidade, incitando perguntas que iluminem nossa caminhada.

Cardoso, Jalil e Moreira (2021) faz um chamado para que na Agroecologia ações políticas de sujeitos que foram historicamente invisibilizados e oprimidos. “Nesse percurso é importante apontar os sentidos que esses sujeitos conferem a estas práticas [agroecológicas], à sua relação com a cultura, a terra, com os alimentos, as relações de reciprocidade e solidariedade” (CARDOSO, JALIL E MOREIRA, 2021, p. 02).

As autoras são categóricas ao apontar que é necessário dar os créditos de quem produziu e sistematizou a agroecologia na prática. Valorizar os saberes populares e, sobretudo, as mulheres nesse processo. Nesse ponto, as autoras tecem críticas ao modo de fazer agroecologia na Academia:

Observa-se que a Agroecologia enquanto ciência ainda segue influenciada por uma lógica cientificista e cartesiana, que molda o fazer acadêmico hegemônico com uma ideia de neutralidade epistêmica, teórica e metodológica, que marca fortemente os estudos e pesquisas (CARDOSO, JALIL E MOREIRA, 2021, p. 03).

É preciso sempre afinar e equalizar a agroecologia que é praticada nos territórios, a diversidade das culturas que são produzidas e dos sujeitos que são protagonistas desse processo com a agroecologia da Ciência. É necessário, de acordo com Cardoso, Jalil e Moreira (2021), refletir o lugar das mulheres como sujeitos nesse processo transgressor que é a práxis agroecológica.

Todo conhecimento, seja acadêmico ou empírico, seja das práticas cotidianas ou científico/tecnicistas, é vivenciado nos corpos e sentidos das mulheres, e todos eles são indispensáveis para a reprodução da vida. Esse exercício feminista de enxergar as mulheres como iguais, porém distintas, possibilita a construção coletiva do conhecimento como um processo social e político transgressor, antipatriarcal, feminista, anticapitalista e antirracista (CARDOSO, JALIL E MOREIRA, 2021, p. 03).

Algumas reflexões que as autoras colocam são: onde estão as mulheres na Agroecologia? Qual o papel das mulheres pesquisadoras na construção da Agroecologia? Como as mulheres camponesas, indígenas e quilombolas são tratadas nos estudos e sistematizações sobre Agroecologia? Não podemos nos esquecer que o conhecimento é uma construção social e coletiva.

Nesse sentido, visto que a agroecologia é um campo interdisciplinar, considero que seja importante construirmos uma Sociologia, Geografia, Economia feministas, assim como em outras áreas. Para que possamos dar conta da realidade e suas diversidades e complexidades que não cabem em caixinhas de ciências androcêntricas e cartesianas.

Comungando com a problematização de uma necessidade urgente de construirmos uma agroecologia que se alie com a questão de gênero, é preciso incluir também a questão racial. Assim, como nos feminismos, para que eles tenham uma práxis popular e comprometida com mudanças estruturais que vêm se construindo a partir de raça-gênero e classe, a agroecologia precisa também ser analisada e descrita cientificamente a partir de um olhar de mulheres racializadas.

Motta (2021) pontua que a ruralidade no Brasil e na América Latina é constituída majoritariamente por uma população descendente da cultura afroindígena. E ter na sua ancestralidade a matriz afroindígena reverbera no cotidiano e no modo de vida do campesinato.

Motta (2021) alerta que a produção teórica agroecológica até aqui tem avançado no debate sobre a questão de gênero, mas ainda tem muito a avançar no debate étnico-racial. A

epistemologia da agroecologia precisa se desvincular do pensamento eurocêntrico, e olhar atentamente para a cor da pele e para as identidades sociais de quem produz agroecologia.

A construção de uma agroecologia antirracista é urgente. Tanto porque a maioria dos camponeses são negros (pardos e retintos), porque produzem a agroecologia a partir de uma íntima conexão com os saberes ancestrais, que os aprenderam e os repassam para as gerações mais novas, e também porque constroem ambientes agrários e alimentares socialmente justos. Todas essas características passam pelas questões de gênero e raça e se põem no centro dos debates, da produção de saberes e no foco das diretrizes para as políticas públicas.

Assim, Motta (2021) propõe uma agroecologia científica que conecte com as relações corpo-território, ancestralidade, quilombos. “A agroecologia, enquanto processo de transformação social, precisa pautar estratégias que visem desnaturalizar o racismo ao mesmo tempo que mobiliza atitudes antirracistas” (MOTTA, 2021, p. 09).

Vivian Motta (2020), em um debate virtual (uma *live*)<sup>36</sup>, afirmam que a agroecologia é uma ciência promotora da vida, e isso inclui ser antirracista, feminista e antilgbtfóbicas, pois são esses grupos sociais que sofrem cotidianamente violências e de um projeto político em curso de ataque as suas liberdades e suas vidas.

As agricultoras, a partir de seus conhecimentos de vida fincados nos seus territórios, reformularam de que forma crítica e reflexiva sobre quem elas eram e que elementos sociais compõem as biografias delas. E, principalmente, para onde elas querem caminhar. Para isso, elas aderem a novas estratégias de trabalho, ao mesmo tempo, que fortalecem os saberes populares de relação com a natureza.

Essas mulheres estão em coexistência com modos de vida, que se colocam em permanente conflito com os alicerces do padrão da civilização capitalista. E se negam a aceitá-lo, seja porque é um modelo de sociedade que as exclui; seja, principalmente, porque é um arquétipo de sociedade com outro paradigma de sociabilidade e de relações sociais, culturais, políticas, econômicas e ambientais. (ESMERALDO, 2019, p. 40).

Conecto com Krenak (2019), que nos convoca a refletir sobre as sérias problemáticas que esse modo de vida moderno possui e que se caminha para o abismo, barbárie social e colapso ambiental. As ideias para adiar o fim do mundo perpassam por compreendermos que

---

<sup>36</sup> Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=UjNgX5XOPtk>, acessado em 20 de novembro de 2021.



fazemos parte da natureza. Isso implica respeito por tudo que está vivo e se conecta a nós de alguma forma.

Quando despersonalizamos o rio, a montanha, quando tiramos deles os seus sentidos, considerando que isso é atributo exclusivo dos humanos, nós liberamos esses lugares para que se tornem resíduos da atividade industrial e extrativista. Do nosso divórcio das integrações e interações com a nossa mãe, a Terra, resulta que ela está nos deixando órfãos, não só aos que em diferente graduação são chamados de índios, indígenas ou povos indígenas, mas a todos. (KRENAK, 2019, p. 24).

A agroecologia seria um dos elementos-chave hoje em dia para pensarmos sobre a questão ecológica tão emergente. É um dos seus eixos é justamente mudarmos nossa racionalidade dicotômica entre natureza e sociedade, entre cultura e natureza. Harvey (2006) interpela que precisamos refletir sobre a nossa responsabilidade perante a natureza e a natureza humana. Somos a única espécie capaz de alterar negativamente a teia da vida planetária.

Temos de entender as relações entre escalas, pois as nossas responsabilidades perante a natureza e perante nossa espécie abrange ações como a micropreservação de diversidades de habitats – de locais, regionais e globais (HARVEY, 2006, p. 280). Assim, o autor ilustra a importância de se colocar no lugar do outro e respeito às diferenças.

Posso tentar ‘pensar como’ uma montanha, um rio, uma coruja pintada[...] e, assim, agir, regular meu pensamento e meu ser no mundo de uma maneira que difere de quem prefere pensar como Rupert Murdoch ou os aborígenes australianos. Fazemos essas opções em parte porque é assim que podemos explorar nossas capacidades e potencialidades e nos tornar alguma coisa que difere daquilo que já somos. O respeito aos outros e o amor pelos outros são vitais para que haja o respeito por si mesmo e o amor a si mesmo, temos sem dúvida de nos aproximar de todos os outros. [...]. Cuidar do ambiente é cuidar de nós mesmos (HARVEY, 2006, p. 294).

Essas mulheres, as protagonistas da pesquisa, são sujeitos de uma construção sócio-histórica fincada em seus territórios. Sujeitas que compõem a miríade individual, social e política. São mulheres complexas, que transformam os espaços políticos (instituições, sindicatos, associações), a economia (microeconomia dos seus territórios com a produção agroecológica), a cultura alimentar, as relações de trabalho e são transformadas por esses processos. Acredito que a partir de uma história particular podemos discutir a totalidade social.

Esmeraldo (2019) explica que as mulheres camponesas desenvolvem vínculos e relações entre produção e reprodução, e se constituem numa conexão de parceria com a

natureza, e consideram a água, a terra como bens comuns, que não podem ser destruídos. Essas camponesas organizadas:

Denunciam os limites da exploração dos recursos ambientais e em consequência, o próprio limite de expansão do capitalismo; produzem, na experimentação e experiência cotidiana, conhecimentos e tecnologias acessíveis e apropriadas ao meio ambiente” (ESMERALDO, 2019, p. 53).

Barbosa (2021) afirma que as mulheres representam a energia vital para a defesa e reprodução do território campesino. Barbosa (2021) coloca que:

recorrer la memoria histórica de la resistencia es una expresión sentipensante de la lucha de las mujeres de nuestra región: sentipensar el hambre, el sufrimiento, los dolores físicos y psíquicos, en el cuerpo y en el alma resultantes de un paradigma civilizatorio de carácter fragmentario. (BARBOSA, 2021, p.14).

Ao carregar conhecimentos dos seus antepassados, as mulheres entendem que precisam desenvolver estratégias para enfrentar a fome, o desamparo do Estado, elas se fortalecem nas relações comunitárias e nas trocas existentes.

As mulheres compreendem o território como espaço de reprodução da vida, elas desenvolvem relações de bases comunitárias. No cotidiano, desenvolvem suas práticas campesinas e fortalecem a luta política em defesa da biodiversidade e dos bens comuns.

Muchas mujeres emergen como energía vital de la memoria ancestral de aquellas que continúan la lucha. [...]Como sujetas histórico-políticas, son la fuerza vital en los espacios comunitarios y en la consolidación de los procesos de defensa de los territorios y los bienes comunes. (BARBOSA, 2021, p.18).

Neste sentido, considerei importante apresentar as histórias destas mulheres que estão construindo a agroecologia no município do Crato. Visto que as mulheres foram bastante invisibilizadas ao longo da história.

Ao evidenciar a importância do papel das camponesas cratenses para o desenvolvimento da agroecologia, estamos fomentando a relação intrínseca entre gênero-agroecologia. Além disso, contribuímos para a construção de políticas públicas, bem como, esta pesquisa serve como material para salvaguardar as trajetórias, as histórias de vida, que são importantes para o avanço do fortalecimento dos camponeses no município do Crato, no estado do Ceará.

## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O alimento é uma síntese da organização social vinculada a um determinado tempo - espaço, resultante da força de trabalho e da relação sociedade - natureza. Em uma fruta ou verdura, por exemplo, estão contidas as relações sociais onde elas foram produzidas. Assim, o alimento é um fragmento do território de origem.

Atualmente, estamos diante de duas formas de produção de alimentos: o Agronegócio e a Agricultura Camponesa. Compreendo que é necessário fazermos a diferenciação destes dois tipos de agricultura, os seus projetos de desenvolvimento, os interesses de classes e suas capacidades de incluir, ou não, as dimensões ecológicas em suas formas de produção.

Impulsionada por essas reflexões, iniciei o doutorado com uma pesquisa mais abrangente, sobre soberania alimentar e os movimentos sociais. No decorrer da própria pesquisa, com o amadurecimento intelectual, com a inserção nos movimentos sociais e realizando mais a prática de escuta do território, a pesquisa foi se transformando.

A partir do que foi observado na realidade social concreta, a análise das mulheres rurais vinculada aos processos de territorialidades e à práxis da agroecologia, criou forças e se tornou a problemática primordial, colocando-se como eixo central da investigação.

O referencial teórico utilizado foi de grande valia, estava em consonância com a realidade social e o com o território pesquisado. Considero bastante relevante pensar o Cariri cearense a partir de um diálogo sobre a gênese e a estruturação territorial do Brasil, que o coloca na condição de país capitalista-dependente-neocolonial.

O Cariri cearense convive, de forma dialética e contraditória, com a fartura, a fome, a abundância e a normalização das desigualdades sociais. É nesse contexto que as agricultoras vêm desenvolvendo experiências agroecológicas relevantes.

A partir de uma análise, tendo o método do materialismo histórico como referência, as categorias utilizadas (Fome, Alimentação, Agroecologia, Soberania alimentar, Mulheres Camponesas e Território) se tornaram peças que nos ajudam a compreender melhor a questão dos sistemas agroalimentares de um modo menos fragmentado, e apontando para uma perspectiva de totalidade.

Além disso, acredito que o elo que envolveu as categorias utilizadas na pesquisa foi uma análise crítica à colonialidade, compreendendo-a como um processo que contribui para o

*modus operandi* do capitalismo e a sua lógica pautada na exploração e nas relações de opressões.

Busquei interpretar as categorias-chave da pesquisa, partir de uma leitura não só interdisciplinar, mas também tecendo diálogo com os saberes populares e um afastamento do pensamento hegemônico, que não consegue dar conta das contradições, da diversidade e da dinâmica que ocorre nos territórios e nas lutas de classes.

Realizei, ainda, um diálogo entre feminismos populares e agroecologia, pautando a emergência das mulheres como sujeitos políticos no campo agroecológico. Realizando, também, um elo com o que é experienciado pelas protagonistas da pesquisa, as mulheres camponesas do município do Crato, situado na região do Cariri cearense.

Estas mulheres não estão como sujeitos passivos, elas vêm buscando contrapor e subverter a estrutura de opressão-exploração que faz parte do seu cotidiano. Apesar das limitações existentes, as mulheres camponesas do município do Crato, questionam a designação que são postas a elas como sujeitos subalternizados.

O modo como elas encontram para fazer essa ruptura e buscar um caminho que as leve à autonomia, é a partir da alimentação, da agroecologia e do engajamento em alguma organização social. Elas percebem que é muito mais difícil fazer as mudanças sozinhas, sobretudo, em questões que possuem uma estrutura social. É na coletividade que as possibilidades de mudanças se ampliam.

Assim, as práticas agroecológicas das mulheres camponesas do Crato-CE são exemplos de produção mais diversificada, de alimentos com qualidade, fortalecendo a equidade nas relações de gênero e tendo como horizonte a soberania alimentar. Elas vêm garantindo a materialização da agroecologia, transformando os seus territórios e sendo transformadas pela agroecologia e pela luta coletiva.

No trabalho de campo, ficou perceptível que o engajamento dessas mulheres estava relacionado, na maioria das vezes, ao vínculo que a geração passada possuía com experiências nas organizações sociais. Ou seja, os primeiros passos do engajamento social já tinham sido dados, elas estão dando continuidade nessa caminhada e trazendo novos elementos.

Além disso, ficou perceptível que o debate sobre agroecologia nos movimentos sociais e na academia reverbera nas feiras agroecológicas e nas camponesas, gerando uma relação mútua.

Busquei construir uma teia com as narrativas de vida dessas mulheres. Apontando que elas vêm ocupando os espaços sociais e políticos. Nesse processo, elas vêm se reelaborando enquanto sujeitos sociais e protagonistas de suas histórias. Pontos outrora esquecidos ou nunca aprofundados começam a desvelar também na sua subjetividade: autonomia, sexualidade, necessidade de casamento e ter filhos ou não, solidão/solitude, intercâmbios e se reconhecerem como figuras que representam outras mulheres.

Na atual conjuntura, de crises políticas, ambientais e sociais intimamente ligadas à agricultura convencional e hegemônica, as mulheres camponesas organizam associações, sindicatos, feiras, reuniões, fazem intercâmbios, fazem *lives*/falas, organizam marchas, manifestações, greves. Elas defendem os seus direitos e reelaboram constantemente a importância de um alimento saudável, uma comida de verdade, livre de venenos e opressões.

A agroecologia é o eixo principal para enfrentar as crises alimentares em diversas escalas. Desse modo, como coloca a Via campesina, *“torna-se cada vez mais necessário globalizar a luta, a esperança e o conhecimento camponês”*.

A agroecologia se torna um projeto que visa superar e tornar obsoleta a agricultura convencional e hegemônica estruturada na lógica capitalista-colonial. Agroecologia constrói um projeto sociopolítico que dialoga com os conhecimentos ancestrais e com as perspectivas do presente: ciência, relação sociedade-natureza, relação de gênero e soberania alimentar.

Nesta perspectiva, enveredamo-nos pelas histórias de vida de seis mulheres camponesas do município do Crato, na região do Cariri cearense. Em seus cotidianos, elas traçam novos horizontes e apontam para a construção de um mundo socialmente justo.

Compreendo que uma pesquisa, por mais que seja escrita individualmente, é um processo coletivo e inacabado. Assim, as reflexões não param por aqui, muitos caminhos têm que ser trilhados para compreendermos mais o papel político que elas vêm desempenhando a partir da práxis agroecológica.

Por fim, deixo as reflexões aprendidas no campo. Em seus territórios, nos seus microespaços políticos, conectando-os, ao mesmo tempo, aos macroespaços, as camponesas vêm construindo um projeto de sociedade, que tem elementos antipatriarcais, anticoloniais e com valores de solidariedade, igualdade de gênero e uma relação mais orgânica de sociedade-natureza.

## REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. **A Invenção do nordeste e outras artes**. São Paulo: Cortez, 2011.

ALENCAR, F. A. G. **Segredos Íntimos: a Gestão nos assentamentos de Reforma Agrária**. Editora UFC: Fortaleza, 2000.

ALVES, Rubem. **Para quem gosta de ensinar**. Campinas: Editora Papirus, 2016.

ALMEIDA, S. **Racismo estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019. 264.

ALONSO, Ângela. **Ideias em movimento: A Geração de 1870 na crise do Brasil Império**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

ANDRADE, R. **Fotografia e Antropologia: olhares de fora –dentro**. São Paulo: Edição Liberdade – EDUC, 2002.

ANZALDÚA, Glória. "Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do Terceiro Mundo" (trad. Édna de Marco). *Revista Estudos Feministas*, v. 8, n. 1, p. 229-236, 2000.

ARAÚJO, Bruna D. X. de. **Raízes da Cura: Os saberes e as experiências dos usos de plantas medicinais pelas mezinheiras do Cariri cearense**. Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente, PRODEMA, Universidade Federal do Ceará – UFC, 2016.

ARRUZA, Cinzia. **Considerações sobre gênero: reabrindo o debate sobre patriarcado e/ou capitalismo**. *Revista Outubro*, n. 23, 1º semestre de 2015.

ARRUZA, Cinzia. **Feminismo e marxismo. Casamentos e divórcios**. Editora Usina, 2019.

ARRUZA, Cinzia; BHATTACHARYA, Titchi; FRASER, Nancyr. **Feminismo para os 99%: Um Manifesto**. São Paulo: Boitempo, 2019.

ÁVILA, M. B. M. . **Feminismo e Sujeito Político**. Proposta, Rio de Janeiro - RJ, p. 6 - 11, 01 mar. 2000.

BARBOSA, Lia.P. **De las mujeres como energía vital y las reverberaciones de la lucha en defensa de los territorios y los comunes en América Latina**. In Cisneros, A. C., Bustamante, M.O.,& Nucamendi, M.N. (Orgs.). *Territorios para la vida. Mujeres en defensa de sus bienes naturales y por la sostenibilidad de la vida* (pp. 23-58). Tuxtla Gutiérrez, Chiapas: Universidad de Ciencias y Artes de Chiapas. 2021.

BARBOSA, Lia P. ROSSET, Peter M. **Territorialização da Agroecologia na Via Campesina**. In: *Revista ECO ECO -Agroecologia*, 2019. p. 46

BARRAGÁN et al (2016) **Pensar a partir do feminismo**. In: (Orgs) LANG, Miria. Pereira Neto, J. **Descolonizar o imaginário: debates sobre pós-extratativismo e alternativas ao desenvolvimento**. Editora Elefante, 2016.

BARTRA, A. Os camponeses em questão. In: **Os novos camponeses**. São Paulo: Cultura Acadêmica; Cátedra Unesco de Educação do Campo e Desenvolvimento Rural, 2011. Pp. 65-114.

BEN'SAID, Daniel. **Marx, manual de instruções** Editora Boitempo, São Paulo 2014.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**. 2. ed. Volume 1- fatos e mitos. Nova Fronteira. Rio de Janeiro, 1980. BONI, Valdete. Movimento de Mulheres Camponesas: um movimento camponês feminista. Revista grifos, v.67, n. 34/35, 2013.

BHATTACHARYA, Tithi. **O que é a teoria da reprodução social**. Revista Outubro, v. 32, p. 99-113, 2019.

BRAND, Ulrich. MARKUS Wissen. **Modo de vida imperial: sobre a exploração de seres humanos e da natureza no capitalismo global**. tradução de Marcela Couto — São Paulo: Elefante, 2021.

BRITO, Anderson C. R. **Águas para que(m): grandes obras hídricas e conflitos territoriais no Ceará**. Curitiba: Editora CRV, 2016.

BONFIM, J. B. B. **A fome no Brasil: o que se diz, o que se fez, o que fazer**. 2009 Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/147/09.pdf?sequence=3>. Acesso em: 10 mai. 2022.

CALDART, Roseli (Org): **Dicionário Da Educação Do Campo**. Rio de Janeiro: Expressão Popular, 2012.

CARDOSO, Elisabeth. M., JAIL, Laeticia. M., MOREIRA, Sara.L. S. As mulheres na construção do conhecimento agroecológico. **Cadernos de Agroecologia**, v. 16, nº01, 2021.

CARVALHO, José M. de. **“Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi”**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

CARVALHO, Horácio. M. **O Campesinato no século XXI: possibilidade e condicionantes do desenvolvimento do campesinato no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2005.

CARVALHO, Alba. M. P, GUERRA, Eliana C. **Brasil contemporâneo: a equação Estado/Sociedade em distintos momentos históricos da vida brasileira (1980-2015)**. Fortaleza, 2014.

CARVALHO, Caroline S. Diálogo entre o marxismo e a decolonialidade na América Latina: Em busca de uma práxis revolucionária. In: **Anais do XVIII Congresso Internacional FoMerco. 30 anos do Mercosul: desafios e trajetórias**. Disponível em: [https://www.congresso2021.fomerco.com.br/resources/anais/14/fomerco2021/1631184470\\_A\\_RQUIVO\\_f6604250b4f2fbd5e80e32799c4aeec.pdf](https://www.congresso2021.fomerco.com.br/resources/anais/14/fomerco2021/1631184470_A_RQUIVO_f6604250b4f2fbd5e80e32799c4aeec.pdf). Acesso em: 16 jun. 2022.

CARNEIRO, Henrique. **Comida e Sociedade: uma história da alimentação**. Editora Elsevier, Rio de Janeiro, 2003.

CASTRO, Anna M. (Orgs.) **Fome um tema proibido**. Editora Civilização Brasileira, São Paulo, 2003.

CASTRO, Josué. **Geopolítica da Fome**. Editora Brasiliense, São Paulo, 1965.

CASTRO, Josué. **Sete palmos de terra e um caixão: ensaio sobre o Nordeste, área explosiva**. Editora Brasiliense, São Paulo, 1965.

CASTRO, Josué. **A geografia da Fome**. Editora Civilização Brasileira: São Paulo, 2008.

CAVENDON, Neusa R. Fotoetnografia: A união da fotografia com a Etnografia do descortinamento dos não ditos organizacionais. **Revista O&S**, v. 12, nº 35, 2005.

CENSO AGROPECUÁRIO 2017 – **Brasil: uma análise de gênero**. 2017.

CHAGAS, E. F. O método dialético de Marx: Investigação e Exposição crítica do objeto. **Síntese: Revista de Filosofia**. Belo Horizonte, v. 38, p. 55-70, 2011.

CHAUÍ, Marilena de Souza. **O mito do fundador**. São Paulo: Editora Fundação Perseu, 2000.

CHEHAB, Isabelle M. C. V. CARVALHO, Giovana N. Feminismo camponês e popular: a voz que vem do campo. **Revista Ártemis**, João Pessoa, v 29, n. 01, pp. 157-171, 2020.

CONNELL, Raewyn. PEARSE, Rebecca. **Gênero: uma perspectiva global**. São Paulo: Nversos, 2015.

COSTA, M. B. B. **Agroecologia no Brasil: História, princípios e práticas**. São Paulo: Expressão popular, 2017.

COUTINHO, Carlos Nelson O Estado Brasileiro: Gênese, Crise e Alternativas. In: LIMA, Júlio C.; NEVES, Lúcia M. W. **Fundamentos da educação escolar no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Fiocruz/EPSJV, 2006.

CRUZ, V. C. **Geografia e pensamento descolonial: notas sobre um diálogo necessário para a renovação do pensamento crítico**. In: Cruz, V. C. e Oliveira, D. A. (org.) **Geografia e giro descolonial: experiências, ideias e horizontes de renovação do pensamento crítico**. Rio de Janeiro: Letra Capital. 2017.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. Tradução de Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016.

DAVIS, Angela. **Uma autobiografia**. São Paulo: Boitempo, 2019.

DIAS, M. SOARES, S. e GONÇALVES, L. **A perspectiva dos funcionamentos: entroncamentos entre ecofeminismo e decolonialidade**. In: ROSENDO, Daniela R. KUHNEN, Tânia. **Ecofeminismos: fundamentos teóricos e práxis interseccionais**. Rio de Janeiro: Ape'Ku, 2019.

DIEESE. **Caderno de negociação**. Número 4- Fevereiro/ março. São Paulo, 2021.



DUTRA; W. & DUTRA, C. P. A reprodução do capital no campo e o território da resistência do campesinato: o movimento dos pequenos agricultores (MPA) na Bahia. In: **CAMPO-TERRITÓRIO: revista de Geografia Agrária**, v.3, n. 5, p. 195-213, fev. 2008.

ESMERALDO, Gema S. L. **Mulher rural no Brasil: Estratégias para o reconhecimento de ofícios e ação política**. Revista Latino America. Pacarina nº2. 2011

ESMERALDO, Gema S. L. **As lutas das mulheres camponesas na construção da civilização capitalista**. In: SIMÕES, Luzinete. SUSANA, Miella. Entre lugares e mobilidades. Editora Copiart, 2014.

ESMERALDO, Gema S. L. Diálogos de uma feminista com a obra de Rosa Luxemburgo: contribuições às lutas sociais de mulheres rurais. **Historiæ**, Rio Grande, v. 10, nº0, pp 39-57, 2019.

ESTEVE, Esther V. **O negócio da comida: quem controla nossa alimentação?** São Paulo: editora Expressão Popular, 2017.

FAO. **Consulta de Expertos de la FAO sobre La Inocuidad de los Alimentos: Ciência y Ética**. Roma: FAO, 2002. 37 p.

FAO. **Declaração de Roma sobre a Segurança Alimentar Mundial e Plano de Ação da Cimeira Mundial da Alimentação**. Cimeira Mundial da Alimentação, 13 a 17 de novembro. Roma, 1996.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais. **Revista NERA**. 2005. Presidente Prudente, ano 8, número 6, p. 14-34.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Territórios y soberanía alimentaria. In: **Revista Alasru**. Revista latinoamericana de estudo rurales. 2017, vol 2, nº03.

FERNANDES, B. M. PORTO-GONÇALVES, C. W. (Orgs) **Josué de Castro: Vida e Obra**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2007.

FEDERICI, Silvia. **O ponto Zero: Trabalho doméstico, reprodução e luta feminista**. Tradução: Coletivo Sycorax. Editora Elefante: São Paulo, 2019.]

GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina**. Editora L&PM: São Paulo, 2010.

GASPARETO, Sirlei A. **A construção de Saberes no Movimento de Mulheres Camponesas**; Uma análise a partir do programa de sementes crioulas no oeste de Santa Catarina - Brasil. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional – Doutorado Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC), Santa Cruz do Sul - RS, 2017.

GRUPPI, Luciano. **Tudo começou com Maquiavel: As concepções de Estado em Marx, Engels, Lênin e Gramsci**. Porto Alegre: L&PM, 1987.

GOLDENBERG, Mirian. **A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais**. 8ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.

GONZALEZ, Lélia. 2020. **Por um Feminismo Afro-Latino-Americano: Ensaio, Intervenções e Diálogos.** Rio Janeiro: Zahar. 375 pp.

GUZMAN, E. S.; MOLINA, M. G. **Sobre a evolução do conceito de Camponês.** Brasília: Expressão Popular, 2005.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multi-territorialidade.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HAESBAERT, R. **Viver no limite: território e multi/transterritorialidade em tempos de insegurança e contenção.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

HAESBAERT, R. **Território e descolonialidade: sobre o giro multiterritorial/ descolonial na América Latina.** Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO; Niterói: Programa de Pós-Graduação em Geografia ; Universidade Federal Fluminense, 2021.

HARVEY, David. **Espaços de Esperanças.** São Paulo. Editora Loyola, 2006.

HARVEY, David. **O novo imperialismo.** São Paulo: Editora Loyola, 2014

HARVEY, David. **A loucura da razão econômica.** São Paulo: Boitempo, 2018

HOOKS, Bell. **Ensinando o pensamento crítico: sabedoria na prática.** Tradução Bhuvi Libanio. São Paulo: Elefante, 2020.

JALIL, Laeticia M. **Mulheres e Soberania Alimentar: A luta para transformar o meio rural.** Programa de Pós - Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade. Dissertação de Mestrado - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2009.

JESUS, Carolina M. **O quarto de despejo: Diário de uma favelada.** 10 ed. Editora Ática: São Paulo, 2014.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano.** Rio de Janeiro: Cobogá, 2019.

KOROL, Cláudia **Somos tierras, semillas, rebeldía: mujeres, tierra y territorio en America Latina.** Edição: GRAIN e Fundación Intermon-Oxfam, 2016.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo.** São Paulo: Editora: Companhia das Letras, 2019.

LIMA, Flávia, CESTARO, L.A, ARAÚJO, P. C. de. Sistemas geoambientais do município do Crato-CE. **Mercator**, Fortaleza, v.09. nº 19, 2010.

LUGONES, María. **Colonialidad y género.** Tabula Rasa. Bogotá/Colombia, n. 9: 73-101. 2008.

LUGONES, María. **Rumo a um feminismo decolonial.** Revista Estudos Feministas, Florianópolis, 223-320. 2014.

LUXEMBURGO, Rosa. **A acumulação do capital**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2021.

MACHIN SOSA, Braulio et al. **A revolução agroecológica: o método camponês a camponês na ANAP em Cuba**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

MALUF, Renato S. **Segurança alimentar e nutricional**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2009.

MARCOS, Valéria de. Agroecologia e Campesinato: Uma Nova Lógica para a Agricultura do Futuro, **Revista Agrária**, São Paulo, nº 7, 2007. p. 4-32.

MARQUES, Marta. I. M. Agricultura e campesinato no mundo e no Brasil. In: PAULINO, Eliane. T. e FABRINI, J.F. (orgs.). **Campesinato e territórios em disputa**. Expressão Popular: UNESP, Programa de Pós-graduação em Geografia. 2008. pp. 49- 78.

MARX, K. ENGELS, F. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Editora Martin Claret, 2005.

MARX, Karl. **Manuscritos econômicos -filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2010.

MARTINS, José de S. **Sociologia da Fotografia e da Imagem**. São Paulo: Editora Contexto, 2009.

MCMICHAEL, P. **Regimes alimentares e questões agrárias**. São Paulo: Editora UNESP, 2016.

MENEZES, Edith Oliveira. O Cariri Cearense. In: SILVA, J. Borzacchiello da. *Et Al.* **Ceará: um novo olhar geográfico**. Fortaleza: Ed. Demócrito Rocha, 2007.

MIES, Maria. SHIVA, Vandana. **Ecofeminismo**. tradução: Carolina Caires Coelho. Belo Horizonte: Editora Luas, 2021.

MILANI, Patricia H. **Contribuições da epistemologia feminista para as pesquisas geográficas**. Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros seção Três Lagoas - V. 1, nº 34, 2021.

MILLS, C. W. **A imaginação sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade**. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

MMC - Movimento de Mulheres Camponesas. **Cartilha Feminismo Camponês Popular**. Passografic, 2018.

MONTANARI, Massimo. **Comida como cultura**. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2008.

MONTANARI, M. FLANDRIN, J. L e MACHADO. **A história da alimentação**. Editora Liberdade, 2003.

MOTTA, Vivian D. Agroecologia antirracista: uma insistência. **Cadernos de Agroecologia**, v. 16, nº01, 2021.

MUNARINI, Ana E; CINELLI, Catiane; CORDEIRO, Rosangela P. A luta das mulheres camponesas: da invisibilidade para sujeitos de direitos. In: MEZADRI, Adriana M, CIMA, Justina I., KROTH, Sirlei A. (Orgs). **Feminismo camponês popular: reflexões a partir de experiências do Movimento de Mulheres Camponesas**. São Paulo: Expressão Popular, 2020.

NETTO, José Paulo. **Introdução aos estudos do método** de Marx. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

NOVAES, S. B. **A Construção de Imagens na Pesquisa de Campo em Antropologia**. In: Iluminuras, Porto Alegre, v.13, n.31, p.11-29, jul./dez. 2012.

OLIVEIRA, A. U. **A geografia das lutas no campo**. São Paulo: Contexto, 1999.

OLIVEIRA, A. U. A geografia agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro. In: CARLOS, Ana Fani A. (org.). **Novos caminhos da geografia**. São Paulo: Contexto, 1999. p. 63-110.

OLIVEIRA, F. de **Elegia para uma re(li)gião: sudene, nordeste: planejamento, e conflitos de classes**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 198.

PAGEU, Ohana A. **Parar um minuto, olhar para trás e seguir adiante: Organização de mulheres do MST no Assentamento 10 de abril**. Dissertação de mestrado. Universidade Federal do Ceará, 2017.

PAULINO, Eliane T. **Territórios em disputa e agricultura**. In: (Orgs) PAULINO, Eliane T. FABRINI, João E. **Campesinato e território em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

PAULINO, Eliane T. **Por uma geografia dos Camponeses**. São Paulo: Editora UNESP, 2012.

PRADO JÚNIOR, Caio. **A revolução brasileira**. 7.ed. São Paulo: Brasiliense, 2014.

PINHEIRO, A. F.C **Assentamentos Barra do Leme e 24 de abril: Poder e Sustentabilidade**. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual do Ceará (UECE). Fortaleza, Ceará. 2004.

PRIMAVESI, Ana. **Manejo ecológico do solo**. 18 ed. São Paulo: Nobel, 2006.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **A globalização da natureza e natureza da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

RADIMER, KATHY L. OLSON, CHRISTINE M. *ET AL*. Understanding Hunger and Developing Indicators to Assess It in Women and Children. In: **Journal of Nutrition Education**, V. 26, nº 01, 1992.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

RAMIRES, J.C.L; PESSÔA, V.L.S. Pesquisa qualitativas: referências para a pesquisa em Geografia. In: MARAFON, G. J; RIBEIRO, M. A. et.al. **Pesquisa qualitativa em Geografia: Reflexões teórico –conceituais e aplicadas**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013.

RATZEL, F. **Geografia do homem**. In: Ratzel. MORAES, A. C. R. (Org.). São Paulo SP: Ed. Ática, 1990. (Col. Grandes Cientistas Sociais.)

REDE PENSSAN. Coord. MALUF, Renato. S. SANTOS, Sandra M. C. **VIGISAN - Inquérito Nacional sobre a Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid - 19 no Brasil**. São Paulo: Instituto Vox populi, 2021. Disponível em: [https://olheparaafome.com.br/VIGISAN\\_Inseguranca\\_alimentar.pdf](https://olheparaafome.com.br/VIGISAN_Inseguranca_alimentar.pdf).

REDE PENSSAN. Coord. MALUF, Renato. S. SANTOS, Sandra M. C. **II VIGISAN - Inquérito Nacional sobre a Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid - 19 no Brasil**. São Paulo: Instituto Vox populi, 2022. Disponível em: <https://olheparaafome.com.br/wp-content/uploads/2022/06/Relatorio-II-VIGISAN-2022.pdf>.

RIBEIRO JÚNIOR, J. **A fome e a miséria na alimentação: apontamentos para uma crítica da vida cotidiana a partir da Geografia Urbana**. Dissertação de Mestrado. Programa em Pós-graduação em Geografia - Universidade de São Paulo (USP), 2008.

RIGOTTO, Raquel M & Aguiar, A. C. P. Modelo produtivo do agronegócio, agrotóxicos e saúde humana. In: Júnior, M. A. M.; GARCIA, María Franco (Orgs) **A questão agrária no século XXI: Escalas, Dinâmicas, E Conflitos Territoriais**. São Paulo. 2015.

ROSSET, Peter. Alternativa à Política Fundiária de Mercado: Reforma Agrária e Soberania Alimentar. In: Capturando a Terra. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

ROSSET, Peter. Crise alimentar. Chegou a vez de Via Campesina. 2008. Disponível em: <http://www.landaction.org/311-crise-alimentar-chegou-a-vez-da-311>. Acesso em: 03.07. 2019

ROSSET, Peter. **La reforma agraria, la tierra y el territorio: el evolución del pensamiento de La Vía Campesina**. In: Mundo Agrário, vol 17. Nº 35, 2016. p. 1-21. Universidad Nacional de La Plata, Buenos Aires, Argentina.

ROSSET, Peter. A história das ideias de um movimento camponês transnacional. In: **Revista Tensões Mundiais**. V14. nº. 27. Editora: EDUECE, Fortaleza, 2018.

ROSSET, Peter; MARTÍNEZ-TORRES, María Elena. **La Vía Campesina y Agroecología**. Disponível em: <http://www.viacampesina.org/es/index.php/acciones-y-eventos-mainmenu26/17-de-abril-dde-la-lucha-campesina-mainmenu-33/49-uncategorized/articles/1732>. Acesso em: 20 jun. 2019.

SAFFIOTI, Helena. **O Poder do Macho**. São Paulo: Editora Moderna, 1987.

SAMPAIO, José L. F. **A fome e as duas faces do estado do Ceará.Tese de Doutorado em Geografia**. Universidade de São Paulo, 1999.

SATTLER, Janyne. Um projeto ecofeminista para a complexidade da vida. In: ROSENDO, Daniela R. KUHLEN, Tânia. **Ecofeminismos: fundamentos teóricos e práxis interseccionais**. Rio de Janeiro: Ape'Ku, 2019.

SCHIMITH, C. J. Transição Agroecológica e desenvolvimento rural: um olhar a partir da experiência brasileira. In: SAUER, S.; B ALESTRO, M. V. **Agroecologia e os desafios da transição agroecológica**. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 177203.

SEIBERT, Iridiani Graciele. Feminismo camponês popular: contribuição das mulheres camponesas a luta de transformação social. 2019. 174 f.

SHANIN, T. **La classe incomoda** – Alianza Editorial – Madrid, 1983.

SILVESTRE, **Helena**. **Notas sobre a fome**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2021.

SILIPRANDI, Emma. **Mulheres e Agroecologia: transformando o campo, as florestas e as pessoas**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2015.

SILVA, Carmen. CAMURÇA, Silvia. **Feminismo e movimentos de mulheres**. Revista: SOS Corpo. Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO). Disponível em: [http://biblioteca.clacso.edu.ar/Brasil/sos-corpo/20170920041351/pdf\\_950.pdf](http://biblioteca.clacso.edu.ar/Brasil/sos-corpo/20170920041351/pdf_950.pdf). Acesso em: 10 jun. 2022.

SILVA, Judson Jorge da. Caldeirão e Assentamento 10 de abril: passado e presente na luta por terra no Cariri cearense. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós Graduação em Geografia, Fortaleza, 2010.

SILVA, Maria C. F. da **Marcha das Margaridas**. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2014.

SOUSA NETO, Manuel F. **A ciência geográfica e a construção do Brasil**. Terra Livre, São Paulo, n.15, p.9-20, 2000.

SOUZA, M.L de. **Os conceitos fundamentais da pesquisa socioespacial**. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 2013.

SOUZA, Otília. A. S. **O Cariri e os processos de valorização da sua cultura popular**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação - Escola de Belas Artes - Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, p.176, 2017.

SORZANO, A. H. La soberanía alimentaria en el contexto de las nuevas políticas de desarrollo rural em Cuba. In: Júnior, M. A. M.; GARCIA, Maria Franco (Orgs) **A questão agrária no século XXI: Escalas, Dinâmicas, E Conflitos Territoriais**. São Paulo: Outras Expressões, 2015.

STEDILE, J. P. (Org.) **A questão agrária no Brasil: O debate tradicional - 1500-1960**. Volume 1. São Paulo, Expressão Popular, 2011.

TEÓFILO, Rodolfo. **A fome**. Editora Tordesilhas: São Paulo, 2011.

VALENTE, F. S. **Fome e desnutrição: determinantes sociais**. Campina Grande: EDUEPB, 2021.

WANDERLEY, M. N. B. **O mundo rural como um espaço de vida: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2009.

VERGÈS, Françoise. **Um feminismo decolonial** Trad. de Jamille Pinheiro Dias e Raquel Camargo. São Paulo: Editora Ubu, 2020.

VIA CAMPESINA. **NGO Forum Declaration in the World Food Summit of FAO (Rome+5)**. Roma, junho de 2002.

WOOLF, Virginia. **Um teto todo seu**. São Paulo Editora: Tordesilhas, 2014.

ZANELLA, Andrea V. Escrever. In: FONSECA, M. G; NASCIMENTO, M. L.; MARASCHIN, C. **Pesquisar na diferença: Um abecedário**. Porto Alegre: Sulina, 2012.

## APÊNDICE A – ESTRUTURA DA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

### 1. ESTRUTURA DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA REALIZADA COM AS CAMPONESAS

#### IDENTIFICAÇÃO:

- Nome
- Idade
- Vínculo com movimento, sindicato, organização
- Estado Civil
- Filhos?
- Escolaridade
- São proprietárias da terra? Quantas hectares?
- Quantas tem acesso aos benefícios da Reforma Agrária?
- Quantas tem acesso à titulação da terra?
- E ao crédito rural?
- São provenientes de famílias de agricultores?
- Quais suas origens étnicas?

#### SER MULHER

- Como foi sua infância e juventude?
- Para quem é assentada, como iniciou a trajetória da luta de terra?
- Como se deu o seu engajamento na luta?
- Já sofreu algum tipo de violência?
- Como você divide o tempo para conciliar as atividades domésticas e da agricultura?
- Como são divididas as tarefas em casa e no roçado?
- Você troca conhecimentos com outras mulheres sobre se organização e agricultura?
- Você se enxerga como cuidadora (da casa, família, produção de alimentos, comunidade)? Por quê?
- O que é trabalho de mulher e trabalho de homem?
- Como é a questão da saúde da mulher na comunidade
- Quais as características de ser mulher no campo?
- Você teve algum empecilho para se organizar? Quais?
- Como eram “antigamente” e como são hoje as relações entre mulheres e homens?
- O que mulheres e homens faziam antes e que hoje fazem diferente?
- E o que permanece igual?
- Como as mulheres se relacionam entre si na comunidade e no trabalho de manejo da terra e nas experiências agroecológicas?
- Em que fato de sermos mulheres terá afetado a nossa vida?



- Quantas tem acesso aos benefícios da Reforma Agrária?
- Quantas tem acesso a titulação da terra?
- E ao crédito rural?
- O que motiva?, o que faz com que elas sejam protagonistas do trabalho e de suas próprias vidas?
- Quais são outros projetos que você gostaria de fazer?

## **AGROECOLOGIA/ ALIMENTAÇÃO**

- O que você observa que vocês comem hoje e era comum comer na infância?
- Quais são os alimentos mais comuns da região?
- Se você fosse um cheiro, um sabor, uma comida, qual você seria? Por que?
- Quais são as angústias e as potencialidades relacionadas ao ato de se alimentar
- As comidas estão vinculadas às festas e religiosidades na comunidade? Como?
- Quais receitas que você faz utilizando os produtos agroecológicos? ( por exemplo, bolo de carimã)
- Como se originaram as feiras agroecológicas?

## **AGRICULTURA**

- Como é a relação com as sementes? (elas têm nomes?)
- Pra você, o que é agroecologia?
- O que é comida de verdade?
- Qual é a grande problemática de utilizar os agrotóxicos?
- Como é o seu quintal produtivo?
- Quais as plantas medicinais, plantas nativas, espécies introduzidas, hortaliças, ornamentais, fruteira você tem?
- (posteriormente fazer um quadro)
- Quais as culturas que são consorciadas?
- Na agricultura, você acompanha as fases da lua?
- Quais as tecnologias sociais e existentes desenvolvidas
- Quais produtos consumidos pela família produzido no roçado/ e ou quintal produtivo
- Quais produtos serão beneficiados?
- Como protegem o solo? Você faz composto orgânico?
- Utiliza defensivo orgânico?
- Quais são os principais insetos que atacam as culturas? Como vocês controlam?
- Como é a maneira de irrigar a produção?
- Como é o acesso à água?
- Políticas públicas para as agricultoras?
- Lembrar com elas memórias, histórias, vivências e acontecimentos que levaram elas a chegarem até aqui, como mulheres organizadas.

**APÊNDICE B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO****UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ – UFC****CENTRO DE CIÊNCIAS****PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA****TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Eu, **Bruna Dayane Xavier de Araújo**, convido você a participar da pesquisa de Trabalho de Tese que tem por objetivo compreender a atividade agroecologia no espaço agrário do município do Crato - CE. Para tanto serão realizadas entrevistas gravadas e documentadas a partir de fotos e vídeos.

A pesquisadora responsável por esta pesquisa chama-se Bruna Dayane Xavier de Araújo, a orientação desta pesquisa de doutorado é do Prof. Drº Francisco Amaro Gomes de Alencar da Universidade Federal do Ceará e sob coorientação a profª. Drª. Camila Dutra dos Santos da Universidade Estadual do Ceará.

Eu, \_\_\_\_\_ (nome), de RG nº \_\_\_\_\_ (documento de identidade), declaro para os devidos fins que fui informado sobre os objetivos e os procedimentos da pesquisa e autorizo o uso dos dados disponibilizados através de questionário e/ou de minha entrevista gravada por Bruna dayane Xavier de Araújo, RG nº 2004010239018, integralmente ou em partes, sem restrições de prazos desde a presente data.

---

Assinatura do pesquisado(a)

---

Assinatura da pesquisadora

Fortaleza, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2022.

## ANEXOS A - NOTÍCIA DO JORNAL SOBRE D. ANA

Sistema Informativo do Programa Uma Terra e Duas Águas

No mesmo ano em que perdeu sua horta, Dona Ana foi selecionada para ser beneficiária no Projeto Jovens Familiares Produzindo no Cariri, projeto patrocinado pela Petrobras e executado pela ACB. Ela recebeu o Sistema PAIS (Produção Agroecológica Integrada Sustentável), com esse projeto segundo ela sua vida melhorou. O projeto ajudou ela a resgatar sua produção e a incentivou a continuar comercializando seus produtos na feira.

Em 2011, ela foi escolhida para participar de um série de entrevistas do Jornal o Povo, com o título "A vida entre a flor e a foice". Em 2014 recebeu do SESC o troféu Mulheres de Fibra do Crato, em homenagem ao dia das mulheres, a agricultora lembra **"Foi uma emoção tão grande, foi melhor que ganhar um carro na loteria. Estar ali no meio daquelas mulheres tudo importante e eu no meio me sentindo tão feliz"**

Ainda em sua trajetória de lutas, em 2015 teve a oportunidade de participar da 5ª Marcha das Margaridas em Brasília - DF. Momento que ela coloca como uma das maiores experiências de sua vida. E com seus 62 anos participou da caminhada, segurando o painel do Cariri e bandeira. Sobre esta experiência, a agricultora ressalta: **"Se eu morresse hoje morreria feliz por ter tido saúde para chegar até aqui."**



## Uma história de luta e resistência, uma mulher que tem resistido ao tempo



Dona Ana participou do 1º Festival Cearense de Sementes da Vida e III Encontro Estadual de Agricultores/as Experimentadores/as, o evento aconteceu no dia 04 ao dia 06/05 no Hotel da Fontes, no Caldas em Barbalha - CE. Sua participação se deu na mesa de Experiências de organização em rede, na tarde do segundo dia do evento. No mesmo dia do evento Dona Ana foi



Sua participação foi registrada no Boletim de Experiências do Projeto Jovens Familiares Produzindo no Cariri.



O primeiro encontro com Maria Ana (conhecida como Dona Ana) se deu em sua casa no Assentamento 10 de Abril no Crato - CE. A agricultora nos recebe e dá as boas vindas cheia de alegria. Antes de iniciar a linha do tempo e o mapa da comunidade ela já salta e diz **"Eu não sou letrada e não sei ler, mas sei das coisas."**

Antes da produção da linha do tempo, que contou com a participação da equipe técnica da ACB, Dona Ana mostrou a produção do seu agroecossistema. As terras em que ela trabalha são área do Assentamento 10 Abril, fazem parte do coletivo, mas a produção de frutas, e hortaliças em 02 hectares desta terra é dela.

Em seu quintal ela possui um sistema Produção Agroecológica Sustentável (PAIS), criação de galinhas caiquiras, porcos, gado, e sua roça. Ela nos mostra entristecida a roça de milho que este ano não vingou e teve perda de quase toda a produção por falta d'água. **Isso nos deixa triste ver as plantação morrendo sem poder fazer nada**, afirma a agricultora.

Realização



Apoio



Sistema Informativo do Programa Uma Terra e Duas Águas

Dona Ana nasceu em 1953 no sítio Coitéis em Barbalha - CE. Ela conta que nasceu em tempos difíceis, que sua família era pobre e que moravam em terras de patrão. Em sua trajetória familiar esteve ligada a roça, mas em tempos de seca a família trabalhava no corte de cana-de-açúcar em Barbalha.

Casou ainda jovem em 1974, com Joaquim Faustino e passou pouco tempo morando perto de seus pais. Em épocas de escassez de chuva ela e sua família, por vezes, saíram de suas terras por não ter trabalho nos períodos de seca. Moraram no Crato, em Fortaleza, e nessas andanças o trabalho com a terra ficou de lado e tanto ela quanto o marido passaram trabalhar com coisas da cidade. Dona Ana ganhava a vida como lavadeira e seu marido com 'bicos' que apareciam.

Dona Ana teve sete filhos/as mas, perdeu um, sua filha mais velha Maria Alzenir que por sua vez teve uma filha, Natalia Cristina, neta que foi criada como filha de Dona Ana. Seus filhos/as cresceram ao lado de uma mulher de luta. Em 1991 Dona Ana começa uma luta que teve com fruto o lugar que hoje mora.

O ano foi marcado pela coragem e força de mulheres, homens, crianças, jovens e idosos/as que partiram em busca de terra para suas famílias. Assim, neste ano, através de muita resistência por parte das famílias e instituições que apoiaram a luta surge o Assentamento 10 de Abril. As famílias passaram dias assentados no Caldeirão do Beato Zé Lourenço, de onde foram expulsos, após isso ocuparam o Parque de Exposição Pedro Felício Cavalcante no Crato. Foram dias tensos e de enfrentamento. Daí em diante a vida dos envolvidos nessa luta começa a tomar corpo, depois de conseguirem a terra que tanto sonhavam se desenhava na comunidade sua organização e produção.

Atribuição Semente Brasília - Ceará



O grupo Frutos e Raízes do Caldeirão é composto por jovens e crianças do Assentamento 10 de abril. Em 2015 o grupo recebeu capacitações e oficinas com o artista João do Crato através do Projeto Jovens Familiares Produzindo no Cariri, patrocinado pela Petrobras e executado pela ACB. O espetáculo foi elaborado pelo grupo com João do Crato conta a história da ocupação no Caldeirão. Dona Ana participou de todas as apresentações do grupo e diz se emocionar em cada uma delas.

O grupo fez a abertura no dia 17/05/2016 na apresentação da linha do tempo de Dona Ana. Foto: Nelzilane Oliveira.

Foram muitas lutas, a exemplo a ocupação no INCRA que durou 15 dias, e resultou na construção das casas do Assentamento. Além dos frutos de luta, o Assentamento também recebeu o apoio de instituições (ONGs, SSTR Crato, URCA e Secretária de Agricultura do Crato). Estas trouxeram projetos para a comunidade. A ACB nos anos de 1992 a 1994 levou o Projeto de Mulheres, que incentivou a criação de pequenos animais.

Durante alguns anos a comunidade trabalhou em uma determinada área (que chamavam de baixo) onde Dona Ana e os demais começaram a produção de hortaliças, e aos poucos iniciaram a comercialização de seus produtos. Esta comercialização foi maior com a fundação da Feira Agroecológica no Crato, pela ACB. Dona Ana destaca a importância deste espaço **"A feira é minha vida, é muito importante de lá tiro meu sustento."**



Dona Ana e seu filho Danilo, na Feira Agroecológica do Crato. A feira acontece semanalmente às sextas-feiras na Rua dos Cariris 61, em frente a sede da ACB. Foto: Nelzilane Oliveira.

A vida de Dona Ana sempre foi 'sofrida' como ela mesma conta. Em 2014 as terras que ela trabalhava com hortaliças teve que ser desapropriada para a obra para a obra Cinturão das Águas do estado do Ceará, ela foi indenizada mas a perda foi além do financeiro.

## ANEXO B - NOTÍCIA DO JORNAL SOBRE A FEIRA AGROECOLÓGICA DO CRATO



### Feira orgânica mais antiga do Cariri volta a funcionar após mais de um ano

CRATO

Escrito por [André Felipe](#), atualizado em 19/07 de julho de 2021, publicado em 17/07 de julho de 2021

As barracas foram erguidas novamente na última sexta-feira (29)



Segundo a Feira Orgânica do Crato, entre a primeira e a segunda edição, além de ser a maior feira para os produtores locais do Crato, o evento também trouxe



De importante impacto na economia da agricultura familiar, as feiras de produtos orgânicos estão retomando seus pontos em todo o Crato.

Arraiá de Prêmios

## ANEXO C - NOTÍCIA SOBRE FOME NO BRASIL - 2021

globo.com gt ge gshow globoplay ASSINE JÁ ENTRAR

MENU **g!** AGRO BUSCAR

fique por dentro Eleições Chegada do SG PEC Kamikaze 130 anos de Copacabana Brasileira r

### Recordes no agronegócio e aumento da fome no Brasil: como isso pode acontecer ao mesmo tempo?

Especialistas explicam que a produção brasileira é focada em itens para exportação, como soja e milho. Por outro lado, a remuneração pelo cultivo de alimentos da cesta básica caiu para o produtor por causa do empobrecimento da população.

Por Vivian Souza, G1  
11/08/2021 09h00 - Atualizado há 10 meses

[f](#) [t](#) [w](#) [v](#) [m](#) [<](#)



Ativar o Windows  
Acesse Configurações para ativar o Windows.